

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL		
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR		
6 - NIRE	7 - SITE	
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO		2 - BAIRRO OU DISTRITO		
3 - CEP -	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
6 - DDD -	7 - TELEFONE -	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD -	12 - FAX -	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS
ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
2 - CARGO				
3 - ENDEREÇO COMPLETO			4 - BAIRRO OU DISTRITO	
5 - CEP -	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
8 - DDD -	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEFONE -	12 - TELEX
13 - DDD -	14 - FAX -	15 - FAX -	16 - FAX -	
17 - E-MAIL				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
19 - CONTATO				
20 - ENDEREÇO COMPLETO			21 - BAIRRO OU DISTRITO	
22 - CEP -	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
25 - DDD -	26 - TELEFONE -	27 - TELEFONE -	28 - TELEFONE -	29 - TELEX
30 - DDD -	31 - FAX -	32 - FAX -	33 - FAX -	
34 - E-MAIL				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37 - UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	São Paulo	SP	011	5029-1019	5029-1019

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Eduardo José Bernini	943.941.648-34	20/04/2005	A.G.O. 2006	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
02	Andrea Cristina Ruschmann	118.448.918-10	24/05/2004	A.G.O. 2007	1		19	Diretora Executiva
03	Cyro Vicente Bocuzzi	053.466.778-36	24/05/2004	A.G.O. 2007	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
04	Jeffery Atwood Safford	229.902.218-08	20/04/2005	A.G.O. 2006	3	SIM	34	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.
05	Luiz Carlos Ciocchi	374.232.237-00	20/04/2005	A.G.O. 2006	3	SIM	34	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.
06	Ricardo Antônio Gobbi Lima	035.004.138-54	24/05/2004	A.G.O. 2007	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
07	Roberto Mário Di Nardo	007.690.628-06	24/05/2004	A.G.O. 2007	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
08	Sean Mederos	228.327.038-36	24/05/2004	A.G.O. 2007	1		11	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
10	Andrés Ricardo Gluski Weilert	231.572.608-55	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
11	Eduardo Daniel Dutrey	231.540.168-21	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
13	Charles Lenzi	276.937.750-72	20/04/2005	A.G.O.2006	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
14	Helena Kerr do Amaral	007.675.698-06	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
16	Maurício Namur Muscat	004.227.328-50	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
17	Antônio Carlos Oliveira	394.083.967-15	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
21	Vito Joseph Mandilovich	010.542.458-78	20/04/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
22	Alexandre César Inneco	418.382.706-04	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
23	Pedro Paulo Schmidt	199.692.360-91	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
24	Antonio Luiz Barros de Salles	025.417.428-00	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
25	Roberto Podesta	278.731.450-34	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
26	Lucio da Silva Santos	180.671.827-87	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
27	Marcelo de Carvalho Lopes	592.612.500-68	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	SIM	23	Conselho de Administração (Suplente)
28	Silvestre Rabello de Aguiar Junior	740.734.196-68	17/06/2005	A.G.O. 2006	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
29	Britaldo Pedrosa Soares	360.634.796-00	15/09/2005	A.G.O. 2006	1		12	Diretor de Relações com Investidores

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

02.01.02 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL

1 - CONSELHO FISCAL INSTALADO	2 - PERMANENTE
-------------------------------	----------------

3 - ITEM	4 - NOME DO CONSELHEIRO	5 - CPF	6 - DATA DA ELEIÇÃO	7 - PRAZO DO MANDATO	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Lidiane Delesderrier Gonçalves	071.174.367-35	20/04/2005	A.G.O. 2006	40	PRES. C.F.ELEITO P/CONTROLADOR
02	Renato Francisco Martins	361.028.737-34	20/04/2005	A.G.O. 2006	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
04	Beatriz Oliveira Fortunato	051.674.477-12	20/04/2005	A.G.O. 2006	44	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS
05	José Antonio Gragnani	049.263.118-28	20/04/2005	A.G.O. 2006	45	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
07	Flavio Cals Dolabella	605.659.001-10	20/04/2005	A.G.O. 2006	48	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/MINOR.ORDINARISTAS
08	Cargo a ser preenchido	071.174.367-35	28/04/2004	A.G.O. 2006	46	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/CONTROLADOR
09	Cargo a ser preenchido	361.028.737-34	28/04/2004	A.G.O. 2006	46	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/CONTROLADOR
10	Cargo a ser preenchido	079.624.307-70	28/04/2004	A.G.O. 2006	46	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/CONTROLADOR
11	Tatiana Esteves Natal	079.624.307-70	20/04/2005	A.G.O. 2006	43	C.F.(EFETIVO)ELEITO P/CONTROLADOR
12	Eduardo de Almeida Santos	080.277.007-01	20/04/2005	A.G.O. 2006	47	C.F.(SUPLENT)ELEITO P/PREFERENCIALISTAS

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Eduardo José Bernini – Diretor Presidente e Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

18.11.1956

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Econômicas pela USP; Pós-Graduação em Teoria do Desenvolvimento Econômico pela PUC/SP; Economia do Setor Energético pelo IEE/USP.

Experiência Profissional:

Gerente de Informações e Prospecção de Mercado da Agência para Aplicação de Energia 1989/1993, Gerente da Divisão de Tarifas da Eletropaulo 1989; Coordenador de Previsões de Mercado e de Estudos Regionais da Eletropaulo 1981/1988; Secretário Executivo da Comissão Permanente de Tarifas da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo 1993/1994, Secretário Adjunto Nacional de Energia do Ministério de Minas e Energia, em Brasília 1994, Secretário Adjunto de Energia do Estado de São Paulo 1995/1996, Conselheiro da Administração da EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento S.A. 1995/1998, Presidente da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - EBE Empresa Bandeirante de Energia S.A. - EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e EPTE Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. empresa resultantes do processo de reestruturação societária e patrimonial da Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. ocorrido em 31.12.1997, da qual assumiu a Presidência em 29.8.1996, Presidente do COEX - Comitê Executivo do Mercado Atacadista de Energia - MAE, Diretor Presidente da VBC Energia S.A., Diretor Superintendente da Serra da Mesa Energia S.A., Conselheiro da Spencer Stuart Global Executive Search Consultants, Até agosto de 2003, ocupou os cargos de Diretor-Presidente da EDP Brasil S/A., Diretor-Presidente da Enertrade Comercializadora de Energia S/A., Presidente do Conselho da Bandeirante Energia S.A. e da CERJ - Companhia Energética do Rio de Janeiro, membro dos Conselhos de Administração da ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e da ENERSUL - Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A., Vice-Presidente da ABDIB - Associação Brasileira da Indústria de Base, Em 1º de setembro de 2003, assumiu a presidência da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. empresa do Grupo AES.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Andrea Cristina Ruschmann – Diretora Executiva:

Data de nascimento:

19.04.1969

Formação Acadêmica:

Graduada em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Experiência Profissional:

Trabalhou nas áreas de crédito do Lloyds Bank, Dresdner Bank e ING Barings, tendo atuado também na área de Investment Banking do ING em operações de Privatizações e Project Finance; Ingressou no Grupo AES Brasil em setembro de 1999, atuando na área financeira e de desenvolvimento de novos negócios, ocupando a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da AES Tietê; Atualmente é membro do Conselho de Administração da AES Tietê e da AES Eletropaulo.

Cyro Vicente Bocuzzi - Diretor Vice-Presidente:

Data de nascimento:

04.11.1959

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Mackenzie; Pós-Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; MBA em Controladoria de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo - FEA/ FIPECAFI - USP.

Experiência Profissional:

Foi professor de cursos da Eletrobrás, membro do Conselho Diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e Coordenador Técnico Nacional do SINDIS/ CIER. Na Eletropaulo desempenhou funções técnicas e gerenciais nas áreas de Planejamento, Engenharia e Operações.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Jeffery Atwood Safford – Diretor Vice-Presidente e Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

31.08.1958

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Contábeis pela Pennsylvania State University

Experiência Profissional:

Trabalhou por aproximadamente 5 anos no grupo de auditoria da Touche Ross.

Ingressou na AES Corp. em 1988 como Diretor Financeiro e Administrativo, era diretamente responsável por todos os aspectos da contabilidade e dos relatórios financeiros e fiscais, bem como adesão de normas, tesouraria, benefícios administrativos e finanças corporativas. Em fevereiro de 1994, foi nomeado CFO da AES China Generating-geradora. Em fevereiro de 2002, entrou para a AES Gener como um membro do conselho e como COO desta subsidiária.

Luiz Carlos Ciochi – Diretor Vice-Presidente e Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

01.02.1958

Formação Acadêmica:

Graduado em Executive Development Program-Universidade de Michigan/USA/MI, Curso de Especialização em Administração para Graduados – CEAG/FGV/SP, Engenharia Elétrica-Eletrônica pela Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, Escola Naval – Ministério da Marinha.

Experiência Profissional:

Analista de Sistemas, Supervisor e Gerente de Sistemas – Autolatina – 1981/1990, Consultor Sênior – Arthur D. Little – 1990/1995, Gerente de Sistemas e Process Leadership – Ford do Brasil Ltda. – 1995/1999, Principal - A.T. Kearney do Brasil Ltda. – Responsável pelo desenvolvimento de negócios e gerenciamento de grandes projetos, principalmente com clientes do setor Indústrias de Capital Intensivo, na área de Tecnologia de Informação e E-busines - 1999/2001, Diretor de Consultoria – Monitor do Brasil Ltda. – Responsável pelo desenvolvimento de negócios e gerenciamento de grandes projetos junto a clientes das áreas de Governo e Indústrias de Capital Intensivo 2001 até atual.

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

Ricardo Antônio Gobbi Lima – Diretor Vice-Presidente:

Data de nascimento:

18.09.1958

Formação Acadêmica:

Bacharelado em Física pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo.

Experiência Profissional:

Consultor Independente – 1980/1984, Coordenador do Programa de Energia - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (atual SEBRAE) – 1984/1985, Agência para Aplicação de Energia – 1985/1993, Coordenador de Escritório Energia São Paulo – Secretaria de Energia do Estado de São Paulo – 1993/1998, Assessor da Presidência – BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo – 1998/1999, Consultor Independente – 1999, Assessoria de Desenvolvimento do Mercado – ASMAE – Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – 1999/2000, Consultor Empresarial de Desenvolvimento e Planejamento – EDP Brasil – 2000, Diretor Comercial – ENERTRADE – Comercializadora de Energia S.A. – 2001/2003.

Roberto Mário Di Nardo – Diretor Vice-Presidente:

Data de nascimento:

04.12.1958

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia de São Paulo; Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade São Judas Tadeu; Especialização em Manutenção de Subestações pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá; Especialização sobre o novo ambiente regulatório, institucional e organizacional do setor elétrico pela USP/UNICAMP/FEI; MBA de Marketing de Serviço pela USP; Regulation and Competitiveness of the New Energy Sector Market in Brazil pela Harvard University's John F. Kennedy School of Government e ADTP; Programa de conservação de energia da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo pelo PROCEL/ESCOS; Programa de desenvolvimento gerencial da Fundação Vanzolini.

Experiência Profissional:

Estagiário, Assessor Auxiliar, Chefe de Seção de Manutenção, Chefe de Seção de Operação - Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC - 1977/1983, Gerente de Divisão de Apoio, Gerente de Seção, Engenheiro, Gerente de Divisão de Estudos Técnicos, Gerente de Divisão de Qualidade do Serviço, Departamento de Engenharia e Planejamento, Assistente da Presidência, Coordenador Técnico da Presidência - Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. - 1983 a dezembro de 1997, Coordenador Técnico da Presidência - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., Empresa Bandeirante de Energia S.A., Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica e Empresa Metropolitana de Águas e Energia Elétrica S.A. - janeiro a abril de 1998, Coordenador Técnico da Presidência - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - abril a junho de

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

1998, Coordenador Técnico da Presidência e Assistente Executivo da Diretoria de Distribuição - Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - junho a setembro de 1998, Consultor Técnico - VBC Energia S.A. - setembro a novembro de 1998, Assistente da Presidência - Bandeirante Energia S.A. - de Dezembro de 1998 a Agosto de 2003.

Sean Mederos – Diretor Vice-Presidente:

Data de nascimento:

14.11.1965

Experiência Profissional:

Experiência de 17 anos na indústria de energia elétrica: De 1984/1997, na Southern Califórnia Edison, Long Beach, Ca., exerceu diversas atividades, fevereiro de 1997/setembro de 1998, na Southern Califórnia Edison, Long Beach, Ca., Estação Geradora AES Alamitos, Supervisor de Instrumentação de Usina, setembro de 1998/janeiro de 1999, Southern Califórnia Edison, Long Beach, Ca., Estação Geradora AES Corporation, Estação Geradora AES Alamitos, Líder de Equipe, janeiro de 1999/janeiro 2000, AES Telasi, Tbilisi, Geórgia, Diretor de Manutenção, janeiro de 2000/abril de 2001, AES Telasi, Tbilisi, Geórgia, Gerente Regional, maio de 2001 até o presente, AES Eletropaulo, São Paulo, Brasil, Líder de Negócios – Unidade Vila Prudente.

Andrés Ricardo Gluski Weilert – Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

18.11.1957

Formação Acadêmica:

Ph.D. em Economias Internacionais e Finanças e o grau de Mestre em Economias da Universidade de Virgínia.

Experiência Profissional:

Vice-presidente sênior de Concessionárias Integradas do Caribe e América Central da AES Corporation; Presidente da La Electricidad de Caracas. Integrante do conselho de administração da AES Gener e Indianapolis Power & Light Company. Vice-presidente da câmara de Comércio venezuelano-americano. Foi Presidente da AES Gener no Chile em 2001, e vice-presidente Executivo da EDC de 1998/2000. Depois de passar por várias posições nos setores privado e público: de 1997/1998, Foi vice-presidente Executivo da Corporação e do Setor de Investimentos do Banco da Venezuela - Grupo Santander. Em 1995/1997, seguindo a privatização e compra da CANTV, por um consórcio GTE-led, Foi vice-presidente Executivo de Finanças daquela companhia de 1995/1997. Trabalhou para o Fundo Monetário Internacional no Ministério da Fazenda e depois como Economista para a Colômbia. Antes de ocupar estes cargos, Foi Diretor Geral de Finanças Pública e Principal Aconselhador Econômico do Ministério de Planejamento Venezuelano. Foi Diretor do Conselho do Fundo de Investimento Venezuelano. Antes de sua Pós-Graduação, Foi Gerente de Produto da Procter & Gamble e Gerente do Grupo de Novos Produtos da Johnson & Johnson.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Eduardo Daniel Dutrey – Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

26.05.1960

Formação Acadêmica:

É Graduado em Engenharia Eletromecânica pela Universidade de Buenos Aires e MBA pela Amos Tuck Escola de Administração Empresarial na Faculdade de Dartmouth.

Experiência Profissional:

É o Presidente e Gerente do Grupo da AES Andes e é responsável por todos os negócios da AES na Argentina. De agosto de 2000 a maio de 2003, Foi o Líder de Negócios da AES Alicura. Uniu-se a AES em fevereiro de 2000 como Líder de Negócios da AES Juramento. Antes da AES, Trabalhou para Repsol YPF como Diretor de Relações com Investidor, em Buenos Aires. Anteriormente, Trabalhou como consultor para o Braxton Associates em Boston, Massachusetts. De 1985 a 1992, Trabalhou para Atlas Ocidental, em vários locais na Argentina.

Charles Lenzi – Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

04.04.1959

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Elétrica pela PUC/RS; Especialização em Automação Industrial pela Unicamp; Pós-Graduação em Finanças pela Universidade de Caxias do Sul; Pós-Graduação em Planejamento Estratégico e Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência Profissional:

Intral S/A. Indústria de Materiais Elétricos como Engenheiro de Vendas - 1982/1986; Gazola S.A Indústria Metalúrgica como Gerente Administrativo-Financeiro - 1988/1998; AES Sul como Gerente de Unidade de Negócios - 1998/1999; AES Cesco – Central Eledricity Supply Company of Orissa como Presidente - 2000/2001; Grupo EDC – La Electricidad de Caracas como Diretor de Distribuição - 2001/2002.

Helena Kerr do Amaral – Conselheira da Administração Efetiva:

Data de nascimento:

17.10.1955

Formação Acadêmica:

Doutoranda em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Mestre em Administração Pública e Planejamento Urbano pela Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV; Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vergas - EAESP/FGV.

Experiência Profissional:

2001/2002 - Secretaria Municipal de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo; 1999/2000 - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; 1986/1998 - Fundação do

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP; 1994/1995 - Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNICAMP; 1993 - Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; 1990/1992 - Fundação Getúlio Vargas; 1978/1986 - FEPASA – Ferrovia Paulista S/A..

Maurício Namur Muscat – Conselheiro da Administração Efetivo:

Data de nascimento:

11.01.1954

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP; Especialização em Engenharia Nuclear – Convênio POLI/CNEN.

Experiência Profissional:

Na Eletropaulo exerceu atividades na Área de Geração (Hidráulica e Térmica) e Sistemas Hidráulicos, englobando as Usinas e Estações, destacando-se entre estas: Levantamentos, Estudos, Planejamento, Projetos e Preparação de Editais para aquisições e instalações de equipamentos e obras – Coordenação de Grupos de Trabalho – Gerenciamento de Obras, Serviços e Contratos – Participação em Seminários, Cursos e Palestras. Cargos: Gerente da Divisão de Engenharia Térmica, Conselheiro da Associação dos Engenheiros da Eletropaulo, Diretor Secretário da AEE, Conselheiro do CREA/SP, representante dos empregados no Conselho de Administração das Energéticas de São Paulo e Diretor do Clube de Investimentos dos Empregados da Eletropaulo – INVESTELETRO.

Antonio Carlos de Oliveira – Conselheiro da Administração Suplente:

Data de nascimento:

14.04.1954

Formação Acadêmica:

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Administrativas de Barra Mansa/RJ.

Experiência Profissional:

Atuou na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN como Gerente de Compras - 1984/1993, Superintendente de Contratação de Serviços e Transportes – 1993 à junho de 1996, Superintendente Geral de Vendas – novembro de 1996 à novembro de 1997; Na AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. como Gerente Sênior – novembro de 1997 à Março de 2001, Diretor – Março de 2001 até a data atual; Participou na equipe de suporte para a área de suprimentos, formada pelos acionistas, durante o processo de privatização da Ligt – junho a novembro de 1996; Membro do Conselho de Administração da AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. desde 2000.

Vito Joseph Mandilovich – Conselheiro da Administração Suplente:

Data de nascimento:

27.05.1953

Formação Acadêmica:

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME; Pós-Graduação em Sistemas de Potência pela COPPE/UFRJ; Mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ; MBA em Desenvolvimento Econômico e Social pelo Instituto de Economia da UFRJ.

Experiência Profissional:

Funcionário de Furnas até outubro de 2001, onde exerceu cargos executivos na Diretoria de Planejamento, Engenharia e Construção, Representou Furnas em diversos grupos de trabalho e comissões do GCOI e GCPS, autor de diversos artigos técnicos e institucionais em seminários nacionais como SNPTEE, SEPOPE e ERLAC e internacionais na CIGRÈ, Participou no Projeto de Reforma do Setor Elétrico Nacional (RESEB) de 1995 a 1997, Professor de Engenharia Elétrica e de Produção na Universidade Veiga de Almeida, Assessor da presidência do BNDES, onde trabalhou no grupo especial que negociou o acordo de reestruturação da dívida da AES Elpa e AES Transgás com o BNDES.

ALEXANDRE C. INNECCO – Conselheiro da Administração Suplente:

DATA DE NASCIMENTO

03.05.1964

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- ◆ MBA pela Stern School of Business, New York University, New York, EUA, 1995
- ◆ Especialização em Finanças pela Fundação Dom Cabral, 1991
- ◆ Graduação em Ciências Econômicas pela UFMG, 1988

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Foi Gerente de Regulação Econômica e de Planejamento Estratégico na Elektro Eletricidade e Serviços SA. Dentre suas atribuições, destaca-se a responsabilidade por negociar revisões e ajustes tarifários com a Aneel. Antes disso, foi Gerente de Investimentos em Petróleo, Gás e Mineração da International Finance Corporation, em Washington, DC. Avaliou projetos de investimento em mineração e negociou condições de participação do IFC na estrutura de financiamento. Atuou em projetos no Brasil, Chile, Bolívia e Turquia, de produção de cobre, zinco, ouro, prata e minério de ferro. Foi, também, Tesoureiro da Minerações Brasileiras Reunidas AS (MBR), de 1992 a 1998. Iniciou sua carreira no Citibank, em 1988. É graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais, e possui especialização em finanças pela Fundação Dom Cabral e Mestrado em Administração pela Stern School of Business, da Universidade de Nova York.

Pedro Paulo Schmidt – Conselheiro da Administração Suplente:

Data de nascimento:

29.06.1955

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Formação Acadêmica:

Economia pela PUC-RS, até o terceiro ano; Planejamento Empresarial e Gestão Estratégica e Extensão Universitária pela Fundação Getúlio Vargas - FGV; Management Development Program at the Michigan University – Ann Arbor Michigan – USA.

Experiência Profissional:

CEEE, atuando em diversas áreas e tendo assumido diversos cargos: Assessor do Superintendente da Companhia Centro Oeste, responsável pela organização da empresa para a posterior privatização; Assessor da Diretoria para as áreas comercial e de informática; chefe do departamento comercial; chefe do departamento financeiro substituto, tesoureiro geral de 1974 a 1997; Responsável pela escolha dos sistemas de gestão comercial e de distribuição da empresa e líder do projeto de implementação dos sistemas comerciais e de gestão da mudança de janeiro de 1998 a junho de 1998; Líder comercial de junho de 1998 a janeiro de 1999; Sênior líder atuando mais especificamente na regulação de janeiro de 1999 à abril de 2000; Diretor Comercial, de Regulação e de Relações com Investidores, nesse período também liderou a equipe de avaliação de uma distribuidora no Equador – Emelec de abril de 2000 à junho de 2003; Conselheiro de Administração – AES Sul – novembro de 2000; Vice-Presidente do Conselho de Administração – AES Sul – Abril 2001; Diretor Presidente da AES Sul de março de 2003 à dezembro de 2003; Diretor Comercial e de Regulação – janeiro de 2004.

Antonio Luiz Barros de Salles – Conselheiro da Administração Suplente:

Data de nascimento:

23.02.1946

Formação Acadêmica:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (USP-1970), com curso de especialização em Direito Processual Civil (PUC-1974).

Experiência Profissional:

- Aposentado da CESP – Companhia Energética de São Paulo, desde agosto/1.996 e onde foi admitido em fevereiro/1.967 – fazendo carreira, mais adiante referida.
- Secretário de Vias Públicas da Prefeitura Municipal da Capital de São Paulo – Gestão Desembargador Régis de Oliveira (ano 2.000).
- Diretor Superintendente (Vice-Presidente) da Fundação CESP – 1.993/95 –
- Vice-Presidente da ABRAPP – Associação Brasileira de Entidades de Previdência Privada Complementar. – 1.993/95.
- Chefe de Gabinete da Presidência da ELETROPAULO – 1.991/1993.
- Chefe de Gabinete da Presidência da CESP – 1.987/1.991, cumulativamente com a Chefia da Assessoria Técnica da Presidência e com a da Chefia da Secretaria da Sociedade (que exerceu desde 1.983).

Ainda na CESP : Chefe dos Departamentos A) de Recursos Humanos; B) Jurídico; C) Patrimônio e Desapropriações. (Além de outras funções ao longo de quase 30 anos de Empresa, na qual ingressou como Auxiliar Administrativo).

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

ROBERTO PODESTA - Conselheiro da Administração Suplente:

DATA DE NASCIMENTO:

31.03.1956

FORMAÇÃO ACADÊMICA:

Graduado em Engenharia Mecânica pela PUC; Pós-Graduação em Engenharia de Segurança pela Unisinos e Pós-Graduação em Marketing na Fundação Getulio Vargas.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Trabalhou de 1976 a 1998 na Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul atuando na área comercial e na área técnica. Nos últimos cinco anos foi Gerente Geral da Planta de Preservação da Floresta. Desde 1997 no Grupo AES, foi até 2000 líder do time da Planta de Preservação da Floresta – Barreto na AES Sul e no último ano também atuou como líder do time da Central de Manutenção de Equipamentos e Supervisor de Segurança da AES Sul. Durante o período de junho de 2000 a outubro de 2001 esteve na AES Cesco – Bhubaneswar – Índia inicialmente entendendo a companhia, de novembro de 2000 a julho de 2001 como Diretor Técnico e de julho de 2001 até setembro de 2001 como Presidente Temporário. De outubro de 2001 até novembro de 2002 atuou como Assistance of Managing Director na AES Electricidad de Caracas. A partir de dezembro de 2002 na AES Eletropaulo foi diretor da Unidade Trabalhadores – Região Leste de São Paulo - até novembro de 2003. Em dezembro de 2003 retornou a AES SUL como Diretor de Operações, onde permanece até hoje.

LUCIO DA SILVA SANTOS – Conselheiro da Administração Efetivo:

DATA DE NASCIMENTO

16.12.1952

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduação em Administração de Empresas – UGF / RJ
 - Pós-Graduação em Organização, Sistema e Métodos - PUC / RJ
 - Pós-Graduação em Administração Pública - Fundação Getúlio Vargas / RJ
- Outros Cursos de Formação Profissional:
- Engenharia Operacional Elétrica – USU / RJ
 - Técnico em Eletricidade – CEFET / RJ

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. GOVERNO FEDERAL – CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

- Assessor Especial

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

2. GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Secretário de Estado Chefe do Gabinete Civil

3. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- Auditor Assistente / Auditoria Geral do TJ
- Assessor / Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJ
- Técnico Judiciário / Comarca de Nova Friburgo

4. SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO

- Diretor Geral de Administração e Finanças
- Assessor de Planejamento e Controle

5. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

- Chefe de Gabinete
- Coordenador de Assuntos de Justiça
- Superintendente de Orçamento, Planejamento e Modernização Administrativa
- Assessor – Chefe de Orçamento
- Assessor – Chefe de Planejamento e Controle

6. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO RJ

- Vice-Diretor Geral
- Superintendente Técnico e Administrativo

7. COMPANHIA DE TRANSPORTES COLETIVOS – C.T.C. / RJ

- Chefe de Gabinete da Presidência

8. DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO – DETRO / RJ

- Diretor Administrativo e Financeiro

9. SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

- Administrador de Empresas de Transportes de Passageiros

10. SECRETARIA DE ESTADO DE PROMOÇÃO SOCIAL

- Assessor de Planejamento e Controle

11. COMPANHIA DO METROPOLITANDO DO RIO DE JANEIRO – METRÔ / RJ

- Gerente do Departamento de Organização
- Assistente de Diretoria

12. NATRON CONSULTORIA E PROJETOS S.A . (ver projetos às fls.3)

- Coordenador de Suprimento Industrial
- Chefe do Departamento de Inspeção
- Inspetor de Equipamentos

13. LIGHT S.E.S.A.

- Técnico do Departamento de Distribuição Urbana

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Marcelo de Carvalho Lopes – Conselheiro da Administração Suplente:

DATA DE NASCIMENTO

21.09.1970

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- ◆ Graduação em Engenharia Mecânica pela UFRGS – RS, 1994
- ◆ Mestrado em Engenharia da Produção pela UFSC – SC, 1998
- ◆ Doutorado em Engenharia da Produção pela UFSC – SC, 2003

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Atuação como Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia - SEPIN e Secretário Executivo da Rede Brasil de Tecnologia. Como Secretário da SEPIN, atuação na proposição, coordenação, acompanhamento e execução da Política Nacional de Informática e Automação, desenvolvimento do setor de software e serviços relacionados no Brasil, internet e comércio eletrônico entre outros.
- Atuação como Assessor Especial do Ministro da Ciência e Tecnologia e Secretário Executivo da Rede Brasil de Tecnologia, programa estratégico do MCT que visa promover oportunidades para a substituição competitiva de importações de bens e serviços e à agregação de valor à produção nacional para exportação. Coordenação do Programa Delta, programa de cooperação entre Brasil e França e coordenação do Grupo de Trabalho Antipirataria. Coordenador de todos os assuntos relacionados com a agenda ABIMAQ e ALANAC.
- Secretaria da Ciência e Tecnologia – Porto Alegre/RS: Atuação como Coordenador de Projetos Especiais, destacando-se o projeto de “Desenvolvimento de Rede Gaúcha de Fornecedores de Base Tecnológica para o Setor de Petróleo e Gás Natural – Petro-RS” que visa incrementar a participação das empresas locais através do desenvolvimento de tecnologia local via um incremento da interação Universidade/Empresa. Organização e coordenação de missões governamentais para Alemanha, Argentina, Áustria, Estados Unidos, Finlândia, Itália, Suécia e Venezuela, além de projeto de cooperação com o Japão através da Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA).

Silvestre Rabello de Aguiar Júnior – Conselheiro da Administração Suplente:

Data de nascimento:

203/10/1969

Formação Acadêmica:

Engenheiro Químico pela Universidade Federal de Minas Gerais com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

(ENAP), MBA em Gerenciamento Estratégico da Informação pelo Instituto de cooperação e Assistência Técnica (ICAT/AEUDF) e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT), Especialização em Ciência de Informação e Inteligência Competitiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília.

Experiência Profissional:

Experiência de 8 anos em gestão governamental, administrativa e políticas públicas
Sólida formação acadêmica com graduação, especialização, mestrado e doutorado (em curso) em reconhecidas instituições de ensino.

Experiência de 15 anos em modelagem, especificação, implementação e gestão de sistemas de informação.

Experiência de 8 anos em elaboração, negociação e gestão de contratos e convênios

Experiência de 5 anos em estruturação organizacional.

Experiência de 10 anos em projeto e operação de plantas e laboratórios

Experiência de 2 anos em docência de Nível superior

Experiência em gerência de equipes, melhoria de processos de trabalho, planejamento estratégico, inteligência organizacional, ciência de informação, gerência de qualidade e gestão do conhecimento.

Função atual: Assessor Técnico no Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão desde 9.09.04

Lidiane Delesderrier Gonçalves - Presidente do Conselho Fiscal:

Data de nascimento:

11.07.1977

Formação Acadêmica:

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense – UFF/RJ; MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ; Curso de Importação e Exportação pela Universidade Cândido Mendes; Curso de Matemática Financeira voltada para o mercado de capitais pela Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro; Curso de Impostos Diretos, Curso de Impostos Indiretos, Curso de Direito Tributário, Curso de Direito Societário, Curso de Procedimentos Trabalhistas e Previdenciário, Curso de Procedimentos de Auditoria pela Deloitte Touche Tohmatsu.

Experiência Profissional:

Deloitte Touche Tohmatsu – Supervisora – de 1996 a 2002, Exercendo as seguintes atividades: Análise de diversos modelos financeiros de longo prazo (*project finance*) de investimentos estrangeiros, principalmente na área de energia elétrica; Liderança de equipes no atendimento a investidores estrangeiros interessados nas privatizações de empresas do ramo de energia elétrica de vários estados brasileiros (*due diligence*), atuando diretamente na área de impostos diretos, legislação societária e regulamentar e, indiretamente, nas áreas de impostos indiretos, contábil, trabalhista e previdenciária; Participação ativa no estudo e elaboração de planejamentos tributários; Participação em

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

reuniões estratégicas com executivos nacionais e estrangeiros com foco na melhor forma de implementar suas atividades no Brasil em consonância com o grupo de empresas em outros países no ponto de vista fiscal, societário e regulamentar; Auxílio a grandes empresas no processo de reestruturação societária; Atendimento com regularidade a empresas dos mais variados segmentos da economia, exercendo trabalhos sempre relacionados às áreas tributária, societária e regulamentar.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES - Rio de Janeiro – Analista de Desenvolvimento Econômico e Social - 2002 - Análise, estruturação e acompanhamento de projetos de diversos setores da economia para fins de liberação de recursos sob a forma de participação acionária ou debêntures conversíveis (pela BNDESPAR), bem como com a finalidade de reestruturação financeira de empresa/grupo econômico; Análise e estruturação de operações de venda de ações da carteira da BNDESPAR com o objetivo, por exemplo, de promover aumento do *free-float* das ações da empresa em questão; Análise e estruturação de projetos de diversos setores da economia para fins de liberação de recursos sob a forma de empréstimo (pelo BNDES), CURSOS – ATUAÇÃO COMO PALESTRANTE, Conselho Regional de Contabilidade, Curso de Imposto de Renda Pessoa Física; Deloitte Touche Tohmatsu, Curso de Impostos Diretos Curso de *Due Diligence* – Procedimentos necessários e pontos de atenção, Curso sobre organização e otimização de forma eficiente de assuntos administrativos.

Renato Francisco Martins – Conselheiro Fiscal Efetivo:

Data de nascimento:

01.10.1954

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes; Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Moraes Júnior; Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG; Mestrado em Engenharia de Produção – COPPE/UFRJ.

Experiência Profissional:

Arthur Young Auditores - Auditor Externo; Bolsa de Valores do Rio de Janeiro - Auditor Interno; Cargo Atual – Gerente

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Beatriz Oliveira Fortunato – Conselheira Fiscal Efetiva:

Data de nascimento:

08.05.1980

Formação Acadêmica:

Graduada em Engenharia de Produção pela - UFRJ

Experiência Profissional:

Monitoria de Matemática e Física no Colégio/Curso PH de 1998 a 1999; Estágio na Área Gerencial de junho de 2000 a dezembro de 2000 e Área de Análise de Empresas de janeiro de 2001 a dezembro de 2002 no Opportunit Asset Management; Analista de Empresas no Opportunity desde janeiro de 2003.

José Antonio Gragnani – Conselheiro Fiscal Efetivo:

Data de nascimento:

28.11.1962

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Metalúrgica pelo Mackenzie; MBA pelo IBMEC; Especializações em *Foreign Exchange*, Produtos Bancários, Mercados Futuros e Gerenciamento de Riscos de Produtos e Mercados.

Experiência Profissional:

Unibanco – União dos Bancos Brasileiros; BBA Creditanstalt – Operador – 1989 – 1991, Gerente de Controle Gerencial – 1991/1992, Banco Votorantin S.A. – Gerente de Tesouraria e Planejamento – 1994/1996 - Diretor-Adjunto – 1996/2001, Diretor Estatutário de Tesouraria – 2001/2002, Membro do Comitê do Banco Votorantin

Flávio Cals Dolabella – Conselheiro Fiscal Suplente:

Data de nascimento:

29.03.1970

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Brasília; Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB/DF; Pós-Graduado em Direito Econômico e Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; Governança Corporativa pelo Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras/Universidade de São Paulo - FIPECAF/USP.

Experiência Profissional:

Ministério dos Transportes – MT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT – Estagiário – 1992; Banco do Brasil S.A. – Posto Efetivo – 1994 a 1996; Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional – STN – Analista de Finanças e Controle – AFC – de 1996 até os dias atuais; já participou como Conselheiro Fiscal das seguintes empresas: Brasil Resseguros S.A. – Suplente – 1997/2003; Companhia de Transportes Coletivos de Fortaleza – Titular – 1997/1998; Centrais Elétricas Rondônia S.A. – Titular – 1998/2003; Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – Suplente – 1997/1999;

01417-6

../-

**02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR**

Banco do Brasil – Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. – Suplente - 1998/1999; Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – Suplente – 2002/2003; Assefaz – Suplente – 2002/2003; Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – Suplente – 2001/2003; Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – Arrendamento Mercantil – Suplente – 2001/2003; Fundo de Desenvolvimento Social – Conselheiro Curador – Titular – 2002/2003.

Tatiana Esteves Natal – Conselheira Fiscal Efetiva

Data de Nascimento:

09.10.1977

Formação Acadêmica:

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Pós-Graduação em Mercado Financeiro e de Capitais (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Experiência Profissional:

Veirano & Advogados Associados (Área Cível e Contencioso Comercial) – 1998; Eskenazi Pernidji Advogados (Direito Societário e Mercado de Capitais) – 1999/ 2002; BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Área de Renda Fixa) – Agosto de 2002 até a presente data.

Eduardo de Almeida Santos – Conselheiro Fiscal Suplente

Data de Nascimento:

04.01.1978

Formação Acadêmica:

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Experiência Profissional:

Desde 1998 trabalhando no Opportunity Asset Management, trabalhou nas áreas de Custódia Internacional, Controle de Risco, área de Produtos e atualmente está na área de equity research – onde faz análises e recomendações de empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

01417-6

../-

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO
(ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Britaldo Pedrosa Soares – Diretor Vice-Presidente e Relações com Investidores

Data de Nascimento:

11.04.1956

Formação Acadêmica:

Graduado em Engenharia Metalúrgica pela UFMG – 1980

Graduado em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral – 1985

Experiência Profissional:

1981-1992 – Citibank: Trainee a Vice-Presidente “Corporate Bank and International Corporate Finance”;

1992-1996 – CAEMI: CFO e Diretor de Relações com Investidores;

1997-1998 – Jari Celulose S.A.: CEO e Presidente

1998-1999 – Aço Villares S.A.: CFO e Diretor de Relações com Investidores;

1999-2003 – ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A.: CFO e Diretor de Relações com Investidores;

2000-2003 – ENRON South América – Vice-Presidente Financeiro e CFO;

2004-2005 – Prisma Energia Cone Sul – Vice-Presidente Financeiro.

Reapresentação Espontânea

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO					
9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)
	0	0,00	0	0,00	0
		0,00			0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL										3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE		5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)		7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)		9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)		11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS		14 - CONTROLADOR		
15/1 - CLASSE		15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)			15/3 - % PREFERENCIAIS										
001	AES Elpa S.A.										01.917.705-0001/30		Brasileira		SP
12.956.450		77,81	0		0,00	12.956.450		30,97	31/12/2004				SIM		
002	União Federal										00.394.460-0001/41		Brasileira		DF
3.335.596		20,03	0		0,00	3.335.596		7,97	31/12/2004				NÃO		
003	AES Transgás Empreendimentos S.A.										02.625.222-0001/25		Brasileira		SP
0		0,00	15.829.191		62,85	15.829.191		37,84	31/12/2004				SIM		
004	Brasiliiana Energia S.A.										05.482.166-0001/05		Brasileira		SP
0		0,00	1.858.601		7,38	1.858.601		4,44	31/12/2004				SIM		
005	BNDES Participações										00.383.281-0001/09		Brasileira		RJ
0		0,00	231.015		0,92	231.015		0,55	31/12/2004				SIM		
997	AÇÕES EM TESOURARIA														
0		0,00	0		0,00	0		0,00							
998	OUTROS														
359.158		2,16	7.265.960		28,85	7.625.118		18,23							
999	TOTAL														
16.651.204		100,00	25.184.767		100,00	41.835.971		100,00							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Elpa S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
001001	Brasiliana Energia S.A.				05.482.166-0001/05	Brasileira	SP
93.404.113.808	98,26	0	0,00	93.404.113.808	98,26	26/08/2005	
001002	Outros						
1.656.939.394	1,74	0	0,00	1.656.939.394	1,74	26/08/2005	
001999	TOTAL						
95.061.053.202	100,00	0	0,00	95.061.053.202	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Brasiliara Energia S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 26/08/2005
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 001002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Outros	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 26/08/2005
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA União Federal	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Transgás Empreendimentos S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
003001		Brasiliana Energia S.A.				05.482.166-0001/05	Brasileira
2.801.550.247	100,00	0	0,00	2.801.550.247	100,00	31/12/2004	SP
003999		TOTAL					
2.801.550.247	100,00	0	0,00	2.801.550.247	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 003001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Brasiliara Energia S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA Brasiliara Energia S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL						3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.			
004001	BNDES Participações S.A.						00.383.281-0001/09	Brasileira	RJ
300.000.000	49,99	50.000.006	100,00	350.000.006	53,85	31/12/2004			
004002	AES Brasil Holdings Ltda						05.692.190-0001/79	Brasileira	SP
300.000.001	50,01	0	0,00	300.000.001	46,15	31/12/2004			
004999	TOTAL								
600.000.001	100,00	50.000.006	100,00	650.000.007	100,00				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BNDES Participações S.A.	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004002	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Brasil Holdings Ltda	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
--------------------	--	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
004002001	AES Brasil Holdings Ltd						Ilhas Cayman	
185.573.084.172	100,00	0	0,00	185.573.084.172	100,00	22/12/2003		
004002999	TOTAL							
185.573.084.172	100,00	0	0,00	185.573.084.172	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004002001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Brasil Holdings Ltd	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 22/12/2003
-----------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
004002001001	AES International Holdings II						Ilhas Cayman	
1	100,00	0	0,00	1	100,00	22/12/2003		
004002001999	TOTAL							
1	100,00	0	0,00	1	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004002001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES International Holdings II	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 22/12/2003
--------------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL					3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		
004002001001001		AES Corporation					EUA	
50.000	100,00	0	0,00	50.000	100,00	22/12/2003		
004002001001999	TOTAL							
50.000	100,00	0	0,00	50.000	100,00			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 004002001001001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA AES Corporation	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 22/12/2003
-----------------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 005	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA BNDES Participações	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 31/12/2004
-----------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	
005001		União Federal			00.394.460-0001/41	Brasileira	DF
6.273.711.452	100,00	0	0,00	6.273.711.452	100,00	11/10/2002	
005999		TOTAL					
6.273.711.452	100,00	0	0,00	6.273.711.452	100,00		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM 005001	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA União Federal	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL 11/10/2002
--------------------	---	---

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL				3 - CPF/CNPJ		4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.		

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração:

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	ESCRITURAL		16.651.204	236.592	236.592
02	PREFERENCIAIS	ESCRITURAL		25.184.768	821.037	821.037
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			41.835.972	1.057.629	1.057.629

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	16/04/2001	1.057.629	14.784	Reserva de Capital	0	0,0000000000

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
0	0	

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
---------	-------------	------------	---

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
001	31/12/2001	567.382	DIVIDENDO	RCA	27/03/2002	ORDINÁRIA		11.339	0,0006800964	0
0,0000000000	0,0000000000	03/12/2003	0,0000000000							
002	31/12/2001	567.382	DIVIDENDO	RCA	27/03/2002	PREFERENCIAL		18.865	0,0007490602	0
0,0000000000	0,0000000000	03/12/2003	0,0000000000							
003	31/12/2001	567.382	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/03/2002	ORDINÁRIA		47.302	0,0028407523	0
0,0000000000	0,0000000000	03/12/2003	0,0000000000							
004	31/12/2001	567.382	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	27/03/2002	PREFERENCIAL		78.698	0,0031248275	0
0,0000000000	0,0000000000	03/12/2003	0,0000000000							

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R\$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		39,80	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						
02	PREFERENCIAL		60,20	NÃO		RESTRITO	70,00	SIM	
	NÃO	10% SUPERIOR A ORD	0,00	0,00000	NÃO	NÃO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
	0,00

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
	0	

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	5.635	86.275	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	-871.079

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1 - ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA			8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
01	ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	02.875.211/0001-01	FECHADA CONTROLADA		100,00 1,80
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2004	31/12/2004	99.996	
01/01/2003	31/12/2003	99.996	01/01/2002	31/12/2002	99.996
02	ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.	. . / -	FECHADA CONTROLADA		100,00 40,67
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2004	31/12/2004	3	
01/01/2003	31/12/2003	3	01/01/2002	31/12/2002	3
03	ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.	03.886.684/0001-69	FECHADA CONTROLADA		100,00 0,01
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS		01/01/2004	31/12/2004	500	
01/01/2003	31/12/2003	500	01/01/2002	31/12/2002	500

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

08.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	8ª
3 - Nº REGISTRO NA CVM	CVM/SER/DEB/2005/44
4 - DATA DO REGISTRO CVM	21/09/2005
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	20/08/2005
9 - DATA DE VENCIMENTO	20/08/2010
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	SEM PREFERENCIA
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	CDI+2,9% a.a.
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	-
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10.000,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	800.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	80.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	80.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01417-6

.. / -

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

VISÃO GERAL

A Eletropaulo é a maior Distribuidora na América Latina em receita e a segunda maior em volume de energia distribuída, segundo dados divulgados em 2004. Nosso negócio envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais na região metropolitana da grande São Paulo. Geramos uma receita líquida de R\$ 6.462 milhões em 2003 provenientes de vendas de 32.774 GWh de energia para aproximadamente 5,1 milhões de clientes e R\$ 7.430 milhões em 2004, de vendas de 32.668 GWh de energia para aproximadamente 5,1 milhões de clientes. No primeiro trimestre de 2005, geramos uma receita líquida de R\$ 1.979,6 proveniente de vendas de 7.939 GWh de energia para aproximadamente 5,2 milhões de clientes. A tabela a seguir mostra a porcentagem das nossas vendas de energia para os clientes residenciais, industriais, comerciais e outros clientes:

Venda de energia (2004)	Receitas	Volume de Vendas
Clientes residenciais	42,3%	35,7%
Clientes comerciais.....	31,1%	30,5%
Clientes industriais	19,4%	24,3%
Outros clientes.....	7,2%	9,5%

A tabela a seguir mostra algumas das nossas informações operacionais em 31 de dezembro de 2004, 2003, 2002 e 2001.

	Períodos Findos em 31 de dezembro de				
	1º trimestre de 2005	2004	2003	2002	2001
Energia comprada para revenda (GWh) (**)	9.432	37.886	38.773	41.551	40.225
Nosso Consumo (GWh)	7	29	35	46	79
Perdas de Energia (GWh) (*)	1.486	5.189	5.962	9.054	8.676
Vendas de Eletricidade (GWh)	7.939	32.668	32.774	32.451	32.485

(*) perdas de energia incluem as perdas de transmissão

(**) o valor da energia comprada difere do apresentado no ITR devido a um ajuste contábil no 1º trimestre

Em 31 de dezembro de 2004, nossa área de concessão cobria 4.526 km² da Cidade de São Paulo e 23 outros municípios na região metropolitana da grande São Paulo e regiões adjacentes. Em 2003, a atividade econômica na nossa área de concessão representou 12,2% do produto interno bruto ou PIB, com uma população estimada de aproximadamente 16 milhões. Em 31 de março de 2005, nossa rede consistia em 145 subestações de distribuição com uma capacidade de transformação de 12.638,28 MVA, 1.715,39 Km de circuitos de subtransmissão de linha (138/88 kV), uma rede de 1.535,86 condutores aéreos, 179,5 km de cabos subterrâneos e 1,1 milhões de postes.[renan]

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Nosso negócio, incluindo os serviços que prestamos e as tarifas que cobramos, está sujeito à regulamentação da ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Para mais informações, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro". Estamos sujeitos também ao contrato de concessão firmado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, que nos autoriza a distribuir energia na nossa área de concessão até 2028. Nosso contrato de concessão contém importantes disposições que afetam nosso negócio e nossos resultados operacionais, tais como regulamentação de tarifas, requisitos de investimentos de capital, e padrões mínimos de serviço, entre outros. Para mais informações a respeito do nosso contrato de concessão, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro – Concessões" e "Os Negócios da Emissora– Contrato de Concessão".

BREVE HISTÓRICO

1899

A Light chega ao País. Em 7 de abril, um grupo de empresários canadenses funda a The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited. Uma carta patente, expedida pela rainha Vitória do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, delineia os objetivos da nova companhia no Brasil quanto à produção de energia. O comunicado real menciona ainda poderes para estabelecer "também linhas telegráficas e telefônicas" e compra "de quaisquer bens móveis e imóveis, terras e direitos inerentes, inclusive referentes a energia hidráulica, lagos, açudes, rios e correntes de água". A 17 de junho, o presidente da República, o paulista Campos Salles, assina o Decreto nº 3.349, que autoriza o funcionamento da Light.

1900 – 1910

Em 7 de maio de 1900, o presidente do Estado de São Paulo e futuro presidente da República, Francisco de Paula Rodrigues Alves, aciona os dínamos da usina provisória a vapor instalada pela Light na rua São Caetano, no centro paulistano. Horas depois, sai às ruas um bonde elétrico da linha Barra Funda-Santa Ifigênia, a primeira da Capital e a primeira da Light no País. Já em 23 de setembro de 1901, é inaugurada a usina hidrelétrica de Parnaíba, no rio Tietê, a primeira da Light no Brasil – um passo decisivo para estender as linhas de bondes, fornecer energia às indústrias e disputar a iluminação pública com a San Paulo Gas.

Em 1903, é criada a Sbel – Sociedade Benéfica dos Empregados da Light.

1911 – 1920

A 14 de março de 1911, é assinado o primeiro contrato da Light com o governo paulista para iluminar as avenidas Brigadeiro Luiz Antonio e Higienópolis. Nesse ano, firma ainda um contrato com o governo estadual para instalar luz elétrica nas ruas não servidas pela

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

iluminação a gás. em 1912 entra em funcionamento a usina de Paula Souza, a vapor, com duas máquinas de 2.000 kW cada. Total da energia produzida pela Companhia : 20.000 kW. Chegam a São Paulo os anúncios luminosos, a Light inaugura sua fábrica de postes na Baixada do Glicério e os investimentos em geração continuam : em 1914, entra em operação a usina de Itupararanga, com três geradores de 12.500 kW cada. A energia produzida pela Light atinge 57.500 kW.

1921 – 1930

A Light começa a construir a sede da rua Xavier de Toledo, em 1925. No mesmo ano, é concluída a Usina de Rasgão e ampliada a de Paula Souza, elevando a produção de energia para 102.500 kW. Em 1926, é inaugurada a máquina nº 1 da Usina de Cubatão, fornecendo 28.000 kW. A Empresa amplia sua área de concessão. Em 1928, incorpora empresas do Vale do Paraíba e Oeste paulista. A energia produzida chega a 178.724 kW. Em 1930, explode a revolução liderada por Getúlio Vargas. O presidente Washington Luís é deposto. Vargas toma posse.

1931 – 1940

Um dos primeiros atos de Getúlio Vargas no poder é o Decreto nº 20.395, que suspende atos de alienação e similares de qualquer curso perene ou queda d'água, refreando o processo de concentração do setor elétrico verificado na década de 20 e afetando diretamente a Light. Novo decreto, em 1933, declara nula qualquer estipulação de pagamento em ouro, como eram fixadas conforme contrato entre a Light e o governo brasileiro as tarifas de energia elétrica. Em 10 de julho de 1934, é promulgado o Código de Águas, que durante anos serviu de instrumento legal básico de regulamentação do setor elétrico. Em 1939, começa a Segunda Guerra Mundial.

1941 – 1950

Em 1942, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália. Três anos depois, em 1945, termina o conflito mundial e Getúlio Vargas é deposto, começando no País um processo de redemocratização. Nas eleições presidenciais é eleito o general Eurico Gaspar Dutra. Em São Paulo, em 1947, todo o sistema de transportes coletivos da Light é transferido para a municipalidade – cria-se a CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos). Confirmava-se assim a tendência que vinha desde os anos 30 de a Light desvincular-se dos transportes coletivos para se concentrar somente no setor elétrico.

1951 – 1960

O governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, apresenta o Plano Básico Energético, que, entre outros itens, propõe a criação de uma holding para centralizar todas as atividades do Estado relativas à produção de energia elétrica. Nasce, assim, a semente da Cesp. Em 1954, é inaugurada a Usina Termoelétrica Piratininga. Em 1955, o governo

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

federal autoriza a importação de material elétrico para fomentar a indústria elétrica pesada. A Light, por outro lado, conclui a construção da parte subterrânea da Usina Henry Borden, em Cubatão. Em 1960, Juscelino Kubitschek inaugura Brasília.

1961 – 1970

A Light inicia o atendimento por telefone e faz seu último investimento em geração de energia, com a ampliação da Usina Henry Borden para 864.000 kW. O total de produção da Companhia chega a 1,4 milhão de kW. Em 1962, é assinado o Decreto nº 1.178, que regulamenta a criação da Eletrobrás. Em 1964, porém, a política brasileira muda de rumos com o golpe militar. O presidente João Goulart é deposto e assume o general Castello Branco. Em 1966, é criada a Cesp (Centrais Elétricas do Estado de São Paulo). A partir daí, unificam-se onze empresas controladas pelo governo estadual.

1971 – 1980

Em 1973, já denominada Brascan, a holding do grupo Light controla acionariamente 32 empresas, das quais apenas a Light – Serviços de Eletricidade S.A., explorava serviço público. Nesse mesmo ano, a Light reformula o sistema de atendimento ao consumidor, com sistema de comunicação mais eficiente e novos veículos. A tônica de suas campanhas publicitárias é sobre temas como o cuidado ao soltar pipas, a necessidade de vacinar os cães ou o tricampeonato de futebol em 1970. Finalmente, em 1979, a Light é comprada pelo governo federal, através da Eletrobrás, por US\$ 1,5 bilhão, incluindo sua dívida externa.

1981 – 1990

Em 1981, a Light em São Paulo passa para o controle do governo do Estado. É criada a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Já sob o controle estatal, em 1985 implanta a primeira etapa do Sistema de Supervisão e Controle (SSC), visando melhorar a distribuição de energia. Em 1987 é instalado o Centro de Operação do Sistema (COS), programado para recolher dados relativos ao sistema hidráulico da Empresa na Grande São Paulo. No final da década, em 25 de setembro de 1990, a Eletropaulo atinge 5 milhões de ligações, atendendo 20,6 milhões de pessoas em sua área de concessão. Por suas redes de distribuição passam 26% da energia consumida no País (cerca de 31.216 GWh). Nesse ano a Eletropaulo gera 10% da energia que fornecia. Sua capacidade instalada é de 1.390 MW (880 da Usina Henry Borden, 470 da Termoelétrica Piratininga e 40 de pequenas centrais).

1991 – 2000

Em 05.07.1996, foi promulgada a Lei Estadual nº 9.361, que criou o Programa Estadual de Desestatização dispondo sobre a reestruturação societária e patrimonial do setor energético. Cumprindo as determinações do Conselho Diretor do PED foram contratados,

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

mediante licitação os serviços de avaliação patrimonial da Eletropaulo à propositura de modelagem que melhor atendesse aos objetivos de desestatização.

Nos termos da referida Lei, e de acordo com o resultado dos estudos realizados pelas empresas especializadas contratadas para este fim, o Conselho Diretor do PED recomendou e o Exmo. Sr. Governador do Estado aprovou, na forma prevista no artigo 229, da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei nº. 9.457, de 05 de maio de 1997, a cisão parcial da Eletropaulo, a ser efetuada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para três sociedades constituídas para esse fim.

Como mais uma etapa para execução do PED, o Estado de São Paulo, na condição de acionista controlador, aprovou a constituição das sociedades denominadas:

EBE - Empresa Bandeirante de Energia S.A.; EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A..

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 1997, foi aprovada a cisão parcial da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., com versão de parcelas de seu patrimônio, avaliadas pelo seu valor contábil, em laudo de avaliação referido à 02 de dezembro de 1997, para incorporação, pelas sociedades citadas no parágrafo anterior, nos termos e condições previstos no Protocolo de Cisão Parcial, eventos esses efetivados em 01 de janeiro de 1998.

Em leilão realizado no dia 15 de abril de 1998, na BOVESPA a Lightgás Ltda., formada pelos grupos AES Corporation, Reliant Energy International, EDF – Electricité de France e CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, adquiriu por R\$ 2.026.732 mil, 74,88% do capital votante da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A..

Em 15 de junho de 1998, foi assinado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 162/98, com prazo de duração da concessão de 30 anos.

Em 1998 foi constituída a Metropolitana Overseas I Ltd., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora. Neste mesmo ano foi constituída a Eletropaulo Telecomunicações Ltda., tendo como objetivo a prestação de serviços de telecomunicações em geral por quaisquer meios disponíveis, a prestação de serviços técnicos, consultoria, manutenção e a participação em outras sociedades.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Em 1999 foi constituída a Eletroger Ltda., tendo como objetivo a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de usina termelétrica, bem como, a compra e venda de energia elétrica. Em atendimento ao disposto na Resolução Aneel nº. 664, a Companhia efetuou a alienação de sua participação no capital da Eletroger para Pleasanteville Participações Ltda., em 19 de março de 2002. Ainda neste ano foi também constituída a Metropolitana Overseas II Ltda., uma subsidiária integral sediada nas Ilhas Cayman, tendo como objetivo irrestrito e sem limitações, administrar os negócios de uma empresa de investimento e atuando como divulgadora e empreendedora, a qual em 24 de agosto de 2001 incorporou a Metropolitana Overseas I Ltd..

Em 2000 foi constituída a Eletropaulo Comercial Exportadora Ltda., tendo como objetivo comprar e vender, importar e exportar, por conta própria e de terceiros, sob comissão ou consignação, qualquer tipo de energia, principalmente a elétrica; produtos relacionados a telecomunicações e informática em geral, por quaisquer meios disponíveis; e produto de origem agrícola, animal ou mineral, em estado natural ou industrializado. Neste mesmo ano foi constituída a Logestic.com S.A., tendo como objetivo desenvolver, implantar e ofertar serviços de "e-procurement" que aumentem a eficiência da cadeia de suprimentos, bem como produzir, instalar e manter sistemas de informática; prestar serviços de comunicação, publicidade e propaganda em geral; prestar serviços de comunicação e de provimento de acesso via internet; prestar serviços e atividades relativos à distribuição de produtos e comércio eletrônico.

Em 11 de dezembro de 2000 nos termos da Instrução CVM nº. 31/84, a THE AES CORPORATION, a EDF INTERNATIONAL S.A. ("EDF"), a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL ("CSN"), a AES TREASURE COVE LTD. ("ATC") e a ENERGY I CORP. ("Energy I"), as três primeiras acionistas integrantes do grupo controlador da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light"), firmaram um Contrato de Compra e Venda de Ações ("Contrato"), visando a aquisição pela EDF e a AES, esta última através de sua subsidiária ATC, da totalidade da participação da Energy I, subsidiária da CSN, na Light, correspondente a 1.287.401.617 ações ordinárias, representativas de 9,18% do capital social total da Light. Desta forma a AES e EDF, após o fechamento da operação de aquisição das ações, serão, em conjunto, as acionistas controladoras da Light e, indiretamente, de sua subsidiária Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

2001 - 2003

Em 2001, ocorreu a finalização do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos grupos EDF e AES no capital social da Light, AES Elpa S.A. (atual denominação da LightGás Ltda) e, indiretamente da Eletropaulo. A EDF International S.A. e sua controlada Lidil Comercial Ltda. transferiram ações representativas do capital social da AES Elpa para controladas da The AES Corporation. Em contrapartida, a AES transferiu à EDF ações representativas do capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A.

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Com a conclusão deste processo de reestruturação, a AES assumiu isoladamente, com 88,21% das ações votantes, o controle societário da AES Elpa e, indiretamente, da Eletropaulo, assim como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda.). Por sua vez, a EDF passou a deter isoladamente o controle societário da Light, com 88,21% das ações votantes.

Esta reestruturação formalmente concluída em 6 de fevereiro de 2002, permitiu à Eletropaulo consolidar seu processo de gestão nos moldes preconizados pela filosofia AES acreditando que a Eletropaulo está apta, agora, a cumprir totalmente a sua missão de servir a comunidade fornecendo energia limpa, segura e confiável.

O ano de 2002 representou um marco inesquecível para todos nós, empresas e demais agentes do setor elétrico brasileiro. Iniciado ainda sob o impacto do racionamento de energia, só suspenso pelo governo federal em 1º de março, o exercício se desenrolou em meio a uma conjuntura de vertiginosas e importantes mudanças estruturais, que acabaram por comprometer os resultados financeiros do setor.

O ano de 2003 ficou gravado na história da AES Eletropaulo como um período atípico, porém positivo: abrigou a conclusão de um ciclo de grandes dificuldades financeiras que tiveram reflexos por todas as áreas de atuação da companhia.

Em 2003 o grupo AES e o BNDES assinaram acordo de longo prazo, que envolveu a constituição da Brasileira – holding que controla a AES Eletropaulo e outros ativos do grupo AES no Brasil.

2004-2005

O ano de 2004 marcou o início de uma nova fase da AES Eletropaulo em termos administrativos, operacionais e negociais, oferecendo uma sólida base para a evolução da Empresa. O início da remodelação se deu ainda no final de 2003 a partir do acordo firmado pelo grupo controlador AES Corp. com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que eliminou as incertezas relativas ao controle acionário da AES Eletropaulo. O segundo passo foi o equacionamento das pendências financeiras com bancos credores, por via de acordo assinado em março de 2004. O acordo proporcionou o alongamento do perfil de endividamento, a redução da exposição à variação cambial, o saneamento das situações de inadimplemento normalizando os pagamentos das dívidas e melhorando os indicadores de crédito da Empresa. Houve uma redução do risco de crédito associado à Eletropaulo, com a melhoria dos ratings para BB+ em escala local e B em escala internacional e ampliação dos limites de crédito com os bancos credores.

Com relação à gestão dos negócios e das operações, foram estabelecidas prioridades como a maior aproximação com o cliente e a comunidade em geral e a busca contínua de melhorias operacionais. As mudanças foram efetivadas com o engajamento de todos os funcionários, cientes de que a satisfação do cliente determina, em última instância, a

09.01 – BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

rentabilidade da Empresa. O trabalho da equipe tem como meta a excelência operacional e a integração à comunidade.

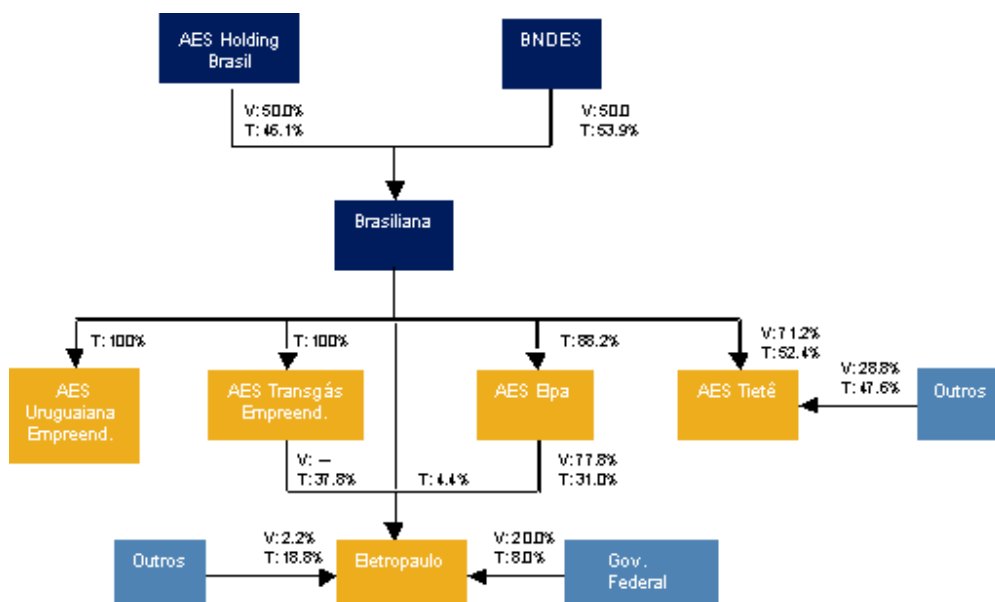
O modelo de transparência adotado com todos os seus públicos relacionados levou à adesão da Eletropaulo ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, com o compromisso assumido de melhores práticas de Governança Corporativa.

Excelência operacional e criação de valor que seja percebido pelo cliente são as duas bases sobre as quais a AES Eletropaulo constrói sua estratégia, definida a partir de um planejamento que envolve todas as áreas e cuja execução é avaliada e ajustada periodicamente. A estratégia foi desdobrada em quatro objetivos, que refletem as perspectivas financeira, de mercado, de processos internos e de aprendizagem: (1) Otimizar os investimentos para atender aos diferentes níveis de demanda; (2) Construir uma estratégia comercial para manter e ampliar o leque de clientes corporativos; (3) Otimizar a estrutura financeira, com a redução do custo médio da dívida e o alongamento de prazos; (4) Manter alto nível de excelência operacional, promovendo constantes progressos na qualidade dos serviços prestados, de forma a conservar uma elevada imagem entre os diversos públicos com os quais interage.

Em 2005, considerando a descontinuidade do projeto, a administração da Companhia decidiu encerrar as operações da Logistic.com S.A..

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Nossa atual estrutura acionária é a seguinte:



“V”: representa participação em ações ordinárias, direta ou indireta

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

“T”: representa participação no capital social total, direta ou indireta

FUNCIONÁRIOS

Em 31 de março de 2005, tínhamos 4.414 funcionários em tempo integral. O quadro abaixo mostra o número de funcionários e uma subdivisão de funcionários por categoria de atividade nas datas indicadas.

	31 de março 2005	Em 31 de Dezembro de					
		2004	2003	2002	2001	2000	1999
Funcionários da área corporativa	956	868	841	717	701	1,295	1,462
Distribuição.....	3.458	3.542	3.165	3.164	3.191	4.556	5.184
Total	4.414	4.410	4.006	3.881	3.892	5.851	6.646

Em 2001 e 2002, descentralizamos nossas operações, o que reduziu substancialmente nossas unidades corporativas. Como resultado, um maior percentual de funcionários foi alocado a ou considerado trabalhando na área operacional durante este período. Em 2003, começamos a realocar funcionários que desempenhavam funções administrativas para nossas unidades corporativas.

Desde nossa privatização, reduzimos o número de funcionários de 7.650 no ano encerrado em 31 de dezembro de 1998 para 4.410 funcionários em 31 de dezembro de 2004.

Para melhorar nossa eficiência operacional, produtividade e qualidade de serviço, investimos no desenvolvimento profissional de nossos funcionários por meio de cursos técnicos, seminários, *workshops* e treinamento especializado. Em 2004, fornecemos mais de 300.000 horas de treinamento, representando uma média de 72 horas de treinamento por funcionário.

Atualmente, investimos aproximadamente R\$ 1,4 milhões em educação de funcionários por ano. Com a implantação do programa de Educação Corporativa, que incluirá a implantação de ferramentas de longa distância tais como Aprendizagem Eletrônica (E-Learning) e TV Corporativa, esperamos que nosso orçamento de educação de funcionários e nossas horas de treinamento por funcionário quase dobrem. Nossa meta é fornecer uma média de 90 horas de treinamento por funcionário por ano, e estimamos uma redução de custo por hora de treinamento resultante do uso de ferramentas de longa distância.

Nossos principais programas de treinamento e desenvolvimento se dividem da seguinte forma:

01417-6

../-

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

- 70% são programas regulares, incluindo Manutenção e Construção da Rede de Distribuição, Manutenção de "Hot Line", Operação e Manutenção de Subestação, Fiscalização de Construção, Treinamento de Supervisor/Liderança e Detecção de Irregularidades; e
- 30% são cursos específicos, incluindo Treinamento para Satisfação do Cliente; Controles Internos, GIS, Suporte de Sistema/Emergência realizado por uma Equipe Especial de Motociclistas e nosso Torneio de "Rodeio de Energia", que recebeu diversos prêmios de órgãos externos.

Um total de 70% de nossos funcionários são membros de sindicatos, com os quais temos acordos de dissídio coletivo. Renegociamos estes acordos anualmente com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo, o principal sindicato representativo de nossos funcionários. Aumentos de salário, ajustes de benefícios e programas de participação nos lucros são em geral negociados anualmente. Acreditamos que temos um bom relacionamento com nossos sindicatos, e não tivemos nenhuma greve desde a privatização em 1998.

Fornecemos diversos benefícios aos nossos funcionários. O mais significativo é nosso patrocínio da Fundação CESP, patrocinada em parceria com outras dez empresas de energia elétrica, que complementa os benefícios de aposentadoria e saúde disponíveis para nossos funcionários, proporcionando planos de assistência odontológica, vale refeições, vale alimentação, vale transporte e seguro de vida. Todos os nossos funcionários participam do programa e quase todos os nossos funcionários optaram por participar do plano da Fundação CESP.

De acordo com a legislação brasileira, as empresas são obrigadas a compartilhar lucros com funcionários desde o exercício fiscal de 1996. Atualmente dispomos de um programa de participação nos lucros para todos os nossos funcionários, que é negociado anualmente com o sindicato. Nosso programa de participação nos lucros de 2004 estabelece o pagamento a cada funcionário de R\$ 2.850 em duas parcelas. A primeira delas venceu em setembro de 2004, e a outra vence por ocasião da consecução de determinadas metas pré-definidas. Se estas metas forem excedidas, os funcionários podem receber um montante adicional que varia de 1% a 50% do pagamento fixo de R\$ 2.850.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

VISÃO GERAL DA EMPRESA

A Eletropaulo é a maior Distribuidora na América Latina em receita e a segunda maior em volume de energia distribuída, segundo dados divulgados em 2004. Nosso negócio envolve a compra e subtransmissão de energia de alta voltagem (138kV e 88 kV), sua transformação em média e baixa voltagem, e sua distribuição e venda para consumidores finais na região metropolitana da grande São Paulo. Geramos uma receita líquida de R\$ 6.462 milhões em 2003 provenientes de vendas de 32.774 GWh de energia para aproximadamente 5,1 milhões de clientes e R\$ 7.430 milhões em 2004, de vendas de 32.668 GWh de energia para aproximadamente 5,1 milhões de clientes. No primeiro trimestre de 2005, geramos uma receita líquida de R\$ 1.979,6 proveniente de vendas de 7.939 GWh de energia para aproximadamente 5,2 milhões de clientes. A tabela a seguir mostra a porcentagem das nossas vendas de energia para os clientes residenciais, industriais, comerciais e outros clientes:

<u>Venda de energia (2004)</u>	<u>Receitas</u>	<u>Volume de Vendas</u>
Clientes residenciais	42,3%	35,7%
Clientes comerciais	31,1%	30,5%
Clientes industriais	19,4%	24,3%
Outros clientes	7,2%	9,5%

A tabela a seguir mostra algumas das nossas informações operacionais em 31 de dezembro de 2004, 2003, 2002 e 2001.

	<u>1º trimestre de 2005</u>	<u>2004</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Energia comprada para revenda (GWh) (**)	9.432	37.886	38.773	41.551	40.225
Nosso Consumo (GWh)	7	29	35	46	79
Perdas de Energia (GWh) (*)	1.486	5.189	5.962	9.054	8.676
Vendas de Eletricidade (GWh)	7.939	32.668	32.774	32.451	32.485

(*) perdas de energia incluem as perdas de transmissão

(**) o valor da energia comprada difere do apresentado no ITR devido a um ajuste contábil no 1º trimestre

Em 31 de dezembro de 2004, nossa área de concessão cobria 4.526 km2 da Cidade de São Paulo e 23 outros municípios na região metropolitana da grande São Paulo e regiões adjacentes. Em 2003, a atividade econômica na nossa área de concessão representou 12,2% do produto interno bruto ou PIB, com uma população estimada de

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

aproximadamente 16 milhões. Em 31 de março de 2005, nossa rede consistia em 145 subestações de distribuição com uma capacidade de transformação de 12.638,28 MVA, 1.715,39 Km de circuitos de subtransmissão de linha (138/88 kV), uma rede de 1.535,86 condutores aéreos, 179,5 km de cabos subterrâneos e 1,1 milhões de postes.[renan]

Nosso negócio, incluindo os serviços que prestamos e as tarifas que cobramos, está sujeito à regulamentação da ANEEL e ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Para mais informações, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro". Estamos sujeitos também ao contrato de concessão firmado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, que nos autoriza a distribuir energia na nossa área de concessão até 2028. Nosso contrato de concessão contém importantes disposições que afetam nosso negócio e nossos resultados operacionais, tais como regulamentação de tarifas, requisitos de investimentos de capital, e padrões mínimos de serviço, entre outros. Para mais informações a respeito do nosso contrato de concessão, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro – Concessões" e "Os Negócios da Emissora– Contrato de Concessão".

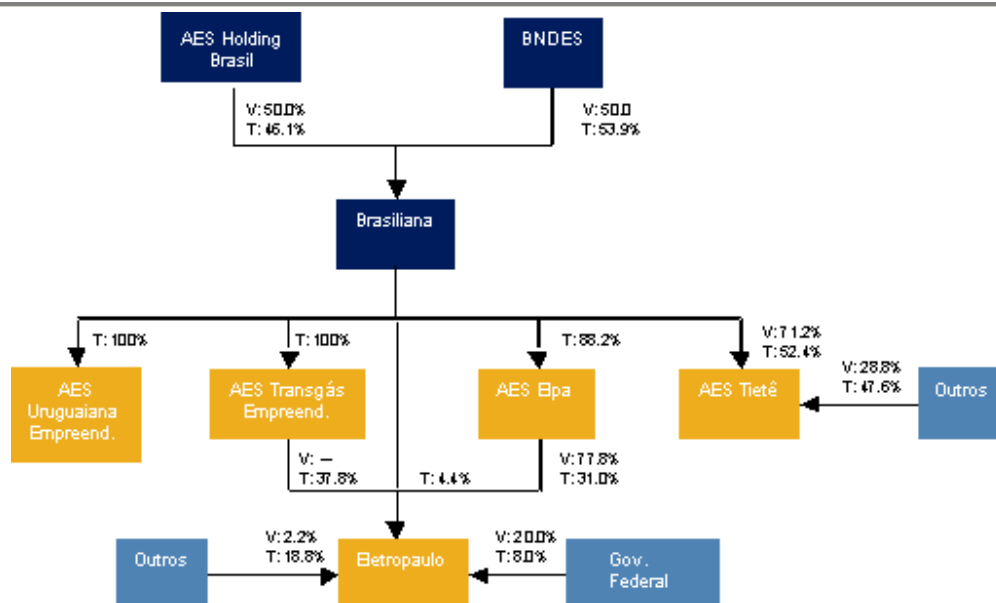
Nós somos controlados direta e indiretamente pela Brasileira Energia S.A. ("**Brasileana**") (que detém 77,8% das nossas ações ordinárias e 70,2% das nossas ações preferenciais), de cujo capital ordinário a AES Corporation ("**AES Corp**"), por meio da AES Brasil Holdings Ltda. ("AES Brasil"), detém 50% mais uma ação, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("**BNDES**"), por meio da BNDES Participações S.A. ("**BNDESPAR**"), detém 50% menos uma ação e 100% das ações preferenciais. A Brasileira detém ainda, 100% do capital social da AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. ("**Uruguaiana**"), e 71,3% e 32,0% das ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, da AES Tietê S.A. ("**AES Tietê**"). Nossas ações ordinárias e preferenciais estão listadas na BOVESPA sob os códigos (tickers) ELPL3 e ELPL4, respectivamente.

Nossa atual estrutura acionária é a seguinte:

01417-6

.. / -

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO



"V": representa participação em ações ordinárias, direta ou indireta

"T": representa participação no capital social total, direta ou indireta

Para maiores informações, veja "Os Negócios da Emissora – Breve Histórico".

VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que possuímos as seguintes vantagens competitivas, as quais pretendemos melhorar para incrementar nosso desempenho financeiro:

- *Área de Concessão Concentrada e Desenvolvida.* Nossa área de concessão cobre a maior parte da grande São Paulo, a maior região metropolitana do Estado mais desenvolvido e industrializado do Brasil. Nossa área de concessão representou 12,2% do PIB do Brasil em 2003. Temos um PIB *per capita altíssimo*, uma densidade populacional grande, e um dos melhores consumos da América do Sul. Além disso, a concentração da nossa rede nos possibilita a criação de uma economia de escala nos nossos investimentos e rede.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- *Base de Clientes Diversificada.* Temos uma base de clientes diversificada que não depende de um segmento particular da economia brasileira. Em 31 de março de 2005, vendemos 35,7% da nossa energia para clientes residenciais, 30,5% para clientes comerciais, 24,3% para clientes industriais e 9,5 % para outros clientes. Acreditamos que nossa base de clientes diversificada irá diminuir o impacto em nossa liquidez resultante da venda de energia para clientes de grande porte, ou potenciais clientes livres, que podem escolher por tal benefício e contratar energia diretamente de geradoras e outros participantes do mercado.
- *Serviço de Alta Qualidade.* Acreditamos que nosso serviço é de alta qualidade, com poucos e curtos episódios de interrupção. A variedade de serviços adicionais que oferecemos, tais como programas de eficiência de energia, gerenciamento de carga, e serviços de infra-estrutura de energia, diminui o custo de manutenção e melhora a satisfação do cliente.
- Nossos acionistas indiretos são AES Corp e BNDES. AES Corp é líder no setor de energia que detém e opera mais de US\$ 30 bilhões de ativos em 27 países, incluindo 120 plantas de geração de energia que fornecem mais de 44.000 MW de geração de capacidade e 17 Distribuidoras. O BNDES é a principal instituição financeira para a execução de políticas de investimento, tanto diretamente, como por meio do BNDESPAR, para programas e projetos relacionados ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. O BNDES é também uma fonte importante de financiamentos de longo prazo, com especial ênfase nos setores de investimento privado e de infra-estrutura pública, incluindo a indústria de energia. Acreditamos que o conhecimento técnico e operacional e a importância dos nossos acionistas nos fornecem vantagens importantes na administração das nossas operações.
- *Administração Experiente.* Nossa diretoria e conselho de administração possuem sólida experiência em indústrias de geração e distribuição de energia, nos setores privado e público. Em 31 de dezembro de 2004, nossa administração possuía uma média de 17 anos de experiência no setor elétrico.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Estratégia dos Negócios

Procuramos melhorar nosso desempenho financeiro dando prioridade às nossas áreas operacionais, financeiras e estratégicas, fornecendo um serviço seguro e confiável de forma a atender as necessidades dos nossos clientes. Os elementos-chave da nossa estratégia são:

- *Continuar Melhorando a nossa Posição no Mercado e a Qualidade do Serviço.* Acreditamos que uma importante vantagem competitiva, quando o mercado de energia brasileiro estará sob uma menor intervenção do Governo Federal em 2006, será a qualidade dos nossos serviços. Para atingir este objetivo, nós planejamos investir aproximadamente R\$ 420 milhões em 2005 e R\$ 330 milhões em 2006 para reduzir a indisponibilidade e para melhorar a nossa qualidade. Estes projetos de investimentos incluem a automatização e melhorias no nosso procedimento de manutenção. Nossa administração acredita que o aumento da automatização facilitará o pronto reconhecimento e localização das falhas do sistema, permitindo a redução do tempo de resposta e contribuindo para a melhoria da percepção dos nossos clientes e nossa posição no mercado. Considerando que parte do nosso Reajuste Anual de Tarifas é baseada no nível de satisfação dos nossos clientes, conforme medido pela ANEEL, um alto nível de qualidade dos serviços melhora diretamente os resultados financeiros.
- *Otimizar a Nossa Estrutura de Capital.* Nós e nossos acionistas após negociação que constituiu a Brasiliana, implementamos a renegociação de nossa dívida em 2004. Esse processo resultou em melhora na nossa liquidez. Por meio dessa operação, conseguimos realinhar nosso programa de amortização da dívida com a nossa geração de caixa no curto prazo. Como resultado, em 31 de março de 2005, 21% da nossa dívida de R\$ 5.289 milhões era de curto prazo, enquanto os restantes 79% eram de longo prazo. Adicionalmente, uma vez que US\$ 211 milhões da nossa dívida foram convertidos em reais no processo de renegociação, conseguimos mitigar a nossa exposição ao risco da taxa de câmbio. A nossa condição financeira mais estável e a estabilidade regulatória alcançada com a criação da Lei nº 10.848 para o Novo Modelo do Setor de Energia Elétrica propiciam condições favoráveis para um alongamento do perfil com redução de custo das nossas dívidas, melhorando assim nossa condição financeira.
- *Redução de Custo.* Tendo em vista que parte do aumento da nossa tarifa está diretamente atrelada a aumentos inflacionários, se mantivermos a variação de

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

nossos custos abaixo da inflação, a nossa lucratividade aumentará. Assim, estamos implementando um programa de redução de custo para manter nossa variação de custos operacionais abaixo da inflação. Nossa estratégia de redução de custo está baseada na melhoria da administração da cadeia de fornecimento, incluindo a implementação de prática global definida pela AES Corp para contratações e novos procedimentos para a administração de ativos, alocação de investimentos de capital e redução de perdas.

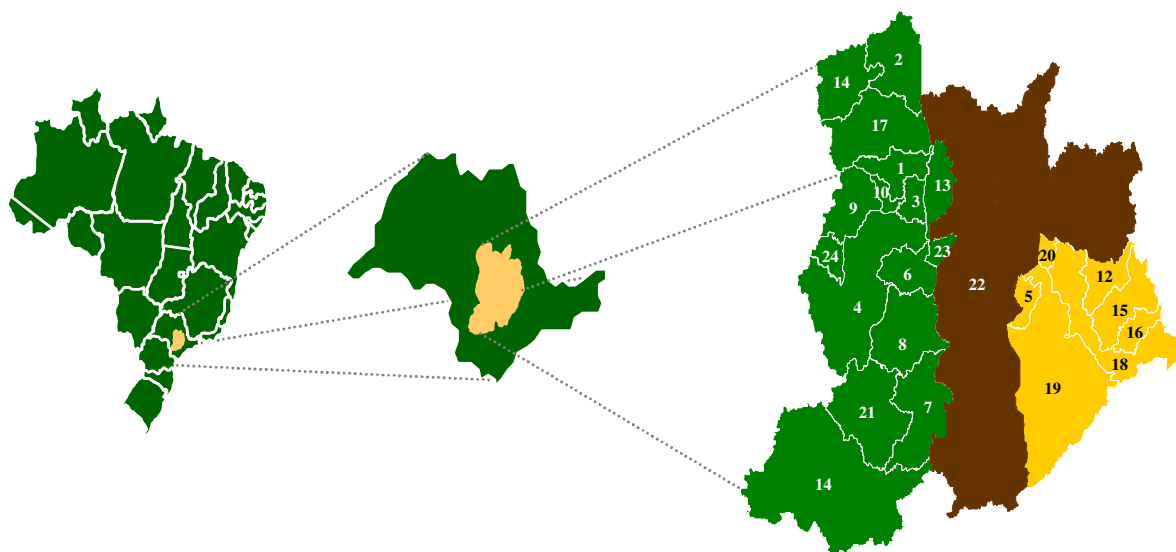
- *Redução de Perdas de Energia.* Sofremos perdas de energia como resultado de perdas técnicas atribuíveis ao nosso sistema de transmissão e distribuição e às perdas comerciais resultantes de conexões ilegais, roubos, fraudes, medições erradas e erros no faturamento. Embora nosso investimento em qualidade do serviço resulte em diminuição de perdas técnicas, nosso principal foco é a redução de perdas comerciais, por oferecer um grande retorno do investimento. Estes esforços incluem o uso de novas tecnologias que nos permitem descobrir conexões ilegais e analisar faturas irregulares em tempo real, assim como outros instrumentos de prevenção como os cabos anti-roubo e caixas de desvio. Além disso, promovemos freqüentemente campanhas anti-roubo e estamos em constante treinamento das nossas equipes técnicas para inspeções que ajudam a monitorar de forma mais eficaz o consumo irregular de energia. Nossas perdas de energia caíram de 12,8 em 2003 para 12,3 em 2004 e para 11,75% nos últimos doze meses.
- *Fortalecer o relacionamento com a ANEEL, CSPE e o MME.* Pretendemos continuar o trabalho junto à ANEEL, CSPE e ao MME, mantendo um canal aberto de comunicação constante com tais entidades, melhorando sempre o nosso relacionamento com eles e estando cada vez mais envolvidos com o processo de regulamentação, trocando informações e compartilhando conhecimentos.
- *Segurança dos nossos Empregados e Clientes.* A segurança dos nossos empregados é muito importante para nós. Revemos constantemente e melhoramos nossas regras e procedimentos internos para fortalecer a nossa relação com empregados e atingir um alto grau de eficiência. Por exemplo, nosso programa de segurança para eletricitas, "Segurança Sempre", foi um sucesso e está sendo adotado mundialmente por outras subsidiárias da AES Corp. Nossas políticas de segurança têm gerado bons efeitos e nosso número de acidentes graves diminuiu de 82 em 2002 para 48 em 2003 e para 28 em 2004. No primeiro trimestre de 2005, tivemos 15 acidentes graves. Além disso, promovemos programas de segurança para nossos clientes, o que não só resulta em queda da perda de energia, como também fortalece nossa relação com os clientes.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- *Melhoria da Governança Corporativa.* Nossos acionistas estão comprometidos a melhorar as nossas práticas de Governança Corporativa. Em 13 de dezembro de 2004, listamos nossas ações no nível 2 do segmento das práticas de Governança Corporativa da BOVESPA. Este segmento é destinado a companhias que voluntariamente adotam práticas de governança corporativa além daquelas impostas pela Lei nº 6.404/76, com o efeito de aumento geral dos direitos dos acionistas, em particular, dos minoritários, e melhoria da qualidade de informação fornecida no mercado brasileiro.

ÁREA DE CONCESSÃO

Nossa área de concessão cobre 4.526 km², incluindo a cidade de São Paulo e outros 23 municípios na região metropolitana da Grande São Paulo e regiões adjacentes. Nossa área de concessão cobre as seguintes regiões:



Os números que aparecem no mapa acima se referem aos seguintes municípios:

1- Barueri	9- Itapevi	17- Santana de Parnaíba
2- Cajamar	10- Jandira	18- Santo André
3- Carapicuíba	11- Juquitiba	19- São Bernardo do Campo
4- Cotia	12- Mauá	20- São Caetano do Sul
5- Diadema	13- Osasco	21- São Lourenço da Serra
6- Embu	14- Pirapora do Bom Jesus	22- São Paulo
7- Embu-Guaçu	15- Ribeirão Pires	23- Taboão da Serra
8- Itapeverica da Serra	16- Rio Grande da Serra	24- Vargem Grande Paulista

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Distribuímos energia numa área de concessão que engloba aproximadamente 8,8% da população do Brasil. Em 2003, nossa área de concessão representou aproximadamente 12,2% do PIB[=acima] brasileiro e teve o PIB per capita, densidade populacional, e consumo de energia por cliente mais elevados de qualquer outra empresa de distribuição de eletricidade na América do Sul, de acordo com informações obtidas do IBGE e do OLADE. Nossa área de concessão cobre aproximadamente 16 milhões de habitantes.

A energia é transferida de geradoras de energia para clientes através de sistemas de transmissão, subtransmissão e distribuição. A transmissão é a transferência em grande volume de energia em voltagens de 230kV ou superiores a partir de instalações de geração e estações de energia a sistemas de subtransmissão e distribuição por meio de uma rede de transmissão. Subtransmissão é a transferência em grande volume de energia que foi transformada de voltagens de 230kV ou superiores para voltagens de 138kV ou 88kV a partir de sistemas de transmissão para os sistemas de distribuição. Distribuição é a transferência de energia que foi transformada de voltagens de 138kV ou 88kV para voltagens de 34,5kV ou inferiores a partir de sistemas de transmissão e subtransmissão a clientes finais. Nossos sistemas de subtransmissão e distribuição são integrados à rede de transmissão para as regiões, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que serve aproximadamente 77 % do mercado brasileiro de energia, incluindo nossa área de concessão.

Vendemos 32.668 GWh de energia através de nossa rede em 2004 e 7.947 no primeiro trimestre de 2005. De acordo com demonstrações financeiras publicadas por outras empresas de distribuição, tivemos o segundo maior volume de vendas de eletricidade no Brasil em 2003, situando-se em segundo lugar, perdendo apenas para a CEMIG, a empresa de distribuição que serve a maior parte do Estado de Minas Gerais, que distribuiu aproximadamente 36.584 GWh durante o ano de 2003. Os dados de 2004 ainda não estão disponíveis.

A maior parte da energia que compramos tem voltagem de 230kV ou superior e é transportada de usinas de geração para nossa área de concessão através de diversas linhas de alta voltagem operadas por FURNAS e entregues à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., ou CTEEP, a operadora da linha de transmissão local. Temos 17 ligações de fornecimento elétrico através da CTEEP, e um com a geradora EMAE. Estas duas empresas nos entregam energia em voltagens de 88kV e 138kV, que transportamos para nosso sistema de distribuição através de linhas de subtransmissão.

Subtransmissão (138kV e 88kV)

Nosso sistema de subtransmissão consiste de 1.535,86 km de linhas suspensas e 179,5 km de linhas subterrâneas, totalizando 102 circuitos. A este sistema são conectadas as

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

nossas subestações e 102 subestações particulares de clientes (consumidores de alta tensão). Nosso sistema de sub-transmissão opera de forma radial em condições normais de operação, sem restrições à transferência de energia. Portanto, são realizados estudos para atendimento ao mercado de energia para condições normais de operação e condições de emergência neste sistema de subtransmissão, de forma a garantir o pleno atendimento ao mercado de energia.

Distribuição (2,8kV a 34,5kV)

Operamos 1.676 circuitos de distribuição (aérea) nas tensões de 3,8kV, 13,8kV, 20kV, 23kV e 34,5kV, e 95 circuitos de distribuição subterrânea (rede primária) que estão conectados às subestações. Nosso sistema de distribuição consiste em 38.835 km de cabos aéreos e 2.798 km de cabos subterrâneos. Parte dos nossos consumidores são supridos diretamente por esse sistema (consumidores de média tensão)

O restante dos nossos consumidores é atendido pela rede secundária (consumidores de baixa tensão), através de 109 mil estações transformadoras de distribuição, que transformam energia da rede primária, para a rede secund, que consiste de 17.835 km de cabos aéreos e 1.720 km de cabos subterrâneos (secundários), operando nas tensões de 115/230 V ou 127/230 V.

Operamos 145 subestações de distribuição com uma capacidade de transformador de 12.638,28 MVA. Nossas subestações, como aquelas em todo o setor de energia, estão projetadas para transportar mais carga do que a usualmente necessária durante operações normais. Cada subestação de transformação de distribuição possui vários transformadores instalados, que são alimentados por dois circuitos de subtransmissão, um circuito preferencial e um circuito reserva.

Caso o circuito preferencial se desligar, cada subestação de transformação de distribuição é dotada de um relê de transferência automática projetado para comutar da subestação para o outro circuito de subtransmissão dentro de 30 segundos, de forma a assegurar que a perda de qualquer elemento não resulte numa perda permanente de fornecimento.

Elaboramos planos de contingência para restaurar instalações com a finalidade de prevenir interrupções de linha de subtransmissão. Em caso de interrupções mais sérias, tais como falhas de transformador, posicionamos transformadores e equipamentos sobressalentes em subestações estratégicas para tentar minimizar os tempos de interrupções. Estes planos foram preparados para evitar ou limitar inconveniência a clientes.

Nosso projeto, operação e os sistemas de proteção dos circuitos de distribuição são similares aos encontrados nos Estados Unidos. A principal causa de interrupções nos circuitos de distribuição é devido a galhos de árvores que caem sobre a rede. Para tentar minimizar paralisações resultantes desta causa, implementamos programas de corte de árvores e a substituição da rede convencional por rede compacta (cabos protegidos) nos municípios dentro da nossa área de concessão.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

A manutenção e expansão de nossa rede de distribuição em geral exigem a construção de novas instalações e instalação de novos equipamentos. Esta expansão pode sofrer atrasos por diversas razões, inclusive problemas ambientais e de engenharia imprevistos. Entretanto, eventuais perdas resultantes de insuficiências em nossa rede de distribuição devidas a atrasos na construção e instalação de equipamentos são em geral reduzidas porque nosso sistema de distribuição está projetado para suportar sobrecargas temporárias dentro de limites pré-definidos e monitorados, e nossos planos de manutenção e expansão em geral contemplam soluções de construção alternativas.

Desempenho do Sistema

A tabela a seguir mostra determinadas informações a respeito de nossas perdas de eletricidade não incluindo perdas de transmissão (Rede Básica) relacionadas à nossa rede, e a frequência e duração de interrupções de energia por cliente por ano, nos anos indicados:

	1º trimestre 2005	2004	2003	2002	2001
Perdas técnicas.....	5,60% (*)	5,60%	5,60%	5,60%	5,50%
Perdas comerciais	6,15% (*)	7,17%	7,65%	7,67%	5,83%
		12,77			
Total de perdas de eletricidade	11,75%	%	13,25%	13,27%	11,33%
Paralisações					
Frequência de paralisações por cliente por ano (número de paralisações)	6,63	6,41	6,91	8,68	7,51
Duração de paralisações por cliente por ano (em horas)	8,90	8,94	8,21	11,09	8,99
Tempo médio de resposta (em minutos)	95	98	94	114	100

(*) informação dos últimos doze meses, ou seja, de 1º de abril de 2004 até 31 de março de 2005

Perdas de Energia

Costuma-se extratificar as perdas de energia em dois tipos: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de nossa distribuição de energia (perdas por aquecimento), incluindo perdas em todos os equipamentos e rede elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais e furto, erro de cadastro e medição. Nossa taxa de perda de energia, que foi de 13,3% em 2002, é baixa se comparada à média de outras grandes Distribuidoras brasileiras, que foi de 17,9% em 2002, de acordo com as informações mais recentes disponíveis da Associação Brasileira de Distribuição de Energia Elétrica, ou ABRADEE.

Como resultado do Programa de Racionamento implantado em 2001 tivemos um significativo aumento em perdas de energia resultantes fraudes de clientes que tentavam evitar o limite. Entre 2001 e 2003 nossas perdas comerciais aumentaram de 5,9% para 7,7%. Em 2004, tivemos uma redução nas perdas comerciais em comparação com 2003, assim como nos últimos doze meses. As perdas técnicas em 2004 e nos últimos 12 meses

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

foi de 5,6%, em relação as perdas comerciais, em 2004 foi de 7,17% e nos últimos 12 meses caiu para 6,15%. Esta redução resultou principalmente de um programa que desenvolvemos para redução de perdas. Direcionamos esforços no mapeamento da perda de energia, uso de novas tecnologias de detecção e coibição de fraudes, treinamento de equipes, disponibilização de canais de denúncias, como a parceria com o disque denúncia e desenvolvimento de um sistema de acompanhamento e gestão das atividades de campo ligadas a detecção de irregularidades, bem como campanha nos meios de comunicação visando a conscientização da sociedade quanto a problemática das perdas. Como parte do programa de combate a perda, realizamos também, a regularização de consumidores ligados clandestinamente à rede de distribuição. Com relação às perdas técnicas existe um plano de ação que inclui balanceamento de rede primária e secundária, alívio de carga, instalação e/ou reativação de Bancos de Capacitores.

Interrupções de Energia

Desde a privatização da Empresa, os indicadores de qualidade e confiabilidade tem apresentado significativas melhorias, reflexo de uma atuação focada e forte sobre os problemas que causam as interrupções no fornecimento de energia elétrica e da aplicação de tecnologia e soluções de engenharia mais eficientes.

Comparando os valores de DEC - Duração Equivalente por Consumidor, que indica o tempo total anual de interrupção, e FEC - Frequência Equivalente por Consumidor, que mostra quantas vezes no ano houve interrupções, de 1998, ano da privatização, com os valores verificados em 2004, é possível ter-se a dimensão exata de quanto a AES Eletropaulo conseguiu evoluir na qualidade do seu serviço.

Em 1998, tínhamos um DEC de 18,21 horas e um FEC de 10,19 vezes, em 2004 os valores foram respectivamente de 8,94 horas e 6,41 vezes, o que significa uma melhoria de 51% do DEC e de 37% do FEC. Comparando-se com a média nacional fica ainda mais evidenciado o esforço realizado visando a melhoria da prestação dos serviços.

A média nacional em 1998 para o DEC era de 24,05 horas enquanto o FEC apresentava um valor de 19,85 vezes, sendo que em 2004 estes foram respectivamente 16 horas e 12 vezes, com melhoria de 31% e 34%, os valores da AES Eletropaulo são quase 50% menores do que a média nacional.

Os pontos que contribuíram de forma mais significativa para a melhoria destes indicadores foram:

- Plano Verão - Ações especiais aplicadas no período de outubro a março e que visam a agilização do atendimento pelo aumento de turmas e estratégia de alocação destas;
- Constante monitoramento meteorológico visando a identificação de condições climáticas desfavoráveis e que tem impacto direto sobre o desempenho do sistema, permitindo a antecipação de estratégias de atendimento e dimensionamento de turmas de emergência;

01417-6

../-

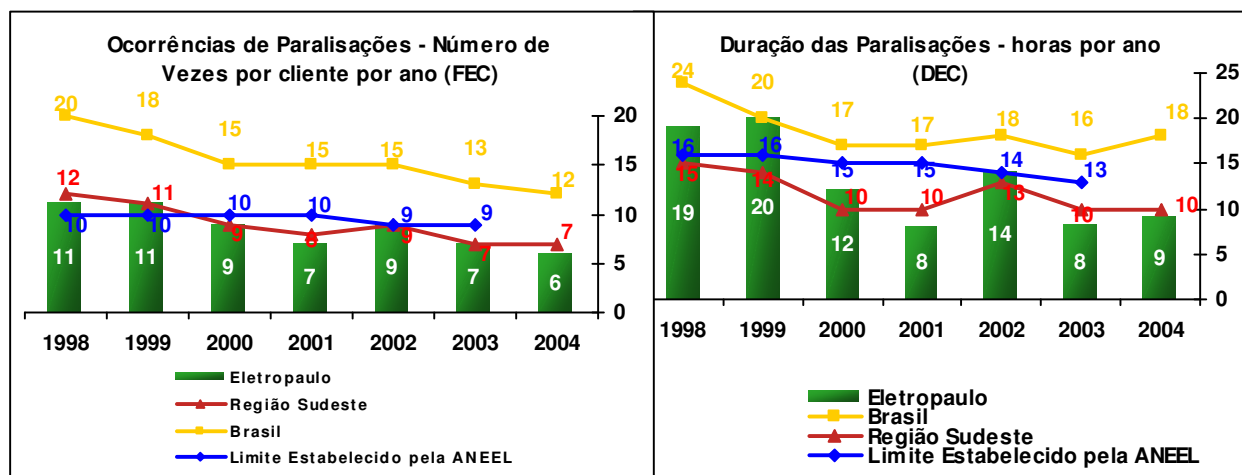
09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

- Trabalhos em linha viva reduzindo o tempo e a quantidade de interrupções programadas;
- Aquisição de equipamentos e veículos modernos e que permitem maior agilidade no atendimento de ocorrências, dentre estes destacam-se as cestas aéreas que deram maior mobilidade de trabalho para as turmas de atendimento;
- Melhor programação dos serviços de manutenção de forma a minimizar o impactos destas sobre a continuidade dos serviços prestados e racionalização de recursos;
- Substituição de equipamentos obsoletos que tem impacto direto sobre o fornecimento de energia elétrica;
- Investimentos em manutenção, adequação de conformidades e ampliação da capacidade dos sistemas de Subtransmissão e de Distribuição.

No ano de 2003, a AES Eletropaulo investiu em manutenção do seu sistema um total de R\$ 59,3 Milhões de reais e no ano de 2004 mais R\$ 73,9 Milhões, tendo já realizado neste primeiro trimestre de 2005 o investimento de R\$ 16,3 Milhões neste programa.

Finalizando, destaca-se que a evolução do tempo médio de atendimento às ocorrências do sistema elétrico da AES Eletropaulo desde 2000 diminuiu em 17,5%.

Os gráficos abaixo indicam nossa frequência e duração de paralisação em comparação com a média das ocorrências no Brasil e na Região Sudeste:



01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

* A partir de 2004, a Aneel passou a avaliar separadamente cada conjunto do sistema da Eletropa. Isto significa que mais de 54 conjuntos terão seu próprio Padrão Aneel máximo de DEC, FEC e TM. Sendo assim, não existe mais um Padrão para os indicadores de qualidade como um todo.

Características do Setor

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., como toda concessionária de energia elétrica é regida pelo Decreto nº. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), sendo que os serviços de energia elétrica foram regulamentados pelo Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, e possui características muito peculiares que a diferencia das outras empresas do sistema econômico, principalmente nos seguintes aspectos:

É uma empresa de prestação de serviços públicos de energia elétrica, por concessão da União, tendo como Poder Concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, subordinada ao Ministério das Minas e Energia, define "a priori" uma série de parâmetros a saber:

- a) padronização dos procedimentos contábeis, conforme Resoluções nºs. 1 e 444, da Aneel, de 24 de dezembro de 1997 e 26 de outubro de 2001 respectivamente;
- b) normatização dos procedimentos comerciais;
- c) padrões de atendimento aos consumidores;
- d) planejamento da expansão e gestão do sistema de forma integrada.

- não sendo o produto da empresa fisicamente acumulável, a capacidade das instalações e portanto, a seu vulto, deverão ser determinados de maneira que possam satisfazer, a qualquer momento, a máxima demanda de potência solicitada, além de uma indispensável reserva para o caso de reparos ou acidentes.

Até março de 1993 o setor se estruturou segundo um regime de equalização tarifária em todo o território nacional. Tal regime estabeleceu a garantia de remuneração mínima de 10%, e máxima de 12%, aplicada sobre seus ativos e estabeleceu um mecanismo de compensação entre as empresas, baseados no recolhimento da RENCOR - Reserva Nacional de Compensação de Remuneração, (empresas com excesso de remuneração) e nos créditos extra-patrimoniais de CRC - Conta de Resultados a Compensar (empresas com remuneração insuficiente).

A Lei nº. 8.631 e o Decreto nº. 774, ambos publicados em março de 1993 e a alteração feita através da Lei nº. 8.724 de 28 de outubro de 1993, determinaram a extinção da remuneração garantida, da CRC e do RENCOR cabendo às concessionárias o direito de

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

propor os seus níveis tarifários de acordo com seus custos, sendo também possível a compensação de débitos setoriais, que resultaram em significativa redução do passivo da Empresa.

As transformações institucionais no setor elétrico, seguiram-se com a promulgação dos Decretos nº. 915/93, que autorizou a formação de consórcios para geração de energia elétrica a ser utilizada nas respectivas unidades consumidoras e do Decreto nº. 1.009/93, que instituiu a SINTREL - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica, abrindo o acesso da malha de transmissão aos auto-produtores e até outras concessionárias não conectadas ao sistema do produtor. O SINTREL sinaliza para a introdução da concorrência na geração de energia elétrica.

As principais mudanças na exploração dos serviços públicos foram introduzidas pelas Leis nº.s 8.987/95, que dispôs sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos tratados no artigo 175 da Constituição Federal, e Lei nº. 9.074/95, que estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões desses serviços.

Essa legislação preocupou-se em estimular a competitividade, acabar com o monopólio estatal, negando-se exclusividade às novas concessões, proporcionando ao consumidor o direito de optar pelo prestador de serviço. Os serviços públicos de energia podem ser adquiridos por concessão (sempre mediante licitação), ou por autorização do Poder Concedente.

O artigo 42, da Lei nº. 8.987/95, dispõe que as concessões outorgadas antes da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, são consideradas válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato da outorga. O Decreto nº. 1.717/95, estabeleceu procedimentos para prorrogação das concessões de serviços públicos.

Em 10 de setembro de 1996, foi aprovado o Decreto nº. 2.003, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por auto-produtor, sendo o primeiro o novo agente criado pela atual legislação do setor elétrico.

Em 26 de dezembro de 1996, através da Lei nº. 9.427, foi constituída a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, que tem por finalidade regular e fiscalizar a Produção, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal, em substituição ao DNAEE - Departamento Nacional de Energia Elétrica.

Através da Resolução ANEEL nº. 30, de 30 de dezembro de 1997, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, considerando o processo de reestruturação societária e patrimonial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., empreendido pelo Governo do Estado de São Paulo, no contexto do Programa Estadual de Desestatização, com a criação de uma empresa de Geração, uma de Transmissão e duas de Distribuição, resolveu,

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

principalmente, sobre o seguinte:

- Anuir ao processo de reestruturação societária da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.
- As empresas que vierem a ter seu controle societário alienado à iniciativa privada, serão outorgadas e contratadas novas concessões, pelo prazo de 30 anos, nos termos dos artigos 27 e 30 da Lei nº. 9.074/95.
- As concessões para linhas e subestações que constituem o sistema de transmissão, em virtude do seu controle societário continuar com o Estado de São Paulo, deverão ser objeto de prorrogação de prazo de concessão nos termos da Lei nº. 9.074/95 e do Decreto nº. 1.717, de 24 de novembro de 1995.

A ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) foi criada pela Lei nº. 9.648 de 27 de maio de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº. 2.655, a missão de ONS é a coordenação e controle da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, assegurando a qualidade e a economicidade do suprimento de energia elétrica. As principais atribuições da ONS que interferem diretamente no relacionamento do órgão com as distribuidoras são:

- contratação e administração dos serviços de transmissão, do acesso à rede e dos serviços ancilares;
- proposição a ANEEL das ampliações e reforços da rede básica de transmissão;
- definição das regras para operação da rede básica de transmissão, a serem aprovados pela ANEEL.

O MAE (Mercado Atacadista de Energia Elétrica) foi criada pela Lei nº. 9.648 de 28 de maio de 1998, sua missão principal é a implantação do Mercado Atacadista de Energia, através do estabelecimento de regras transparentes para o funcionamento do Mercado, criação de um sistema logístico e computacional que permita a aplicação das regras e possibilite as transferências financeiras resultantes das transações e o estabelecimento de uma estrutura organizacional para a administração dessas operações.

O objetivo do MAE é criar o ambiente onde se processam a compra e venda de energia elétrica através de contratos bilaterais e de contratos de curto prazo, regulado por contrato multilateral.

Em 1 de junho de 2001, foi publicada a Medida Provisória nº. 2.152-2 que criou a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE com o objetivo de propor e implementar medidas de natureza emergencial decorrentes da atual situação hidrológica crítica para compatibilizar a demanda e a oferta de energia elétrica, de forma a evitar interrupções

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia elétrica.

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica ("Programa de Racionamento") foi criado pela Medida Provisória nº. 2.198, de 24 de agosto de 2001, com o objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média, a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não puderam ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do programa de racionamento, as empresas distribuidoras tinham vários pleitos com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, visando à recomposição do denominado "equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão", pois ocorreram vários eventos que no entender das empresas resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, principalmente as variações mensais de custos denominados como Parcela A, os quais não são gerenciáveis pelas distribuidoras.

Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento.

Entre as principais resoluções aprovadas pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias distribuidoras:

- (a) Recuperação das perdas de margens incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do Programa de Racionamento, em substituição ao direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia).
- (b) Recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A relativas ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.
- (c) Recuperação da parcela dos custos com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada "energia livre", a serem realizadas até dezembro de 2002, em substituição ao direito

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia).

Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do CCEE, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, foi repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, bem como relativa à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, foi firmada por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela ANEEL do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da ANEEL, que incluiu a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

A recuperação (receita) dos valores discriminados nos itens (a), (b) e (c) contabilizados como ativos regulatórios está sendo realizada a partir de janeiro de 2002 por meio da "recomposição tarifária extraordinária - RTE" (aumento nas tarifas de 2,9% para os consumidores residenciais e 7,9% para os demais consumidores), obedecendo a seguinte hierarquia:

- (i) para cada R\$ 1,00 arrecadado adicionalmente nas contas de energia a título de RTE, 73,46% é utilizado para a recuperação do saldo das perdas de margem e 26,54% é utilizado para a recuperação do saldo de energia livre. O valor mensal recuperado relativo à energia livre é também repassado proporcionalmente às empresas geradoras na forma de reembolso de pagamento. O prazo estabelecido pela ANEEL para a recuperação desses valores é de 70 meses contados a partir de janeiro de 2002. Os saldos são atualizados pela variação da Selic, acrescidos de juros de 1% a.a.
- (ii) Após a recuperação da recomposição tarifária extraordinária - RTE relativos aos valores de perda de margem (a) e energia livre (b), as empresas distribuidoras continuarão utilizando o mesmo mecanismo de cobrança da RTE para a recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A relativas ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001. O prazo estabelecido pela ANEEL para a recuperação desses valores é indeterminado. O saldo é atualizado pela variação da Selic.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA "PARCELA A" - CVA

A Lei nº. 10.438/2002, em conjunto com diversas Portarias Interministeriais, sendo a última a de nº. 361, datada de 26 de novembro de 2004, criou mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridas pelas distribuidoras de energia a partir de 26 de outubro de 2001. Esses custos são representados, principalmente por: (1) tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional; (2) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional; (3) quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis - CCC; (4) quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE; (5) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (6) compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; (7) encargos de serviços de sistema - ESS; (8) quotas de energia e custeio do Programa de Incentivo Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa; e (9) custos de aquisição de energia elétrica.

Adicionalmente, os seguintes itens de custo da "Parcela A" têm a data de alteração de seus valores concatenada com a data de revisão ou reajuste tarifário da distribuidora: (1) energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; (2) quota de reserva global de reversão - RGR; (3) taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; (4) encargos de conexão, inclusive aqueles decorrentes da entrada em operação de novos ativos de conexão; e (5) encargos de uso dos sistemas de distribuição.

PROGRAMA BAIXA RENDA

De acordo com a Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, em conjunto com diversas Resoluções emitidas até dezembro de 2003, são classificados na subclasse residencial baixa renda os consumidores com consumo mensal inferior a 80 KWh ou com consumo entre 80 e 220 KWh, neste último caso desde que atendam a alguns critérios definidos pela ANEEL.

O consumo da subclasse residencial baixa renda é valorizado por uma tarifa social estabelecida pela ANEEL. De acordo com a Resolução nº. 694, de 24 de dezembro de 2003, para os consumos cuja leitura foi tomada até 29 de fevereiro de 2004 fica mantido o benefício da tarifa social de baixa renda para os consumidores que atendam, alternativamente, aos critérios de classificação anteriores à Lei nº. 10.438, ou novos critérios estabelecidos na Resolução nº. 485, de 29 de agosto de 2002. Posteriormente à data de 31 de julho de 2004, o benefício da classificação como baixa renda aos consumidores cuja média móvel mensal dos últimos doze meses se situa entre 80 e 220 KWh ficará mantido para aqueles que estejam aptos a receber os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família do Governo Federal, conforme o artigo 2º. da Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O eventual aumento na receita decorrente da aplicação dos novos critérios estabelecidos deverá ser registrado no passivo para ser deduzido no próximo reajuste tarifário; entretanto, caso ocorra redução na receita, a Companhia terá direito ao recebimento de subvenção econômica nos termos do artigo 5º. da Lei nº. 10.604 e do Decreto nº. 4.538, de 17 de dezembro de 2002 e 23 de dezembro de 2002, respectivamente.

O saldo de R\$ 173.566, refere-se à diferença entre o custo com os valores do PIS e da COFINS efetivamente apurados resultantes da aplicação da legislação atual e aqueles incorporados à tarifa. Essa diferença foi originada das majorações de alíquotas e alterações do funcionamento dessas contribuições (não cumulativa), conforme determinou a legislação vigente (Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e Lei nº. 10.865 de 30 de abril de 2004).

A ANEEL, por meio do seu Ofício nº. 1.605/2004, datado em 27 de setembro de 2004, expressou o entendimento favorável de que:

- O repasse às tarifas dos efeitos decorrentes da nova legislação de PIS e COFINS é um direito líquido e certo desta concessionária.
- Os valores informados pela concessionária em planilha contendo a composição dos valores, aparentemente são adequados e servem de base para a sua contabilização e que o reconhecimento definitivo e repasse para as tarifas dependerá de regulamentação dos procedimentos e de posterior validação pela ANEEL.
- Os valores serão atualizados monetariamente e incorporados às tarifas, bem como que o prazo a ser definido pela ANEEL é preliminarmente estimado em período não superior a 3 anos.

Baseada neste Ofício da ANEEL, a Companhia procedeu ao registro contábil desse ativo regulatório, classificado no ativo realizável a longo prazo, diferimento de custos tarifários.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A ANEEL através da Resolução nº. 493, de 3 de setembro de 2002, estabeleceu metodologia e critério gerais para definição da base de remuneração, visando a revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. A Companhia, teve sua revisão tarifária ordinária na data base de 4 de julho de 2003 e os valores da base de remuneração de ativos foram estimados em caráter provisório pela ANEEL naquele exercício. Em 1º. de julho de 2004 a Resolução Homologatória nº. 157 da ANEEL complementou os resultados da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, fixando o novo valor do fator X, mas mantendo como provisório o valor da base de remuneração, a qual não foi validada pela ANEEL, podendo ser ajustado posteriormente quando da homologação definitiva dos referidos valores previstos para o reajuste a ser concedido na data base de 4 de julho de 2005.

IMPACTOS DO NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

Comercialização de Energia Elétrica e Outorga de Concessões

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- Regras gerais de comercialização de energia elétrica;
- Comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);
- Comercialização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e
- Outorgas de concessão

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº. 5.175, que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE será (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE será extinto e suas atividades e ativos serão absorvidos pela nova CCEE dentro de 90 dias da publicação do Decreto nº. 5.177, de 12 de agosto de 2004.

De acordo com o referido decreto, a CCEE será constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL.

A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE será responsável (i) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE será composta pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos consumidores livres e o seu conselho de administração será composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que será o seu presidente.

01417-6

../-

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004 através do Decreto nº. 5.184, o Governo Federal criou a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Impactos do Primeiro Leilão de Compra e Venda de Energia

Em 07 de dezembro de 2004 foi realizado o primeiro leilão de energia elétrica de empreendimentos existentes conforme Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004 e Resolução Normativa ANEEL nº. 110, de 3 de novembro de 2004. Adicionalmente, o artigo 2º. da Lei nº. 10.848, de 2004, dispõe que as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) devam garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento. O § 11 do mesmo artigo determina que cabe à ANEEL a realização e regulação das licitações para contratação regulada de energia elétrica, diretamente ou por intermédio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

01417-6

../-

09.03 - PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS

O comportamento do nosso mercado está diretamente relacionado ao crescimento da economia. Nossa área de concessão cobre a maior parte da grande São Paulo, a maior região metropolitana do estado mais desenvolvido e industrializado do Brasil.

Nos meses de janeiro e fevereiro, nosso negócio apresenta uma sazonalidade em função:

- (i) do faturamento dos últimos ciclos de dezembro (que são mais fracos devido aos feriados e faturados somente em janeiro),
- (ii) de ser um período de férias onde uma parte significativa da população viaja e
- (iii) de grande concentração de feriados, principalmente o carnaval.

A sazonalidade pode afetar adversamente o nosso resultado, porém nosso histórico ao longo dos últimos anos mostrou que a redução da carga neste período não foi significativa.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Venda de Energia Elétrica	95,58
02	Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	1,82
03	Outros Serviços	2,60

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . . / -
---------------------	------------------------	-----------------------

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR			9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.	

01	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Itaipu		NÃO LIGADO			31,90

02	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Geradora CESP		NÃO LIGADO			22,60

03	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Gerado Duke Energy - Parapanema		NÃO LIGADO			4,40

04	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Furnas S.A.		NÃO LIGADO			14,30

05	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
EMAE		NÃO LIGADO			5,00

06	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Geradora AES Tiete S.A.		EMPRESA DE PROPRIEDADE DO ACIONISTA CONTROLADOR			5,30

07	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Bilaterais - Outros		NÃO LIGADO			1,80

08	Energia Elétrica	NÃO	0	SIM	SIM
Bilateral - Geradora AES Tiete		EMPRESA DE PROPRIEDADE DO ACIONISTA CONTROLADOR			14,70

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

Distribuímos energia numa área de concessão que engloba aproximadamente 8,8% da população do Brasil. Em 2003, nossa área de concessão representou aproximadamente 12,2% do PIB brasileiro e teve o PIB per capita, densidade populacional, e consumo de energia por cliente mais elevados de qualquer outra empresa de distribuição de eletricidade na América do Sul, de acordo com informações obtidas do IBGE e do OLADE. Nossa área de concessão cobre aproximadamente 16 milhões de habitantes.

A energia é transferida de geradoras de energia para clientes através de sistemas de transmissão, subtransmissão e distribuição. A transmissão é a transferência em grande volume de energia em voltagens de 230kV ou superiores a partir de instalações de geração e estações de energia a sistemas de subtransmissão e distribuição por meio de uma rede de transmissão. Subtransmissão é a transferência em grande volume de energia que foi transformada de voltagens de 230kV ou superiores para voltagens de 138kV ou 88kV a partir de sistemas de transmissão para os sistemas de distribuição. Distribuição é a transferência de energia que foi transformada de voltagens de 138kV ou 88kV para voltagens de 34,5kV ou inferiores a partir de sistemas de transmissão e subtransmissão a clientes finais. Nossos sistemas de subtransmissão e distribuição são integrados à rede de transmissão para as regiões, Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que serve aproximadamente 77 % do mercado brasileiro de energia, incluindo nossa área de concessão.

Vendemos 32.668 GWh de energia através de nossa rede em 2004 e 7.947 no primeiro trimestre de 2005. De acordo com demonstrações financeiras publicadas por outras empresas de distribuição, tivemos o segundo maior volume de vendas de eletricidade no Brasil em 2003, situando-se em segundo lugar, perdendo apenas para a CEMIG, a empresa de distribuição que serve a maior parte do Estado de Minas Gerais, que distribuiu aproximadamente 36.584 GWh durante o ano de 2003. Os dados de 2004 ainda não estão disponíveis.

A maior parte da energia que compramos tem voltagem de 230kV ou superior e é transportada de usinas de geração para nossa área de concessão através de diversas linhas de alta voltagem operadas por FURNAS e entregues à Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A., ou CTEEP, a operadora da linha de transmissão local. Temos 17 ligações de fornecimento elétrico através da CTEEP, e um com a geradora EMAE. Estas duas empresas nos entregam energia em voltagens de 88kV e 138kV, que transportamos para nosso sistema de distribuição através de linhas de subtransmissão.

Subtransmissão (138kV e 88kV)

Nosso sistema de subtransmissão consiste de 1.535,86 km de linhas suspensas e 179,5 km de linhas subterrâneas, totalizando 102 circuitos. A este sistema são conectadas as nossas subestações e 102 subestações particulares de clientes (consumidores de alta tensão). Nosso sistema de sub-transmissão opera de forma radial em condições normais de operação, sem restrições à transferência de energia. Portanto, são realizados estudos para atendimento ao mercado de energia para condições normais de operação e condições de emergência neste sistema de subtransmissão, de forma a garantir o pleno atendimento ao mercado de energia.

Distribuição (2,8kV a 34,5kV)

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Operamos 1.676 circuitos de distribuição (aérea) nas tensões de 3,8kV, 13,8kV, 20kV, 23kV e 34,5kV, e 95 circuitos de distribuição subterrânea (rede primária) que estão conectados às subestações. Nosso sistema de distribuição consiste em 38.835 km de cabos aéreos e 2.798 km de cabos subterrâneos. Parte dos nossos consumidores são supridos diretamente por esse sistema (consumidores de média tensão)

O restante dos nossos consumidores é atendido pela rede secundária (consumidores de baixa tensão), através de 109 mil estações transformadoras de distribuição, que transformam energia da rede primária, para a rede secund, que consiste de 17.835 km de cabos aéreos e 1.720 km de cabos subterrâneos (secundários), operando nas tensões de 115/230 V ou 127/230 V.

Operamos 145 subestações de distribuição com uma capacidade de transformador de 12.638,28 MVA. Nossas subestações, como aquelas em todo o setor de energia, estão projetadas para transportar mais carga do que a usualmente necessária durante operações normais. Cada subestação de transformação de distribuição possui vários transformadores instalados, que são alimentados por dois circuitos de subtransmissão, um circuito preferencial e um circuito reserva.

Caso o circuito preferencial se desligar, cada subestação de transformação de distribuição é dotada de um relê de transferência automática projetado para comutar da subestação para o outro circuito de subtransmissão dentro de 30 segundos, de forma a assegurar que a perda de qualquer elemento não resulte numa perda permanente de fornecimento.

Elaboramos planos de contingência para restaurar instalações com a finalidade de prevenir interrupções de linha de subtransmissão. Em caso de interrupções mais sérias, tais como falhas de transformador, posicionamos transformadores e equipamentos sobressalentes em subestações estratégicas para tentar minimizar os tempos de interrupções. Estes planos foram preparados para evitar ou limitar inconveniência a clientes.

Nosso projeto, operação e os sistemas de proteção dos circuitos de distribuição são similares aos encontrados nos Estados Unidos. A principal causa de interrupções nos circuitos de distribuição é devido a galhos de árvores que caem sobre a rede. Para tentar minimizar paralisações resultantes desta causa, implementamos programas de corte de árvores e a substituição da rede convencional por rede compacta (cabos protegidos) nos municípios dentro da nossa área de concessão.

A manutenção e expansão de nossa rede de distribuição em geral exigem a construção de novas instalações e instalação de novos equipamentos. Esta expansão pode sofrer atrasos por diversas razões, inclusive problemas ambientais e de engenharia imprevistos. Entretanto, eventuais perdas resultantes de insuficiências em nossa rede de distribuição devidas a atrasos na construção e instalação de equipamentos são em geral reduzidas porque nosso sistema de distribuição está projetado para suportar sobrecargas temporárias dentro de limites pré-definidos e monitorados, e nossos planos de manutenção e expansão em geral contemplam soluções de construção alternativas.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Mercado

Tarifas de distribuição reguladas

Os resultados de nossas operações são afetados por alterações nas tarifas de distribuição reguladas que cobramos pela energia fornecida a nossos clientes. Em particular, a maior parte de nossa receita é gerada por vendas de energia a clientes finais cativos à tarifas reguladas. Em 2003, nossas vendas a clientes cativos representaram 97% do volume de energia que entregamos e 96,8% de nossas receitas operacionais. Com relação ao ano de 2004, nossas vendas a clientes cativos representaram 92,4% do volume de energia entregue e 96,1% de nossas receitas operacionais. No primeiro trimestre de 2005, nossas vendas a clientes cativos representaram 89,2% do volume de energia que entregamos e 95,1% de nossas receitas operacionais.

Nossas receitas operacionais e nossas margens dependem do processo tarifário da ANEEL e dos ajustes e revisões pertinentes. Para obter uma descrição sobre a regulamentação de tarifas, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro".

Nossas tarifas são calculadas tomando como base os valores históricos estabelecidos nos termos do nosso contrato de concessão, e são reajustadas conforme segue:

Reajuste Anual. Nosso contrato de concessão prevê um reajuste anual, um ano após a Data de Referência Anterior, que consiste na data (i) de assinatura do contrato de concessão, para o primeiro reajuste; ou (ii) a data de início da vigência do último reajuste ou da revisão que o tenha substituído, nos reajustes seguintes. No caso da Eletropaulo, tal reajuste ocorre sempre em julho, sendo dividido em duas parcelas:

- Parcela A: parcela da receita correspondente aos seguintes custos: cota da Reserva Global de Reversão – RGR; cotas da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; encargos da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; valores relativos à fiscalização dos serviços concedidos; compra de energia; e encargos de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica para revenda;
- Parcela B: valor remanescente da receita da Eletropaulo, excluído o ICMS, após a dedução da Parcela A.

Tal reajuste será calculado mediante a aplicação, sobre as tarifas homologadas, na Data de Referência Anterior, do Índice de Reajuste Tarifário (IRT), com base na fórmula a seguir:

$$\begin{array}{l} \text{Índice de Reajuste} \\ \text{Tarifário (IRT)} \end{array} = \frac{\text{VPA1} + \text{VPB0} \times (\text{IVI} + /-X)}{\text{RA0}}$$

01417-6

../-

11.02 – PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Onde:

VPA1 – Valor da Parcela A, considerando-se as condições vigentes na data do reajuste em processamento e a energia comprada em função do mercado de energia garantida da Eletropaulo, nos doze meses anteriores ao reajuste em processamento (“Mercado de Referência”);

RA0 – Receita Anual, calculada considerando-se as tarifas homologadas na Data de Referência Anterior e o Mercado de Referência, não incluindo o ICMS.

VPB0 – Valor da Parcela B, considerando-se as condições vigentes na Data de Referência Anterior e o Mercado de Referência, calculado da seguinte forma:

$$VPB0 = RA0 - VPA0$$

Onde:

VPA0 – Valor da Parcela A, considerando-se as condições vigentes na Data de Referência Anterior e a energia comprada em função do Mercado de Referência;

IVI – Número índice obtido pela divisão dos índices do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que vier a sucedê-lo, do mês anterior à data do reajuste em processamento e o do mês anterior à Data de Referência Anterior. Na hipótese de não haver um índice sucedâneo, o governo estabelecerá novo índice a ser adotado; e

X – número índice definido pela ANEEL, a ser subtraído ou acrescido ao IVI ou seu substituto. Para os primeiros 4 (quatro) reajustes anuais, o valor de X foi zero.

O Fator X . O fator X é formado por três componentes:

Xc. Xc é um fator baseado na satisfação de nossos clientes. Esse fator é pesquisado pela ANEEL e especificado todos os anos;

Xa. Xa é um fator baseado na diferença entre o Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, ou IPC-A, e o IGP-M multiplicada pelo custo total de nossa folha de pagamento (uma vez que o aumento de nossa mão-de-obra baseia-se no IPC-A e o aumento de nossas tarifas baseia-se no IGP-M) e é estabelecido todos os anos; e

Xe. Xe é um fator baseado no aumento de nossa produtividade no período de quatro anos e é estabelecido a cada quatro anos. Em nosso primeiro período de quatro anos, de 1999 a 2003, o Xe foi estabelecido como zero.

Revisão Periódica. Nosso contrato de concessão prevê uma revisão periódica a cada quatro anos, que estabelece o nível dos custos operacionais efetivos e a taxa justa de retorno sobre o capital que as tarifas deverão cobrir. Essa revisão afeta as tarifas dos nossos custos da Parcela B, mas não afeta as tarifas dos nossos custos da Parcela A, uma vez que tais custos são totalmente repassados ao consumidor. O nível dos custos operacionais efetivos baseia-se no conceito de uma “empresa de referência” teórica, que considera as condições reais geográficas, climáticas e econômicas da área em que está localizada a empresa de energia. O retorno sobre o capital é o resultado da

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

multiplicação da taxa mínima de retorno exigida (definida como 11,3% para todas as empresas de distribuição no Brasil) pela taxa básica, que é o total dos ativos necessários para fornecer serviços de distribuição. A primeira revisão periódica, que incluía a definição do componente Xe do fator X, ocorreu em 2003, e a próxima está programada para 2007.

Revisão Extraordinária. A legislação brasileira e nosso contrato de concessão também dispõem sobre uma revisão extraordinária, para considerar alterações imprevistas em nossa estrutura de custo. Atualmente cobramos tarifas suplementares que foram introduzidas em virtude do Racionamento.

Ao longo de 2002, os reajustes anuais foram os mesmos (em termos percentuais) para todos os nossos clientes. A partir de 2003, passamos a aplicar diferentes aumentos de tarifas a diferentes classes de clientes, com aumentos geralmente maiores para clientes que usam altas voltagens, com a finalidade de reduzir os efeitos dos subsídios históricos cruzados a seu favor. A tabela a seguir apresenta informações sobre as tarifas médias de comercialização de energia referentes às nossas vendas de energia durante os períodos indicados. As tarifas deverão ser avaliadas à luz da taxa de inflação no Brasil.

Tarifas Médias de Vendas de Energia⁽¹⁾⁽²⁾

	1º trimestre de 2005	Ano				
		2004	2003	2002	2001	2000
Tarifas residenciais (R\$/MWh)	313,2	287,84	256,04	224,19	169,66	153,68
Tarifas industriais (R\$/MWh)	211,2	189,29	156,23	135,28	110,59	94,10
Tarifas comerciais (R\$/MWh)	269,7	253,07	211,64	199,69	159,27	139,69
Outras tarifas (R\$/MWh)	199,2	185,45	157,12	140,99	110,23	103,83
Tarifa média (R\$/MWh)	264,3	241,28	207,30	181,09	142,38	126,62
Total de receitas de vendas de eletricidade (em milhões de reais)	R\$ 1.736	R\$ 7.882	R\$ 6.794	R\$ 5.876	R\$ 4.625	R\$ 5.908

Perspectiva do Mercado

Uma parte significativa de nossas receitas é proveniente de clientes residenciais e comerciais que, no conjunto, representaram 73,4% de nossas receitas em 31 de março de 2005. A tabela abaixo mostra a porcentagem de eletricidade que distribuimos a cada um dos nossos principais segmentos de clientes durante os períodos indicados.

(1) As tarifas de vendas de eletricidade foram calculadas dividindo-se (a) as vendas faturadas sem o ICMS (um tipo de imposto sobre valor agregado) por (b) MWh de eletricidade vendida.

(2) As tarifas incluem um reajuste extraordinário de 2,9% para clientes residenciais e rurais (excluindo clientes de baixa renda) e um reajuste extraordinário de 7,9% para todas as demais classes de clientes de 07 de Dezembro de 2001 em diante.

01417-6

.. / -

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

	Mix de Distribuição de Energia em Receitas					
	(% do mix total em receitas)					
	1º trimestre 2005	2004	2003	2002	2001	2000
Residenciais.....	42,3	41,1%	40,4%	39,1%	38,4%	40,9%
Comerciais.....	31,1	30,3%	29,9%	29,4%	29,4%	28,0%
Industriais.....	19,4	20,8%	21,6%	23,7%	24,4%	23,6%
Outros.....	7,2	7,8%	8,0%	7,8%	7,8%	7,5%

Vendas a Consumidores Potencialmente Livres

O governo introduziu mudanças com a finalidade de estimular o crescimento de negócios de energia no mercado livre, permitindo aos clientes qualificados optar por tornarem-se consumidores livres autorizados a comprar energia no mercado livre. Veja "O Setor De Energia Elétrica Brasileiro — O Ambiente de Contratação Livre". O consumo de nossos consumidores potencialmente livres comparado ao consumo total de nossos clientes cativos é relativamente baixo, mas em 2003, em 2004 e no primeiro trimestre de 2005, aproximadamente 13,2%, 9 % e 7%, respectivamente, de nossas vendas de energia. Em 2004, 44 de nossos clientes optaram por se tornarem em consumidores livres. No primeiro trimestre de 2005 foram 20 clientes. O consumo dos 88 clientes representou 12% da carga total na área de concessão da Eletropaulo em 2004. Durante o ano de 2004 e no primeiro trimestre de 2005, 40 e 17 clientes respectivamente optaram por renovar seus respectivos contratos com a Eletropaulo e permanecer clientes cativos. Seu consumo representou 0,4% de nossas vendas de energia em 2004. De acordo com a Lei 9.074/95, consumidores industriais que comprem sua energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a um preço subsidiado. Esse subsídio está programado para terminar em julho de 2007. Acreditamos que para os próximos anos, o preço de comercialização de energia no ambiente de contratação livre permanecerá relativamente baixo devido ao excesso de geração de energia no Brasil, mantendo a atratividade do mercado livre. A Eletropaulo mantém um forte programa de relacionamento com estes clientes, que busca de um lado esclarecer os riscos de migração para o mercado livre e de outro apresentar outras alternativas de agregação de valor, tais como: energias temporárias e interruptíveis, pagamento de contas de energia com créditos de ICMS, projetos de eficiência de energia e planos de benefício (gerenciamento de carga e manutenção preventiva). Caso o cliente opte pelo mercado livre, a Eletropaulo preserva o relacionamento comercial através do contrato do uso do sistema de distribuição.

Preços da Energia Comprada

Atualmente compramos nossa energia de acordo com quatro tipos básicos de contratos de fornecimento:

- contratos iniciais, que terminam em dezembro de 2005 e representavam 51,5% de nosso fornecimento de energia em 31 de dezembro de 2004 e 19,5% em 31 de março de 2005;
- obrigações de comprar energia de Itaipu até 2023, que representavam 31,9% de nosso fornecimento de energia em 31 de dezembro de 2004 e 31,9% em 31 de março de 2005;
- contratos bilaterais de curto e longo prazos firmados com geradoras privadas, que representavam 14,7% de nosso fornecimento de energia em 31 de dezembro de 2004 e 21,5% em 31 de março de 2005; e

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

- compras no Mercado Atacadista de Energia Elétrica(MAE) ou Compra em Leilão, que representavam 1,9% de nosso fornecimento de energia em 31 de dezembro de 2004 e 27,1% em 31 de março de 2005.

Após a implantação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, sujeitos a certas exceções descritas em "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro — O Novo Modelo para o Setor — Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico", não mais estaremos autorizados a firmar contratos bilaterais, exceto no Ambiente de Contratação Regulado e, conseqüentemente, precisaremos comprar toda a energia adicional necessária em leilões públicos. Entretanto, nossos contratos bilaterais em vigor antes da implantação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permanecerão válidos, inclusive nosso contrato de 15 anos de comercialização de energia com a AES Tietê. De acordo com esse contrato, a quantidade de energia entregue a nós pela AES Tietê aumentará na medida em que nossos contratos iniciais forem reduzindo. Como resultado, a partir de janeiro de 2006, contrataremos 100% da produção da AES Tietê gerada a partir de sua capacidade instalada de 2.651 MW. O preço do contrato é denominado em reais e indexado anualmente ao IGP-M. A ANEEL aprovou o preço da energia no contrato da AES Tietê, e estamos autorizados a repassar 100% do custo de compra para a tarifa dos consumidores.

Nossos principais fornecedores de energia são Duke Energy International Geração Paranapanema S.A., ("Paranapanema"), AES Tietê, CESP - Empresa Energética do Estado de São Paulo, ("CESP"), Itaipu, Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("EMAÉ"), e Furnas Centrais Elétricas S.A., ("FURNAS"). As tabelas a seguir especificam, para os períodos indicados, certas informações sobre tarifa e volume relacionadas a nossos principais fornecedores:

Fontes de Energia

	1º trimestre 2005	2004	2003	2002	2001
(MWh):	710.946				
CESP ⁽¹⁾		8.545.286	8.726.592	11.705.877	11.705.887
EMAÉ	135.620	1.879.649	1.664.685	2.242.560	2.232.177
AES Tietê	223.031	1.997.656	2.737.626	3.687.960	3.672.264
FURNAS	652.672	5.410.330	8.011.296	10.792.320	10.749.810
Paranapanema	173.763	1.672.100	2.132.878	2.873.280	2.681.048
Itaipu	3.103.456	12.094.178	12.364.331	10.474.896	10.198.784
Contratos Bilaterais	2.090.904	6.286.758	3.136.062	-	-
Leilão - CCEAR	2.640.999	-	-	-	-

(1) Em 1999, a CESP foi subdividida em diversas empresas de geração: AES Tietê, Paranapanema e CESP. Até Junho de 1999, as compras de energia de FURNAS foram incluídas na Conta CESP.

Tarifas Médias de Compra de Energia⁽¹⁾

	1º trimestre 2005	2004	2003	2002	2001
(R\$/MWh):	80,92				
CESP		76,97	67,46	55,67	46,28
EMAÉ	81,55	77,89	65,65	53,82	44,14
AES Tietê	79,59	77,50	66,52	55,29	50,38
FURNAS	104,71	98,67	82,04	65,46	51,27
Paranapanema	80,97	77,66	67,16	55,25	46,83
Itaipu	100,27	93,32	95,42	106,14	96,17
Contratos Bilaterais	116,22	108,52	92,00	-	-
Leilão	57,51				

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

(1) As tarifas relativas a compras de eletricidade foram computadas dividindo-se: (a) as compras correspondentes sem dedução de ICMS por (b) MWh de eletricidade comprada.

Os preços que pagamos de acordo com nossos contratos iniciais e nossos contratos bilaterais são reajustados anualmente em julho. Em julho de 2003 e em julho de 2004, os reajustes dos preços médios de nossos contratos iniciais foram 28,4% e 9,4%, respectivamente, e o reajuste dos preços médios de nossos contratos bilaterais em julho de 2004 foi de 9,6%. Os preços especificados no contrato com Itaipu são reajustados anualmente em janeiro com base nos custos operacionais e de financiamento de Itaipu. Em janeiro de 2003, janeiro de 2004 e janeiro de 2005, os reajustes de preço foram da ordem de 0,1%, 1,7% e 7,62%, respectivamente. Todos esses reajustes de preços são integralmente repassados a nossos clientes nos Reajustes Anuais das Tarifas; entretanto, como os preços que Itaipu cobra aumentam em janeiro e os nossos Reajustes Anuais de Tarifas não ocorrem até julho, as quantias que sofreram aumentos e que pagamos entre janeiro de julho são alocadas para a nossa Conta CVA e refletidas nos aumentos de tarifa do ano seguinte.

Os preços dos contratos bilaterais, dos contratos iniciais e do contrato com Itaipu são reajustados de acordo com a regulamentação aplicável. Os preços do contrato com Itaipu estão em dólares norte-americanos e são pagáveis em reais; os preços dos contratos bilaterais e dos contratos iniciais são indexadas ao IGP-M. Em dezembro de 2004, a tarifa de energia comprada de Itaipu para o ano de 2005 foi estabelecida em uma importância igual a US\$ 19,2071/kW. Essa tarifa é composta dos seguintes itens:

Tarifa de Venda de Itaipu ⁽¹⁾	18,73
Energia alocada do Paraguai para o Brasil	0,5829
Saldo da Conta de Negociação ⁽²⁾	(0,105839)
Total	19,2071

De acordo com a Resolução Nº. 110/2004 da ANEEL, as tarifas dos contratos de energia que serão celebrados no Ambiente de Contratação Regulada serão atreladas ao IPC-A. Não prevemos nenhum problema significativo com esse novo índice porque os custos de energia são repassados aos nossos clientes por meio de mecanismos de Reajuste Anual de Tarifa.

Variações de Custos não Gerenciáveis — Custos da Parcela A

No início de 2001, o governo criou a Conta CVA com a finalidade de contabilizar as variações dos custos da Parcela A entre os reajustes anuais. A Conta CVA está descrita na Nota 12 de nossas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2004 e na Nota 9 referente ao ITR encerrado em 31 de março de 2005. Sempre que esses custos forem superiores àqueles incluídos em nossas tarifas de distribuição de energia, temos o direito de recuperar a diferença por meio de Reajustes Anuais de Tarifas subsequentes. Da mesma forma, se os custos da Parcela A forem inferiores aos custos incluídos em nossas tarifas de distribuição de energia, geralmente repassamos essa economia para os clientes, por meio de tarifas mais baixas no futuro.

Quando há variações nos custos da Parcela A que serão refletidas em tarifas futuras, nós diferimos os custos aumentados e os lançamos em nosso balanço na Conta CVA. Essas quantias serão contabilizadas como despesas quando cobrarmos o aumento de tarifas pertinente. Em 31 de dezembro de 2003, registrávamos ativos de R\$ 699 milhões e um passivo de R\$ 75 milhões em

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

relação à nossa Conta CVA, e o montante líquido representava 28,5% de nosso patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2004, registrávamos ativos de R\$ 643 milhões e um passivo de R\$ 64 milhões em relação à nossa Conta CVA, e o montante líquido representava 26,3% de nosso patrimônio líquido. Em 31 de março de 2005, registrávamos ativos de R\$579 e um passivo de R\$149 em relação à nossa Conta CVA. Esses montantes são corrigidos pela SELIC + 1%. Em 2003 e 2004 registramos R\$ 102 milhões e R\$ 110 milhões de receita financeira líquida em nossa Conta CVA respectivamente. Em 31 de março de 2005, registramos R\$ 35 milhões de receita financeira líquida.

Variações de Custos Gerenciáveis — Custos da Parcela B

Os custos da Parcela B são aqueles sobre os quais temos controle e incluem, entre outros, o retorno sobre o investimento referente à nossa área de concessão e sua expansão, bem como impostos sobre nossas receitas e custos de depreciação, manutenção e demais custos operacionais. Como nosso Reajuste Anual de Tarifa é calculado, em parte, multiplicando-se os custos da Parcela B pelo IGP-M, na medida em que conseguirmos manter os aumentos de nossos custos operacionais abaixo da taxa do IGP-M, receberemos nas tarifas a diferença entre o aumento efetivo dos custos e o aumento ajustado pela inflação, o que aumentará diretamente a nossa rentabilidade. Da mesma forma, na medida em que nossos custos operacionais excederem o IGP-M, nossa rentabilidade será negativamente afetada.

Análise do Mercado da Eletropaulo

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

	Controladora e consolidado		
	2004		
	Número de consumidores Faturados (*)	MWh (*)	R\$
Classe de consumidores:			
Residencial	4.671.250	11.257.877	3.240.422
Industrial	38.841	8.669.985	1.641.129
Comercial	422.623	9.435.488	2.387.834
Rural	828	25.170	3.090
Poder público:			
Federal	943	110.227	27.790
Estadual	3.890	445.304	124.034
Municipal	6.909	359.521	102.034
Iluminação pública	1.400	874.903	130.296
Serviço público	991	1.489.031	225.524
Encargos de capacidade emergencial	-	-	344.808
Encargos de aquisição de energia emergencial	-	-	12.307
Subtotal	5.147.675	32.667.506	8.239.268
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-
Amortização	-	-	(312.133)
Energia livre	-	-	(15.270)
Amortização/recuperação	-	-	(111.697)
Não faturado	-	-	(4.187)
Energia no curto prazo	-	-	1.929
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	-	134.406
Recuperação de perdas	-	-	80.483
Outras receitas	-	-	109.660
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(70.363)
Encargos de capacidade emergencial	-	-	(344.808)
Encargos de aquisição de energia emergencial	-	-	(12.307)
Cofins - corrente	-	-	(372.575)
Cofins - diferido	-	-	110.422
Pis - corrente	-	-	(81.454)
Pis - diferido	-	-	43.790
Iss	-	-	(1.114)
Total Controladora	5.147.675	32.667.506	7.394.050
Controladas:			
Outras receitas	-	-	41.834
Outras deduções	-	-	(5.388)
Total Consolidado	5.147.675	32.667.506	7.430.496

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

	Controladora e consolidado		
	2003		
	Número de consumidores		
	Faturados (*)	MWh (*)	R\$
Classe de consumidores:			
Residencial	4.543.842	10.726.861	2.746.456
Industrial	42.492	9.401.192	1.468.787
Comercial	455.435	9.173.776	2.033.275
Rural	833	22.999	2.737
Poder público:			
Federal	1.026	109.595	23.826
Estadual	3.836	529.628	117.116
Municipal	7.140	312.453	78.058
Iluminação pública	1.433	886.963	118.535
Serviço público	920	1.610.937	205.351
Encargos de capacidade emergencial	-	-	265.920
Encargos de aquisição de energia emergencial	-	-	-
Subtotal	5.056.957	32.774.404	7.060.061
Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-
Amortização	-	-	(284.229)
Energia livre	-	-	50.941
Amortização/recuperação	-	-	(80.373)
Não faturado	-	-	97.598
Energia no curto prazo	-	-	10.140
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	-	-	36.824
Recuperação de perdas	-	-	94.585
Outras receitas	-	-	98.878
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(68.799)
Encargos de capacidade emergencial	-	-	(265.920)
Encargos de aquisição de energia emergencial	-	-	-
Cofins - corrente	-	-	(248.712)
Cofins - diferido	-	-	-
Pis - corrente	-	-	(68.337)
Pis - diferido	-	-	-
Iss	-	-	(734)
Total Controladora	5.056.957	32.774.404	6.431.923
Controladas:			
Outras receitas	-	-	34.897
Outras deduções	-	-	(4.554)
Total Consolidado	5.056.957	32.774.404	6.462.266

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

2002			
Classe de Renda	N.º de Consumidores Faturados	MWh	R\$ (mil)
Residencial	4.504.028	10.327.203	2.295.071
Industrial	44.502	10.284.662	1.391.323
Comercial	451.220	8.658.843	1.729.067
Rural	803	22.496	2.435
Poder Público:			
Federal	1.017	115.778	20.392
Estadual	3.975	482.040	93.127
Municipal	6.318	319.734	70.753
Iluminação Pública	1.527	842.271	105.229
Serviço Público	910	1.487.823	169.107
Encargos de capacidade emergencial	-	-	167.393
Subtotal	5.014.300	32.450.850	6.043.897
Recomposição tarifária extraordinária			217.158
Amortização/recuperação			(315.539)
Energia livre			(18.972)
Não Faturado			87.013
(+) Energia no Curto Prazo			162.658
(+) Outras Receitas			115.655
(-) Outras Deduções	-	-	(510.500)
Controladora	5.014.300	32.450.850	5.781.370
Controladas:			
(+) Outras Receitas			21.089
(-) Outras Deduções	-	-	(2.626)
Consolidado	5.014.300	32.450.850	5.799.833

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Em 2004 o volume de energia faturado foi de 32.668 GWh, o que representou um declínio de 0,3% em relação aos 32.774 GWh faturados de 2003.

Tal oscilação negativa no volume do ano reflete a saída de consumidores para o mercado livre que, apesar de ter sido menor do que os valores originalmente previstos, levou a uma queda no consumo faturado nos segmentos industrial e nas demais classes, parcialmente compensada pelo crescimento das classes residencial e comercial.

O segmento residencial – que, em 2004, representou 34,5% da energia distribuída – está próximo do pleno atendimento na área da AES Eletropaulo. O crescimento de 5% no consumo dessa classe em relação a 2003 foi devido, principalmente, à recuperação da renda média da população assalariada e à queda do índice de desemprego, que começaram a ser observadas a partir da

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

retomada do nível de atividade econômica do país. Outros fatores importantes para esse crescimento são a regularização de ligações clandestinas e os acordos de recuperação de fraudes firmados com consumidores.

A demanda no segmento comercial (28,9% do total vendido em 2004) e industrial (26,5%) tem se caracterizado por atitudes de racionalização, uso eficiente da energia e também pelo crescimento da demanda por outras fontes de energia, como o gás natural. A partir do segundo semestre de 2004, com o reaquecimento da economia e conseqüente aumento da atividade industrial e comercial, esses segmentos iniciaram um processo de retomada do nível de consumo de energia.

A classe de consumo industrial registrou redução de 7,8% no volume de energia faturada em relação a 2003, por conta da saída de consumidores para o mercado livre. Considerando-se, porém, o consumo total dessa classe na área de concessão, incluindo clientes livres, o crescimento teria sido de 7,1% em relação a 2003.

Já o consumo da classe comercial, mesmo com a saída de algumas unidades consumidoras para o mercado livre, apresentou aumento de 2,9% em relação ao ano de 2003. A evolução positiva reflete o crescimento da economia e os acordos de recuperação de fraudes firmados com estabelecimentos comerciais.

As demais classes de consumo, integradas por consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto, representaram 10,1% do consumo total em 2004. O volume de energia entregue foi 4,8% inferior ao de 2003, especialmente como reflexo da saída de 4 unidades consumidoras para o mercado livre.

O montante total de energia consumida pelos clientes que optaram pelo mercado livre em 2004 foi de 1.034 GWh, ou seja, apenas 3,2% do volume de energia faturado no ano de 2004.

Apesar de provocarem uma redução da receita da AES Eletropaulo, os clientes que saem para o mercado livre continuam a remunerar os ativos de distribuição da AES Eletropaulo com a TUSD (Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição). Ou seja, permanecem cativos nos serviços de rede de distribuição, somente negociando a compra de energia via outros agentes (geradores e comercializadores). Dessa forma, a empresa continua a ser remunerada por seus custos fixos e variáveis, com exceção do custo de compra de energia, o qual pode ser reduzido proporcionalmente à diminuição de energia distribuída.

Para contrabalançar o crescimento no uso de outras fontes de energia e reter clientes potencialmente livres, a AES Eletropaulo tem adotado com êxito diversas medidas. Um exemplo de iniciativa em 2004 foi um plano de fidelização de Clientes Potencialmente Livres, que contribuiu para a renovação de 40 contratos com grandes clientes, correspondendo a 1.014 GWh (3,1% do volume de energia faturado em 2004) e a uma receita de R\$ 68,3 milhões. O plano inclui a intensificação das visitas aos grandes clientes e a adição de valor ao fornecimento cativo, por meio de uma série de serviços que visam reduzir o custo médio de energia desses clientes. Alguns exemplos são:

- Venda de energias interruptíveis, com a oferta de sobras de energia a preços mais baixos para grandes clientes (horários de ponta, incremento de produção, substituição de geração térmica, etc);
- Recebimento de contas de energia com créditos de ICMS de grandes clientes industriais;
- Projetos de eficiência energética, por meio de consultorias para melhor uso de energia por parte das empresas;
- Plano de benefícios oferecido a grandes clientes cativos, como o SGE (sistema de gerenciamento de carga, acompanhamento e manutenção preventiva de transformadores e subestações);
- Desenvolvimento de novos produtos e estruturação de soluções integradas para os clientes.

01417-6

../-

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Como reflexo dessas medidas, verificou-se por meio de pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi em janeiro/2005 um índice de satisfação superior a 85% entre os grandes clientes de alta tensão atendidos pela AES Eletropaulo.

Novos produtos e serviços

Em 2004, foram desenvolvidos diversos novos produtos, como o ETFE (Energia Temporária para Feiras e Eventos), que resultou em receita adicional de R\$ 7,6 milhões, e o DAT (Demanda Adicional Temporária), que envolveu a assinatura de 12 contratos com volume de energia de 4.913 MWh e receita de R\$ 961 mil. Adicionalmente, a venda de Energias Interruptíveis por meio de produtos já existentes proporcionou uma comercialização de energia de 182 GWh e um faturamento extra de R\$ 28,6 milhões.

Outra iniciativa foi a criação do programa de conservação e uso racional da energia para grandes consumidores, que consiste na oferta de diagnóstico do perfil de consumo e análise das potencialidades de redução no custo da energia para o cliente. O exemplo mais evidente dos bons resultados do programa é um projeto desenvolvido para a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Elaborado pelos técnicos da Empresa e implantado pela entidade, o projeto resultou numa economia de 27% nas despesas de energia em condicionamento ambiental da sede da entidade.

Essas medidas de eficiência energética, associadas à comercialização de energias interruptíveis e produtos especiais, têm permitido à AES Eletropaulo concorrer com os baixos preços circunstancialmente vigentes no mercado livre, fato que pode ser evidenciado pelo significativo volume de renovações contratuais no ambiente cativo observado em 2004.

01417-6

../-

11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

CONCORRÊNCIA

O nosso contrato de concessão prevê exclusividade, mas somente para a distribuição de energia dentro de nossa área de concessão (monopólio natural da rede de distribuição), não se incluindo aí a venda de energia para os clientes potencialmente livres. A legislação do setor elétrico prevê que, sob determinadas condições, alguns de nossos clientes se tornem consumidores livres, o que possibilita que contratem a compra de energia elétrica diretamente de geradoras. Quando esses clientes escolhem outro fornecedor de energia elétrica, podem negociar o preço da energia (*commodity*) com o fornecedor de sua escolha e nos pagam uma tarifa do uso do sistema de distribuição (TUSD) e transmissão (TUST), que são os custos referentes ao uso do sistema de transmissão, onde a Distribuidora recebe os custos envolvidos na distribuição e a remuneração do seu ativo, uma vez que a energia apenas é repassada para o cliente na tarifa.

Devido à redução no consumo de energia após o racionamento, houve um excesso de oferta de energia em relação a demanda, resultando em um forte declínio nos preços de mercado aberto de energia elétrica. Como consequência, o número de grandes clientes que decidiram se tornar consumidores livres aumentou. No período encerrado em 31 de dezembro de 2004, tivemos 68 grandes clientes que optaram tornar-se consumidores livres. Estes clientes nos pagaram R\$ 134,4 milhões de "*wheeling fees*" (TUSD e TUST) em 2004.

Com a migração de grandes clientes (principalmente industriais) para a condição de livre, poderíamos mitigar a perda de receita correspondente mediante:

- redução de nossas compras de energia; e
- recebimento de tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD).

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE				3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									

01	Imóvel - Oficinas Cambuci - CETEMEQ					Rua Lavapés, 463 - Cambuci					
São Paulo	SP	107,000	111,000	39	SIM	NÃO	NÃO				

02	Imóvel - Regional Centro					Rua 25 de Janeiro, 302/320 - Luz					
São Paulo	SP	18,412	5,473	33	SIM	NÃO	NÃO				

03	Imóvel - Regional Sul					Av. Marechal Mario Guedes, 292 - Jaguaré					
São Paulo	SP	8,810	4,302	28	SIM	NÃO	NÃO				

04	Imóvel - Regional Nordeste					Av. Imperador, 2607 - Limoeiro					
São Paulo	SP	7,217	4,395	39	SIM	NÃO	NÃO				

05	Imóvel - ETD Itaim					Rua Seridó, 106 - Jardim Europa					
São Paulo	SP	8,453	0,092	39	SIM	NÃO	NÃO				

06	Imóvel - ETD Saúde					Av. Jabaquara, 2112 - Saúde					
São Paulo	SP	6,000	0,049	39	SIM	NÃO	NÃO				

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE				3 - ENDEREÇO				
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
14 - OBSERVAÇÃO									

07	Imóvel - ETD Cambuci					Av. do Estado, 4754 - Cambuci					
São Paulo	SP	10,946	0,781	39	SIM	NÃO	NÃO				

08	Imóvel - ETD Ibirapuera					R. Manoel de Nóbrega, 1374 - Ibirapuera					
São Paulo	SP	3,755	0,387	33	SIM	NÃO	NÃO				

09	Imóvel - ETD Penha					Rua Vereador Cid Galvão da Silva, 170					
São Paulo	SP	7,971	0,436	39	SIM	NÃO	NÃO				

10	Imóvel - ETD - Brigadeiro					Av. Brig. Luiz Antonio, 1836 - Bela Vista					
São Paulo	SP	2,520	8,748	17	SIM	NÃO	NÃO				

11	Imóvel - High Tech Center					Rua Tabatinguera, 164 - Centro					
São Paulo	SP	2,000	13,567	5	SIM	NÃO	NÃO				

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO

GERAL

Em 2002, o MME aprovou um plano de expansão de dez anos de acordo com o qual a capacidade total de geração de energia instalada do Brasil está projetada para aumentar de 75,8 GW em 2002 para 112,1 GW até 2012, dos quais 86,8 GW (77,4%) está projetada para ser hidrelétrica, 16,8 GW (15%) para ser termoeletrica e 8,5 GW (7,6%) para ser importada por meio do Sistema Elétrico Interligado Nacional.

Aproximadamente 42% da capacidade instalada de geração de energia dentro do Brasil é atualmente de propriedade da Eletrobrás, empresa controlada pelo governo. Por meio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é responsável também por 70% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV. Além disso, alguns Estados brasileiros controlam empresas envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia. Entre essas se incluem, entre outras, a CESP, a Companhia Paranaense de Energia, ou COPEL, e a Companhia Energética de Minas Gerais, ou CEMIG.

Atualmente, empresas privadas possuem aproximadamente 33%, 61% e 12% do mercado de geração, distribuição e transmissão em termos de capacidade total.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

A constituição brasileira determina que o desenvolvimento, uso e venda de energia podem ser assumidos diretamente pelo governo ou indiretamente por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o Setor de Energia Elétrica Brasileiro tem sido dominado pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição, controladas pelo governo. Nos últimos anos, o governo tomou diversas medidas para remodelar o Setor de Energia Elétrica. Em geral, essas medidas tiveram como objetivo o aumento do papel do investimento privado e a eliminação das restrições ao investimento estrangeiro, aumentando portanto a concorrência no Setor de Energia Elétrica.

Em particular, o governo tomou as seguintes medidas:

(1) A Constituição Brasileira foi alterada em 1995 a fim de autorizar o investimento estrangeiro na geração de energia. Antes dessa alteração, todas as concessões de geração eram detidas por uma pessoa física brasileira, ou por uma sociedade controlada por pessoas físicas brasileiras ou pelo governo.

(2) Foi promulgada em 13 de fevereiro de 1995, a Lei Nº 8.987, ou a Lei de Concessões, e

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

em 7 de julho de 1995, a Lei Nº 9.074, ou a Lei de Concessões de Energia, que juntas:

- exigiam que todas as concessões para fornecimento de serviços relacionados à energia fossem outorgadas por meio de processos de leilão público;
- gradualmente permitiam que certos consumidores de energia com demanda significativa, designados consumidores livres, comprassem energia diretamente de fornecedores detentores de uma concessão, permissão ou autorização;
- estabeleciam a criação de sociedades de geração, ou Produtoras Independentes de Energia, que, por meio de uma concessão, permissão ou autorização, podem gerar e vender por sua própria conta e risco, toda ou parte da energia que geram a consumidores livres, concessionárias de distribuição, agentes de comercialização, entre outros;
- concediam a consumidores livres e fornecedores de energia acesso aberto a todos os sistemas de distribuição e transmissão; e
- eliminavam a necessidade de uma concessão para construir e operar projetos energéticos com capacidade de 1 MW a 30 MW, ou Pequenas Centrais Hidrelétricas.

A partir de 1995, parte das participações detidas pela Eletrobrás e por diversos Estados nas empresas de geração e distribuição foi vendida a investidores privados. Simultaneamente, alguns governos estaduais venderam também suas participações nas principais empresas de distribuição, inclusive na Eletropaulo.

Em 1998, foi promulgada a Lei nº 9.648, ou a Lei do Setor Energético, para revisar a estrutura básica do setor elétrico. A Lei do Setor Energético determinou:

- o estabelecimento de um órgão auto-regulador responsável pela operação do mercado de energia de curto-prazo, ou o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que substituiu o sistema anterior de preços de geração e contratos de fornecimento regulados;
- uma exigência que as empresas de distribuição e geração fizessem contratos de fornecimento de energia inicial, ou os contratos iniciais, em geral compromissos do tipo "*take or pay*", a preços e volumes aprovados pela ANEEL. O principal objetivo dos contratos iniciais é garantir que as empresas de distribuição tenham acesso a um fornecimento estável de energia a preços que assegurem uma taxa mínima de retorno às empresas de geração durante o período de transição levando ao estabelecimento de um mercado de energia livre e competitivo;

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- a criação do ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos responsável pela administração operacional das atividades de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional;
- o estabelecimento de processos de licitação pública para concessões para construção e operação de usinas de energia elétrica e instalações de transmissão.

Em 2001, o Brasil enfrentou uma grave crise de energia que durou até o fim de fevereiro 2002. Como resultado, o governo implantou medidas que incluíram:

- um programa para racionamento de consumo de energia nas regiões mais adversamente afetadas, a saber as regiões sudeste, centro-oeste e nordeste do Brasil; e
- a criação da *Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica* - GCE, que aprovou uma série de medidas emergenciais que estabeleceram metas para consumo reduzido de energia para consumidores residenciais, comerciais e industriais nas regiões afetadas, introduzindo regimes tarifários especiais que incentivavam a redução de consumo de energia.

Em março de 2002, a GCE suspendeu as medidas emergenciais e o racionamento de energia em consequência de grandes aumentos no fornecimento (em virtude de um aumento significativo nos níveis dos reservatórios) e de uma redução moderada na demanda, e, dessa forma, o governo promulgou novas medidas em abril de 2002 que, entre outras coisas, determinou um reajuste tarifário extraordinário para compensar as perdas financeiras incorridas pelas fornecedoras de energia como resultado do racionamento obrigatório.

Em 15 de março de 2004, o governo promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia. Essa lei foi regulamentada por inúmeros decretos a partir de maio de 2004, e está sujeita à regulamentação posterior a ser emitida pela ANEEL e pelo MME, conforme detalhado mais adiante.

CONCESSÕES

As empresas ou consórcios que desejam construir ou operar instalações para geração, transmissão ou distribuição de energia no Brasil devem solicitar ao MME ou à ANEEL, uma concessão, permissão ou autorização, conforme o caso. Concessões dão o direito de gerar, transmitir ou distribuir energia em determinada área de concessão por um período

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

determinado. Esse período é normalmente 35 anos para novas concessões de geração, e 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Concessões existentes poderão ser renovadas a critério do poder concedente.

A Lei de Concessões estabelece, entre outras coisas, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores, e as obrigações da concessionária e o poder concedente. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como segue:

- *Serviço adequado.* A concessionária deve prestar adequadamente serviço regular, contínuo, eficiente e seguro.
- *Uso de terrenos.* A concessionária poderá usar terrenos públicos ou solicitar que o poder concedente desaproprie terrenos privados necessários em benefício da concessionária. Em tal caso, a concessionária deve indenizar os proprietários dos terrenos desapropriados.
- *Responsabilidade objetiva.* A concessionária é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada dos serviços de distribuição de energia, tal como interrupções abruptas no fornecimento e variações na voltagem.
- *Alterações na participação controladora.* O poder concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.
- *Intervenção pelo poder concedente.* O poder concedente poderá intervir na concessão a fim de garantir o desempenho adequado dos serviços e o cumprimento integral das disposições contratuais e regulatórias. Dentro de 30 dias da data do decreto autorizando a intervenção, o poder concedente deve dar início a um processo administrativo em que a concessionária tem direito de contestar a intervenção. Durante o processo administrativo, um interventor nomeado pelo poder concedente passa a ser responsável por continuar a concessão. Caso o processo administrativo não seja concluído dentro de 180 dias da data do decreto, a intervenção cessa e a administração da concessão é devolvida à concessionária. A administração da concessão é também devolvida à concessionária se o interventor decidir não terminar a concessão.
- *Término antecipado da concessão.* O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação ou caducidade. Encampação consiste no término prematuro de uma concessão por razões relacionadas ao interesse público que devem ser expressamente declaradas por lei. A caducidade deve ser declarada pelo poder concedente depois de a ANEEL ou o MME ter emitido um despacho

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

administrativo final dizendo que a concessionária, entre outras coisas, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, ou (2) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados. A concessionária pode contestar a encampação ou caducidade em juízo. A concessionária tem direito à indenização por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária.

- *Término por decurso do prazo.* Quando a concessão expira, todos os ativos, que são relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao governo. Depois do término, a concessionária tem direito de indenização por seus investimentos em ativos revertidos que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados.

Para informações referentes ao nosso contrato de concessão, ver "Os Negócios da Emissora—Contrato de Concessão."

MULTAS

A regulamentação da ANEEL prevê a imposição de sanções contra os agentes do setor e classifica as multas com base na natureza e severidade da infração (inclusive advertências, multas, suspensão temporária do direito de participar de processos de licitação para novas concessões, permissões ou autorizações e caducidade). Para cada infração, as multas podem chegar a até dois por cento da receita (líquida de impostos) da concessionária no período de 12 meses. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à falha das concessionárias em solicitar a aprovação da ANEEL, inclusive:

- celebração de contratos entre partes relacionadas;
- venda ou cessão de ativos relacionados a serviços prestados assim como a imposição de qualquer ônus sobre esses ativos; e
- alterações no controle societário.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Ministério de Minas e Energia - MME

Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando basicamente por meio do MME, assume certas obrigações que estavam previamente sob a responsabilidade da ANEEL, destacando-se a outorga de concessões e a emissão de

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

instruções regulando o processo de licitação para concessões referentes aos serviços públicos.

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

O Setor de Energia Elétrica brasileiro está também regulado pela ANEEL. Depois da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser de regular e supervisionar o Setor de Energia Elétrica em linha com a política a ser ditada pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras:

- administrar concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia, inclusive com a aprovação de tarifas;
- supervisionar a prestação de serviços pelas concessionárias e impor as multas aplicáveis;
- promulgar normas para o setor elétrico;
- implantar e regular a exploração de fontes de energia, inclusive o uso de energia hidrelétrica;
- promover licitações para novas concessões;
- resolver disputas administrativas entre os agentes do setor; e
- definir os critérios e a metodologia para determinação de tarifas de transmissão.

Conselho Nacional de Política de Energia

Em agosto de 1997, o Conselho Nacional de Política Energética, ou CNPE, foi criado para assessorar o Presidente da República no desenvolvimento da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo MME, e a maioria de seus membros é formada por ministros do governo. O CNPE foi criado para otimizar o uso dos recursos de energia do Brasil e para garantir o fornecimento de energia no País.

ONS

Criado em 1998. O ONS é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos constituída por geradores, transmissores, Distribuidores, consumidores livres e comercializadores. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu ao governo poder para indicar três diretores para a Diretoria Executiva do ONS. O papel básico do ONS é coordenar e

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

controlar as operações de geração e transmissão do Sistema Elétrico Interligado Nacional, sujeito à regulamentação e supervisão da ANEEL.

Os objetivos e as principais responsabilidades do ONS incluem:

- planejamento operacional para o setor de geração;
- organização do uso do Sistema Elétrico Interligado Nacional e interligações internacionais;
- garantir aos agentes do setor acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória;
- assistência na expansão do sistema energético;
- propor ao MME os planos e diretrizes para extensões da Rede; e
- apresentação de regras para operação do sistema de transmissão para aprovação da ANEEL.

Mercado Atacadista de Energia (MAE) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Originalmente uma entidade auto-regulada, o órgão de mercado, a partir de 2002, passou a estar sujeito à autorização, supervisão e regulamentação da ANEEL. O Mercado Atacadista de Energia (MAE) era responsável pela contabilização e pela liquidação das diferenças no mercado de energia de curto-prazo entre seus agentes participantes.

Em 12 de agosto de 2004, o Governo editou um decreto estabelecendo a regulamentação aplicável à nova Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, dessa forma, em 10 de novembro de 2004 o MAE foi sucedido pela CCEE e suas atividades e ativos foram absorvidos por esse novo órgão de mercado

Um dos principais papéis da CCEE é realizar leilões públicos no Ambiente de Contratação Regulada, tal como o leilão realizado em 7 de dezembro de 2004. Além disso, a CCEE é responsável, entre outras coisas, por (1) registrar todos os contratos de comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulada, os contratos resultantes de contratações de ajustes e os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, e (2) contabilizar e liquidar as transações de curto prazo.

A CCEE é constituída por agentes de geração, distribuição, comercialização e consumidores livres. Seu Conselho de Administração é formado por quatro membros

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

nomeados por esses agentes e um pelo MME, que é o Presidente do Conselho de Administração.

Empresa de Pesquisa Energética—EPE

Criada em agosto de 2004, a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE é responsável por conduzir pesquisas estratégicas no Setor de Energia Elétrica, inclusive com relação à energia elétrica, petróleo, gás, carvão e fontes energéticas renováveis. As pesquisas realizadas pela EPE serão usadas para subsidiar o MME em seu papel de elaborador de programas para o setor energético nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor de Energia

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico autorizou a criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a direção do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de fornecimento do sistema e pela indicação das providências necessárias para a correção de problemas identificados.

O NOVO MODELO PARA O SETOR

Sumário

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes na regulamentação do setor elétrico brasileiro visando (1) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e (2) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia, com (1) um para empresas de distribuição, chamado Ambiente de Contratação Regulada; e (2) um outro mercado para consumidores livres e empresas de comercialização de energia, que permitirá uma maior concorrência do que o Ambiente de Contratação Regulada, chamado Ambiente de Contratação Livre.
- Restrições a certas atividades de Distribuidoras, de forma a garantir que estejam voltadas apenas a seu principal negócio a fim de assegurar serviços mais eficientes e confiáveis a seus consumidores.
- Restrição ao *self-dealing*, para fornecer um incentivo para que Distribuidoras contratem energia a preços mais baixos disponíveis, ao invés de comprar energia de partes relacionadas.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- Cumprimento dos contratos assinados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a fim de proporcionar estabilidade às transações realizadas antes de sua promulgação.
- Proibição das Distribuidoras venderem eletricidade aos consumidores livres a preços não regulamentados.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Plano Nacional de Privatização, que é um programa criado pelo governo em 1990 visando promover o processo de privatização das empresas estatais.

Contestações à Constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente sendo contestada com base em fundamentos constitucionais perante o Supremo Tribunal Federal, nos aspectos formais. O governo apresentou pedido para extinguir as ações argumentando que as contestações constitucionais foram hipoteticamente apresentadas porque se relacionavam a uma medida provisória que já tinha sido convertida em lei. Entretanto, em 4 de agosto de 2004, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido do governo e decidiu julgar as ações. Uma decisão final sobre essa questão está sujeita ao voto da maioria dos 11 Ministros, sendo que um quorum de pelo menos oito Ministros deve estar presente. Até a presente data, o Supremo Tribunal Federal não publicou uma decisão final e não temos conhecimento quando tal decisão poderá ser proferida. Portanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está atualmente em vigor. Independentemente da decisão do Supremo Tribunal Federal, certas partes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico referentes a restrições às Distribuidoras que desenvolvem atividades não relacionadas à distribuição de energia, bem como vendas de energia por Distribuidoras a consumidores livres e a eliminação da contratação entre partes relacionadas, devem permanecer em vigor.

Coexistência de Dois Ambientes de Contratação de Energia

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, negócios de compra e venda de energia serão realizados em dois mercados: (1) o Ambiente de Contratação Regulada, que inclui a contratação de energia elétrica pelas empresas de distribuição por meio de leilões para o atendimento a todo o seu mercado e (2) Ambiente de Contratação Livre, que inclui compras de energia por agentes não regulados tais como consumidores livres e comercializadores.

A energia gerada por (1) projetos de geração de baixa capacidade localizados próximos a pontos de consumo (tais como usinas de co-geração e pequenas centrais hidrelétricas), (2) usinas qualificadas de acordo com o PROINFA, e (3) Itaipu, não estarão sujeitos a processo de leilão para fornecimento de energia ao Ambiente de Contratação Regulada. A energia gerada por Itaipu é comercializada pela Eletrobrás e os volumes que devem ser

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

comprados por cada concessionária de distribuição são estabelecidos por meio de quotas definidas pela ANEEL. A tarifa pela qual a energia gerada por Itaipu é comercializada é denominada em dólar norte-americano e estabelecida conforme tratado firmado entre Brasil e Paraguai. Como consequência, a tarifa de Itaipu aumenta ou diminui, em conformidade com a variação da taxa de dólar norte-americano/real. Alterações no preço da energia gerada por Itaipu estão, entretanto, sujeitas ao mecanismo de ressarcimento das variações dos custos da Parcela A discutido abaixo em "Tarifas de Distribuição."

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

No Ambiente de Contratação Regulada, empresas de distribuição compram energia para consumidores cativos por meio de leilões públicos regulados pela ANEEL, e operacionalizados pela CCEE. Compras de energia serão feitas por meio de dois tipos de contratos: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia.

De acordo com o Contrato de Quantidade de Energia, a geradora compromete-se a fornecer determinado volume de energia e assume o risco de que esse fornecimento de energia seja afetado por condições hidrológicas e níveis baixos dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento, hipótese na qual a geradora é obrigada a comprar energia de outra fonte a fim de cumprir seu compromisso de fornecimento. De acordo com o Contrato de Disponibilidade de Energia, a geradora compromete-se a disponibilizar um volume específico de capacidade ao Ambiente de Contratação Regulada. Nesse caso, a receita da geradora está garantida e possíveis riscos hidrológicos são imputados às Distribuidoras. Entretanto, eventuais custos adicionais incorridos pelas Distribuidoras são repassados aos consumidores. Juntos, esses contratos constituem os CCEAR.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a previsão de mercado de cada Distribuidora é o principal fator na determinação do volume de energia a ser contratado pelo sistema. De acordo com o novo modelo, as Distribuidoras são obrigadas a contratar 100% de suas necessidades projetadas de energia, e não mais os 95% estabelecidos pelo modelo anterior. O não atendimento da totalidade dos seus mercados pode resultar em multas para as Distribuidoras. Ver "Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Nossas Operações e ao Setor de Energia Elétrica Brasileiro".

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de distribuição terão o direito de repassar aos seus consumidores os custos relacionados à energia que comprem por meio de leilões públicos assim como quaisquer tributos e encargos do setor relacionados a tais leilões.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE

No Ambiente de Contratação Livre a energia elétrica é comercializada entre concessionárias de geração, Produtores Independentes de Energia, auto-produtores, agentes de comercialização, importadores de energia e consumidores livres.

Consumidores potencialmente livres são aqueles cuja demanda excede 3 MW, em tensão, igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, se o fornecimento começou após 7 de julho de 1995. Além disso, consumidores com demanda contratada igual ou superior a 500 kW ou mais poderão ser servidos por fornecedores, que não sua empresa local de distribuição, contratando energia de fontes energéticas alternativas, tais como energia eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo Ambiente de Contratação Livre, este somente poderá retornar ao ambiente regulado se notificar seu Distribuidor local com cinco anos de antecedência, ou em menor prazo a critério do Distribuidor. Tal exigência prévia busca garantir que, se necessário, a construção de nova geração eficiente em termos de custo possa ser finalizada a fim de atender o regresso de consumidores livres ao Ambiente de Contratação Regulada. A fim de minimizar os efeitos de perdas resultantes de consumidores que escolhem se tornar consumidores livres, as Distribuidoras podem reduzir o montante de energia contratado junto à geradoras de acordo com o volume de energia que não irão mais distribuir aos consumidores livres. Geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas diferentemente das geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo por meio de um processo público, que garante transparência e acesso igual a todas as partes interessadas.

Em 31 de dezembro de 2004, fornecíamos energia a 70 consumidores potencialmente livres que representaram aproximadamente 4,7% de nossa receita operacional bruta, e aproximadamente 9,0% do volume total da energia vendida. Em 31 de dezembro de 2003, fornecíamos energia a 94 consumidores potencialmente livres que representavam aproximadamente 6,1% de nossa receita operacional bruta e aproximadamente 13,2% do volume total da energia vendida em 2003. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos um total de 1.342 clientes que poderiam comprar energia de fontes de energia renováveis e que representavam aproximadamente 15,1% de nossa receita operacional bruta e aproximadamente 20,7% do volume total de energia vendida.

Atualmente, clientes de alta tensão que comprem energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007. Acreditamos que para os próximos anos, o preço de

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

comercialização de energia no ambiente de contratação livre permanecerá relativamente baixo devido ao excesso de geração de energia no Brasil, mantendo a atratividade do mercado livre.

Atividades Restritas

Distribuidoras do Sistema Elétrico Interligado Nacional não podem (1) desenvolver atividades relacionadas a geração e transmissão de energia, (2) vender energia a consumidores livres, (3) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, ou (4) desenvolver atividades que não estejam relacionadas às suas respectivas concessões, exceto aquelas permitidas por lei ou constantes do contrato de concessão. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu um período de transição de 18 meses para as empresas se ajustarem a essas regras, e a ANEEL pode prorrogar esse prazo por outros 18 meses (uma única vez) na hipótese de as empresas não serem capazes de cumprir as exigências dentro do período prescrito.

Eliminação do self-dealing

Uma vez que a compra de energia para consumidores cativos será realizada no Ambiente de Contratação Regulada, a contratação entre partes relacionadas (*self-dealing*), por meio da qual as Distribuidoras podem atender até 30% de suas necessidades de energia por meio da energia adquirida de empresas afiliadas, não será mais permitida, exceto no contexto dos contratos que foram devidamente aprovados pela ANEEL antes da promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Contratos Assinados Antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que contratos assinados por empresas de distribuição e aprovados pela ANEEL antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados em seus prazos, preços ou volumes já contratados, com exceção dos contratos iniciais, conforme descrito abaixo.

Durante o período de transição (1998-2005) para o mercado de energia livre e competitivo estabelecido pela legislação anterior, compra e venda de energia entre concessionárias de geração e de distribuição deveriam ocorrer por meio dos contratos iniciais. O objetivo do período de transição era o de permitir a introdução gradual da concorrência no setor e proteger os participantes do mercado contra a exposição aos preços do mercado de curto prazo, potencialmente voláteis. Durante esse período, os contratos iniciais seriam reduzidos em 25% a cada ano, a partir de 2003, finalizando em 31 de dezembro de 2005.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as empresas de geração podem comercializar sua energia não contratada no Ambiente de Contratação Regulada ou no Ambiente de Contratação Livre. Quando os contratos iniciais vencerem no fim de 2005, toda a energia descontratada será negociada no Ambiente de Contratação Regulada ou no

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Ambiente de Contratação Livre. Entretanto, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico permite que empresas públicas e privadas de geração, inclusive produtoras independentes de energia, aditem seus contratos iniciais em vigor em março de 2004, recontratando suprimento até 31 de dezembro de 2004. Empresas de geração, públicas e privadas, inclusive produtoras independentes de energia que aditaram seus contratos iniciais, não foram obrigadas a reduzir 25% do montante de energia comprometido de acordo com tais contratos.

Compras de Energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 30 de julho de 2004, o governo editou regulamentação relativa a compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada e no Ambiente de Contratação Livre, assim como a outorga de autorizações e concessões para projetos de geração de energia. Essa regulamentação inclui regras referentes aos leilões, aos contratos de comercialização de energia e ao método de repasse de custos aos consumidores finais.

A regulamentação determina que todos os agentes compradores de eletricidade devem contratar toda a demanda de energia necessária para o atendimento de 100% dos seus mercados ou cargas de acordo com as diretrizes do novo modelo. Os agentes vendedores de energia devem fornecer suporte comprobatório (lastro) ligando a energia a ser vendida às instalações de geração de energia existentes ou planejadas. Os agentes que não cumprirem tais exigências estão sujeito a multas impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todas as empresas de distribuição serão obrigados a notificar ao MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua demanda estimada de energia para cada um dos cinco anos subsequentes. Além disso, as empresas de distribuição serão obrigadas a especificar a parte do montante que pretendem contratar para atender seus consumidores potencialmente livres.

O MME estabelecerá o montante total de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Regulada e a lista das instalações de geração que terão permissão para participar dos leilões a cada ano.

A nova regulamentação determina que as empresas de distribuição de energia cumpram suas obrigações de fornecimento de energia basicamente por meio de leilões públicos, em conformidade com os procedimentos descritos em "O Leilão de 2004" e "Leilões Subsequentes", abaixo.

Além desses leilões, a empresa de distribuição pode comprar energia e de (1) geração distribuída, empresas de geração ligadas diretamente à rede da empresa de distribuição, (2) projetos de geração de energia participantes da fase inicial do PROINFA, (3) Itaipu Binacional.

O Leilão de 2004

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 7 de dezembro de 2004, a CCEE realizou o primeiro leilão de energia existente com base nas condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As Distribuidoras encaminharam, até 2 de dezembro de 2004, suas declarações de necessidade de contratação, para os próximos cinco anos (inclusive a parcela relativa aos consumidores potencialmente livres). Com base nessas declarações, o MME estabeleceu o montante total de energia a ser comercializado no leilão de 2004. Em função da comprovação de lastro, foi estabelecida a relação dos geradores que tiveram permissão para participar do leilão.

O leilão foi realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Na primeira fase, as negociações ocorreram em rodadas múltiplas, em cada uma das quais os vendedores de energia ofereceram blocos de energia a um preço específico (preço vigente) a serem entregues dentro de um prazo proposto. Os tamanhos dos blocos de energia e seus respectivos prazos de entrega foram estabelecidos antecipadamente pelo MME. A primeira fase cessou quando nenhuma oferta para vender foi feita em uma rodada e os preços vigentes foram iguais ou inferiores aos preços de reserva (teto permitido pelo MME para a celebração dos contratos).

A segunda fase teve uma única rodada, em que os vendedores que fizeram ofertas válidas na primeira fase puderam fazer novas ofertas para cada bloco de energia.

Depois da conclusão do leilão de 2004, as empresas de distribuição e as vendedoras celebraram os CCEARs estabelecendo as condições, os preços e os montantes de energia contratados. As Distribuidoras também foram obrigadas a apresentar garantias financeiras. De acordo com os termos do Contrato de Constituição de Garantia, as compradoras disponibilizarão recebíveis em um montante igual a 110% do montante médio das últimas três faturas do CCEAR.

Leilão de 2005

No dia 02 de abril de 2005, a CCEE conduziu outro leilão de energia existente de acordo com as condições estabelecidas pela Lei do Novo Modelo. Durante o leilão, um total de 92.919.600.000,00 MWh foi vendido, correspondendo a 22% da demanda das distribuidoras, por um preço médio de R\$83,13/MWh para contratos de 8 anos começando em 2008. O produto 2009 foi excluído.

Nós adquirimos 8.489.516.638 MWh pelo preço médio de R\$83,13/MWh para os contratos começando em 2008.

Leilões Subseqüentes

Os leilões de energia para novos projetos de geração serão realizados (1) cinco anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-5"), e (2) três anos antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-3"). Haverá também leilões de energia de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

empreendimentos existentes de geração de energia (1) realizados um ano antes da data da entrega inicial (mencionados como leilões "A-1") e (2) realizados no máximo quatro meses antes da data da entrega (mencionados como "ajustes de mercado"). Os editais para os leilões serão preparados pela ANEEL, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo MME.

Cada empresa de geração vencedora nos leilões assinará um contrato de compra de energia com cada empresa de distribuição, na proporção da respectiva demanda estimada de energia das empresas de distribuição. A única exceção a essas regras refere-se ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos serão entre empresas vendedoras específicas e empresas de distribuição. O CCEAR de ambos os leilões A-5 e A-3 terá uma duração entre 15 e 30 anos, e o CCEAR dos leilões A-1 terá uma duração entre 5 e 15 anos. Contratos resultantes dos leilões de ajuste do mercado serão limitados a uma duração de dois anos.

Redução do Nível de Energia Contratada

O Decreto Nº 5.163, de 15 de março de 2004, que regula a comercialização de energia de acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, permite que empresas de distribuição reduzam seus CCEARs (1) para compensar a saída de consumidores potencialmente livres do Ambiente de Contratação Regulada, conforme declaração de necessidade de contratação encaminhada ao MME, (2) até 4% ao ano do montante inicialmente contratado devido a desvios das projeções estimadas do mercado, a critério das empresas de distribuição, começando dois anos após a demanda inicial de energia ter sido declarada e (3) na hipótese de aumentos nos montantes de energia adquirida nos termos dos contratos firmados antes de 17 de março de 2004.

As circunstâncias em que a redução do nível de energia contratada ocorrerá serão devidamente estabelecidas nos CCEARs, e poderão ser exercidas a critério exclusivo da empresa de distribuição e em conformidade com as disposições descritas acima e regulamentação da ANEEL.

Limitação de Repasse

As regras estabelecem também limites para repasse dos custos com a compra de energia aos consumidores finais. O Valor de Referência Anual (VR), que corresponde à média ponderada dos preços da energia nos leilões A-5 e A-3 calculado para todas as empresas de distribuição, cria um incentivo para empresas de distribuição contratarem suas demandas esperadas de energia nos leilões A-5 que, acredita-se, terão preços inferiores aos dos leilões A-3. O VR será aplicado nos primeiros três anos dos contratos de comercialização de energia dos novos projetos de geração de energia. Do quarto ano em diante, os custos de aquisição da energia desses projetos serão integralmente repassados. O decreto estabelece as seguintes restrições na capacidade de empresas de distribuição de repassar os custos aos consumidores:

- não repasse dos custos referentes aos volumes que excedam 103% da demanda

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

real;

- repasse limitado dos custos para compras de energia feitas em um leilão "A-3", se o volume da energia adquirida exceder 2% da demanda verificada 2 anos antes (ou seja, em A-5");
- repasse limitado dos custos de aquisição de energia de novos projetos de geração de energia se o volume recontratado por meio de CCEARs de instalações existentes de geração estiver abaixo do "Limite Inferior de Contratação" definido pelo Decreto Nº 5.163/04;
- de 2006 a 2009, compras de energia das instalações existentes no leilão "A-1" estão limitadas a 1% da demanda das empresas de distribuição. Se a energia adquirida no leilão "A-1" exceder este limite de 1%, o repasse de custos da parcela excedente aos consumidores finais está limitado a 70% do valor médio de tais custos de aquisição de energia gerada pelas instalações existentes de geração. O MME estabelecerá o preço máximo de aquisição para a energia gerada pelos projetos existentes; e
- se as Distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratarem integralmente suas demandas, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será equivalente ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e o VR.

Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu

A ANEEL determina anualmente o Índice para Repasse de Energia Fornecida por Itaipu, em dólar norte-americano. Em dezembro de 2003, o índice para o exercício de 2004 foi estabelecido em um montante igual a US\$17,8474/kW. Tal índice é formado pelos seguintes itens:

	US\$/kW
Índice de Vendas de Itaipu ⁽¹⁾	18,73
Energia Alocada do Paraguai ao Brasil	0,05829
Saldo da Conta de Comercialização ⁽²⁾	(0,105839)
Total	19,2071

- (1) Esse índice é calculado para incluir os seguintes montantes: (a) juros sobre o capital social integralizado de Itaipu à taxa de 12% ao ano, devidos ao Brasil e Paraguai; (b) encargos financeiros devidos sobre as dívidas de Itaipu; (c) amortização das dívidas de Itaipu; (d) royalties devidos ao Brasil e Paraguai; (e) custos de administração e supervisão devidos a ANDE; (f) despesas de exploração; (g) saldo retido da conta de exploração de anos anteriores, positivo ou negativo; e (h)

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

remuneração ao Brasil ou Paraguai pela energia alocada de uma parte à outra, se houver.

- (2) Consiste em uma conta para reajustes com base no preço de comercialização no mercado para a energia fornecida por Itaipu.

LIMITAÇÕES À PARTICIPAÇÃO

Em 2000, a ANEEL estabeleceu novos limites à concentração de certos serviços e atividades no setor energético. De acordo com esses limites, com exceção de empresas que participam do Programa Nacional de Privatização (que precisam apenas cumprir tais limites desde que sua reestruturação societária final seja consumada) nenhuma empresa de energia poderá (1) deter mais de 20% da capacidade instalada do Brasil, 25% da capacidade instalada das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% da capacidade instalada das regiões Norte/Nordeste, exceto se tal porcentagem corresponder à capacidade instalada de uma única usina de geração, (2) deter mais de 20% do mercado de distribuição do Brasil, 25% do mercado de distribuição das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste ou 35% do mercado de distribuição das regiões Norte/Nordeste, exceto na hipótese de um aumento na distribuição de energia excedendo as taxas de crescimento nacionais ou regionais e (3) deter mais de 20% do mercado de comercialização final do sistema elétrico nacional, 20% do mercado de comercialização intermediária do sistema elétrico nacional, ou 25% da soma das porcentagens de participação nas comercializações final e intermediária.

TARIFAS PELO USO DOS SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO

A ANEEL homologa tarifas pelo uso e acesso aos sistemas de distribuição e de transmissão. As tarifas são (i) "*wheeling fees*" (tarifas de distribuição, transmissão ou ambas), ou TUSD, e (ii) uma tarifa pelo uso do sistema de transmissão, compreendendo a Rede Básica e suas instalações auxiliares, ou TUST. Além disso, as empresas de distribuição do sistema interligado Sul/Sudeste pagam taxas específicas pela transmissão de eletricidade gerada em Itaipu. Nos últimos anos, o governo teve por meta a melhoria do sistema de transmissão nacional e, como resultado, algumas empresas de transmissão se envolveram em programas de expansão significativos, que foram custeados por aumentos nas tarifas de transmissão. O aumento nas tarifas de transmissão e taxas pagas pelas Concessionárias de Distribuição é repassado aos seus respectivos clientes através dos Reajustes de Tarifas Anuais. Abaixo é apresentado um resumo de cada tarifa ou taxa.

TUSD- Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição

A TUSD paga por concessionárias e consumidores livres pelo uso do sistema de distribuição de uma empresa de distribuição à qual estão conectados, é revisada anualmente de acordo com a variação de seus componentes. Atualmente a TUSD é

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

composta por duas parcelas. Uma denominada "TUSD encargos" cobrada com base no consumo de energia, e outra, a "TUSD fio" cobrada pela demanda contratada.

TUST

A TUST é paga por empresas de distribuição, geradoras e consumidores livres pelo uso da Rede Básica e é revisada anualmente de acordo com (i) a inflação e (ii) a receita anual das empresas de transmissão (que incorpora custos de expansão da própria rede). De acordo com critérios estabelecidos pela ANEEL, proprietários das diferentes partes da rede de transmissão transferiram a coordenação de suas instalações para o ONS em contrapartida do recebimento de pagamentos de usuários do sistema de transmissão. Usuários da rede, inclusive empresas de geração, empresas de distribuição e consumidores livres, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de usar a rede de transmissão mediante o pagamento de tarifas. Outras partes da rede que são de propriedade de empresas de transmissão mas não são consideradas como parte da rede de transmissão são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica para a empresa de transmissão.

Taxa de Transporte de Itaipu

A usina de Itaipu possui uma rede de transmissão exclusiva operada em corrente contínua e alternada, que não é considerada como parte da Rede Básica ou do sistema de conexão intermediário. O uso deste sistema é remunerado por uma taxa específica chamada de taxa de transporte de Itaipu, paga pelas empresas que compulsoriamente compram energia de Itaipu, proporcionalmente às respectivas quotas.

TARIFAS DE DISTRIBUIÇÃO

Os valores das tarifas de distribuição são reajustados anualmente pela ANEEL, conforme fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Ao ajustar tarifas de distribuição, a ANEEL divide os custos de concessionárias de distribuição entre (1) custos fora do controle da Distribuidora (chamado de custos "não gerenciáveis"), ou Parcela A, e (2) custos sob o controle das Distribuidoras (chamado de custos "gerenciáveis"), ou Parcela B. Os custos da Parcela A incluem, entre outros:

- Custos de energia comprada para revenda de acordo com contratos iniciais;
- Custos de energia comprada de Itaipu;
- Custos de energia comprada de acordo com contratos bilaterais livremente negociados entre as partes;
- Custos de energia comprada em leilões públicos;

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- Determinadas taxas regulatórias; e
- Custos de conexão e transmissão.

O repasse de custos de compra de energia de acordo com contratos de fornecimento negociados antes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a homologação dos mesmos frente a ANEEL para as tarifas de fornecimento, custos de compras de energia que excedam 103% da demanda real, ou que não sejam adquiridas dentro do mercado regulado.

A Parcela B compreende os itens de custo que estão sob o controle das concessionárias e incluem, entre outros:

- Retorno sobre o investimento relacionado à área de concessão;
- Impostos sobre receitas;
- Custos de depreciação; e
- Custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

O contrato de concessão de cada empresa de distribuição estabelece um Reajuste de Tarifa Anual. Neste momento, se busca que todos os custos da Parcela A sejam totalmente repassados aos clientes. Os custos da Parcela B, entretanto, são corrigidos de acordo com o índice IGP-M, ajustado por um fator X.

As empresas de distribuição de energia elétrica, conforme o contrato de concessão, também têm direito à revisão periódica das tarifas com intervalos que podem variar entre três e cinco anos (no caso da Eletropaulo, a cada quatro anos). Nestas revisões (1) todos os custos da Parcela B são recalculados e (2) o fator X é calculado com base em três componentes: (i) Xc estabelecido a cada ano, é baseado na satisfação do cliente conforme pesquisa da ANEEL; (ii) Xa, também estabelecido a cada ano, é calculado considerando a diferença entre os índices de inflação IPC-A e o IGP-M multiplicada pelos custos totais com pessoal da Distribuidora (uma vez que os aumentos de salários se baseiam no IPC-A e os aumentos da Parcela B se baseiam no IGP-M) e; e (3) Xe, estabelecido a cada revisão periódica, é um fator baseado em ganhos de produtividade da concessionária devido ao crescimento de mercado.

O Fator X é usado para ajustar a proporção da mudança no índice IGP-M que deve ser aplicada ao componente da Parcela B nos reajustes anuais. Dessa forma, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X (devido a aplicação do Xe) determina o compartilhamento dos ganhos de produtividade das empresas de distribuição com os clientes finais.

Além disso, concessionárias de distribuição de energia têm direito a revisão extraordinária, analisadas caso a caso, para assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro e compensá-

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

las por custos imprevisíveis, inclusive impostos, que alterem significativamente sua estrutura de custos.

Desde 2002, clientes de baixa renda têm-se beneficiado de uma tarifa especial estabelecida pelo governo através da ANEEL. Durante o ano de 2002, o déficit gerado pela aplicação desta tarifa especial foi financiado pela Eletrobrás com fundos da RGR. Em 2002, de acordo com o Decreto Nr. 4.336/02, foi determinado que as empresas de distribuição seriam compensadas pela perda de receitas resultante da Tarifa Especial pelo Governo Federal com fundos derivados de dividendos pagos pela Eletrobrás e outras empresas estatais federais e do CDE.

O PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE (PPT) E O PROGRAMA DE INCENTIVO A FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA (PROINFA)

Em 2000, um decreto criou o Programa Prioritário de Termelétricidade, ou PPT, para fins de diversificar a matriz de energia brasileira e reduzir sua forte dependência de usinas hidrelétricas.

Os benefícios concedidos a usinas termelétricas nos termos do PPT incluem (1) fornecimento garantido de gás por 20 anos, (2) garantia de que os custos relacionados à aquisição da energia produzida por usinas termelétricas serão transferidos a tarifas até um valor normativo determinado pela ANEEL e (3) acesso garantido a um programa de financiamento especial do BNDES para o setor de energia.

O PPT enfrentou diversos obstáculos durante sua implantação, particularmente com respeito ao preço do gás, que em geral está ligado ao dólar norte-americano. Apesar de muitos ajustes regulatórios, o PPT nunca foi totalmente implementado.

Em 2002, o PROINFA foi estabelecido pelo governo para criar incentivos para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, tais como projetos de energia eólica, pequenas usinas hidrelétricas e projetos de biomassa. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás compra a energia gerada por estas fontes alternativas por um período de 20 anos e a repassa para as Distribuidoras. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW (um terço para cada fonte). Projetos que buscam qualificar-se para os benefícios oferecidos pelo PROINFA devem estar totalmente operacionais até 30 de Dezembro de 2008.

TAXAS REGULATÓRIAS

Em determinadas circunstâncias, as empresas de energia são compensadas por ativos ainda não depreciados, usados na concessão caso a mesma seja revogada ou não renovada ao final do contrato de concessão. Em 1971, o Congresso Brasileiro criou o Fundo de Reserva Global de Reversão, ou Fundo RGR, destinado a prover fundos para

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

essa compensação. Em Fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a cobrança de uma taxa exigindo que todas as Distribuidoras e determinadas geradoras que operam sob regimes de serviço público fizessem contribuições mensais ao Fundo RGR a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos ativos fixos da empresa em serviço, até um teto de 3% do total das receitas operacionais em cada ano. Nos últimos anos, o Fundo RGR tem sido usado, principalmente, para financiar projetos de geração e distribuição. O Fundo RGR está programado para ser suspenso até 2010, e a ANEEL está obrigada a revisar a tarifa de tal forma que o consumidor receba algum benefício pelo término do Fundo RGR.

O governo impôs uma taxa aos Produtores Independentes de Energia baseada em recursos hídricos, exceto por pequenas usinas hidrelétricas, similar à taxa cobrada de empresas do setor público em associação como Fundo RGR. Produtores Independentes de Energia são obrigados a fazer contribuições ao Fundo de Uso de Bem Público, ou Fundo UBP, de acordo com as regras do processo de licitação pública correspondente para a outorga de concessões.

Empresas de distribuição, e empresas de geração que vendem diretamente a clientes finais, são obrigadas a contribuir para a Conta de Consumo de Combustível - CCC que foi criada em 1973 com o objetivo de gerar reservas financeiras para cobertura de custos de combustíveis associados ao aumento do uso de usinas de energia termoeletrica. As contribuições anuais são calculadas com base em estimativas do custo de combustível necessário para a geração de energia pelas usinas termelétrica no ano seguinte. A CCC é administrada pela Eletrobrás.

Em Fevereiro de 1998, o governo estabeleceu a extinção da CCC. Estes subsídios serão gradualmente extintos durante um período de três anos a partir de 2003 para usinas de energia termoeletrica construídas até Fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao Sistema Elétrico Interligado Nacional. Usinas termoeletricas construídas depois daquela data não terão direito a subsídios da CCC. Em Abril de 2002, o governo estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados por um período de 20 anos com o intuito de promover a geração de energia nestas regiões.

À exceção de algumas pequenas usinas de energia hidrelétricas, todas as instalações hidrelétricas no Brasil devem pagar uma taxa a estados e municípios pelo uso de recursos hídricos, a Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, ou COFURH, que foi introduzida em 1989. As taxas são determinadas com base no volume de energia gerado por cada empresa e são pagas aos estados e municípios onde a usina ou o reservatório da usina está localizado.

Em 2002, o governo instituiu a CDE, que é financiada através de pagamentos anuais feitos por concessionárias pelo uso de ativos públicos, penalidades e multas impostas pela ANEEL e, desde 2003, pelas taxas anuais pagas por agentes que oferecem energiaa usuários finais, por meio de uma taxa a ser adicionada às tarifas pelo uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Estas taxas são reajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (1) ao desenvolvimento da produção de energia em todo o país, (2) à

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

produção de energia por fontes alternativas=, e (3) à universalização de serviços de energia em todo o Brasil. A CDE permanecerá em vigor por 25 anos e é administrada pela Eletrobrás.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a falta de pagamento da contribuição ao RGR, PROINFA, CDE, CCC, compensação financeira por utilização de recursos hídricos, ou de pagamentos devidos em virtude da compra de energia e no Ambiente de Contratação Regulada ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente receba reajuste de tarifa (exceto a revisão extraordinária) ou receba recursos advindos do RGR, CDE ou CCC.

MECANISMO DE REALOCAÇÃO DE ENERGIA

De acordo com as regras de comercialização em vigor, a proteção contra riscos hidrológicos para usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente é garantida através de um Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que procura mitigar os riscos envolvidos, determinando que usinas hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). De acordo com a legislação em vigor, a receita da venda de energia por empresas de geração hidrelétrica não depende da energia gerada por estas, e sim da Energia Assegurada de cada usina que é determinada em cada ato autorizativo. Qualquer desequilíbrio entre a energia efetivamente gerada e a Energia Assegurada é coberto pelo MRE. A finalidade do MRE é a de mitigar riscos hidrológicos, garantindo que todas as usinas do MRE participem de modo proporcional às suas Energias Asseguradas. Em outras palavras, o MRE realoca a energia, transferindo (ou alocando) a energia excedente daquelas que geraram acima de suas Energias Asseguradas para aquelas que geraram abaixo de suas Energias Asseguradas. O despacho das usinas é determinado pelo ONS, que leva em conta a demanda de energia, as condições hidrológicas do sistema interligado nacional e as limitações da transmissão. O volume de energia efetivamente gerada por usina participante do MRE é precificado de acordo com uma tarifa denominada "Tarifa de Otimização de Energia", que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada geradora.

RACIONAMENTO

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que, na hipótese de decretação de uma redução compulsória no consumo de energia numa determinada região, todos os CCEARs por quantidade de energia, cujos compradores estejam localizados nessa mesma região, terão seus volumes ajustados na proporção da redução de consumo verificada.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

As empresas detentoras de concessões, permissões e autorizações para distribuição, geração e transmissão de energia devem investir a cada ano um mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento. Pequenas Centrais Hidrelétricas e projetos eólicos, de energia solar e de biomassa não estão sujeitos a esta exigência.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA
COMPANHIA

FATORES DE RISCO

RISCOS MACROECONÔMICOS

O governo exerceu, e continua a exercer, influência significativa sobre a economia do país. Esse envolvimento, assim como as condições políticas e econômicas do Brasil, poderão afetar adversamente os nossos negócios.

O governo freqüentemente intervém na economia do país e ocasionalmente faz alterações significativas na política e na legislação. As medidas do governo para controlar a inflação, assim como outras políticas e normas geralmente envolveram, entre outras medidas, controles de preço, desvalorizações da moeda, controles do fluxo de capital e limites às importações. Nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados de nossas operações poderão ser adversamente afetados por mudanças na política ou nas normas que envolvem ou afetam os controles cambiais, bem como fatores como:

- flutuações de moeda;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez do mercados de capital e de crédito domésticos;
- políticas fiscais; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A futura evolução da economia brasileira e das políticas do governo poderá afetar adversamente nossos negócios e os resultados de nossas operações.

A instabilidade cambial poderá afetar adversamente nossa condição financeira e os resultados operacionais.

A moeda brasileira sofreu desvalorização ao longo das últimas quatro décadas. Nesse período, o governo implantou diversos planos econômicos e lançou mão de inúmeras políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini desvalorizações periódicas – durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diário a mensal – sistemas cambiais flutuantes, controles de câmbio e mercados cambiais diversos.

O real sofreu desvalorização de 9,3% frente ao dólar em 2000, de 18,7% em 2001, e 52,3% em 2002, em parte devido à incerteza política que rondava as eleições

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

presidenciais no Brasil e à desaceleração econômica global. A valorização do real de 18,2% em 2003 e de 8,3% em 2004 frente ao dólar pode não se repetir. No primeiro trimestre de 2005, o dólar sofreu desvalorização de 0,4% frente ao dólar.

A depreciação do real frente ao dólar aumenta o serviço da nossa dívida denominada em dólar e o nosso custo para comprar energia de Itaipu, uma de nossas maiores fornecedoras, e que ajusta os preços da energia com base em parte em seus custos em dólar.

A inflação e os esforços do governo para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e poderão prejudicar nossos negócios.

No passado, o Brasil enfrentou taxas de inflação extremamente elevadas. Mais recentemente, a taxa anual de inflação registrou-se a 10,4% em 2001, 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,42% em 2004 e 1,55% no primeiro trimestre de 2005 [é assim mesmo ou deveríamos anualizar a taxa?], conforme medida pelo Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M. A inflação, e certas medidas do governo para combatê-la tiveram, no passado, efeitos negativos sobre a economia brasileira. Medidas de contenção da inflação – e a especulação sobre futuras medidas do governo – contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários.

Futuras medidas por parte do governo, incluindo aumentos nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação e, conseqüentemente, causar impactos econômicos negativos sobre nossos negócios. Se o Brasil futuramente enfrentar altas taxas de inflação, poderemos não conseguir ajustar as tarifas que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custo. As pressões inflacionárias também poderão impedir nosso acesso aos mercados financeiros internacionais ou levar o governo a adotar políticas de combate à inflação que poderão prejudicar nossos negócios.

O acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais internacional é influenciado pela percepção de risco no Brasil e em outras economias emergentes, e isso poderá prejudicar nossa capacidade de financiar nossas operações.

As condições econômicas e de mercado de outros países de economia emergente – principalmente os países latino-americanos – influenciam o mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras. Em virtude dos problemas econômicos em vários países emergentes nos últimos anos (como a crise financeira de 1997 na Ásia, a crise financeira na Rússia em 1998 e a crise financeira na Argentina, com início em 2001), os investidores passaram a considerar com mais cautela os investimentos em mercados

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

emergentes. Essas crises provocaram a saída significativa de dólares do Brasil, fazendo com que as empresas brasileiras enfrentassem maiores custos para levantar recursos, tanto domesticamente quanto no exterior, e a obstrução do acesso ao mercado de capitais internacional. Não podemos assegurar que o mercado de capitais internacional permanecerá aberto às empresas brasileiras ou que os custos de financiamento nesse mercado serão vantajosos para nós.

O governo pode alterar a legislação tributária vigente, o que poderá acarretar em aumento da carga tributária para as empresas brasileiras

Caso o governo implemente mudanças na legislação fiscal, essas modificações poderão acarretar aumento nas alíquotas de alguns tributos incidentes sobre as empresas brasileiras. Com relação às empresas do setor elétrico, aumentos de carga tributária são usualmente repassados aos consumidores mediante aumento das tarifas cobradas. Caso o aumento das tarifas em virtude desse repasse seja considerável, poderá haver uma retratação no consumo de energia elétrica o que afetaria negativamente as receitas das empresas do setor, inclusive da Emissora. Caso esse aumento não possa, por qualquer motivo, ser repassado aos consumidores de energia elétrica, os resultados e a condição financeira da Emissora poderão ser negativamente afetados.

RISCOS REFERENTES ÀS NOSSAS OPERAÇÕES E AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO

As tarifas que cobramos são determinadas pela ANEEL, conforme nosso contrato de concessão.

A ANEEL estabelece, de acordo com uma fórmula já estabelecida no nosso contrato de concessão, as tarifas que cobramos de nossos clientes.

Nosso contrato de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de limite de preço que permite três tipos de ajustes tarifários:

- *Reajuste anual.* Somos autorizados a aplicar, todos os anos, um reajuste anual cuja finalidade é compensar alguns efeitos da inflação sobre as tarifas, e repassar aos clientes certas mudanças em nossa estrutura de custos que fujam ao nosso controle, como o custo da energia que compramos de nossos fornecedores de energia, e outros encargos regulatórios, incluindo encargos para o uso de instalações de transmissão e distribuição e variações na taxa de câmbio sobre nossos pagamentos à Itaipu Binacional ("Itaipu"). Para maiores informações, veja: "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Visão Geral – Tarifas de Distribuição Reguladas".

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- *Revisão periódica.* A cada quatro anos, a ANEEL realiza uma revisão periódica para realinhar nossas tarifas aos nossos custos e estabelecer um fator baseado em nossa eficiência operacional, o qual será aplicado contra o índice de inflação de nossos futuros Reajustes Anuais de Tarifas. A finalidade dessas revisões de tarifa é restabelecer um nível tarifário para cobrir (1) custos da energia comprada e outros custos não administráveis pela Emissora, (2) custos de operação e manutenção de uma "Empresa de Referência" teórica e (3) remuneração do capital sobre nossa base de ativos, usando uma metodologia de "substituição de custos". Além disso, um ano após o quinto reajuste anual concedido a partir da assinatura do Contrato de Concessão, as tarifas praticadas pelas Distribuidoras de energia elétrica sofrerão o efeito do chamado "Fator X". A determinação do "Fator X" é efetuada de acordo com os critérios constantes de regulamentação da ANEEL editada em abril de 2004. Em cálculos futuros, não há como afirmar que a Emissora será capaz de atingir eficiência em estruturas de custo compatíveis com a influência do "Fator X" e, conseqüentemente, manter suas margens de lucro nos níveis atuais. Para maiores informações, veja: "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Visão Geral – Tarifas de Distribuição Reguladas".
- *Revisão extraordinária.* Somos também autorizados a solicitar uma revisão extraordinária de nossas tarifas no caso de alterações significativas e imprevisíveis em nossa estrutura de custos, tal como a imposição de novos encargos regulatórios. Para maiores informações, veja: "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Visão Geral – Tarifas de Distribuição Reguladas".

Não é possível assegurar que a ANEEL estabelecerá tarifas que nos sejam favoráveis e que nos permita repassar aos nossos clientes todos os aumentos de custo. Além disso, na medida em que quaisquer desses ajustes não forem concedidos pela ANEEL em tempo hábil, como ocorreu em 2001 e 2002 em virtude do Racionamento, nossa condição financeira e os resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Para obter mais informações sobre a ANEEL, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro—Principais Autoridades."

Estamos sujeitos a uma ampla legislação e grandes alterações na área regulatória, que ainda estão sendo implementadas pelo governo.

Somos uma empresa de energia que distribui energia a clientes na Cidade de São Paulo e outros 23 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo. Recentemente, o governo implantou novas políticas sobre o setor de energia. Em 15 de março de 2004 foi aprovada a Lei nº 10.848 que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e implementou o novo modelo do setor elétrico no Brasil ("**Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico**"). Na mesma data, foi editada a Lei nº 10.847, que autorizou a criação da

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor elétrico nacional. Em agosto de 2004, foram promulgados os Decretos nº 5.163, 5.175, 5.177 e 5.184 que regulamentam as Leis nº 10.847 e 10.848.

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, uma parcela significativa da energia futura comprada por empresas de distribuição, inclusive a Emissora, será adquirida em leilões públicos anuais de todo o setor. A ANEEL aprovou os procedimentos para estabelecer os preços e as quantidades de comercialização de energia para o primeiro desses leilões, que ocorreu em 7 de dezembro de 2004. Se os leilões públicos não forem bem sucedidos, o governo poderá estabelecer novos procedimentos de comercialização de energia, e não podemos ter certeza a respeito do efeito de tais procedimentos sobre a nossa condição financeira e resultado operacional.

O efeito das reformas sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o resultado dos processos judiciais e as futuras reformas no setor da energia são difíceis de prever, mas poderão ter impacto adverso sobre nossos negócios, resultado operacional e capacidade de acesso aos mercados financeiros. Veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro - O Novo Modelo para o Setor."

Poderemos não conseguir repassar integralmente através de nossas tarifas os custos de nossas compras de energia.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico determina que um Distribuidor deve contratar antecipadamente, por meio de leilões públicos, pelo menos 100% de suas necessidades de energia previstas para os 5 anos seguintes. O primeiro leilão ocorreu em 7 de dezembro de 2004. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece as condições para o repasse dos volumes e preços de comercialização de energia. Se a energia que comprarmos nos leilões públicos for inferior a 100% de nosso consumo próprio total (que exclui os consumidores livres), estaremos sujeitos a multas e poderemos não conseguir repassar a nossos clientes todos os custos de compra adicional de energia, que poderão ser mais elevados no mercado à vista. Se a energia que comprarmos no leilão público representar mais de 100% e menos de 103% de nosso consumo próprio total, poderemos repassar a nossos clientes o volume total da energia comprada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico restringe nossa capacidade de repassar aos nossos clientes o custo das compras de energia caso nossos custos ultrapassem o Valor Anual de Referência estabelecido pela ANEEL. Este valor é baseado no preço médio ponderado pago por todas as empresas de distribuição nos leilões públicos de energia gerada por novas empresas, e a ser entregue três a cinco anos da data do leilão, e será aplicado somente durante os 3 primeiros anos após o início da entrega da energia comprada. Tendo em vista os inúmeros fatores que afetam as previsões de nossa demanda de energia, incluindo crescimento econômico e populacional, não é possível assegurar que a

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

previsão de demanda de energia da Eletropaulo será precisa. Se houver variações significativas entre as nossas necessidades de energia e o volume de nossas compras de energia, os resultados de nossas operações poderão ser adversamente afetados.

Poderemos ser punidos pela ANEEL por descumprimento de nosso contrato de concessão e da regulamentação aplicável.

Nossas atividades de distribuição são realizadas de acordo com um contrato de concessão firmado com o governo por intermédio da ANEEL, cuja vigência termina em 2028. Com base nas disposições de nosso contrato de concessão e na legislação aplicável, a ANEEL poderá aplicar penalidades se descumprirmos qualquer disposição do contrato de concessão. Dependendo da gravidade do descumprimento, tais penalidades poderão incluir:

- advertência;
- multas por descumprimento de até 2% de nossas receitas auferidas no exercício encerrado imediatamente antes da data do descumprimento;
- restrições ao funcionamento das instalações e equipamento existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões;
- intervenção; e
- término da concessão.

Além disso, o governo tem o poder de terminar nossa concessão antes do final do prazo de concessão em caso de falência ou dissolução, ou por meio de encampação.

É possível que a ANEEL aplique penalidades pelo descumprimento de nosso contrato de concessão ou termine antecipadamente nossa concessão. Se nosso contrato de concessão for terminado, não poderemos operar nossos negócios e distribuir energia a nossos clientes. Além disso, o pagamento a que teremos direito quando do término de nossa concessão poderá não ser suficiente para liquidação total dos nossos passivos, e esse pagamento poderá ser postergado por muitos anos. Se nosso contrato de concessão terminar por nossa culpa, o montante do pagamento devido poderá ser reduzido de forma significativa com a imposição de multas ou outras penalidades. Desta forma, a aplicação de multas ou penalidades ou o término de nossa concessão poderão ter um efeito adverso significativo sobre nossa condição financeira e o resultado operacional.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Geramos parte de nossas receitas operacionais a partir de clientes qualificados como consumidores "potencialmente livres" que têm a liberdade de procurar fornecedores alternativos de energia.

Dentro de nossa área de concessão, não enfrentamos concorrência na distribuição de energia. Entretanto, em virtude da Lei 9.074/95 e regulamentação posterior, desde 1995 os clientes classificados como potencialmente livres podem adquirir energia diretamente através dos agentes de mercado (comercializadores e geradores). Além disso, clientes com uma demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem se tornar consumidores livres caso optem por energia de fontes renováveis, como energia eólica, solar, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas. Atualmente, clientes de alta tensão que compram energia de Distribuidores no Ambiente de Contratação Regulado o fazem a preços subsidiados. Esse subsídio, conhecido por "subsídio cruzado", começou a ser gradualmente retirado a partir de julho de 2003 e será totalmente eliminado até 2007. Acreditamos que para os próximos anos, o preço de comercialização de energia no ambiente de contratação livre permanecerá relativamente baixo devido ao excesso de geração de energia no Brasil, mantendo a atratividade do mercado livre.

Em 31 de março de 2005, fornecíamos energia a 58 clientes potencialmente livres que representavam aproximadamente 1,4% de nossa receita operacional bruta e aproximadamente 7,0% do volume total da energia vendida no primeiro trimestre de 2005. Em 31 de dezembro de 2004, fornecíamos energia a 70 consumidores potencialmente livres que representaram aproximadamente 4,7% de nossa receita operacional bruta, e aproximadamente 9,0% do volume total da energia vendida. Em 31 de dezembro de 2003, fornecíamos energia a 94 consumidores potencialmente livres que representavam aproximadamente 6,1% de nossa receita operacional bruta e aproximadamente 13,2% do volume total da energia vendida em 2003. Em 31 de dezembro de 2004 e no primeiro trimestre de 2005, tínhamos um total de 1.342 clientes que poderiam comprar energia de fontes de energia renováveis e que representavam aproximadamente 15,1% de nossa receita operacional bruta e aproximadamente 20,7% do volume total de energia vendida.

Se nossos consumidores potencialmente livres tornarem-se consumidores livres e comprarem energia de outros fornecedores, isso reduzirá nossas receitas e poderá afetar adversamente os resultados de nossas operações no curto prazo.

Para mais informações sobre consumidores potencialmente livres, veja "Os Negócios da Emissora – Concorrência."

Nossos equipamentos, instalações e operações estão sujeitos a ampla regulamentação ambiental e de saúde que podem se tornar mais rigorosos no futuro e resultar em maiores responsabilidades e investimentos de capital.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Nossas atividades de distribuição estão sujeitas a uma abrangente legislação ambiental no âmbito federal, estadual e municipal. Essas normas incluem a obrigação de obtenção de licenças ambientais para a construção de novas instalações ou a instalação de novos equipamentos necessários a nossas operações. É possível que as regras de proteção ambiental e de saúde nos forcem a alocar investimentos de capital para a observância de normas e, conseqüentemente, realocar recursos de outros investimentos planejados. Isso poderá ter um efeito adverso significativo sobre nossa condição financeira e resultados operacionais.

Devido a uma interpretação, pelo Departamento de Análise de Impacto Ambiental - DAIA, prevista na Resolução No. 237/97 promulgada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e em virtude do Decreto No 47.397 do Estado de São Paulo datado de 4 de dezembro de 2002, poderemos ser obrigados a obter licenças ambientais para instalações e equipamentos anteriormente isentos de tais licenças. De acordo com essa regulamentação, as licenças devem ser obtidas até 2007.

A construção, expansão e funcionamento de nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia envolvem riscos significativos que poderão causar perda de receitas ou aumento de despesas.

A construção, expansão e funcionamento de nossas instalações e equipamentos de distribuição de energia envolvem diversos riscos, inclusive:

- a incapacidade de obter alvarás e licenças do governo;
- problemas ambientais e de engenharia imprevistos;
- aumentos das perdas de energia, incluindo perdas técnicas e comerciais; e
- atrasos operacionais e de construção ou custos excedentes não previstos.

Se enfrentarmos quaisquer desses problemas poderemos não conseguir distribuir energia em montante consistente com nosso plano de negócios, e isso poderá causar um efeito adverso em nossa condição financeira e resultados operacionais.

Somos legalmente responsáveis por quaisquer danos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de energia, e nossas apólices de seguro poderão não cobrir integralmente tais danos.

De acordo com a legislação brasileira, somos responsáveis por danos diretos e indiretos resultantes do fornecimento inadequado de serviços de distribuição de energia, como interrupções repentinas e variações de voltagem. Além disso, poderemos ser considerados responsáveis por até 60% dos danos causados a terceiros em virtude de interrupções ou

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

distúrbios resultantes dos sistemas de distribuição, transmissão ou geração, caso tais interrupções ou distúrbios não sejam atribuídos a um membro identificável do ONS. Não podemos garantir que nosso seguro é suficiente para cobrir integralmente quaisquer responsabilidades incorridas de fato no curso de nossos negócios ou que esse seguro continuará disponível no futuro. Para maiores informações, veja: "Os Negócios da Emissora – Seguro".

O impacto de uma escassez de energia e conseqüente racionamento de energia, como ocorreu em 2001 e 2002, causou e poderá causar um efeito adverso significativo sobre nossos negócios e resultados operacionais.

A energia hidrelétrica é a principal fonte de energia no Brasil, representando cerca de 82% da capacidade instalada de geração em 2003. O nível pluviométrico abaixo da média nos anos anteriores a 2001 resultaram nos níveis baixos dos reservatórios e na baixa capacidade hidrelétrica nas regiões sudeste, centro oeste e nordeste do Brasil. As tentativas de compensar a dependência em usinas hidrelétricas com usinas térmicas movidas a gás foram adiadas. Em resposta à escassez de energia, o governo criou, em 15 de maio de 2001, a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, para coordenar e administrar um programa de redução do consumo de energia, e assim evitar a interrupção do fornecimento. Esse programa, conhecido por Racionamento, estabeleceu limites de consumo de energia para clientes industriais, comerciais e residenciais, limites esses que variavam de 15% a 25% de redução do consumo de energia. O programa foi aplicado de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Em conseqüência do Racionamento, o consumo de energia em nossa área de concessão foi reduzido em mais de 20% nesse período, causando uma queda de R\$ 1.193 milhão em nossas receitas. Além disso, o Racionamento aumentou nossos prejuízos comerciais porque alguns de nossos clientes tentaram evitar os limites obrigatórios de consumo por meio de conexões ilegais e fraudes. Apesar do Racionamento ter sido encerrado em fevereiro de 2002, o consumo de energia em nossa área de concessão ainda não retomou os níveis registrados antes do programa. Além disso, se houver outra escassez de energia, o governo poderá implementar políticas que podem incluir o racionamento do consumo de energia, o que poderá causar um efeito adverso significativo sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações, veja "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Visão Geral – O Racionamento e as Medidas Regulatórias Pertinentes", e " O Setor de Energia Elétrica Brasileiro – Racionamento".

Estamos sujeitos a aumentos nas taxas de juros em vigor.

Em 31 de março de 2005, aproximadamente 85%, ou R\$ 4. 488 milhões de nossa dívida total estava denominada em reais e indexada às taxas de mercado ou taxas de inflação e a juros de taxas flutuantes. Os outros 15%, ou R\$ 793 milhões, de nossa dívida total estavam denominados em dólares norte-americanos à juros de taxas flutuantes com base

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

na London Interbank Offering Rate - LIBOR. Portanto, se houver aumento dessas taxas de juros, haverá aumento de nossas despesas financeiras. Para maiores informações veja: "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais—Liquidez e Recursos de Capital — Exposição às taxas de câmbio e juros".

Nosso grau de endividamento, bem como as disposições restritivas de nossos contratos financeiros (covenants), poderão afetar adversamente a capacidade de operar nossos negócios e de efetuar os pagamentos da dívida.

Em 31 de março de 2005 tínhamos dívidas em aberto no montante de R\$ 5.281 milhões, das quais R\$ 4.488 milhões em reais e o equivalente a R\$ 793 milhões em moeda estrangeira. Nossa geração de caixa pode não ser suficiente para pagar o principal, juros ou outros montantes devidos em relação às nossas dívidas.

Os contratos que regem nossa dívida contêm disposições que poderão limitar a maneira como operamos nossos negócios. Por exemplo, somos obrigados a observar diversos índices financeiros que restringem nossa capacidade de contratar novas dívidas ou de obter linhas de crédito. Esses índices financeiros baseiam-se em nosso EBITDA, despesas com juros, endividamento total e renda líquida consolidada. Nosso lucro líquido consolidado é medido pelo nosso nível total de lucros distribuíveis de acordo com os Princípios Contábeis Adotados no Brasil. Para mais informações, veja "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais—Liquidez e Recursos de Capital —Dívidas".

Se não conseguirmos controlar com sucesso as perdas de energia, os resultados de nossas operações e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados.

Há dois tipos de perdas de energia: perdas técnicas e perdas comerciais. Como resultado do Racionamento implantado em 2001 e das rigorosas penalidades aplicadas aos nossos clientes pelo Governo Federal no caso de consumo de energia além dos limites impostos, verificamos um aumento significativo das perdas de energia causadas por conexões ilegais, roubo e fraude por parte de clientes que tentavam evitar o limite de consumo. Entre 2001 e 2002 nossas perdas comerciais causadas por conexões ilegais e fraudes aumentaram de 5,4% para 7,3%, aumentando nossas perdas de energia de 11,0% para 12,9%. Em 2003 e em 2004, o total de perda de energia foi 12,8% e 12,3% do total da energia distribuída, respectivamente. Nos últimos 12 meses, o total de perda de energia foi de 11,75%. Não é possível assegurar que as estratégias que implantamos para combater as perdas de energia serão eficazes. Uma parcela de nossas perdas de energia não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente nossa

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

condição financeira e resultados operacionais. Para maiores informações, veja: "Os Negócios da Emissora – Rede de Distribuição – Perdas de Energia".

A Emissora apresenta um percentual de inadimplência que pode afetar adversamente seus resultados financeiros.

Em 31 de março de 2005, a Emissora acumulou contas a receber vencidos de consumidores finais no valor de R\$ 543,7 milhões. Deste total, cerca de 31,0% era representado por contas devidas pelo Setor Público. A Emissora pode não recuperar os créditos relativos a dívidas de diversos municípios e demais clientes inadimplentes que estão sendo renegociadas. Caso não recuperem esses créditos, total ou parcialmente, a Emissora sofrerá, um impacto adverso relevante em seus resultados financeiros. Para maiores informações, veja "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Liquidez e Recursos de Capital – Fluxo de Caixa".

A aprovação de certas matérias por nosso conselho de administração e por nossos acionistas está sujeita à prévia aprovação por parte do BNDESPAR.

Em virtude de uma renegociação da dívida de certas subsidiárias da AES Corp originária do financiamento da aquisição das ações da Eletropaulo, quando da sua privatização, a aprovação de certas matérias, incluindo, entre outras, a implantação de planos e orçamentos comerciais, a emissão de ações ou de títulos representativos de dívida, incluindo as Debêntures do presente Programa, e a aprovação de certos instrumentos de empréstimo ou de financiamento por nosso conselho de administração e por nossos acionistas está sujeita à aprovação prévia do BNDESPAR e da AES Brasil. Como o BNDESPAR é tanto acionista como credor significativo da Brasileira, seus interesses podem ser diferentes dos interesses da AES Brasil. Não podemos assegurar que o BNDESPAR aprovará as propostas que a nossa diretoria julga serem necessárias para implantar nossa estratégia de negócios, ou se tal aprovação será obtida em tempo hábil, o que poderá causar impacto adverso sobre nossa condição financeira e resultados operacionais. Veja "Descrição do Capital Social e Principais Acionistas—Acordo de Acionistas da Brasileira".

Nossos compromissos de atender a obrigações com plano de pensão de nossos funcionários, obrigações essas não integralmente reconhecidas no balanço, poderão ser superiores aos atualmente previstos.

Em 1997 e 1999, firmamos contratos com a Fundação CESP, responsável por administrar os planos de pensão de nossos funcionários. Esses contratos exigem aportes de R\$ 3.087 milhões durante os próximos 13 anos para atender a nossas obrigações não financiadas de nossos planos de pensão. Entretanto, se nossos pressupostos atuariais e os pressupostos atuariais da Fundação CESP provarem-se incorretos, ou no caso de quedas no longo prazo nas taxas de juros, quedas nos valores de mercado dos títulos e valores

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

mobiliários mantidos pelos planos de pensão ou outras alterações adversas, a parcela não financiada de nosso plano poderá aumentar significativamente, aumentando o nível dos aportes necessários a nosso plano de pensão ou antecipando a necessidade de tais aportes. Para maiores informações, veja: "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Liquidez e Recursos de Capital - Dívidas – Contratos com a Fundação CESP" e "Contratos Relevantes – Contratos com a Fundação CESP."

Se a Brasileira, nosso acionista controlador, deixar de efetuar qualquer pagamento de suas debêntures, detidas atualmente pelo BNDESPAR, ou se quaisquer empresas controladas pela Brasileira deixarem de pagar certas dívidas com BNDES, o BNDESPAR terá a opção de converter as debêntures em ações ordinárias, conferindo ao BNDESPAR o controle acionário da Brasileira.

Como parte da reestruturação da dívida junto ao BNDES, a Brasileira emitiu debêntures ao BNDESPAR que poderão ser convertidas, à opção do BNDESPAR, em ações ordinárias da Brasileira quando da ocorrência de eventos específicos, incluindo o não pagamento de certas quantias devidas nos termos das debêntures, ou o não pagamento da dívida, ao BNDES, por quaisquer das empresas controladas pela Brasileira, inclusive a Eletropaulo, em montante superior a R\$ 25 milhões. Como a AES Corp possui, indiretamente, somente uma ação ordinária da Brasileira a mais do que o BNDESPAR, se o BNDESPAR converter quaisquer de suas debêntures, ele obterá o controle votante e operacional da Brasileira e, conseqüentemente, o controle indireto da Emissora. Além disso, todas as nossas ações de propriedade da Brasileira estão empenhadas para garantir o pagamento das debêntures. Caso a Brasileira deixe de efetuar tal pagamento, as ações da Emissora poderão ser vendidas, no todo ou em parte, a terceiros. Eventual mudança de controle pode resultar na descontinuidade da administração atual da empresa.

Decisões adversas em um ou mais de nossos processos judiciais e administrativos poderão afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Em 31 de dezembro de 2004, éramos réus em aproximadamente 38.800 processos judiciais e administrativos envolvendo diversas questões legais, regulatórias e administrativas, incluindo processos relacionados a aumento de tributos, responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas e de seguridade social, além de questões ambientais. Fizemos provisões de R\$ 1,6 bilhão em nosso balanço. Não é possível assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terão um efeito adverso significativo sobre os resultados de nossas operações ou nossa condição financeira. Para maiores informações, veja: "Contingências Judiciais e Administrativas".

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Estamos expostos ao risco cambial.

Para exemplificar nossa exposição ao risco cambial, em 31 de março de 2005, aproximadamente 15%, ou R\$ 793 milhões, de nossas dívidas eram determinadas em dólar norte-americano, dos quais 100% estavam protegidos por operações de *hedge* contra variações na taxa de câmbio Real/US\$. Do nosso total de contratos de *swap*, aproximadamente R\$ 268 milhões têm vencimento de um ano e os restantes R\$ 542 milhões vencem até 2009. Em 12 de novembro de 2004, uma de nossas contrapartes nos contratos de *swap cambial* (Banco Santos) sofreu intervenção do Banco Central. Em 31 de março de 2004, a Emissora tinha aproximadamente US\$ 63,4 milhões de operações desta natureza com o banco. A Emissora está provisionando os resultados negativos dessas operações nas suas demonstrações financeiras. Nesta data, a Emissora tornaria-se credora do banco somente caso o dólar ultrapasse a taxa de R\$ 3,3565.

RISCOS REFERENTES ÀS EMISSÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão a ser utilizada para as ofertas de debêntures no âmbito do Programa estão sujeitas às hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão (Anexo C) a ser utilizada para as emissões de Debêntures no âmbito do Programa estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação às respectivas ofertas públicas, tais como pedido de concordata ou falência pela Emissora, bem como prevê a inclusão de novas hipóteses que podem ensejar vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação às respectivas Ofertas. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado, a Emissora poderá não ter recursos financeiros necessários para realizar o pagamento das Debêntures.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das ofertas públicas realizadas no âmbito do Programa poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures emitidas por meio dessas ofertas para negociação no mercado secundário.

Para se realizar classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

classificações de risco obtidas com relação às ofertas públicas realizadas no âmbito do Programa durante a vigência de qualquer das respectivas Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

O mercado de debêntures tem baixa liquidez no Brasil, podendo dificultar a negociação das Debêntures emitidas no âmbito do Programa.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures historicamente apresenta baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Além da dificuldade na realização da venda, a baixa liquidez no mercado secundário de Debêntures no Brasil pode causar também a deterioração do preço de venda desses títulos.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

O Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que refletem as opiniões da Emissora em relação a eventos futuros e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferenciar sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção "Fatores de Risco" e em outras seções do Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõem os artigos 8º e 13º da Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada, e a Instrução CVM 400/03.

O Racionamento e as Medidas Regulatórias Pertinentes

Nos anos que antecederam 2001, os níveis reduzidos dos reservatórios – provocados por níveis pluviométricos extraordinariamente baixos, além da falta de investimentos em geração de energia em geral no Brasil – resultaram na redução da oferta de energia na maior parte do território brasileiro. O governo adotou o Programa Emergencial de Redução de Consumo de Energia Elétrica ("**Racionamento**"). O consumo de energia diminuiu consideravelmente. Entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, nossas vendas de energia ao consumidor final foram reduzidas em 13,2% de 2000 a 2001. O preço da energia nos contratos de curto prazo também aumentou substancialmente durante o período de racionamento. Além disso, os preços da energia em contratos de longo prazo aumentaram

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

substancialmente devido aos altos níveis de inflação em 2002. O preço da energia comprada de Itaipu também aumentou em virtude da desvalorização do real frente ao dólar em 2001 e 2002.

Esses acontecimentos impactaram adversamente o setor elétrico brasileiro e a situação financeira das Distribuidoras e geradoras. No fim de 2001 e início de 2002, as Distribuidoras e geradoras acordaram com o governo sobre um pacote de medidas para lidar com alguns desses efeitos. Essas medidas, que afetaram nosso desempenho financeiro, principalmente em 2001, nos autorizavam a contabilizar as receitas antes de seu respectivo recebimento, permitiram o reajuste extraordinário tarifário mencionado abaixo para compensar as baixas receitas causadas pelo Racionamento e contemplaram empréstimos do BNDES¹. As consequências regulatórias dessas medidas ainda afetam nossa condição financeira. Seguem-se as principais medidas adotadas em resposta ao Racionamento:

- *Empréstimos do BNDES.* O governo disponibilizou empréstimos a Distribuidoras por meio do BNDES para financiar (1) 90% dos prejuízos resultantes das baixas vendas como consequência do Racionamento e (2) o valor correspondente aos custos da Parcela A de janeiro a outubro de 2001. O montante total do principal e dos encargos registrava-se em R\$ 663 milhões (RTE) de acordo com os empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2004. Em 11 de janeiro de 2005, a Emissora recebeu a terceira e última parcela do empréstimo do Racionamento, no valor de R\$ 243 milhões. Deste valor, R\$ 184 milhões, aproximadamente, foram utilizados para pré-pagar proporcionalmente nossa dívida nos termos da Reestruturação da Dívida concluída em 2004. Sobre esses empréstimos correm juros à mesma taxa das quantias que estamos autorizados a recuperar de acordo com o reajuste extraordinário de tarifa. O BNDES também nos concedeu outro empréstimo, nos termos do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica ("**CVA**"), com o objetivo de atender à escassez de liquidez resultante dos atrasos do recebimento na tarifa dos valores da Conta CVA, programado para ocorrer em 2003. Em 3 de junho de 2004, tomamos R\$ 521 milhões de empréstimos nessa linha de crédito, dos quais R\$ 311 milhões foram usados para liquidar dívidas intra-setoriais e os restantes R\$ 210 milhões para efetuar o pré-pagamento proporcional de nossa dívida nos termos da Reestruturação da Dívida. Em 31 de dezembro de 2004, o montante em aberto desse empréstimo somava R\$ 439 milhões.
- *Reajuste Tarifário Extraordinário (RTE).* Em 2001 e início de 2002, em virtude do Racionamento, nossos clientes compraram menos energia do que havíamos previsto. O Governo Federal e a ANEEL estabeleceram um reajuste tarifário extraordinário, ou RTE, cuja finalidade era permitir que as empresas de distribuição

¹ Nos valores correspondentes a 90% das perdas geradas pelo racionamento mais os custos da Parcela A de janeiro a outubro de 2001, a serem cobradas dos consumidores através dos reajustes tarifários extraordinários.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

recuperassem, no futuro, parte da receita perdida com o Racionamento e quitassem o Empréstimo do BNDES mencionado. Parte das quantias que iremos recuperar com o RTE deverão ser repassadas a nossos fornecedores de energia para compensá-los pela perda de receita do Período de Racionamento. Em 2001, registramos receitas não caixa de R\$ 976 milhões (13,4% de nossas receitas brutas) referentes à nossa perda de receitas, e R\$ 372 milhões (4,9% de nossas receitas brutas), referentes à perda de receitas de nossos fornecedores de energia, as quais também recebemos por meio do reajuste tarifário extraordinário e repassamos a nossos fornecedores. Com relação ao repasse do reajuste tarifário extraordinário, também contabilizamos despesas de R\$ 372 milhões. Em 2002, contabilizamos receitas não caixa de R\$ 217 milhões (2,8% das nossas receitas brutas).

Em 31 de dezembro de 2003 nosso contas a receber registrava-se em R\$ 2.393 milhões, dos quais R\$ 687 milhões classificavam-se como recomposição tarifária extraordinária, que esperamos recuperar de acordo com o RTE. Nosso contas a receber representava 20,7% do nosso ativo total em tal data. Em 31 de dezembro de 2004 nosso contas a receber registrava R\$ 2.147 milhões, dos quais R\$ 449 milhões classificavam-se como não recomposição tarifária extraordinária que esperamos recuperar de acordo com o RTE. Nosso contas a receber representava 18,8% do nosso ativo total em tal data. A quantia a ser repassada aos fornecedores está incluída em nosso balanço patrimonial em contas a pagar a fornecedores. As quantias passíveis de recuperação e a pagar são corrigidos pela SELIC mais 1% e, em 2003, contabilizamos R\$ 190 milhões de receita financeira líquida atribuível a tal contas a receber. Em 2004, contabilizamos R\$ 109 milhões de receita financeira líquida atribuível ao contas a receber.

O aumento de tarifas resultante do RTE está em vigor desde dezembro de 2001, e permanecerá em vigor até 70 meses após o início da cobrança, quando então esperamos ter recuperado toda a receita contabilizada, com correção. Ao receber essas quantias de nossos clientes, repassamos aos nossos fornecedores a parcela atribuível a eles e ao BNDES as quantias necessárias para pagar o serviço do Empréstimo do BNDES. Essas transações reduzem o montante do contas a receber e a pagar em nosso balanço, mas não afetam nossas demonstrações de resultado porque as receitas e custos foram previamente contabilizados em 2001 e 2002. O efeito sobre nosso fluxo de caixa é mínimo porque em 2002 2004 e 2005 recebemos do BNDES adiantamentos desses recursos (como discutido acima e, portanto, o RTE que recebemos é utilizado para quitar esse empréstimo).

Como acima descrito, determinadas variações nos custos de nossa Parcela A são recuperáveis por meio de tarifas futuras. O sistema da Parcela A foi criado inicialmente para compensar o aumento de custos em 2001. O aumento dos custos da Parcela A entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001 é recuperado por meio do RTE, depois de

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

recuperarmos a receita não obtida em virtude do Racionamento. Em 2001, o montante líquido dos custos da Parcela A diferidos foi de R\$ 368 milhões.

Deduções das Receitas Operacionais

Para calcular as receitas operacionais líquidas, deduzimos, de nossas receitas operacionais, diversos encargos regulatórios e impostos, dentre os quais o mais importante é o ICMS. Essas deduções representaram 25,9% de nossa receita operacional bruta em 2004, 25,6% em 2003, 24,3% em 2002 e 19,4% em 2001. O aumento, tanto em 2002 quanto em 2003, foi causado principalmente (1) ECE (encargo de capacidade emergencial), que entrou em vigor em março de 2002; e (2) pelo ICMS sobre tarifas atribuíveis ao RTE. Em 2001, em relação ao Racionamento, lançamos as receitas originadas pelo RTE que não faturamos aos clientes e, portanto, não havia ICMS associado a tais receitas. A partir de 2002, faturamos e cobramos as tarifas do RTE e, embora tais montantes já tivessem sido contabilizados e, portanto, não tivessem afetado nossas receitas operacionais brutas de 2002 em diante, contabilizamos o ICMS como uma dedução e assim chegamos às receitas operacionais líquidas. Como resultado, nossa alíquota efetiva de ICMS aumentou substancialmente a partir de 2002.

A Condição Econômica do Brasil

Como uma empresa que tem suas operações no Brasil, somos afetados pelas condições econômicas do país. O desempenho geral da economia brasileira afeta especialmente a demanda de energia e a inflação afeta nossos custos e margens. O ambiente econômico do Brasil tem sido caracterizado por variações significativas nas taxas de crescimento econômico e, desde 2001, por um crescimento extremamente baixo.

Em 2001, a crise econômica da Argentina, o baixo crescimento da economia norte-americana e o Racionamento causaram quedas no investimento e no consumo no Brasil. Em 2001, o produto interno bruto no Brasil cresceu 1,3%, o real sofreu desvalorização de 18,7% frente ao dólar e a inflação medida pelo IGP-M registrou-se em 10,4%. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros de 15,25% no início de 2001 para 19% no início de julho de 2001.

A economia brasileira sofreu os efeitos combinados da crise econômica da Argentina e da incerteza política causada pelas eleições presidenciais em 2002, uma vez que os investidores temiam que o Partido dos Trabalhadores mudasse as políticas econômicas adotadas pelo governo anterior. Em 2002, o produto interno bruto do Brasil cresceu 1,9% e a inflação, medida pelo IGP-M, registrou-se em 25,3%. O real sofreu desvalorização de 52,3% frente ao dólar em 2002. As taxas de juros aumentaram, 19% no início de 2002 para 25% no fim do ano.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 2003, o novo governo deu continuidade, em grande parte, às políticas macroeconômicas da administração anterior. Em 2003, o real teve uma valorização de 18,2% frente ao dólar, para R\$ 2,8892/US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2003. A inflação de 2003, medida pelo IGP-M, registrou-se em 8,7%. Entretanto, houve queda de 0,2% do produto interno bruto, em grande parte causada pelas altas taxas de juros aplicadas no início de 2003, que inibiram o crescimento econômico. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no terceiro e quarto trimestres de 2003, e no ano de 2004.

A tabela a seguir mostra a inflação, o crescimento do produto interno bruto e a desvalorização do real frente ao dólar nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2003, 2002 e 2001.

	Exercício Encerrado em 31 de			
	2004	Dezembro 2003	2002	2001
Inflação (IGP-M) ⁽¹⁾	12,4%	8,7%	25,3%	10,4%
Inflação (IPC-A) ⁽²⁾	7,6%	9,3%	12,5%	7,7%
Crescimento (redução) em reais do PIB.....	5,2%	(0,2)%	1,9%	1,3%
Desvalorização (valorização) do real frente ao dólar norte-americano.....	(8,13)	(18,2)%	52,3%	18,7%
Taxa de câmbio no fim do período (R\$/ US\$)	R\$ 2,6544	R\$ 2.8892	R\$ 3.5333	R\$ 2.3204
Taxa de câmbio média (R\$/ US\$) ⁽³⁾	R\$ 2,9295	R\$ 3.0715	R\$ 2.9183	R\$ 2.3532

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, IBGE, e Banco Central.

⁽¹⁾ Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ Inflação (IPC-A) é o índice de preços ao consumidor – amplo, medido pelo IBGE.

⁽³⁾ Representa a média das taxas do câmbio comercial para venda no último dia de cada mês durante o período.

A inflação afeta principalmente nossos negócios porque aumenta os custos operacionais e as despesas financeiras de nossos instrumentos de dívida indexados à inflação. Podemos recuperar o aumento dos custos, que estão incluídos na Parcela A, mas há um intervalo de tempo entre a ocasião em que os custos aumentam e a ocasião em que as nossas tarifas são aumentadas em nossos Reajustes Tarifários Anuais.

01417-6

.. / -

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DA EMISSORA

Abaixo, tabela sobre nossos resultados operacionais, que serão explicados adiante:

Valores em R\$ Mil (1)	2001	2002	2003	2004	Variação% 2002x2001	Variação% 2003x2002	Variação% 2004x2003
Receita operacional bruta							
Fornecimento bruto de energia elétrica	7.038.437	7.357.682	8.408.786	9.631.899	4,54%	14,29%	14,55%
Outras receitas operacionais	284.068	299.402	275.323	390.970	5,40%	-8,04%	42,00%
Deduções à receita operacional							
Quota para reserva global de reversão	-62.993	-69.270	-68.799	-70.363	9,96%	-0,68%	2,27%
Encargo de capacidade emergencial		-167.393	-265.920	-344.808		58,86%	29,67%
ICMS faturado	-1.092.487	-1.345.875	-1.567.662	-1.862.060	23,19%	16,48%	18,78%
PIS/Cofins/Outros	-265.897	-274.713	-319.462	-315.142	3,32%	16,29%	-1,35%
Receita operacional Líquida	<u>5.901.128</u>	<u>5.799.833</u>	<u>6.462.266</u>	<u>7.430.496</u>	<u>-1,72%</u>	<u>11,42%</u>	<u>-100,00%</u>
Despesa operacional							
Pessoal	-373.425	-487.034	-565.516	-555.971	30,42%	16,11%	-1,69%
Material	-49.232	-22.548	-40.074	-44.295	-54,20%	77,73%	10,53%
Serviços de terceiros	-197.921	-193.147	-229.749	-220.563	-2,41%	18,95%	-4,00%
Energia elétrica comprada para revenda	-3.048.263	-2.952.677	-3.205.868	-3.520.370	-3,14%	8,57%	9,81%
Transporte de Potência Elétrica	-403.481	-486.716	-645.235	-918.528	20,63%	32,57%	42,36%
Depreciação e amortização	-236.701	-256.203	-269.386	-273.862	8,24%	5,15%	1,66%
Quota para conta de consumo de combustível	-289.001	-290.320	-258.552	-320.804	0,46%	-10,94%	24,08%
Provisão para contingências	65.080	-123.165	35.634	46.940	-289,25%	-128,93%	31,73%

01417-6

.. / -

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-133.533	-366.817	-152.385	-210.206	174,70%	-58,46%	37,94%
Conta de desenvolvimento			-77.853	-233.797			200,31%
Outras despesas	83.837	-122.821	-253.346	-158.142	-246,50%	106,27%	-37,58%
Resultado do Serviço	<u>1.318.488</u>	<u>498.385</u>	<u>799.936</u>	<u>1.020.898</u>	<u>-62,20%</u>	<u>60,51%</u>	<u>27,62%</u>
Receita (Despesa) Financeira							
- Receita	160.142	838.520	432.692	426.400	423,61%	-48,40%	-1,45%
Despesa	-536.187	-447.206	-568.725	-530.035	-16,60%	27,17%	-6,80%
Reversão dos Juros sobre o capital Próprio	126.000				-100,00%		
- Variações Monetárias/cambiais-líquidas	-182.472	-1.563.416	141.593	-342.329	756,80%	-109,06%	-341,77%
Ajuste a valor presente de contas a receber de LP		-92.864	18.270	-7.182		-119,67%	-139,31%
Total	-432.517	-1.264.966	23.830	-453.146	192,47%	-101,88%	-2001,58%
Resultado Operacional	<u>885.971</u>	<u>-766.581</u>	<u>823.766</u>	<u>567.752</u>	<u>-186,52%</u>	<u>-207,46%</u>	<u>-31,08%</u>
Resultado Não Operacional	-19.515	-169.775	-31.735	-14.396	769,97%	-81,31%	-54,64%
Resultados antes dos Tributos e itens extraordinários	<u>866.456</u>	<u>-936.356</u>	<u>792.031</u>	<u>553.356</u>	<u>-208,07%</u>	<u>-184,59%</u>	<u>-30,13%</u>
Contribuição Social	-16.725	-2.750	-71.154	-31.165	-83,56%	2487,42%	-56,20%
- Provisão para imposto de renda	-74.907	-12.114	-239.659	-198.179	-83,83%	1878,36%	-17,31%
- Contribuição social diferida	-44.216	111.318	-24.309	-6.163	-351,76%	-121,84%	-74,65%
Imposto de renda diferido	-92.507	313.614	-24.761	28.773	-439,02%	-107,90%	-216,20%
Total	<u>-228.355</u>	<u>410.068</u>	<u>-359.883</u>	<u>-206.734</u>	<u>-279,57%</u>	<u>-187,76%</u>	<u>-42,56%</u>
Lucro (prejuízo) dos itens Extraordinários	<u>638.101</u>	<u>-526.288</u>	<u>432.148</u>	<u>346.622</u>	<u>-182,48%</u>	<u>-182,11%</u>	<u>-19,79%</u>
Itens extraordinários líquidos dos efeitos dos tributos	-70.719	-344.791	-345.873	-340.987	387,55%	0,31%	-1,41%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>567.382</u>	<u>-871.079</u>	<u>86.275</u>	<u>5.635</u>	<u>-253,53%</u>	<u>-109,90%</u>	<u>-93,47%</u>

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA
COMPANHIA

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

RESULTADOS OPERACIONAIS —DE 2004 COMPARADO COM 2003

Receitas Operacionais

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram em 15,4%, de R\$ 8.684 milhões em 2003, para R\$ 10.023 milhões em 2004. Esse aumento deve-se principalmente a um aumento de tarifa de 18,6% concedido pela ANEEL, compreendendo o aumento de 17,9% concedido em 4 de julho de 2004 e um aumento posterior de 0,7% em 21 de setembro de 2004.

Nossas receitas operacionais líquidas foram de R\$ 7.430 milhões em 2004 comparadas com R\$ 6.462 milhões em 2003. Esse aumento de 15,0% foi o resultado dos aumentos de tarifa descritos acima e do diferimento, aprovado pela ANEEL, do total do aumento dos tributos PIS/COFINS, que são deduzidos das nossas receitas operacionais brutas, no montante de R\$ 154 milhões.

Preços e volumes de vendas aos clientes

O preço médio da energia que cobramos de nossos clientes em 2004 era R\$ 241,3/MWh, que é 16,4% mais alto do que nosso preço médio de R\$ 207,3/MWh em 2003. Esse aumento foi causado principalmente pelo aumento acima descrito de 18,6% nas tarifas, aumento esse composto do que se segue:

Aumento de Tarifa por Componente					
	Parcela A	Parcela B	Conta CVA Diferida (2002-2003)	Conta CVA (2003-2004)	Total
Aumento de Tarifa	9,4%	1,7%	4,1%	3,4%	18,6%

O volume total de energia vendido a nossos clientes foi 32.668 GWh em 2004, comparado com 32.774 GWh em 2003. Essa redução de 0,3% foi causada principalmente pela perda de consumidores potencialmente livres para o ambiente de contratação livre, representando 3.079 Gwh e, em menor grau, por uma queda de 4,8%, ou 168 Gwh nas vendas para outros clientes. Isso foi em grande parte compensado por um aumento de 2,9%, ou 262 Gwh das vendas a clientes comerciais, causado por um aumento geral da atividade econômica e um aumento de 5%, ou 531 GWh, nas vendas a cliente residenciais. O aumento das vendas a clientes residenciais reflete um relaxamento nos hábitos de economia de energia adquiridos durante o Racionamento, e a um aumento na renda real.

Nossas receitas derivadas de clientes residenciais, comerciais, industriais e outros clientes em 2004 foram de R\$ 3.240 milhões, R\$ 2.388 milhões, R\$ 1.641 milhões e R\$ 613

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

milhões, respectivamente, comparadas a R\$ 2.747 milhões, R\$ 2.033 milhões, R\$ 1.469 milhões e R\$ 546 milhões em 2003, representando um aumento médio de 16%. Embora nossos clientes tenham reduzido o consumo de energia em 0,3%, o aumento de 16% nas receitas é causado principalmente por um aumento total de 18,6% nas tarifas em 2004.

Outras receitas operacionais

Nossas outras receitas operacionais consistem principalmente da cobrança da TUSD (tarifas de distribuição, transmissão e outras cobrados pelo uso de nossa rede exclusiva), paga por consumidores livres, de vendas de energia a curto prazo, do aluguel de postes (principalmente para empresas de telecomunicações e TV a cabo) e do fornecimento de serviços de manutenção suplementares a clientes públicos e privados. Nossas outras receitas operacionais aumentaram 42%, para R\$ 391 milhões, em 2004 (3,9% de nossas receitas operacionais brutas), a partir de R\$ 275 milhões em 2003 (3,2% de nossas receitas operacionais brutas). Esse aumento é relacionado principalmente ao aumento do número e da demanda individual dos consumidores livres durante esse período e, como consequência, o aumento na TUSD que cobramos pelo uso de nossa rede de distribuição. As tarifas cobradas dos consumidores livres totalizaram R\$ 134,4 milhões em 2004, comparados com R\$ 36,8 milhões em 2003.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Energia comprada para revenda

Nossos custos de compra de energia totalizaram R\$ 3.520 milhões em 2004 (54,9% do total de nossos custos operacionais), um aumento de 9,8%, comparado aos R\$ 3.206 milhões em 2003. Este aumento verificado se deve em parte aos contratos iniciais firmados entre a Eletropaulo e as empresas geradoras que tiveram reajuste tarifário médio de 9,4%. Adicionalmente, os contratos iniciais com as empresas Cesp, AES Tietê e Duke-Paranapanema foram aditados até o final de 2004 para atender à maior demanda de carga. Na medida em que anualmente os contratos iniciais foram descontratados em 25% do total inicialmente contratado com as demais geradoras, foi registrado um aumento no custo com a compra de energia do contrato bilateral com a AES Tietê, que teve um incremento no volume de fornecimento de energia para a Eletropaulo em 101,2% em 2004 comparado a 2003. Todos os contratos iniciais vêm sofrendo redução de 25% ao ano a partir de 2002 e cessarão em 2006. Conforme firmado em contrato bilateral, a Eletropaulo vem comprando 100% da energia descontratada da AES Tietê a cada ano, até que em 2006 será responsável pela compra de toda a energia gerada pela hidrelétrica. Por fim, os custos com o início da amortização da CVA referente à compra de energia de Itaipu foram de R\$ 65,6 milhões em 2004.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Encargos de transmissão

Nossos encargos de transmissão aumentaram 42%, de R\$ 645 milhões em 2003, para R\$ 919 milhões em 2004. Esse aumento reflete principalmente o aumento de 10,8% nas tarifas pagas pela rede básica, o aumento de 62% nas tarifas pagas nos termos do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, ou CUST, e o aumento de 7% nos encargos de transmissão de Itaipu. Os encargos de transmissão aumentaram para compensar os investimentos adicionais feitos pelas empresas de transmissão, principalmente para melhorar a integração dos diversos subsistemas do Sistema Interligado de Energia, à rede de transmissão nacional brasileira. Além disso outro fator que impactou esta conta foi o início da amortização dos R\$ 91,7 milhões dos nossos ativos regulatórios relacionados com a transmissão (Encargos de Serviços do Sistema ou ESS). Embora estes custos sejam relacionados ao uso dos sistemas de transmissão na liquidação de energia no MAE, os mesmos estavam alocados para a Conta CVA uma vez que tais encargos não estavam previamente refletidos em nossa tarifa.

Custos e despesas operacionais

Nossos outros custos e despesas operacionais (exceto o custo da energia adquirida para revenda, os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição), que consistem principalmente de custos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, encargos setoriais, cotas de consumo de combustível e depreciação e amortização foram R\$ 1.971 em 2004 comparados com R\$ 1.811 milhão em 2003. A despesa com CCC apresentou um aumento em relação a 2003 de 20,8% por conta da determinação da nova quota anual deste encargo.

Já a despesa com CDE cresceu 133,6%. Estes gastos foram transferidos para o ativo regulatório a título de CVA (Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A) devido ao fato da ANEEL não ter reconhecido esta despesa na tarifa até julho de 2003. O aumento na despesa de CDE é explicado pela contabilização da despesa de CDE nos 12 meses de 2004, comparado a uma despesa incorrida apenas nos seis últimos meses de 2003.

Houve também o aumento das despesas de CVA com CCC e CDE, apresentando aumentos de 241% e 100%, respectivamente. Esta elevação deve-se ao início da amortização do ativo regulatório uma vez que a Eletropaulo recebeu 50% da CVA diferida do ano tarifário 2002-2003 e 100% da CVA acumulada no ano tarifário 2003-2004 em sua tarifa de 4 de julho de 2004. As quotas anuais de CCC e CDE foram alteradas em setembro por Resoluções Normativas da ANEEL, passando de R\$ 376,9 milhões e R\$ 211,4 milhões para R\$ 375,9 milhões e R\$ 213 milhões, respectivamente.

O registro contábil de tais alterações na apresentação de resultados da Eletropaulo foi o principal responsável pelo aumento de 29,8% no Grupo de Outras Despesas Operacionais, que passou de R\$ 498,4 milhões em 2003 para R\$ 647,1 milhões em 2004.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Resultado Operacional

Em 2004, nosso resultado operacional foi de R\$ 1.021 milhões, um aumento de 27,6% comparado aos R\$ 800 milhões de 2003. Esse aumento foi causado principalmente por uma tarifa 7,25% maior em 2004 (18,6%), comparado com o aumento de 11,7% em 2003, compensado apenas parcialmente pelo aumento de 11,7 % no total de despesas operacionais.

Receita (Despesa)Financeira

Nosso resultado financeiro líquido consiste de variações monetárias e cambiais, receita financeira e despesa financeira. Nosso resultado financeiro líquido foi reduzido para uma despesa financeira de R\$ 453,1 milhões em 2004 a partir de uma receita financeira líquida de R\$ 23,8 milhões em 2003. A tabela a seguir mostra nossos resultados financeiros nos períodos especificados abaixo:

	2004	2003
	(em milhões de reais)	
Receitas Financeiras	R\$530419,2	R\$ 578,3
Despesas Financeiras.....	(537,2)	(550,5)
Variação monetária e cambial líquida.....	(446,1)	4,0
Resultado Financeiro (lucro/prejuízo)	(453,1)	23,8

Receita financeira

Nossas receitas financeiras sofreram queda de 8,3% principalmente em virtude da amortização de nossos ativos regulatórios, inclusive a Conta CVA. Isso reduziu as receitas resultantes da aplicação da taxa SELIC sobre nossa base de ativos a receber. Além disso, a taxa média SELIC em 2004 foi de 16,2%, ao passo que a taxa média SELIC em 2003 foi de 23,4%, reduzindo assim os juros aplicáveis à Conta CVA. Registramos também prejuízos de R\$ 16 milhões, relacionados a ajustes negativos resultantes de operações de *hedge* em virtude da valorização do real frente ao dólar dos Estados Unidos.

Despesas financeiras

A redução de 2,4% em nossas despesas financeiras foi causada principalmente por uma taxa mais baixa do Certificado de Depósito Interbancário ("**CDI**") que apresentou uma taxa média de 16,3% em 2004 comparado com 23,3% em 2003, uma vez que 99% de nossa dívida denominada em reais está indexada ao CDI. Essa redução nas taxas de juros foi parcialmente compensada por um nível médio de endividamento mais elevado em 2004, comparado com 2003. Em 31 de dezembro de 2004, nossa dívida denominada em real era da ordem de R\$ 4.384 milhões comparada a R\$ 2.016 milhões em 31 de dezembro de 2003.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Variação monetária e cambial líquida

A variação monetária e cambial líquida apresentou uma despesa maior em R\$ 372,1 milhões, de uma despesa em 2003 de R\$ 4,0 milhões para uma despesa de R\$ 446,1 milhões. Esta variação é explicada principalmente devido a empresa ter reduzido sua exposição. Por outro lado, como a valorização do real frente ao dólar em 2003 foi maior que a de 2004, os investimentos denominados em dólar realizados em nossa subsidiária, Metropolitana Overseas II Ltd., ou Metropolitana Overseas geraram uma despesa 164 milhões menor em 2004 em comparação com 2003.

Resultado Não Operacional

Registramos despesa líquida não operacional de R\$ 14 milhões em 31 de dezembro de 2004 e comparada a R\$ 32 milhões em 2003. Nossas despesas nesses períodos foram, na maior parte, compostas de prejuízos contabilizados nas vendas de alguns ativos imobiliários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Registramos encargos de R\$ 207 milhões referentes a imposto de renda e contribuição social em 2004, em comparação com um encargo líquido de R\$ 360 milhões em 2003.

Itens Extraordinários

Contabilizamos despesas, já descontado o imposto de renda, no montante de R\$ 341 milhões em 31 de dezembro de 2004, devido ao reconhecimento de obrigações atuariais referentes à nossa dívida com a Fundação CESP, que não havia sido anteriormente registrada em nosso balanço patrimonial. De acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM, essas obrigações devem ser contabilizadas em quantias iguais durante um período de cinco anos, a partir de 2002.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Nosso lucro líquido em 31 de dezembro de 2004 foi de R\$ 5,6 milhões, comparado a um lucro líquido de R\$ 86,3 milhões em 2003. A principal causa da redução no lucro foi o aumento significativo de nosso resultado financeiro líquido, uma despesa de R\$ 453,1 milhões. Em contra-partida, houve um aumento de R\$1.339 milhões em nossas receitas operacionais.

RESULTADOS OPERACIONAIS - 2003 COMPARADO A 2002

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Receitas Operacionais

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram 13,5%, ou seja, de R\$ 7.657 milhões em 2002 para R\$ 8.684 milhões em 2003. Esse aumento foi causado principalmente por um aumento de 10,9% das tarifas mais um aumento adicional de 0,4%, válido por um ano, para nos compensar de despesas resultantes do Racionamento, e futuras despesas para cobrir custos incorridos com garantias financeiras relacionadas a nossos contratos de compra de energia. Esse aumento em nossas receitas operacionais brutas reflete também a maior proporção de clientes comerciais e residenciais em nossa base de clientes naquele período. Como as tarifas que cobramos de nossos clientes residenciais e comerciais são mais altas do que as tarifas cobradas dos clientes industriais, o aumento da quantidade de clientes residenciais e comerciais em nossa base de clientes fez com que as tarifas médias que cobramos aumentassem em 14,5%. Além disso, o consumo de energia aumentou 1% em 2003 em comparação com 2002.

Nossas receitas operacionais líquidas foram da ordem de R\$ 6.462 milhões em 2003 em comparação com R\$ 5.800 milhões em 2002. Esse aumento de 11,4% foi também o resultado do aumento anual da tarifa média, de um melhor mix de clientes e do aumento de 1% do consumo de energia em 2003.

Preços e volumes de vendas aos clientes

O preço médio da energia que cobramos de nossos clientes em 2003 era R\$ 207,3/MWh, 14,5% maior do que nosso preço médio de R\$ 181,1/MWh em 2002, devido ao aumento total de 11,3% nas tarifas descritas acima e a um melhor mix de clientes. A revisão de 10,9% da tarifa compõe-se do seguinte:

Aumento de Tarifa por Componente

	Parcela A	Parcela B	Conta CVA (2002-2003)	Total
Aumento da Tarifa	7,3%	3,6%	—	10,9%

O aumento nos preços médios entre 2002 e 2003 foi maior para clientes residenciais por causa de uma alteração na regulamentação em 2002, segundo a qual alguns clientes residenciais não estavam autorizados a pagar tarifas subsidiadas reservadas a clientes de baixa renda. O aumento nos preços médios foi mais baixo para clientes industriais porque os clientes industriais de maior porte melhoraram o controle de seu consumo de energia, e isso reduziu o preço médio que pagaram.

O volume da energia que vendemos a nossos clientes em 2003 totalizou 32.774 GWh, refletindo um aumento de 1% quando comparado ao volume total de 32.450 GWh vendido em 2002. Esse aumento foi o resultado de diversos fatores, tal como o aumento

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

contínuo do consumo de energia que se verificou após o encerramento do Racionamento, que afetou negativamente os volumes de energia vendidos em 2002. Neste sentido, registramos um aumento de 490 GWh, ou 4,8%, nas vendas a clientes residenciais, de 515 GWh, ou 5,9%, nas vendas a clientes comerciais e de 202 GWh, ou 6,2%, na vendas a outros clientes. Além disso, verificamos pequeno aumento de 0,9% na quantidade total de clientes. O consumo médio por cliente residencial aumentou 3,8%, ou 4,2 KWh. Entretanto, todos esses aumentos foram em grande parte neutralizados pela perda de 25 clientes industriais que se tornaram consumidores livres, representando uma redução de 1.006 GWh ou 3% em nossas vendas diretas em 2003. Para obter informações sobre a energia distribuída aos consumidores livres, veja "O Setor de Energia Elétrica Brasileiro — Ambiente de Contratação Livre."

Em 2003, as receitas obtidas com clientes residenciais, comerciais, industriais e outros foram da ordem de R\$ 2.747 milhões, R\$ 2.033 milhões, R\$ 1.469 milhão e R\$ 546 milhões, respectivamente, comparadas com R\$ 2.295 milhões, R\$ 1.729 milhão, R\$ 1.391 milhão e R\$ 461 milhões em 2002, representando um aumento geral de 15,6%. Esse aumento se deve principalmente a um aumento de 14,2% na tarifa média dos clientes residenciais, de 11% na tarifa média dos clientes comerciais, de 15,5% na tarifa média dos clientes industriais e de 11,4% na tarifa média dos outros clientes, e por um aumento de 4,8% das vendas a clientes residenciais e de 6% das vendas a clientes comerciais, principalmente em virtude do fim do Racionamento em fevereiro de 2002. O aumento total de 15,6% foi parcialmente neutralizado por uma redução de 3% no consumo de energia de nossos clientes industriais. A redução de 3 % foi causada principalmente pela migração, em 2003, de consumidores potencialmente livres para o ambiente de contratação livre.

Outras receitas operacionais

Nossas outras receitas operacionais compreendem principalmente tarifas de distribuição, transmissão ou outras (TUSD) pagas por consumidores livres, de vendas de energia a curto prazo, aluguel de postes (principalmente para empresas de telecomunicações e TV a cabo) e do fornecimento de serviços de manutenção suplementares a clientes públicos e privados. Nossas outras receitas operacionais registraram queda de 8%, de R\$ 299 milhões em 2002, para R\$ 275 milhões em 2003 (3,2% de nossas receitas operacionais brutas). Essa queda está relacionada principalmente à redução de 93,8% da quantidade de energia vendida no MAE em 2003 em comparação com 2002.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Energia comprada para revenda

Nossos custos de compra de energia totalizaram R\$ 3.206 milhões em 2003 (56,6% do total de nossos custos operacionais), refletindo um aumento de 8,6% em comparação

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

com os R\$ 2.953 milhões em 2002. Esse aumento de 8,6% é principalmente devido ao aumento de 28,4% na tarifa de nossos contratos iniciais, que reflete o aumento do IGP-M em todos os contratos de fornecimento de energia (exceto o contrato firmado com Itaipu, que está determinado em dólares dos Estados Unidos, e pela amortização dos ativos regulatórios de Itaipu).

Encargos de transmissão

Nossos custos com os encargos de transmissão aumentaram 32,4%, ou seja, de R\$ 487 milhões em 2002 para R\$ 645 milhões em 2003. Esse aumento reflete principalmente os aumentos de tarifa de 77,6% e 45,2% concedidos pela ANEEL em julho de 2003 para os contratos de conexão e interligação à Rede Básica, e a compensação às empresas de transmissão pelos valores mais altos de conexão e investimentos adicionais que fizeram, com a finalidade de melhorar a integração dos diversos subsistemas na rede de transmissão nacional, suportados pela ANEEL.

Custos e despesas operacionais

Nossos outros custos operacionais foram de R\$ 1.811 milhão em 2003, enquanto em 2002, tais custos foram de R\$ 1.862 milhão. Essa redução de 2,7% foi causada principalmente por uma menor provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 152 milhões e provisão para litígios e contingências no montante de R\$ 317 milhões, enquanto em 2002, houve uma provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 367 milhões e uma provisão para litígios e contingências no montante de R\$ 385 milhões.

Resultado Operacional

Em 2003, nosso resultado operacional apresentou aumento de 60,5%, para R\$ 800 milhões comparado com R\$ 498 milhões em 2002. Esse aumento foi causado principalmente por um aumento médio de 11,4% de nossas tarifas, por um pequeno crescimento de 1% nas vendas de energia em 2003 e por uma provisão mais baixa para devedores duvidosos, litígios e contingências.

Receita (Despesa) Financeira

Nosso resultado financeiro líquido passou de uma despesa financeira líquida de R\$ 1.265 milhão em 2002 para uma receita financeira líquida de R\$ 23,8 milhões em 2003. A tabela a seguir mostra os resultados financeiros completos referentes aos períodos em questão:

Exercício encerrado em 31 de dezembro,	
2003	2002
(em milhões de reais)	

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Receitas Financeiras.....	R\$578,3	838,5
Despesas Financeiras.....	(550,5)	(447,2)
Varição monetária e cambial líquida	(4,0)	(1.656,3)
Resultado Financeiro (lucro/prejuízo)	23,8	(1.265,0)

Receitas financeiras

A queda de 31% em nossas receitas financeiras reflete o fato de em 2002, termos contabilizado receitas financeiras da ordem de R\$ 516 milhões resultantes da liquidação de contratos de *swap*, o que não aconteceu em 2003. Essa queda foi parcialmente compensada por um aumento da variação monetária de R\$ 86 milhões em nossos ativos regulatórios, que apresentaram aumento de 34,9% de 2002 a 2003.

Despesas financeiras

O aumento de 23,1% em nossas despesas financeiras em 2003 comparadas às de 2002 foi basicamente devido ao fato de em 2003 termos reconhecido perdas no montante de R\$ 118 milhões em nossos contratos de *swap* relacionados à nossa dívida denominada em dólar norte-americano.

Varição monetária e cambial líquida

O melhor resultado em nossa variação monetária e cambial líquida é devido principalmente à valorização de 18,2% do real frente ao dólar norte-americano em 2003, comparada à desvalorização de 52,3% ocorrida em 2002, que reduziu os custos financeiros de nossa dívida denominada em dólar norte-americano de R\$ 276 milhões em 2002 para R\$ 186 milhões em 2003, e causou uma variação cambial positiva de R\$ 674 milhões em 2003 comparada à variação cambial negativa de R\$ 1.780 milhões em 2002.

Resultado Não operacional

Nossa despesa não operacional líquida foi de R\$ 32 milhões em 2003, comparada a R\$ 170 milhões de despesa não operacional líquida em 2002, uma redução de 81,3%. Em 2002 reconhecemos perdas maiores na venda de certos imóveis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Registramos encargos de R\$ 360 milhões para imposto de renda e contribuição social em 2003 comparado a um crédito líquido de R\$ 410 milhões em 2002. A diferença é devida ao aumento em nosso resultado operacional e tributável de R\$ 792 milhões em 2003, em oposição a um prejuízo de R\$ 936 milhões em 2002.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Itens Extraordinários

Registramos despesas, líquidas de impostos de renda, de R\$ 346 milhões em 2003 devido ao reconhecimento de passivo atuarial referente à nossa dívida com a Fundação CESP, que não havia sido previamente registrada em nosso balanço patrimonial. De acordo com a Deliberação nº. 371 da CVM, esse passivo deve ser reconhecido em montantes iguais durante um período de cinco anos, começando em 2002.

Lucro (Prejuízo) líquido

Nosso lucro líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 foi de R\$ 86 milhões, comparado ao prejuízo líquido de R\$ 871 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002. A diferença de R\$ 957 milhões foi devida a um impacto positivo em nossos resultados de 2003, resultante basicamente do aumento de consumo de energia como consequência do término do Racionamento, e da valorização de 18,2% do real frente ao dólar norte-americano durante 2003, que foi parcialmente compensada por um aumento de 6,8% em nossas despesas operacionais.

RESULTADOS DE OPERAÇÕES — 2002 COMPARADOS A 2001

Receitas operacionais

Nossas receitas operacionais brutas aumentaram 4,6% em 2002, passando de R\$ 7.323 milhões em 2001, para R\$ 7.657 milhões em 2002. Esse aumento foi basicamente devido ao aumento de tarifa de 14,2% concedido pela ANEEL em julho de 2002, mas foi parcialmente compensado por uma pequena redução de 0,1% no volume de energia vendida por nós.

Nossas receitas operacionais líquidas foram de R\$ 5.800 milhões em 2002 comparadas a R\$ 5.901 milhões em 2001. Essa redução de 1,7% foi devida ao não pagamento do ICMS sobre a receita extraordinária que reconhecemos em 2001 (pois não se aplicava), resultante do Racionamento.

Preços e volumes de vendas a consumidores

O preço médio de energia que cobramos de nossos consumidores em 2002 foi R\$ 181,9/MWh, que é 27,7% superior ao preço médio de R\$ 142,4/MWh cobrado em 2001, devido em parte ao aumento de tarifa de 14,2%, em 2002 descrito acima, formado pelos seguintes itens:

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Aumento de Tarifa por Componente				
			Conta CVA (2001- 2002)	Total
Aumento da Tarifa.....	Parcela A 11,1%	Parcela B 2,5%	0,6%	14,2%

O volume total de energia que vendemos aos consumidores finais totalizou 32.451 GWh em 2002, uma redução de 0,1%, se comparada a 32.485 GWh que vendemos em 2001. O volume total de energia vendido por nós em 2002 não foi retomado conforme esperávamos quando o Racionamento terminou, uma vez que os consumidores residenciais e outros consumidores continuaram a manter os hábitos de economizar energia e reduziram ainda o consumo em 2,2%, ou 230 GWh, e 0,4%, ou 13 GWh, respectivamente. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento no consumo de energia comercial e industrial de 1,4% e 0,8%, respectivamente.

Receitas derivadas de consumidores residenciais, comerciais, industriais e outros consumidores em 2002 foram de R\$ 2.295 milhões, R\$ 1.729 milhões, R\$ 1.391 milhões e R\$ 461 milhões, respectivamente, comparadas a R\$ 1.776 milhões, R\$ 1.359 milhões, R\$ 1.128 milhões e R\$ 362 milhões em 2001, representando um aumento global de 27,1%. Esse aumento é devido basicamente a um aumento de tarifa de 14,2% em 2002 e a um aumento médio de 5,6% referente ao reajuste extraordinário pelo ressarcimento das perdas causadas pelo Racionamento, assim como um melhor mix de clientes, que foi apenas parcialmente compensado por uma redução em vendas de 0,1%.

Outras receitas operacionais

Nossas outras receitas operacionais consistiram basicamente em tarifas de distribuição, transmissão ou ambas (TUSD) pagas por consumidores livres, nas vendas de energia de curto prazo, no aluguel de pólos (principalmente às empresas de telecomunicações e TV a cabo) e na prestação de serviços complementares de manutenção a consumidores públicos e privados. Nossas outras receitas operacionais aumentaram 5,3%, ou seja, de R\$ 284 milhões em 2001 para R\$ 299 milhões em 2002 (3,9% de nossas receitas operacionais brutas), devido ao aumento de 156,9% em serviços de manutenção fornecidos a consumidores públicos e privados.

Custos do Serviço de Energia Elétrica

Energia comprada para revenda

Nosso custo de compra de energia foi R\$ 2.953 milhões em 2002 (55,7% de nossos custos operacionais totais), uma redução de 3,1% comparada a nossos custos de R\$ 3.048 milhões em 2001. A redução foi devida aos custos adicionais de energia incorridos em 2001 com relação ao Racionamento para compensar as geradoras de energia por suas

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

receitas não verificadas, que foi parcialmente compensada pelo fim dos descontos em vigor durante o Racionamento.

Encargos de transmissão

Nossos encargos de transmissão aumentaram 20,5%, ou seja, de R\$ 404 milhões em 2001, para R\$ 487 milhões em 2002. Esse aumento de 20,5% reflete basicamente o aumento de 32,2% ocorrido em julho 2002 nas tarifas de transporte, e o aumento de 10,6% nas tarifas de conexão, assim como o aumento de 7,9% na tarifa de transmissão de Itaipu. Além disso, nossos encargos de rede de energia foram aumentados em 2,3% pelo pagamento de uma nova tarifa pelo nosso uso do sistema de distribuição da Bandeirante.

Custos e despesas operacionais

Nossos outros custos operacionais foram de R\$ 1.862 milhões em 2002, comparados a R\$ 1.131 milhões em 2001. Esse aumento de 64,6% foi devido ao aumento de R\$ 367 milhões em nossa provisão para contas de liquidação duvidosa e a provisão para litígio e contingências no montante de R\$ 385 milhões, comparados a R\$ 134 milhões e R\$ 312 milhões em 2001. Além disso, nossas despesas com funcionários aumentaram 30,4%, ou R\$ 114 milhões, devido à contratação de novo pessoal, assim como ao reajuste de salários que ocorreu em 2002.

Resultado operacional

Em 2002, nosso resultado operacional foi de R\$ 498 milhões, uma redução de 62,2% comparada a R\$ 1.318 milhões em 2001. Essa redução foi devida ao impacto negativo de provisões para contas de liquidação duvidosa de R\$ 490 milhões, e provisões para certos litígios e contingências de R\$ 123 milhões em 2002, bem como à redução de 0,1% em nossas vendas de energia e à não recorrência de receitas extraordinárias que reconhecemos em 2001 com relação ao Plano de Racionamento.

Receita (Despesa) Financeira

Nossa despesa financeira líquida de R\$ 1.265 milhões em 2002 aumentou quando comparada com a despesa financeira líquida de R\$ 433 milhões em 2001. O quadro a seguir mostra nossos resultados financeiros abrangentes para os períodos em exame:

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

	Doze meses encerrados 31 de dezembro	
	2002	2001
	(em milhões de reais)	
Receitas Financeiras.....	838,5	160,1
Despesas Financeiras	(447,2)	(410,2)
Variação monetária e cambial líquida	(1.656,3)	(182,5)
Resultado Financeiro (receita/perdas).....	(1.265,0)	(432,5)

Receitas financeiras

O aumento de 423,7% nas receitas financeiras reflete a correção monetária nos ativos regulatórios em 2002 que não existiram em 2001, resultando em ganhos de R\$ 248 milhões em 2002, comparados a nenhum ganho ou nenhuma perda em 2001. Além disso, obtivemos ganhos no montante de R\$ 516 milhões devidos à liquidação de contratos de *hedge* em 2002, comparados aos ganhos de R\$ 58 milhões em 2001.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras aumentaram 9%, ou seja, de R\$ 410 milhões em 2001 para R\$ 447 milhões em 2002, principalmente como resultado de uma decisão judicial contrária que nos obrigou a reconhecer multas e juros sobre montantes a serem pagos em consequência da aplicação do PIS/PASEP, no montante de R\$ 86 milhões.

Variação monetária e cambial líquida

Esse aumento refletiu uma desvalorização de 52,3% do real frente ao dólar norte-americano em 2002, que provocou uma variação cambial negativa de R\$ 1.780 milhões em 2002, comparada a uma variação cambial negativa de R\$ 219 milhões em 2001.

Resultado Não Operacional

Nossa despesa não operacional líquida foi de R\$ 170 milhões em 2002, comparada com os R\$ 20 milhões de despesa não operacional líquida em 2001. Esse aumento de 750% é basicamente devido a perdas reconhecidas sobre vendas de certos imóveis e outros ativos nossos.

Impostos de Renda e Contribuição Social

Registramos um crédito líquido de R\$ 410 milhões para impostos de renda e de contribuição social em 2002, comparado com encargos de R\$ 228 milhões em 2001, como resultado de nossa perda pré imposto de R\$ 936 milhões em 2002, comparada à receita pré imposto de R\$ 866 milhões em 2001.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Itens Extraordinários

Registramos despesas líquidas de impostos de renda, de R\$ 344,8 milhões em 2002 devido ao reconhecimento de passivo atuarial referente à nossa dívida com a Fundação CESP, que não havia sido previamente registrada em nosso balanço patrimonial. De acordo com a Deliberação nº 371 da CVM, esse passivo deve ser reconhecido em montantes iguais durante um período de cinco anos, começando em 2002.

Lucro (Prejuízo) Líquido

Nosso prejuízo líquido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 foi de R\$ 871 milhões, comparado ao lucro líquido de R\$ 567 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2001. A diferença de R\$ 1.438 milhões foi basicamente devida à desvalorização do real, às nossas provisões aumentadas para devedores duvidosos e litígios, e devido ao não pagamento de ICMS sobre as receitas extraordinárias que reconhecemos em 2001, provenientes do Racionamento.

INVESTIMENTOS

Os principais investimentos da Emissora nos últimos anos foram destinados à manutenção e expansão de nossa rede de distribuição, programas de segurança, novas conexões e tecnologia relacionadas aos serviços prestados aos consumidores. O quadro a seguir mostra nossos investimentos para os quatro anos encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2003, 2002 e 2001.

**Exercício encerrado em
31 de dezembro de
(em milhões)**

	2004	2003	2002	2001
Investimentos de capital	R\$ 330	R\$ 217	R\$ 180	R\$ 289

Estamos planejando investimentos de capital de R\$ 360 à 390 milhões em 2005 e de R\$ 330 milhões em 2006. Em 2004, investimos aproximadamente R\$ 131 milhões em melhorias no serviço de atendimento aos consumidores e expansão do sistema, R\$ 78 milhões referentes à capitalização de despesas com pessoal de manutenção e construção, R\$ 33 milhões em custos de manutenção, R\$ 8 milhões em recuperação de programas de perdas, R\$ 33 milhões em custos auto financiáveis e R\$ 48 milhões em outros dispêndios. O aumento significativo em nossos investimentos propostos em 2005, comparados aos investimentos realizados em 2004, resulta da conclusão de diversos projetos atualmente em estágios finais de construção ou implantação, que normalmente demandam um

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

montante maior de investimentos, assim como da adoção de políticas mais agressivas de recuperação de perdas para 2005 e da renovação de nossa frota de operações.

LIQUIDEZ E RECURSOS DE CAPITAL

Nossas necessidades de capital são basicamente para:

- investir no aperfeiçoamento de nosso sistema de distribuição;
- cumprir com o serviço das dívidas; e
- pagar dividendos.

Acreditamos que temos geração de caixa operacional suficiente para o serviço de nossa dívida no curto prazo. Desde que incorramos em dívidas adicionais, somos obrigados por nossos contratos de financiamento existentes a aplicar parte ou todo o recurso líquido de tais dívidas adicionais para pagar antecipadamente nossa dívida bancária renegociada.

Fluxo de Caixa

Geramos caixa substancial através de nossas operações, mas nosso fluxo de caixa pode variar de período a período conforme nossos reajustes tarifários *vis a vis* nossas variações de custos. Nosso fluxo de caixa foi também adversamente afetado pela queda de consumo resultante do Racionamento em 2001 e no início de 2002. De acordo com nosso sistema regulatório, normalmente recuperamos alguns aumentos de nossos custos de um período por meio de aumentos de tarifas em períodos futuros, e recuperaremos algumas receitas passadas de 2001 até 2002 por meio da RTE em períodos posteriores. Nosso caixa de operações será positivamente afetado nos períodos futuros quando realizarmos de fato esses montantes. Em 31 de dezembro de 2004, o caixa líquido proveniente de atividades operacionais era de R\$ 741.4 milhões, comparado ao caixa líquido proveniente de atividades operacionais de R\$ 1.388.5 milhões em 2003. Essa redução de 46,6% é consequência principalmente de um aumento de nossas despesas operacionais. O caixa líquido proveniente de atividades operacionais de 2002 foi R\$ 916.4 milhões.

O quadro a seguir mostra certos componentes dos fluxos de caixa da Eletropaulo para 2004 e 2003:

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

	Em 31 de dezembro de	
	2004	2003
	(em milhões de reais)	
Fluxos de caixa fornecidos por (usados em):		
Atividades operacionais	741,4	1.388,5
Atividades de investimento	(355,6)	(188,3)
Atividades de financiamento	(642,3)	(1.043,5)
Aumento (redução) em caixa e disponibilidades.....	(256,4)	156,8

Em geral, usamos o caixa líquido gerado por nossas operações e obtidos de financiamentos externos para financiar nossas operações, assim como para os investimentos de capital, pagamento de Imposto de Renda e serviço da dívida.

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

Nossa principal fonte de recursos é o caixa gerado por nossas operações. Nosso fluxo de caixa de atividades operacionais sofreu uma redução de 46,6%, de R\$ 1.388,5 milhões em 2003 para R\$ 741,4 milhões para o período correspondente em 2004. Essa redução foi basicamente devida a um aumento da PIS/COFINS em janeiro de 2004 de 3% para 9,25%, embora no presente paguemos uma alíquota efetiva de 4,8% como resultado da compensação de nossos créditos fiscais. Acreditamos que seremos compensados em nosso Reajuste de Tarifa Anual de 2005 pelas perdas incorridas como resultado do aumento das tarifas de PIS e COFINS. Além disso, durante o ano de 2003, algumas parcelas de Itaipu e encargos setoriais (por exemplo, CDE) foram diferidos e quitados no início de 2004.

Em 31 de dezembro de 2004, tivemos R\$ 522,3 milhões do contas a receber vencido de nossos consumidores residenciais, comerciais, industriais e de outros consumidores, que incluem serviços públicos e municipais tais como iluminação de ruas e energia para prédios públicos. Tal valor compara-se a R\$ 504,5 milhões verificados em 31 de dezembro de 2003. Do montante total devido, 23,6% refere-se a consumidores residenciais, 21,6% a consumidores comerciais, 32,4% a consumidores industriais e 22,4% a outros consumidores.

Uma parte significativa de nosso contas a receber vencido refere-se a dívidas devidas pelo setor público, no montante de R\$ 117,0 milhões em 2004 e de R\$ 201,1 milhões em 2003. Aprovamos uma política de negociação com esses consumidores para chegarmos a acordos com relação a contas a receber que já estão provisionadas. Essa iniciativa resultou em acordos com inúmeras prefeituras do Estado de São Paulo, inclusive Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Itapevi, Jandira, Jiquitiba, Mauá, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, São Paulo, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Fluxos de Caixa Usados em Atividades de Investimento

Aquisições de equipamentos, investimentos em serviços aos consumidores, expansão e segurança do sistema continuam a ser nosso uso principal do caixa e de outros recursos de capital. Nosso fluxo de caixa usado em atividades de investimento aumentou em 52.9% para 355,6 milhões em 2004, líquidos de encargos financeiros, efeitos da inflação e das taxas de câmbio aplicáveis, em 2004. Esse aumento é basicamente devido ao retorno a nossos níveis regulares de investimentos na expansão e na manutenção do sistema anteriores ao início do Racionamento.

Fluxos de Caixa Oriundos de Financiamentos

Nossas amortizações líquidas oriundas de financiamentos sofreram uma redução de aproximadamente R\$ 1.043 milhões em 2003, para aproximadamente R\$ 642 milhões em 2004. A redução no fluxo de caixa proveniente de financiamento é basicamente devida à conclusão de nossa Renegociação da Dívida de 2004 que gerou o alongamento do cronograma de amortização das dívidas.

O montante de novos empréstimos aumentou aproximadamente R\$ 2.928 milhões, de aproximadamente R\$ 95 milhões em 2003 para aproximadamente R\$ 3.023 milhões em 2004. Usamos a maior parte do produto dos novos empréstimos para pagar a dívida então existente, aumentando assim os montantes de empréstimos pagos em 331,5% em 2004, comparado a 2003. Aproximadamente 83% de nossa dívida total era denominada em reais em 31 de dezembro de 2004. Da nossa dívida denominada em dólares, 100% estava protegida por operações de hedge.

Aumento (Redução) em Caixa e Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2004, nosso Caixa e Disponibilidades totalizaram aproximadamente R\$ 192 milhões, uma redução de 57,2% ou R\$ 256 milhões em caixa e disponibilidades comparadas aos R\$ 449 milhões em 31 de dezembro de 2003.

Dívidas

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo do endividamento total era R\$ 5.283.6 milhões, incluindo o passivo atuarial reconhecido com nosso plano de pensão, isso representa um aumento de aproximadamente 0,1%, se comparado aos R\$ 5.277.7 milhões em 31 de dezembro de 2003. O efeito do endividamento em 31 de dezembro de 2004 do empréstimo CVA e do reconhecimento do passivo com nosso plano de pensão, foi parcialmente compensado pelos efeitos das variações da taxa de câmbio e das amortizações realizadas no período. Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 17%, ou R\$ 899,6 milhões, de nossa dívida total era denominada em dólar norte-americano, comparada a 38,2%, ou R\$ 2.015.8 milhões, em 31 de dezembro de 2003. De nossa

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

dívida denominada em dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2004, 100% estava protegida por operações de *hedge* contra variações significativas nas taxas cambiais. Em 12 de novembro de 2004, uma de nossas contrapartes nos contratos de *swap* cambial (Banco Santos) sofreu intervenção do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2004, a Eletropaulo tinha aproximadamente US\$ 62,8 milhões de operações desta natureza com o banco. A Emissora está provisionando adequadamente os resultados negativos dessas operações. Nas suas demonstrações financeiras. Nesta data, a empresa tornaria-se credora do banco somente caso o dólar ultrapassasse a taxa de R\$ 3,274.

O quadro a seguir apresenta a programação de pagamento de principal de nossas dívidas:

2004			
(em milhões de reais)			
	Total	Obrigações de Dívida	Passivo com Plano de Pensão
2005	1.182	911	270
2006.....	1.368	1.106	262
2007.....	1.000	737	262
2008.....	767	505	262
2009 e depois.....	836	115	721
Dívida total	R\$ 5.153 (*)	R\$ 3.374	R\$ 1.779

(*) a diferença entre este valor e o saldo de R\$5.284 milhões refere-se aos juros.

Renegociação da Dívida de 2002

A fim de lidar com o impacto adverso sobre nossa situação patrimonial e financeira causado pela crise no setor de energia - o Plano de Racionamento, a incerteza política envolvendo as eleições presidenciais, a desvalorização significativa do real, e a falta de acesso a novo crédito no início de 2002, nossa administração deu início a discussões com alguns de nossos credores para renegociar os vencimentos futuros de nossa dívida de curto prazo. Em virtude das diferentes datas de vencimento e montantes do principal dessas dívidas, mantivemos discussões separadas com cada grupo de credores conforme a data de vencimento. Entre agosto de 2002 e maio de 2003, reestruturamos com sucesso aproximadamente US\$ 178 milhões de nossa dívida de curto prazo denominada em moeda estrangeira e R\$ 1.212 milhões de nossa dívida de curto prazo denominada em reais, prorrogando seus vencimentos entre 14 e 24 meses. O saldo em aberto destas dívidas foi refinanciado em uma segunda tentativa de renegociação, no processo de Renegociação da Dívida de 2004, conforme explicado abaixo.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Renegociação da Dívida de 2004

Além das condições econômicas e políticas adversas do Brasil, que continuaram até 2003, nosso fluxo de caixa foi afetado também (1) pelas incertezas com relação às revisões de nossas tarifas em 2003, (2) pelas negociações em andamento entre AES Corp e BNDES com relação à Reestruturação da Dívida com o BNDES, e (3) pela incerteza quanto ao recebimento da terceira *tranche* do Empréstimo de Racionamento (que ocorreu em janeiro de 2005) e o atraso no recebimento dos valores lançados na Conta CVA que estava programado para ocorrer em 2003, mas que não ocorreu até junho 2004. Como resultado do ambiente macroeconômico, político e regulatório sofrendo constantes mudanças, decidimos centralizar nossos esforços de reestruturação das dívidas com credores privados na implantação de um plano de longo prazo, voltados ao realinhamento da programação de amortização de nossa dívida com nosso fluxo de caixa, e à diminuição nossa exposição ao risco da taxa de câmbio.

Em 12 de março de 2004, fechamos um acordo com os mais significativos de nossos credores de capital de giro, empréstimos sindicalizados e outros instrumentos para renegociar US\$ 448 milhões e R\$ 982 milhões de nossas dívidas existentes. A renegociação consolidou nossa dívida em quatro *tranches* (A, B, C e D) denominadas tanto em *reais* como em dólar norte-americano, com datas de vencimento variando de 2006 a 2008. Além disso, 47,1% da dívida previamente denominada em dólar norte-americano foi convertida em reais. Como resultado de nossa Renegociação da Dívida de 2004, nossa exposição à moeda estrangeira foi reduzida de 63% para 30% e fomos capazes de eliminar riscos financeiros significativos referentes a nossas dívidas de curto-prazo. Acreditamos que a Renegociação da Dívida de 2004 representa uma solução de curto prazo para nossos problemas de liquidez, já que isso alinhou o vencimento de nossas dívidas com nosso fluxo de caixa esperado. Os montantes, taxa de juros pertinentes e outras informações referentes a cada *tranche* de nossa dívida renegociada estão indicados no quadro abaixo:

<i>Tranches denominadas em Real</i>						
Série	Início da Amortização	Vencimento Final	Juros Iniciais	Pagamento Inicial	Juros após Pagamento Inicial	Valor (milhões de reais)
A.....	31/3/2005	31/12/2006	CDI + 2,5%	12,5%	CDI + 2,25%	R\$ 147,0
B.....	31/3/2005	31/12/2007	CDI + 3,0%	15,0%	CDI + 2,75%	153,6
C.....	30/9/2005	31/12/2008	CDI + 4,25%	17,5%	CDI + 4,0%	599,9
D.....	30/6/2006	31/12/2008	CDI + 4,75%	20,0%	CDI + 4,5%	696,9
Subtotal.....						R\$ 1.597,4

01417-6

.. / -

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Tranches denominadas em Dólar Norte-Americano

Série	Início da Amortização	Vencimen to Final	Juros Iniciais	Pagamento Inicial	Juros após Pagamento Inicial	Valor (milhões de Dólares)
A.....	31/3/2005	31/12/2006	LIBOR + 2,5%	12,5%	LIBOR + 2,25%	US\$ 96,9
B.....	31/3/2005	31/12/2007	LIBOR + 3,0%	15,0%	LIBOR + 2,75%	35,3
C.....	30/9/2005	31/12/2008	LIBOR + 4,25%	17,5%	LIBOR + 4,0%	67,0
D	30/6/2006	31/12/2008	LIBOR + 4,75%	20,0%	LIBOR + 4,5%	37,8
Subtotal.....						US\$ 237,0
Total (milhões de reais).....						R\$ 2.287

(*) Após o recebimento da 3ª *tranche* do racionamento em 11 de janeiro de 2005, os montantes das tranches A, B, C e D em reais passaram para R\$ 129 milhões, R\$ 131 milhões, R\$ 495 milhões, R\$ 558 milhões, respectivamente e os valores em dólares das tranches A, B, C e D passaram para US\$ 85 milhões, US\$ 30 milhões, US\$ 55 milhões e US\$ 30 milhões, respectivamente.

Os contratos que regulam a Renegociação da Dívida de 2004 contêm certas obrigações financeiras e operacionais, inclusive as seguintes:

- proibição de criar gravames sobre qualquer de nossos bens, inclusive contas a receber, com algumas exceções permitidas;
- restrições à contratação de novas dívidas, exceto certas dívidas permitidas (tais como empréstimo da CVA e de racionamento junto ao BNDES e contratos de *hedge*, entre outros) exigindo pagamento antecipado obrigatório com 50% ou 100% do produto líquido da nova dívida, determinado como segue: se nosso índice de alavancagem para o mais recente trimestre fiscal encerrado (1) for acima de 2,5 para 1, somos obrigados a aplicar todo o produto líquido disponível da nova dívida para pagar antecipadamente a dívida renegociada proporcionalmente entre as tranches, e (2) for igual a 2,5 para 1 ou inferior, somos obrigados a aplicar 50% do produto líquido disponível da nova dívida para pagar antecipadamente a dívida renegociada proporcionalmente entre as tranches, ressalvado que o prazo médio até o vencimento final de tal nova dívida não seja menor do que o prazo médio restante até o vencimento final da dívida renegociada e que nossa índice de alavancagem após a contratação da nova dívida não exceda 3 para 1;
- manutenção para cada trimestre fiscal do índice de cobertura de juros não inferior a 1,75 para 1 e do índice de alavancagem não superior a 3,5 para 1;

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- proibição de distribuições de lucro a nossos acionistas a menos que certas condições financeiras sejam atendidas ou tais distribuições sejam consideradas permitidas pelo contrato;
- proibição da venda, transferência ou outra alienação de quaisquer bens, a menos que permitidas nos termos dos contratos de renegociação. Vendas permitidas incluem a venda de ativos que não excedam o valor justo de mercado total de US\$ 10 milhões em um exercício fiscal ou aquelas que são normalmente feitas no curso regular dos negócios; e
- proibição de negócios com afiliadas, exceto determinados pagamentos previstos e negócios em bases equitativas.

Nosso inadimplemento com relação a qualquer dessas obrigações poderá causar o vencimento antecipado da dívida renegociada.

A Renegociação da Dívida de 2004 está garantida por uma caução de 30% de nossos recebíveis diários, limitado a um montante máximo de R\$ 200 milhões.

Reestruturação da Dívida com BNDES

Em 15 de outubro de 2002 e em 28 de fevereiro de 2003, nossos acionistas controladores diretos, AES Elpa e AES Trangás, tornaram-se inadimplentes com relação aos montantes devidos ao BNDES de acordo com certos contratos de empréstimo relacionados à aquisição das ações da Eletropaulo no processo de privatização e posteriormente em 26 de janeiro de 2000. Como resultado, os empréstimos foram acelerados pelo BNDES e em agosto de 2003 totalizavam US\$ 1,2 bilhões. A AES Corp começou então a negociar com o BNDES para reestruturar a dívida, e em 22 de dezembro de 2003 um acordo final foi firmado.

Como parte da reestruturação, AES Corp transferiu todas as ações mantidas direta e indiretamente por ela na Eletropaulo, AES Tietê e Uruguaina, para a Brasileira, em troca de 50% mais uma ação das ações ordinárias da Brasileira. O BNDES adquiriu, por meio do BNDESPAR, 50% menos uma ação das ações ordinárias da Brasileira e 100% de suas ações preferenciais sem direito a voto, capitalizando US\$ 600 milhões das dívidas devidas ao BNDES pela AES Elpa e AES Transgás.

O saldo devedor remanescente, no montante de US\$ 600 milhões, foi reestruturado como segue: (1) US\$ 90 milhões foram pagos diretamente ao BNDES por afiliadas da AES Corp e (2) o BNDES, por meio do BNDESPAR, subscreveu US\$ 510 milhões de debêntures da Brasileira. As debêntures são garantidas pelo penhor sobre as ações detidas diretamente e indiretamente pela Brasileira. Os pagamentos com relação às debêntures são efetuados a partir de dividendos pagos à Brasileira por suas empresas controladas, inclusive a

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Eletropaulo. Em caso de inadimplemento das debêntures ou inadimplemento por qualquer das empresas controladas da Brasileira, inclusive a Eletropaulo, nos termos de qualquer dívida para com o BNDES em um montante superior a R\$ 25 milhões, inclusive o empréstimo CVA e o empréstimo do racionamento.

A AES Brasil e a BNDESPAR assinaram um acordo de acionistas para regular, entre outros aspectos, as operações do dia a dia da Brasileira e de suas controladas, inclusive a Eletropaulo. Tal acordo estabelece que a aprovação de certas matérias por nosso conselho de administração e por nossos acionistas, incluindo, entre outras coisas, a implementação de planos de negócio estratégico e orçamentos, a emissão de ações ou dívida e a assinatura de certos instrumentos de empréstimos ou financiamento, estão sujeitas à prévia aprovação da BNDESPAR e da AES Brasil. Para outras informações com relação ao acordo de acionistas da Brasileira, ver "Descrição do Capital Social e Principais Acionistas—Acordo de Acionistas da Brasileira".

Empréstimo CVA

Em 28 de maio de 2004, firmamos um contrato de linha de crédito com o BNDES no âmbito do Programa de Suporte de Emergência para Concessionárias de Distribuição de Energia – CVA, para sanar nossa deficiência de liquidez resultante do atraso nos reajustes de nossas tarifas baseado nos montantes acumulados em nossa Conta CVA em 2003. Em 3 de junho de 2004, tomamos R\$ 521 milhões do empréstimo, dos quais R\$ 312 milhões foram exigidos para liquidar dívidas intra-setoriais e R\$ 210 milhões foram usados para efetuarmos o pré-pagamento proporcional da Renegociação da Dívida de 2004.

O empréstimo tomado junto ao BNDES é devido em 24 parcelas mensais começando em agosto de 2004. A taxa de juros é SELIC mais 1% ao ano. Os pagamentos ao BNDES são efetuados por meio da transferência ao BNDES de 4,8% do caixa resultante de nossos recebíveis, a partir de uma conta depósito mantida em um banco depositário onde circulam 10% de nossos recebíveis mensais. A linha de crédito contém diversas restrições, inclusive restrições de venda de ativos, a emissão de debêntures, a mudança de controle e a assunção de certas dívidas sem o prévio consentimento do BNDES. O inadimplemento dessas obrigações ou das obrigações contidas nos contratos da Reestruturação da Dívida com BNDES permite ao BNDES declarar o empréstimo vencido antecipadamente.

Empréstimo do Racionamento

Em 2001, o governo estabeleceu o Programa de Suporte de Emergência para Concessionárias de Distribuição de Energia – Racionamento, um programa pelo qual o BNDES concordou em conceder empréstimos disponíveis às empresas de distribuição para financiar (a) aproximadamente 90% da deficiência de receita ocasionada pelo

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

racionamento e (b) os custos da Parcela A de janeiro até outubro de 2001, ambos a serem recuperados por meio do RTE.

De junho de 2001 até fevereiro de 2002, incorremos em perdas de aproximadamente R\$ 1.193 milhões como resultado do Racionamento. Em 4 de fevereiro de 2002, firmamos um contrato de empréstimo com o BNDES de acordo com o qual o BNDES concordou em nos conceder um adiantamento, no montante inicial de R\$ 923 milhões, sendo tal montante subsequente aumentado para R\$ 1.255 milhões de acordo com alterações do contrato. O desembolso da primeira *tranche* em um montante de R\$ 278 milhões ocorreu em fevereiro de 2002.

Em 5 de julho de 2002, a ANEEL e o Governo Federal assinaram um acordo de liquidação de pendências do racionamento com a maioria das geradoras e Distribuidoras, inclusive a Eletropaulo. O acordo estabelece o método de ressarcimento de perdas incorridas pelas geradoras e Distribuidoras de junho de 2001 a fevereiro 2002. Em agosto de 2002, a ANEEL realizou uma auditoria a fim de quantificar as perdas das empresas de geração e distribuição durante o Racionamento e para determinar os montantes da segunda e terceira *tranches* do empréstimo do racionamento.

Em 20 de agosto de 2002, recebemos a segunda *tranche* de R\$ 734 milhões, representando 90% de nossas perdas com o racionamento referentes a 2001 e nossas perdas com os aumentos nos custos da Parcela A entre janeiro e outubro 2001. A terceira *tranche* do empréstimo de aproximadamente R\$ 243 milhões, representando 90% de nossas perdas com o racionamento em 2002, nos foi paga em 11 de janeiro de 2005. Quando recebemos a terceira *tranche*, fomos obrigados a efetuar certos pagamentos intra-setoriais e um pré-pagamento proporcional de nossa dívida nos termos da Renegociação da Dívida de 2004.

A primeira *tranche* e uma parte da segunda *tranche* são devidas em parcelas mensais e vencem em novembro de 2006. Parte da segunda *tranche* é devida em parcelas mensais, começando em dezembro de 2006 e terminando em julho de 2007. A terceira *tranche* também é devida em parcelas mensais e vence em novembro de 2006. Em todas as *tranches* correm taxa de juros de SELIC mais 1% ao ano, devidas mensalmente. Nossos pagamentos ao BNDES são efetuados por meio da transferência de 3,3% do caixa resultante de nossos recebíveis, a partir de uma conta depósito mantida em um banco depositário onde circulam 10% de nossas contas a receber mensal em uma conta de depósito em garantia mantida em um banco depositário, que por sua vez transfere o equivalente a 3,3% dessas contas a receber ao BNDES. A linha de crédito contém diversas restrições, inclusive restrições de venda de ativos, a emissão de debêntures, a mudança de controle e a assunção de certas dívidas sem o prévio consentimento do BNDES. O inadimplemento dessas obrigações ou das obrigações nos termos dos documentos da Reestruturação da Dívida com BNDES permite ao BNDES declarar o empréstimo vencido antecipadamente.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Em 31 de dezembro de 2004, R\$ 663 milhões relativos ao empréstimo do racionamento estavam em aberto.

Credit Linked Note

Em abril de 2003, reestruturamos, por meio da Metropolitana Overseas, uma *credit linked note* no valor de US\$ 30 milhões emitida ao Deutsche Bank. A nota contém cláusulas que permitem ao Deutsche Bank colocar até US\$ 250 milhões deste instrumento de dívida no mercado a fim de compensar uma exposição líquida de US\$ 30 milhões. A *credit linked note* é devida em um pagamento único em 2009 e rende juros à taxa LIBOR mais 2,3% devidos trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2004, R\$ 80 milhões relativos à tal nota estavam em aberto.

Commercial Paper

Em dezembro de 2001, emitimos US\$ 100 milhões em *commercial paper* com taxa de juros de 7,8% que venceriam em um ano. Como parte dos esforços para renegociação de nossa dívida, entre dezembro de 2002 e junho de 2004, realizamos uma série de cinco ofertas de troca para os detentores de Commercial Papers, e em 31 de dezembro de 2004, o saldo dos Commercial Papers era de R\$ 52 milhões

Contrato com a Eletrobrás

Em fevereiro de 2004, firmamos um contrato de financiamento com a Eletrobrás para financiar certos custos a serem incorridos com relação ao Programa de Modernização dos Sistemas de Iluminação na cidade de São Paulo (*Programa de Melhoria de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação do Município de São Paulo*). De acordo com este contrato, firmamos uma linha de crédito de R\$ 140 milhões, dos quais R\$ 14 milhões foram desembolsados até de 31 de dezembro de 2004, e que são devidos em 36 parcelas mensais, começando em outubro de 2006. A taxa de juros do empréstimo é de 5% ao ano, devida mensalmente. Pagamos também à Eletrobrás uma taxa de administração igual a 1,5% do montante do principal em aberto, devida em 36 parcelas mensais, começando depois do período de carência de 24 meses. O contrato é garantido por recebíveis do Contrato de Fornecimento de Energia para o Sistema de Iluminação Pública com a Cidade de São Paulo, no montante de R\$ 750 milhões. O contrato de financiamento está também sujeito à regulamentação específica do Governo Federal, uma vez que os fundos vieram da *Reserva Global de Reversão - RGR*, que foi criada para fornecer recursos para indenizar as empresas de eletricidade pelos ativos usados em suas atividades na hipótese de seus respectivos contratos de concessão serem revogados ou não renovados. Em 31 de dezembro de 2004, R\$ 14 milhões estavam em aberto de acordo com nosso contrato com a Eletrobrás.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Financiamento do Banco do Brasil

Em março de 1994, firmamos um contrato de financiamento de US\$ 235 milhões com o Banco do Brasil S.A., dos quais R\$ 156 milhões estavam em aberto em 31 de dezembro de 2004. Sobre este financiamento pagamos juros a uma taxa variável com base no custo médio incorrido pelo Banco do Brasil para tomar empréstimo em moeda estrangeira, que atualmente é a LIBOR mais 0,8125% ao ano, e devem ser pagos mensalmente. O principal é pago semestralmente e a última parcela é devida em dezembro de 2009. Somos também obrigados a pagar uma taxa de administração de 0,2% ao ano sobre o saldo em aberto do empréstimo e deve ser paga semestralmente juntamente com o principal. Antes de nossa privatização, nossas obrigações de acordo com o contrato de financiamento eram garantidas pelo Estado de São Paulo. Além disso, o contrato é garantido por nossos recebíveis.

Financiamento do Clube de Paris

Em 15 de julho de 1999, assinamos um contrato com o Estado de São Paulo estabelecendo o pagamento de dívidas que nos eram devidas pelo Estado de São Paulo no montante total de R\$ 151 milhões. De acordo com este contrato, o Estado de São Paulo assumiu certas dívidas que devíamos ao Banco do Brasil, nos termos de um acordo de financiamento conhecido como o "Financiamento do Clube de Paris", no montante total de R\$ 74 milhões em julho de 1999. Entretanto, o Estado de São Paulo deixou de pagar a dívida e, portanto, tivemos de continuar os pagamentos. O Financiamento do Clube de Paris, que totalizava o equivalente a R\$ 39 milhões em 31 de dezembro de 2004 está dividido em uma *tranche* denominada em euros, correndo juros à taxa *Taux Du Marche Obligater*, ou TMO, mais 0,03%, e em uma outra *tranche* denominada em dólar norte-americano, incorrendo em juros à LIBOR mais 0,03%. Essa linha de crédito deve ser paga a cada semestre até dezembro de 2006.

Contratos com a Fundação CESP

Em setembro de 1997, firmamos dois contratos com a Fundação CESP a fim de tratar do passivo não provisionado com nosso plano de pensão.

De acordo com um desses contratos, R\$ 1.214 milhões de nosso passivo não provisionado são devidos em 240 parcelas mensais, começando em outubro de 1997. O contrato nos obriga também a efetuar 20 pagamentos anuais adicionais, cada um no montante inicial igual a 14,9% de nossos custos totais mensais com a folha de pagamento. Sobre esse contrato incidem juros equivalentes ao que for maior entre TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. Essa taxa é revisada semestralmente a fim de refletir variações em nossa folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo em aberto devido nos termos desse contrato era de R\$ 2.424 milhões.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

O outro contrato é no montante total de R\$ 513 milhões, dos quais R\$ 90 milhões são devidos em 60 parcelas mensais e cujos juros equivalem ao que for maior entre a TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. O contrato foi aditado e consolidado em fevereiro de 1999 para tratar do pagamento do montante restante de R\$ 423 milhões. De acordo com o aditamento e consolidação, somos obrigados a pagar R\$ 423 milhões como segue: (1) R\$ 23 milhões devem ser pagos por meio de transferência à CESP de imóveis previamente possuídos por nós; e (2) R\$ 510 milhões devem ser pagos em 108 parcelas mensais iguais de R\$ 5 milhões, começando em janeiro de 2000. O montante restante de R\$ 423 milhões correm juros ao que for maior entre a TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo em aberto devido nos termos desse contrato era R\$ 725 milhões.

Ambos os contratos com a Fundação CESP são garantidos por uma parte de nossos recebíveis. Até dezembro de 2001, parte de nosso passivo atuarial refletido nesses contratos, no montante total de R\$ 2.431 milhões, não estava reconhecido em nosso balanço patrimonial. Entretanto, com o advento da Deliberação nº. 371 da CVM, estamos obrigados a reconhecer esse montante durante um período de cinco anos a partir de 2002. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos R\$ 1.370 milhões de passivo atuarial não reconhecido e R\$ 1.779 de passivo atuarial reconhecido.

Linha de Crédito para a Metropolitana Overseas

Em 26 de junho de 1998 e em 10 de agosto de 1998, emitimos notas de crédito para a Metropolitana Overseas no montante total de US\$ 580 milhões. Essa linha de crédito é devida trimestralmente e é corrigida a juros de 11,5% ao ano, com vencimento final em agosto de 2009.

Outras Obrigações Contratuais

O quadro a seguir mostra nossos outros compromissos comerciais consolidados em 31 de dezembro de 2004:

Obrigações Contratuais	Pagamentos devidos por período (em milhões de reais)				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Obrigações de Arrendamento (Financiamento) de Capital	R\$ 1,6	R\$ 1,6	-	-	-
Obrigações de Arrendamento Operacional ...	-	-	-	-	-
Obrigações de Compra	-	-	-	-	-
Garantias.....	-	-	-	-	-
Outros.....	5,7	5,4	0,2	-	-
Total	7,3	7,1	0,2	-	-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Acordos Não Registrados no Balanço Patrimonial

Antes de 2002, não registramos qualquer passivo referente às nossas obrigações não provisionadas de acordo com nosso plano de previdência administrado pela Fundação CESP. Optamos por reconhecer esse passivo, que totalizava R\$ 2.431 milhões em 31 de dezembro de 2001, durante cinco anos a partir de janeiro de 2002, conforme permitido pela Deliberação nº 371 da CVM. Em 31 de dezembro de 2004, o montante já registrado totalizava R\$ 1.779 milhões, e esperamos registrar os restantes R\$ 1.370 até o fim de 2006. Para mais informações sobre nosso plano de pensão, ver "—Liquidez e Recursos de Capital—Dívidas—Contratos com a Fundação CESP."

Em 4 de setembro de 2004 a Emissora e a Prefeitura Municipal de São Paulo, assinaram novo acordo denominado "Instrumento de Acordo" em substituição ao acordo anterior, assinado em 2 de outubro de 2002. Esse novo instrumento no valor de R\$ 389 milhões é composto pelos seguintes montantes: (a) R\$ 304 milhões referentes às faturas de fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços realizados, faturados e vencidos no período de 22 de fevereiro de 1996 a 31 de janeiro de 2001; e (b) R\$ 85 milhões referentes às faturas de fornecimento de energia elétrica e serviços correlatos realizados, faturados e vencidos no período de 31 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003. Os itens (a) e (b) no montante de R\$ 389 milhões, serão amortizados em 12 parcelas anuais, a partir de agosto de 2005, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA. Em adição, foi estabelecido o prazo de 180 dias para a reconciliação e reconhecimento de valores incluídos neste instrumento. Em 8 de dezembro de 2004 a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício da Secretaria de Finanças, reconheceu a existência de débitos incluídos neste acordo, no valor de R\$ 42 milhões. Para os valores pendentes de aprovação por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluídos no Instrumento de Acordo de Pagamento, foi registrada até 31 de dezembro de 2004, provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 43 milhões. O montante incluído no item (a) será parcialmente liquidado, através de encontro de contas, por compensação com débitos de IPTU incluídos no Programa REFIS. Para os valores pendentes de aprovação por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, não incluídos no instrumento anterior, permanece registrada em 31 de dezembro de 2004, provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 148 milhões, constituída em 31 de dezembro de 2002. Os valores apurados estão na dependência de aprovação e deverão ser objeto de aditamento ao instrumento retro mencionado.

Exposição às taxas de câmbio e juros

Estamos expostos à taxa de câmbio com relação ao dólar norte-americano em virtude de uma parte de nossa dívida estar denominada em dólares norte americanos. Em dezembro de 2004, 100 % de nossa dívida denominada em dólares norte-americanos estavam protegidos por contratos de hedge. Além disso, ficamos expostos também à taxa de juros, cobradas nos nossos financiamentos. Para mais informações sobre os riscos da taxa de câmbio e da taxa de juros, veja "Fatores de Risco - Riscos Referentes às nossas

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Operações e ao Setor de Energia Elétrica Brasileiro” e “Fatores de Risco – Riscos Referentes ao Brasil”.

O quadro abaixo fornece um resumo das informações referentes à nossa exposição ao risco da taxa de juros e ao risco da taxa de câmbio de nosso portfólio de dívida total em 31 de dezembro de 2004:

	Portfólio da Dívida Total	
	R\$ milhões	%
Dívida Pós Fixada		
Denominada em Real	4.371	83
Denominada em moeda estrangeira	847	16
Dívida Pré Fixada:		
Denominada em Real	14	0
Denominada em moeda estrangeira	52	1
Total	5.284	100

Em 31 de dezembro de 2004, aproximadamente 1 % de nosso Portfólio da Dívida Total estava indexado a taxas fixas e 99 % a taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2004, o custo médio de nossa dívida total, inclusive custos de *hedge*, era de 110% do CDI.

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossas obrigações das dívida em 31 de dezembro de 2004 que são sensíveis a alterações na taxa de juros e taxas de câmbio. Esse quadro apresenta, pelas datas esperadas de vencimento e moeda, os fluxos de caixa de principais e a taxa de juros média relacionada dessas obrigações. Taxas de juros variáveis são baseadas na taxa de referência aplicável (LIBOR, CDI ou TJLP) em 31 de dezembro de 2004:

Obrigação das Dívidas	2005	2006	2007	2008-Depois	Total – Dívida de Longo Prazo
Dívida em dólar norte-americano:					
Dívida a taxa fixa.....	50,4	0,04	0,05	0,2	0,3
Dívida a taxa variável.....	218,0	268,2	139,0	222,1	629,3
Dívida em Reais:					
Dívida à taxa fixa.....	-	1,2	4,7	8,3	14,2
Dívida à taxa variável ⁽²⁾ ..	913,3	1.098,7	855,9	1.372,5	3.327,1
dívida total ⁽³⁾	1.181,4	1.368,1	999,7	1.603,1	3.970,9

⁽²⁾ Em milhões de reais

⁽³⁾ Dívida em dólar dos EUA foi convertida em reais à taxa de câmbio do mercado comercial em 30 de setembro de 2004 de R\$ 2,8586 por dólar dos EUA.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

A Emissora, em base consolidada, apresentava em 31 de dezembro de 2004, 28,8% da dívida total no curto prazo e 77,2% no longo prazo. A relação dívida líquida/EBITDA da Emissora em 2004 ficou em 2,81 vezes, enquanto que a cobertura dos juros, medida pelo indicador EBITDA/juros, ficou em 3,13 vezes, não se prevendo deterioração nesses indicadores ao longo dos próximos anos.

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA
COMPANHIA

CONTRATOS RELEVANTES

CONTRATOS FINANCEIROS

Conforme explicado na Seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Condição Financeira e Resultados Operacionais – Dívidas", tivemos duas renegociações principais das nossas dívidas em 2002 e 2004.

Os contratos que regulam a Renegociação da Dívida de 2004 contêm certas obrigações financeiras e operacionais, inclusive as seguintes:

- proibição de criar gravames sobre qualquer de nossos bens, inclusive do contas a receber, com algumas exceções permitidas;
- restrições à contratação de novas dívidas, exceto certas dívida permitidas (tais como empréstimo da CVA e de racionamento junto ao BNDES e contratos de *hedge*, entre outros) exigindo pagamento antecipado obrigatório com 50% ou 100% do produto líquido da nova dívida, determinado como segue: se nosso índice de alavancagem para o mais recente trimestre fiscal encerrado (1) for acima de 2,5 para 1, somos obrigados a aplicar todo o produto líquido disponível da nova dívida para pagar antecipadamente a dívida renegociada proporcionalmente entre as tranches, e (2) for 2,5 para 1 ou inferior, somos obrigados a aplicar 50% do produto líquido disponível da nova dívida para pagar antecipadamente a dívida renegociada proporcionalmente entre as tranches, ressalvado que o prazo médio até o vencimento final de tal nova dívida não seja menor do que o prazo médio restante até o vencimento final da dívida renegociada e que nosso índice de alavancagem após a contratação da nova dívida não exceda 3 para 1;
- manutenção para cada trimestre fiscal do índice de cobertura de juros não inferior a 1,75 para 1 e do índice de alavancagem não superior a 3,5 para 1;
- proibição de distribuições de lucro a nossos acionistas a menos que certas condições financeiras sejam atendidas ou tais distribuições sejam consideradas permitidas pelo contrato;
- proibição da venda, transferência ou outra alienação de quaisquer bens, a menos que permitidas nos termos dos contratos de renegociação. Vendas permitidas incluem a venda de ativos que não excedam o valor justo de mercado total de US\$ 10 milhões em um exercício fiscal ou aquelas que são normalmente feitas no curso regular dos negócios; e

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

- proibição de negócios com afiliadas, exceto determinados pagamentos previstos e negócios em bases equitativas .

Nosso inadimplemento com relação a qualquer dessas obrigações poderá causar o vencimento antecipado da dívida renegociada.

A Renegociação da Dívida de 2004 está garantida por uma caução de 30% do nossos recebíveis diários, limitado a um montante máximo montante de R\$ 200 milhões.

Reestruturação da Dívida com BNDES

Em 15 de outubro de 2002 e em 28 de fevereiro de 2003, nossos acionistas controladores diretos, AES Elpa e AES Trangás, tornaram-se inadimplentes com relação aos montantes devidos ao BNDES de acordo com certos contratos de empréstimo relacionados à aquisição das ações da Eletropaulo no processo de privatização e posteriormente em 26 de janeiro de 2000. Como resultado, os empréstimos foram acelerados pelo BNDES e em agosto de 2003 totalizavam US\$ 1,2 bilhões. A AES Corp começou então a negociar com o BNDES para reestruturar a dívida, e em 22 de dezembro de 2003 um acordo final foi firmado.

Como parte da reestruturação, AES Corp transferiu todas as ações mantidas direta e indiretamente por ela na Eletropaulo, AES Tietê e Uruguaina, para a Brasileira, em troca de 50% mais uma ação das ações ordinárias da Brasileira. O BNDES adquiriu, por meio do BNDESPAR, 50% menos uma ação das ações ordinárias da Brasileira e 100% de suas ações preferenciais sem direito a voto, capitalizando US\$ 600 milhões das dívidas devidas ao BNDES pela AES Elpa e AES Transgás.

O saldo devedor remanescente, no montante de US\$ 600 milhões, foi reestruturado como segue: (1) US\$ 90 milhões foram pagos diretamente ao BNDES por afiliadas da AES Corp e (2) o BNDES, por meio do BNDESPAR, subscreveu US\$ 510 milhões de debêntures da Brasileira. As debêntures são garantidas pelo penhor sobre as ações detidas diretamente e indiretamente pela Brasileira. Os pagamentos com relação às debêntures são efetuados a partir de dividendos pagos à Brasileira por suas empresas controladas, inclusive a Eletropaulo. Em caso de inadimplemento das debêntures ou inadimplemento por qualquer das empresas controladas da Brasileira, inclusive a Eletropaulo, nos termos de qualquer dívida para com o BNDES em um montante superior a R\$ 25 milhões, inclusive o empréstimo CVA e o empréstimo do racionamento.

A AES Brasil e o BNDESPAR assinaram um acordo de acionistas para regular, entre outros aspectos, as operações do dia a dia da Brasileira e de suas controladas, inclusive a Eletropaulo. Tal acordo estabelece que a aprovação de certas matérias por nosso conselho de administração e por nossos acionistas, incluindo, entre outras coisas, a implementação de planos de negócio estratégico e orçamentos, a emissão de ações ou dívida e a

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

assinatura de certos instrumentos de empréstimos ou financiamento, estão sujeitas à prévia aprovação do BNDESPAR e da AES Brasil. Para outras informações com relação ao acordo de acionistas da Brasileira, ver "Descrição do Capital Social e Principais Acionistas—Acordo de Acionistas da Brasileira".

Empréstimo CVA

Em 28 de maio de 2004, firmamos um contrato de linha de crédito com o BNDES no âmbito do Programa de Suporte de Emergência para Concessionárias de Distribuição de Eletricidade – CVA, para sanar nossa deficiência de liquidez devida ao atraso nos reajustes de nossas tarifas com base nos montantes acumulados em nossa Conta CVA em 2003. Em 3 de junho de 2004, tomamos R\$ 521 milhões do empréstimo, dos quais R\$ 312 milhões foram exigidos para liquidar dívidas intra-setoriais e R\$ 210 milhões foram usados para efetuarmos o pré-pagamento proporcional de acordo com os termos da Renegociação da Dívida de 2004.

O empréstimo tomado junto ao BNDES é devido em 24 parcelas mensais começando em agosto de 2004. A taxa de juros é SELIC mais 1% ao ano. Os pagamentos ao BNDES são efetuados por meio da transferência ao BNDES de 4,8% do caixa resultante de nossos recebíveis, a partir de uma conta depósito mantida em um banco depositário onde circulam 10% de nossos recebíveis mensais. A linha de crédito contém diversas restrições, inclusive restrições de venda de ativos, a emissão de debêntures, a mudança de controle e a assunção de certas dívidas sem o prévio consentimento do BNDES. O inadimplemento dessas obrigações ou das obrigações nos termos dos documentos da Reestruturação da Dívida com BNDES permite ao BNDES declarar o empréstimo vencido antecipadamente.

Empréstimo do Racionamento

Em 4 de fevereiro de 2002, como consequência das perdas referentes ao Racionamento, firmamos um contrato de empréstimo com o BNDES de acordo com o qual o BNDES concordou em nos conceder um adiantamento, no montante inicial de R\$ 923 milhões, tal montante sendo subsequente aumentado para R\$ 1.255 milhões de acordo com alterações do contrato. O desembolso da primeira *tranche* em um montante de R\$ 278 milhões ocorreu em fevereiro de 2002.

Em 5 de julho de 2002, a ANEEL e o Governo Federal assinaram um acordo de liquidação de pendências do racionamento com a maioria das empresas de geração e distribuição de energia, inclusive a Eletropaulo. O acordo estabelece o método de ressarcimento de perdas incorridas pelas geradoras e Distribuidoras de junho de 2001 a fevereiro 2002. Em agosto de 2002, a ANEEL realizou uma auditoria a fim de quantificar as perdas das

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

empresas de geração e distribuição durante o Racionamento e para determinar os montantes da segunda e terceira *tranches* do empréstimo do racionamento.

Em 20 de agosto de 2002, recebemos a segunda *tranche* de R\$ 734 milhões, representando 90% de nossas perdas com o racionamento referentes a 2001 e nossas perdas com os aumentos nos custos da Parcela A entre janeiro e outubro 2001. A terceira *tranche* do empréstimo de aproximadamente R\$ 243 milhões, representando 90% de nossas perdas com o racionamento em 2002, nos foi paga em 11 de janeiro de 2005. Quando recebemos a terceira *tranche*, fomos obrigados a efetuar certos pagamentos intra-setoriais e um pré-pagamento proporcional de nossa dívida nos termos da Renegociação da Dívida de 2004.

A primeira *tranche* e uma parte da segunda *tranche* são devidas em parcelas mensais e vencem em novembro de 2006. Parte da segunda *tranche* é devida em parcelas mensais, começando em dezembro de 2006 e terminando em julho de 2007. A terceira *tranche* também é devida em parcelas mensais e vence em novembro de 2006. Em todas as *tranches* correm taxa de juros de SELIC mais 1% ao ano, devidas mensalmente. Nossos pagamentos ao BNDES são efetuados por meio de depósito da transferência de 3,3% do caixa resultante de nossos recebíveis, a partir de uma conta depósito mantida em um banco depositário onde circulam 10,0% de nosso contas a receber mensal. A linha de crédito contém diversas restrições, inclusive restrições de venda de ativos, a emissão de debêntures, a mudança de controle e a assunção de certas dívidas sem o prévio consentimento do BNDES. O inadimplemento dessas obrigações ou das obrigações nos termos dos documentos da Reestruturação da Dívida com BNDES permite ao BNDES declarar o empréstimo vencido antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2004, R\$ 663 milhões relativos ao empréstimo do racionamento estavam em aberto

Contrato com a Eletrobrás

Em fevereiro de 2004, firmamos um contrato de financiamento com a Eletrobrás para financiar certos custos a serem incorridos com relação ao Programa de Modernização dos Sistemas de Iluminação na cidade de São Paulo (*Programa de Melhoria de Eficiência Energética e Modernização dos Sistemas de Iluminação do Município de São Paulo*). De acordo com este contrato, firmamos uma linha de crédito de R\$ 140 milhões, dos quais R\$ 14 milhões foram desembolsados até 31 de dezembro de 2004, e que são devidos em 36 parcelas mensais, começando em outubro de 2006. A taxa de juros do empréstimo é de 5% ao ano, devida mensalmente. Pagamos também à Eletrobrás uma taxa de administração igual a 1,5% do montante do principal em aberto, devida em 36 parcelas mensais, começando depois do período de carência de 24 meses. O contrato é garantido por recebíveis do Contrato de Fornecimento de Energia para o Sistema de Iluminação Pública com a Cidade de São Paulo, no montante de R\$ 750 milhões. O contrato de

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

financiamento está também sujeito à regulamentação específica do Governo Federal, uma vez que os fundos vieram da *Reserva Global de Reversão* - RGR, que foi criada para fornecer recursos para indenizar as empresas de eletricidade pelos ativos usados em suas atividades na hipótese de seus respectivos contratos de concessão serem revogados ou não renovados. Em 31 de dezembro de 2004, R\$ 14 milhões estavam em aberto de acordo com nosso contrato com a Eletrobrás.

Financiamento do Banco do Brasil

Em março de 1994, firmamos um contrato de financiamento de US\$ 235 milhões com o Banco do Brasil S.A., dos quais R\$ 156 milhões estavam em aberto em 31 de dezembro de 2004. Sobre este financiamento pagamos juros a uma taxa variável com base no custo médio incorrido pelo Banco do Brasil para tomar empréstimo em moeda estrangeira, que atualmente é a LIBOR mais 0,8125% ao ano, e devem ser pagos mensalmente. O principal é pago semestralmente e a última parcela é devida em dezembro de 2009. Somos também obrigados a pagar uma taxa de administração de 0,2% ao ano sobre o saldo em aberto do empréstimo e deve ser paga semestralmente juntamente com o principal. Antes de nossa privatização, nossas obrigações de acordo com o contrato de financiamento eram garantidas pelo Estado de São Paulo. Além disso, o contrato é garantido por nossos recebíveis.

Financiamento do Clube de Paris

Em 15 de julho de 1999, assinamos um contrato com o Estado de São Paulo estabelecendo o pagamento de dívidas que nos eram devidas pelo Estado de São Paulo no montante total de R\$ 151 milhões. De acordo com este contrato, o Estado de São Paulo assumiu certas dívidas que devíamos ao Banco do Brasil, nos termos de um acordo de financiamento conhecido como o "Financiamento do Clube de Paris", no montante total de R\$ 74 milhões em julho de 1999. Entretanto, o Estado de São Paulo deixou de pagar a dívida e, portanto, tivemos de continuar a pagar o Financiamento do Clube de Paris. O Financiamento do Clube de Paris, que totalizava o equivalente a R\$ 39 milhões em 31 de dezembro de 2004, está dividido em uma *tranche* determinada em euros, correndo juros à taxa *Taux Du Marche Obligater*, ou TMO, mais 0,03%, e em uma outra *tranche* denominada em dólar norte-americano, incorrendo em juros à LIBOR mais 0,03%. Essa linha de crédito deve ser paga a cada semestre até dezembro de 2006.

Contratos com a Fundação CESP

Em setembro de 1997, firmamos dois contratos com a Fundação CESP a fim de tratar do passivo não provisionado com nosso plano de previdência.

De acordo com um desses contratos, R\$ 1.214 milhões de nosso passivo não provisionado são devidos em 240 parcelas mensais, começando em outubro de 1997. O contrato nos

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

obriga também a efetuar 20 pagamentos anuais adicionais, cada um no montante inicial igual a 14,9% de nossos custos totais mensais com a folha de pagamento. Sobre esse contrato incidem juros equivalentes ao que for maior entre TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. Essa taxa é revisada semestralmente a fim de refletir variações em nossa folha de pagamento. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo em aberto devido nos termos desse contrato era de R\$ 2.424 milhões.

O outro contrato é no montante total de R\$ 513 milhões, dos quais R\$ 90 milhões são devidos em 60 parcelas mensais e cujos juros equivalem ao que for maior entre a TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. O contrato foi aditado e consolidado em fevereiro de 1999 para tratar do pagamento do montante restante de R\$ 423 milhões. De acordo com o aditamento e consolidação, somos obrigados a pagar R\$ 423 milhões como segue: (1) R\$ 23 milhões devem ser pagos por meio de transferência à CESP de imóveis previamente possuídos por nós; e (2) R\$ 510 milhões devem ser pagos em 108 parcelas mensais iguais de R\$ 5 milhões, começando em janeiro de 2000. O montante restante de R\$ 423 milhões correm juros ao que for maior entre a TR mais 8% ao ano ou os custos atuariais. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo em aberto devido nos termos desse contrato era R\$ 725 milhões.

Ambos os contratos com a Fundação CESP são garantidos por uma parte de nossos recebíveis. Até dezembro de 2001, parte de nosso passivo atuarial refletido nesses contratos, no montante total de R\$ 2.431 milhões, não estava reconhecido em nosso balanço patrimonial. Entretanto, com o advento da Instrução nº. 371 da CVM, estamos obrigados a reconhecer esse montante durante um período de cinco anos a partir de 2002. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos R\$ 1.370 milhões de passivo atuarial não reconhecido e R\$ 1.779 de passivo atuarial reconhecido.

Linha de Crédito fornecida pela Emissora

Em 26 de junho de 1998 e em 10 de agosto de 1998, emitimos notas de crédito para a Metropolitana Overseas no montante total de US\$ 580 milhões. Essa linha de crédito é devida trimestralmente e é corrigida a juros de 11,5% ao ano, com vencimento final em agosto de 2009.

OUTRAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O quadro a seguir mostra nossos outros compromissos comerciais consolidados em 31 de dezembro de 2004:

Obrigações Contratuais	Pagamentos devidos por período (em milhões de reais)				
	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Obrigações de Arrendamento (Financiamento) de Capital.....	R\$ 1,6	R\$ 1,6	-	-	-
Obrigações de Arrendamento Operacional	-	-	-	-	-
Obrigações de Compra.....	-	-	-	-	-
Garantias.....	-	-	-	-	-
Outros	5,7	5,4	0,2	-	-
Total.....	7,3	7,1	0,2	-	-

ACORDOS NÃO REGISTRADOS NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em 4 de setembro de 2004 a Emissora e a Prefeitura Municipal de São Paulo, assinaram novo acordo denominado "Instrumento de Acordo" em substituição ao acordo anterior, assinado em 2 de outubro de 2002. Esse novo instrumento no valor de R\$ 389 milhões é composto pelos seguintes montantes: (a) R\$ 304 milhões referentes às faturas de fornecimento de energia elétrica e prestações de serviços realizados, faturados e vencidos no período de 22 de fevereiro de 1996 a 31 de janeiro de 2001; e (b) R\$ 85 milhões referentes às faturas de fornecimento de energia elétrica e serviços correlatos realizados, faturados e vencidos no período de 31 de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2003. Os itens (a) e (b) no montante de R\$ 389 milhões, serão amortizados em 12 parcelas anuais, a partir de agosto de 2005, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA. Em adição, foi estabelecido o prazo de 180 dias para a reconciliação e reconhecimento de valores incluídos neste instrumento. Em 8 de dezembro de 2004 a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício da Secretaria de Finanças, reconheceu a existência de débitos incluídos neste acordo, no valor de R\$ 42 milhões. Para os valores pendentes de aprovação por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, incluídos no Instrumento de Acordo de Pagamento, foi registrada até 31 de dezembro de 2004, provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 43 milhões. O montante incluído no item (a) será parcialmente liquidado, através de encontro de contas, por compensação com débitos de IPTU incluídos no Programa REFIS. Para os valores pendentes de aprovação por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, não incluídos no instrumento anterior, permanece registrada em 31 de dezembro de 2004, provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 148 milhões, constituída em 31 de dezembro de 2002. Os valores apurados estão na dependência de aprovação e deverão ser objeto de aditamento ao instrumento retro mencionado.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contrato de Concessão

Operamos nos termos de uma concessão para nosso negócio de distribuição. Nosso contrato de concessão, que termina em 2028, impõe exigências sobre nossas operações e negócio. Estas exigências incluem manutenção e/ou aperfeiçoamento de determinas

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

normas de serviço, incluindo o número e duração de *blackouts*. Somos obrigados, também, a instalar dispositivos e equipamentos (por exemplo, linhas de distribuição e medidores) para fornecer energia a novos clientes. Para mais detalhes, veja "Negócios da Emissora – Contrato de Concessão".

ACORDO DE NEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O acordo de negociação da dívida com o Governo Estadual assinado em 15 de julho de 1999, através da Secretaria da Fazenda, para quitação das contas a receber no valor de R\$ 150.834, teve o seu valor aditado em 23 de maio de 2003, no valor de R\$ 232.366, sendo que o valor de R\$ 98.521, está sendo amortizado em 48 parcelas mensais, a partir de junho de 2003 e o valor de R\$ 133.845, está sendo amortizado em 60 parcelas mensais, a partir de junho de 2003, ambos corrigidos monetariamente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, base maio de 2003.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ

Em 18 de dezembro de 2001, a Emissora firmou termo de confissão de dívidas com a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, no valor de R\$ 126.953, proveniente do fornecimento de energia elétrica e outros serviços realizados, faturados e vencidos até 31 de maio de 1999, os quais estão sendo quitados em 60 parcelas mensais corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, desde janeiro de 2002.

CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

Os contratos iniciais contém condições de quantidade e preço não negociáveis que são reguladas pela ANEEL. O volume de energia vendido e comprado de acordo com contratos iniciais permaneceu estável durante o ano de 2002, porém começou a diminuir em 25,0% por ano no início de 2003. Até dezembro de 2005, todos os contratos iniciais serão rescindidos. Nossa estratégia de fornecimento de energia é centrada em assegurar que temos um fornecimento estável e eficiente em termos de custo à medida que a energia fornecida nos termos dos contratos iniciais diminuam.

Em dezembro de 2004, nossos contratos iniciais representavam 51,5% dos nossos contratos de fornecimento de energia, em termos de volume. Além dos contratos iniciais, temos três tipos básicos de acordos de fornecimento: (1) obrigações de compra de Itaipu, que se estendem até 2023 e respondem por 31,9% de nosso fornecimento de energia, (2) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a AES Tietê, que respondem por 14,7% de nosso fornecimento de energia, e (3) compras no MAE, que

01417-6

../-

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

respondem por aproximadamente 1,9% do restante de nosso fornecimento de energia. Para maiores informações, veja: "Os Negócios da Emissora - Compras de Energia".

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

Estamos atualmente envolvidos em processos judiciais e administrativos sobre diversas questões legais, regulatórias e administrativas, inclusive processos relacionados a aumentos de tarifa, responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas e previdenciárias, e questões ambientais e regulatórias. A maioria destes processos se originou do curso regular de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2004 figuramos como réus em aproximadamente 19.900 processos fiscais, 7.130 processos trabalhistas e 11.800 processos cíveis. Em 31 de dezembro de 2004, nossas provisões relativas a processos foram de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, dos quais aproximadamente R\$ 1,15 bilhões se relacionaram a disputas fiscais, aproximadamente R\$ 326 milhões a processos cíveis, e aproximadamente R\$ 84 milhões a processos trabalhistas. Provisionamos fundos para litígios e pedidos de indenização nos quais existe a probabilidade de condenação, desde que o valor da causa possa ser estimado. É possível, entretanto, que algumas questões sejam decididas desfavoravelmente, e exijam de nossa parte o pagamento de indenizações ou despesas em montantes relevantes, mas que não podem ser estimados atualmente.

Abaixo está uma descrição de nossos processos mais relevantes.

CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

COFINS

Desde 1992, estamos envolvidos em diversos processos relacionados ao pagamento da COFINS. Estes processos em geral se baseiam em dois argumentos diferentes: (1) uma interpretação que empresas de energia não estariam sujeitas ao pagamento da COFINS; (2) uma interpretação que empresas de distribuição deveriam ter direito a um benefício de não pagamento de juros e comissões sobre quantias vencidas da COFINS, e (3) uma contestação às mudanças implantadas pela Lei n.º. 9.718/98, que incluem aumentos na alíquota da COFINS e em sua base de cálculo.

Em 1999, o Supremo Tribunal Federal confirmou que empresas de energia estão sujeitas à COFINS e, portanto, nossa obrigação de pagar a COFINS também foi confirmada. Em 1999, a Lei nº. 9.779 concedeu certos benefícios a contribuintes com respeito ao pagamento da COFINS, segundo os quais seria permitido o pagamento de quantias vencidas sem cobrança de juros e multas. Solicitamos estes benefícios em julho de 1999, porém as autoridades fiscais indeferiram nosso pedido com base no argumento de que deixamos de cumprir todas as exigências da legislação aplicável. Efetuamos um pagamento judicial de R\$ 334 milhões com relação a quantias vencidas da COFINS, livres de juros e multas, e ingressamos com um pedido em juízo para ter nosso direito de pagar as quantias vencidas

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ao amparo da Lei nº. 9.779 reconhecido pelo Tribunal. É importante notar que, em 2000, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Eletropaulo auto de infração com o objetivo de cobrar tais encargos não recolhidos. Em outubro de 2004, esse auto de infração, cujo valor em 31 de dezembro de 2004 era de R\$ 101 milhões, foi cancelado pelo Conselho de Contribuintes em decorrência de recurso administrativo interposto pela Eletropaulo. Esta decisão na esfera administrativa corrobora a tese de que aproveitamos validamente do benefício estabelecido pela Lei nº 9.779.

Não obstante, é difícil de se estimar o efeito de um resultado desfavorável do processo, e este pode ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

Quanto ao processo relacionado à nossa contestação ao aumento da alíquota e da base de cálculo da COFINS implantado pela Lei nº. 9.718, estimamos uma contingência de aproximadamente R\$ 684 milhões, que está totalmente provisionada em nossas demonstrações financeiros de 31 de dezembro de 2004. Não obstante, é difícil de se estimar o efeito de um resultado desfavorável do processo, e este pode ter um efeito prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

Contribuições ao PIS

Somos parte num processo envolvendo o pagamento do Programa de Integração Social, ou PIS, conforme o disposto na Medida Provisória nº. 1407/95, na Lei nº. 9.715/98 e na Lei nº. 9.718/98, todas sendo contestadas como inconstitucionais. Em junho de 2002, obtivemos decisões favoráveis em ambas as questões, das quais o Governo Federal apelou. Em setembro de 2004, o Tribunal Regional Federal proferiu decisão contra nós. Em setembro de 2004, apresentamos embargos, que ainda estão sendo julgados pelo Tribunal. Estimamos nossa contingência no valor de aproximadamente R\$ 434 milhões nestes processos judiciais, e o efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

Além disso, somos parte de um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual o Decreto-Lei nº. 2.445 e o Decreto-Lei nº. 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total de nosso crédito é de R\$ 275 milhões, dos quais já compensamos aproximadamente R\$ 246 milhões, com base numa decisão inicial favorável do processo judicial proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal ingressou com recurso, que ainda aguarda julgamento. Se o recurso for decidido favoravelmente ao Governo Federal, não conseguiremos compensar o montante restante de nosso crédito e as compensações já contabilizadas serão consideradas nulas. Como consequência, poderemos ter que efetuar os pagamentos dos impostos que compensamos contra nosso crédito do PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

aos contribuintes. O efeito de uma decisão desfavorável do processo é difícil de estimar, e pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido)

Figuramos no pólo passivo de um processo administrativo em que se alega que deixamos de efetuar pagamentos de IRPJ e CSLL no período entre 1998 e 2000, como resultado de uma dedução total em que retiramos quantias transferidas à FUNCESP (Fundação CESP), sem a limitação de 20% exigida pela Lei nº. 9.532/97. A quantia envolvida neste processo era de aproximadamente R\$ 91 milhões em 31 de dezembro de 2004. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

Ações de Execução Fiscal referentes ao IPTU

Figuramos no pólo passivo em aproximadamente 20.000 ações de execução fiscal referentes ao IPTU, sob a alegação de termos deixado de pagar tal imposto. A quantia total envolvida nestas ações fiscais é de aproximadamente R\$ 99 milhões. Diversos municípios promulgaram leis estabelecendo que essas dívidas fiscais vencidas podem ser compensadas contra débitos de fornecimento de energia devidos pelos municípios. Já celebramos acordos com diversos municípios, representando R\$ 63 milhões (o que acreditamos, reduzirá o número de processos em aproximadamente 15.000) e esperamos chegar a um acordo com cada um destes municípios para compensar as dívidas fiscais restantes. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto relevante sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

INVESTIGAÇÃO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

Estamos atualmente sob investigação de rotina da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que esperamos estar concluída até o final do primeiro semestre de 2005. Na data deste Prospecto não recebemos nenhuma notificação formal e nenhum processo administrativo foi instaurado como resultado da investigação. Entretanto, não podemos assegurar que esta investigação não resultará em notificações ou processo administrativo. Acreditamos que estamos cumprindo as leis e regulamentação fiscais aplicáveis à nossa empresa nos aspectos relevantes, e no caso de recebermos uma notificação ou de ser instaurado processo administrativo contra nós, estaremos aptos a nos defender inicialmente na esfera administrativa e, subsequente, na judicial.

CONTINGÊNCIAS PREVIDENCIÁRIAS

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

INSS e FNDE

Existem diversos processos judiciais e administrativos interpostos pelo INSS e pelo FNDE contra nós baseados na cobrança de valores supostamente devidos no montante total de R\$ 29,6 milhões. Caso várias decisões sejam desfavoráveis para nós, pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

SAT

Ingressamos com um mandado de segurança contestando a obrigação de pagar o SAT (Seguro de Acidente de Trabalho), com base no argumento de inconstitucionalidade. Este argumento foi rejeitado pelo Tribunal em contestações anteriores. Nossa contingência relativa a esta questão foi estimada em aproximadamente R\$ 29 milhões. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações. No fim de 2004 foi proferida decisão desfavorável à Eletropaulo. Solicitamos a realização de parcelamento dos valores devidos e estamos atualmente aguardando aprovação de tal parcelamento.

CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2004, nossos atuais e ex-funcionários haviam reivindicado aproximadamente R\$ 223 milhões em disputas trabalhistas, principalmente baseadas em equiparação de salários, horas extras e outras matérias desde nossa privatização em 1998. Reduzimos o número de disputas trabalhistas. Nossa política de provisões para reclamações trabalhistas se baseia em nossa probabilidade histórica de sucesso. Para calcular o montante das provisões, aplicamos o percentual de probabilidade a cada reclamação individual, totalizando R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2004, equivalentes a aproximadamente 37,4% da quantia total reclamada.

ELETOBRÁS – CONTRATO DE FINANCIAMENTO

Em 1989, a Eletrobrás iniciou um processo judicial contra nós para cobrança de dívidas incorridas no Contrato de Financiamento ECF-1046/86. Em junho de 2004, o montante envolvido estava estimado em R\$ 577 milhões. Por meio de embargos à execução, fomos excluídos do processo com base numa interpretação dos documentos que regem a cisão e a privatização da Eletropaulo-Eletricidade. Nossa exclusão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal em 16 de setembro de 2003. Entretanto, a decisão ainda não transitou em julgado e não há qualquer garantia de que nossa exclusão será confirmada em última instância. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial aos nossos negócios e aos resultados de nossas operações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PROCESSOS ENVOLVENDO O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

O Ministério Público Federal instaurou uma ação civil pública contra nós e a ANEEL para reembolso a clientes por tarifas cobradas a maior em 2003. Estas cobranças se relacionaram ao repasse dos custos de compras de eletricidade da AES Tietê, e totalizaram R\$ 111 milhões. Devido à complexidade do caso, não é possível prever se ganharemos a ação. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto adversos sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

O Ministério Público Federal também ingressou com uma ação civil pública contra nós e a ANEEL exigindo a abertura de cento e seis centros de assistência, devido à nossa falta de cumprimento, de acordo com o Ministério Público Federal, da Nota Técnica nº. 97/03, que estabelece os parâmetros indiretos para a abertura desses centros de assistência. Embora seja impossível determinar as quantias envolvidas neste processo (uma vez que estas se baseariam nos custos de construção dos centros de assistência), a quantia reivindicada é de R\$ 51 milhões (baseada numa multa por cliente calculada pelo autor). Devido à complexidade do caso, não é possível estimar se ganharemos a ação. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Foi ajuizada Ação Civil Pública para impedir a Emissora de cobrar administrativamente dos consumidores débitos vencidos há mais de doze meses, de aplicar na atualização de débitos em atraso fórmula que contenha capitalização de juros, de utilizar no parcelamento dos débitos sistema de amortização que leve à capitalização de juros, de obrigar os consumidores a assinar Termo de Confissão de Dívida nas cobranças extrajudiciais de débitos em atraso, e impedir a Emissora de informar nas notificações de cobrança todos os dados do débito em atraso. Ainda não foi proferida decisão sobre a questão.

PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Foi ajuizada Ação Civil Pública alegando ser irregular o corte do fornecimento de energia nos casos de suspeita de fraude na medição do consumo. A Emissora contestou, afirmando, com base na regulamentação da ANEEL, a possibilidade de corte de energia elétrica por irregularidade para não afetar a segurança do sistema de fornecimento de energia elétrica. Ainda não foi proferida decisão sobre a questão.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PLANO CRUZADO

Alguns grandes consumidores industriais iniciaram processo judicial contra nós contestando aumentos de tarifa concedidos pelo DNAEE, o antecessor da ANEEL, em 1986, durante o período em que o plano de estabilização econômica do Governo Federal (Plano Cruzado) estabeleceu o controle governamental de todos os preços de produtos e serviços. Somos atualmente parte de aproximadamente 1.400 processos desta natureza, representando uma contingência total de aproximadamente R\$ 208 milhões. O efeito de uma decisão desfavorável do processo é difícil de estimar, e pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

PROCESSO DE COBRANÇA – CONTRATO DE OBRA POR EMPREITADA COM A ENGENHARIA TERRA

Celebramos um contrato com a Engenharia Terra para obras em vias públicas. Devido às restrições e exigências adicionais impostas por órgãos governamentais durante o curso da construção, os custos do projeto aumentaram significativamente e, portanto, a Engenharia Terra ingressou com um pedido de indenização para obter um pagamento adicional de R\$ 23 milhões. A decisão do juízo de segundo grau foi desfavorável à Eletropaulo. Apresentamos Recurso Especial contra tal decisão que atualmente aguarda julgamento. O efeito de uma decisão desfavorável do processo é difícil de estimar, e pode ter um impacto prejudicial em nosso negócio e nos resultados operacionais.

EPTE/CTEEP - CETEMEQ

Como resultado da cisão da Eletropaulo-Eletricidade, assumimos algumas de suas dívidas e estamos atualmente envolvidos em alguns processos que contestam essas assunções de dívida. Um destes processos está relacionado à nossa obrigação de adquirir o edifício denominado Cetemeq de acordo com um contrato com a Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica – EPTE (que posteriormente foi incorporada pela CTEEP). Em 31 de dezembro de 2004, estabelecemos uma provisão para este processo judicial no valor de R\$ 57 milhões. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

PROCESSOS AMBIENTAIS

Somos réus em três processos judiciais relacionados a questões ambientais visando ao impedimento de algumas de nossas linhas de transmissão e subtransmissão e projetos de

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

construção de instalações, instaurados por certas associações de moradores e outras instituições. Os processos se baseiam no argumento de que os projetos de construção aumentariam as emissões de campos eletromagnéticos e, portanto, seriam prejudiciais à saúde humana. Como consequência, duas de nossas construções estão atualmente em suspenso. Ingressamos com um recurso, que ainda aguarda julgamento. A despeito do resultado de qualquer desses processos judiciais, nossa administração acredita que não haverá nenhum efeito prejudicial relevante aos nossos negócios ou à nossa situação financeira como resultado desses processos.

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NA ANEEL

Fomos multados pela ANEEL no montante aproximado de R\$ 10,2 milhões por ter realizado operações com partes relacionadas que, segundo a ANEEL deveriam ter sido previamente aprovadas por tal agência. Tais operações são: (i) a constituição de subsidiárias, incluindo a Metropolitana Overseas e a Comercial Exportadora; (ii) a concessão de garantia para a dívida da Metropolitana Overseas; (iii) a realização de um empréstimo de US\$ 30 milhões para a Metropolitana Overseas; e (iv) a concessão de garantia da Comercial Exportadora na emissão de notas no mercado internacional lideradas pelo BankBoston N.A. em dezembro de 2000, de US\$ 350 milhões, que foi renegociado na Reestruturação da Dívida de 2004 e que possui o valor de aproximadamente US\$ 43,8 milhões de títulos no mercado. A ANEEL também nos notificou exigindo a liquidação ou alienação de nossas subsidiárias, incluindo a Metropolitana Overseas e a Comercial Exportadora. Nós apresentamos recurso administrativo contra a imposição de tais multas e as demais exigências feitas pela ANEEL, e pretendemos contestar judicialmente, se necessário.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – SIEESP

O Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo – SIEESP, ingressou com um processo contra o Governo Federal e a Eletrobrás, contestando a obrigação de depositar mensalmente a Reserva Geral de Reversão, ou RGR, nas contas da Eletrobrás, conforme o disposto na Lei nº. 5.655/71 e na Lei nº. 8.631/93. A decisão inicial foi proferida contra o SIEESP e exigiu que o SIEESP pagasse tarifas num valor equivalente a R\$ 122,2 milhões em junho de 2004. O SIEESP apelou da decisão. No caso de uma decisão desfavorável, qualquer obrigação eventual será imposta inicialmente ao SIEESP, que poderá, então, nos solicitar indenização proporcional. O efeito de uma decisão desfavorável pode ter um impacto prejudicial sobre nosso negócio e os resultados de nossas operações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

AÇÕES CÍVEIS

Somos parte de aproximadamente 11.600 disputas cíveis, principalmente relacionadas a pedidos de indenização e reclamações de clientes. Estamos no processo de avaliar os fatos, reclamações e pedidos de indenização, que nos permitirá avaliar mais precisamente nossas possíveis contingências e determinar as quantias reais envolvidas. A despeito do resultado de qualquer desses processos, nossa administração acredita que não teremos um efeito prejudicial relevante sobre nosso negócio ou situação financeira como resultado destes processos judiciais.

Além disso, somos parte de alguns processos iniciados alguns anos atrás em relação à nossa privatização. Naquela ocasião, determinados segmentos da população brasileira se opuseram à privatização de empresas de infra-estrutura e diversas privatizações foram questionadas em juízo. Com base no fato de que nenhuma das empresas privatizadas sofreu conseqüências relevantes como resultado desse litígio, acreditamos que o efeito final destes processos não terá um impacto prejudicial relevante sobre nossa situação financeira ou os resultados de nossas operações.

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

ACORDO DE ACIONISTAS DA BRASILIANA ENERGIA S.A.

AES HOLDINGS BRASIL LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, 40, 13º andar, parte, , inscrita no CNPJ sob o nº. 05.692.190/0001-79 neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente AES BRASIL; BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Bancário Sul, Conjunto 1, Bloco E, Edifício BNDES - 13º andar, e escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 100, 20º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.383.281/0001-09, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente BNDESPAR; Quando referidos os acima, em conjunto, serão denominados "PARTES", quando individualmente e indistintamente, serão denominados "PARTE". e como INTERVENIENTES ANUENTES: (i) THE AES CORPORATION, sociedade com sede nos Estados Unidos da América, na cidade de Arlington, Estado da Virginia, na North 19th Street, nº 1001, suite 2000, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES CORP; (ii) AES INTERNATIONAL HOLDINGS II, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, na cidade de Road Town, Ilha de Tortola, na Wickhams Cay, CITCO B.V.I. Limited, P.O. Box 662, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.680.409/001-10, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES INTERNATIONAL HOLDINGS II LTD;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

2

(iii) AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS LTD; (iv) AES TRANSGAS I, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.699.387/0001-30, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES TRANSGAS I LTD; (v) AES TRANSGAS II LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.700.113/0001-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES TRANSGAS II LTD; (vi) AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.726.035/0001-26, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente, AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD; (vii) AES CAYMAN I, sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES CAYMAN I; (viii) AES CAYMAN II, sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES CAYMAN II; (ix) AES TREASURE COVE, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

3

One, West Bay Road, P.O. Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES TREASURE COVE LTD; (x) AES CORAL REEF, LLC, sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES CORAL REEF LLC; (xi) AES INTERNATIONAL HOLDINGS III LTD, sociedade com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, CITCO Building, Wickman's Cay, Road Town, Tortola, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES INTERNATIONAL HOLDINGS III LTD; (xii) AES BRIDGE I, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES BRIDGE I LTD; (xiii) AES BRIDGE II, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES BRIDGE II LTD; (xiv) AES URUGUAIANA, INC., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Leward One Building, Safe Haven Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.642.536/0001-24, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES URUGUAIANA INC; (xv) AES COMMUNICATIONS LATIN AMERICA INC sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES COMMUNICATIONS LATIN AMERICA;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

4

(xvi) AES TIETE HOLDINGS, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES TIETE HOLDINGS LTD; (xvii) AES TIETE HOLDINGS II, LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES TIETE HOLDINGS II LTD; (xviii) AES IHB CAYMAN LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente IHB; (xix) AES BRAZILIAN HOLDINGS LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman, na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente AES BRAZILIAN HOLDINGS LTD; (xx) AES BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS LTDA, , sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, 13º, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.227.773/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente, AES BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS LTDA; (xxi) AES GUAÍBA II EMPREENDIMENTOS LTDA, sociedade limitada com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dona Laura nº 320, 14º andar, Sala C, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.318.511/0001-81, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente, AES GUAÍBA; (xxii) AES TIETE PARTICIPAÇÕES S.A., nova denominação da AES Tiete Participações Ltda., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo,

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

5

Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, 12995 – 18º andar – sala S, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.616.184/0001-07, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente, AES TIETE PARTICIPAÇÕES; (xxiii) AES TIETE EMPREENDIMENTOS S.A., nova denominação da AES Tiete Ltda., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, 12995 – 18º andar – sala A, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.670.218/0001-89, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente, AES TIETE EMPREENDIMENTOS; (xxiv) ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A. sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, 12995 – 17º andar, conj. 171-b – sala L, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.128.563/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente, ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES; (xxv) AES ELPA S.A. sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40 – 16º andar, no bairro Brooklin Novo, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.917.705/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente AES ELPA; (xxvi) AES TRANSGAS EMPREENDIMENTOS S.A. nova denominação da AES Transgas Empreendimentos Ltda., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40 – 17º andar, no bairro Brooklin Novo, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.625.222/0001-25, neste ato representada na forma de seu, doravante denominada simplesmente, AES TRANSGAS; (xxvii) AES FORÇA EMPREENDIMENTOS LTDA sociedade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. do Contorno, nº 8000, Sala 1108, no bairro do Lourdes, inscrita no CNPJ sob o nº 01.753.125/0001-55, neste ato representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente, AES FORÇA;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

6

(xxviii) AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO S.A., nova denominação da AES Communications Rio de Janeiro Ltda., sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro, na Av. Marechal Câmara, nº 19 – 6º andar, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.720.349/0001-23, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente, AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO; (xxix) METROPOLITANA OVERSEAS II LTD., sociedade com sede nas Ilhas Cayman , na Ilha Grand Cayman, Citco Trustee (Cayman) Limited, Corporate Centre, Windward One, West Bay Road, P.O Box 31106 SMB, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente METROPOLITANA OVERSEAS; (xxx) ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha,, nº 100, Bloco B, 1_º andar, Brooklin Novo inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.875.211/0001-01, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES; (xxxi) LOGESTIC.COM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 247, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.241.221/0001-02, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente LOGESTIC; (xxxii) ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vinte e Cinco de Julho, 284 a 320, Santa Efigênia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.886.684/0001-69, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA; (xxxiii) AES MINAS PCH LTDA., sociedade limitada com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. do Contorno nº 8000, Sala 1108, no bairro do Lourdes, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.825.696/0001-46, neste ato

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

7

representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente AES MINAS; (xxxiv) AES AMERICAS PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas, nº 12.995, 17º andar, no bairro Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.120.692/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente AES AMERICAS; (xxxv) ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, nº 40 – 13º ao 17º andares, no bairro do Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente ELETROPAULO; (xxxvi) AES TIETE S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, nº 40 – 18º andar, no bairro do Brooklin Novo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.998.609/0001-27, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente, AES TIETE; (xxxvii) AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A., nova denominação da AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Prof. José Lannes, nº 40 – 17º andar, no bairro Brooklin Novo, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.625.222/0001-25, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada simplesmente AES URUGUAIANA e (xxxviii) BRASILIANA ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Professor José Lannes, nº 40, 14º andar, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.482.166/0001-05, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada BRASILIANA.CONSIDERANDO QUE:

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

8

(i) em 08.09.03 a BNDESPAR, o BNDES, a AES CORP, AES ELPA, AES TRANSGAS e as demais integrantes do GRUPO AES celebraram um Memorando de Entendimentos (Memorando de Entendimentos) com o objetivo de estabelecer as condições para a superação das disputas existentes relacionadas à inadimplência da AES ELPA e AES TRANSGÁS quanto às obrigações assumidas por ocasião da aquisição das ações ordinárias e preferenciais da ELETROPAULO; (ii) a AES CORAL REEF LLC transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 5.934.265.997 ações ordinárias de emissão da AES ELPA, correspondentes a 42,31% do total das ações ordinárias; (iii) a AES TREASURE COVE LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 4.494.541.687 ações ordinárias de emissão da AES ELPA, correspondentes a 32,04% do total das ações ordinárias; (iv) a AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 1.944.640.681 ações ordinárias de emissão da AES ELPA, correspondentes a 13,86% do total das ações ordinárias; (v) a BRASILIANA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação ordinária de emissão da ELPA, de sua propriedade; (vi) a BRASILIANA é titular de 12.373.448.364 ações ordinárias de emissão da AES ELPA, correspondentes a 88,21% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social votante da AES ELPA; (vii) a AES ELPA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação ordinária de emissão da ELETROPAULO, de sua propriedade; (viii) a AES TRANSGAS I LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 847.347.242 ações ordinárias de emissão da AES TRANSGAS, correspondentes a 99,99% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social e votante da AES TRANSGAS; (ix) a AES TRANSGAS II LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 01 (uma) ação ordinária de emissão da AES TRANSGAS de sua propriedade;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

9

(x) a BRASILIANA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação ordinária de emissão da AES TRANSGAS de sua propriedade; ; (xi) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES TRANSGAS, correspondentes a 100% do total das ações, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES TRANSGAS; (xii) a AES ELPA é titular de 12.956.450.380 ações ordinárias de emissão da ELETROPAULO, correspondentes a 77,81% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social votante da ELETROPAULO; (xiii) a AES ELPA é titular de 52.814.658 ações ordinárias de emissão da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO, correspondentes a 99,9999% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social e votante da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO; (xiv) AES BANDEIRANTES alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação de emissão da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO de sua propriedade; (xv) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO, correspondentes a 100% do total das ações ordinárias, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO; (xvi) a AES TRANSGAS é titular de 15.820.231.746 ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO, correspondentes a 62,82% do total das ações preferenciais e 37,81% do capital total da ELETROPAULO; (xvii) a AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD transferiu para a BRASILIANA, em integralização de capital, 1.858.601.208 as ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO, correspondentes a 7,38% do total das ações preferenciais e 4,44% do capital total; (xviii) a BNDESPAR é titular de 251.222.200 ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO, correspondentes a 1,00% do total das ações preferenciais;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

10

(xix) a ELETROPAULO é titular da totalidade das ações de emissão da METROPOLITANA OVERSEAS, o que lhe confere a totalidade do capital social e votante da METROPOLITANA OVERSEAS; (xx) a ELETROPAULO é titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da LOGESTIC, o que lhe confere a totalidade do capital social e votante da LOGESTIC; (xxi) a ELETROPAULO é titular de 39.609.942 quotas de emissão da ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES, o que lhe confere 99,99% do capital social da ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES; (xxii) a ELETROPAULO é titular de 499 quotas de emissão da ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA, o que lhe confere 99,99% do capital social da ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA; (xxiii) a AES CORP transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, todos os direitos (abrangendo os patrimoniais e políticos) inerentes à propriedade 992 ações de emissão da AES TIETE HOLDINGS LTD, correspondentes a 99,0% do total das ações, que se encontram sujeitas aos termos do Stock Pledge Agreement, datado de 15.05.01; (xxiv) AES COMMUNICATIONS LATIN AMERICA INC transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, todos os direitos (abrangendo os patrimoniais e políticos) inerentes à propriedade de 10 ações de emissão da AES TIETE HOLDINGS LTD, correspondentes a 1,00% do total das ações, que se encontram sujeitas aos termos do Stock Pledge Agreement, datado de 15.05.01; (xxv) BRASILIANA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, todos os direitos (abrangendo os patrimoniais e políticos) inerentes à propriedade de 01 (uma) ação de emissão da AES TIETE HOLDINGS LTD, de sua propriedade que se encontram sujeitas aos termos do Stock Security Agreement, datado de 15.05.2001; (xxvi) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares de todos os direitos (abrangendo os patrimoniais e políticos) inerentes à propriedade da totalidade das ações de emissão da AES TIETE HOLDINGS LTD., correspondentes a 100% do total

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

11

das ações emitidas, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES TIETE HOLDINGS LTD; (xxvii) a AES TIETE HOLDINGS LTD é titular da totalidade das ações de emissão da AES TIETE HOLDINGS II LTD, correspondentes a 100% do capital social e votante da AES TIETE HOLDINGS II LTD; (xxviii) a AES TIETE HOLDINGS LTD é titular de 999 ações ordinárias de emissão da AES TIETE PARTICIPAÇÕES, correspondentes a 99,9999% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social e votante da AES TIETE PARTICIPAÇÕES; (xxix) a AES TIETE HOLDINGS II LTD é titular de 01 ação ordinária, de emissão da AES TIETE PARTICIPAÇÕES; (xxx) a AES TIETE HOLDINGS LTD é titular de 552.743.662 ações ordinárias de emissão da AES TIETE EMPREENDIMENTOS, correspondentes a 99,9999% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social e votante da AES TIETE EMPREENDIMENTOS; (xxxi) a AES TIETE HOLDINGS II LTD é titular de 01 ação ordinária, de emissão da AES TIETE EMPREENDIMENTOS; (xxxii) a AES TIETE HOLDINGS LTD e a TIETE HOLDINGS II LTD são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES TIETE EMPREENDIMENTOS, correspondentes a 100% do total das suas ações ordinárias, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES TIETE EMPREENDIMENTOS; (xxxiii) a AES TIETE HOLDINGS LTD e a TIETE HOLDINGS II LTD são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES TIETE PARTICIPAÇÕES, correspondentes a 100% do total das suas ações ordinárias, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES TIETE PARTICIPAÇÕES; (xxxiv) a AES TIETE EMPREENDIMENTOS é titular de 29.911.487.733 ações ordinárias de emissão da AES TIETE, correspondentes a 61,66% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital votante da AES TIETE;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

12

(xxxv) a AES TIETE EMPREENDIMENTOS é titular de 6.321.277.080 ações preferenciais de emissão da AES TIETE, correspondentes 14,01% do total das ações preferenciais da AES TIETE; (xxxvi) a AES TIETE EMPREENDIMENTOS é titular da totalidade das ações de emissão da IHB, correspondentes à totalidade do capital social e votante da IHB; (xxxvii) a AES TIETE PARTICIPAÇÕES é titular de 4.684.417.090 ações ordinárias de emissão da AES TIETE, correspondentes a 9,62% do total das ações ordinárias da AES TIETE; (xxxviii) a AES TIETE é titular de 6.489.999 quotas de emissão da AES MINAS, o que lhe confere 99,99% do capital social da AES MINAS; (xxxix) a AES BRIDGE I LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 41.224.100 ações ordinárias de emissão da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, correspondentes a 99,9999% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social votante da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES; (xl) a AES BRIDGE II LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 01 ação ordinária de emissão da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES; (xli) a BRASILIANA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação ordinária de emissão da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, de sua propriedade; (xlii) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, correspondentes a 100% do total das ações emitidas, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES; (xlili) a ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES é titular de 8.139.170.967 ações preferenciais de emissão da AES TIETE, correspondentes a 18,04% do total das ações preferenciais;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

13

(xlv) AES TIETE EMPREENDIMENTOS alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação ordinária de emissão da AES TIETE, de sua propriedade; (xlv) AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS LTD capitalizou, em 22.12.03, seus créditos em face da AES URUGUAIANA INC, no valor de US\$ 67.420.612,00, acrescido dos respectivos encargos contratuais, sem emissão de novas ações da AES URUGUAIANA INC; (xlvii) AES URUGUAIANA INC emitiu, nesta data, 01 ação de seu capital social, a qual foi subscrita e integralizada pela BNDESPAR; (xlvii) a AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS LTD transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital, 1.000 ações de emissão da AES URUGUAIANA INC, correspondentes a 99,99% do total das ações, o que confere à BRASILIANA a maioria absoluta do capital social votante da URUGUAIANA INC; (xlviii) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares da totalidade das ações de emissão da AES URUGUAIANA INC, correspondentes a 100% do total das ações, o que lhes confere a totalidade do capital social e votante da AES URUGUAIANA INC; (xlix) a AES URUGUAIANA INC é titular, de 1.934.593 ações ordinárias de emissão da AES URUGUAIANA, correspondentes a 99,9999% do total das ações ordinárias, o que lhe confere a maioria absoluta do capital social votante da AES URUGUAIANA; (l) a AES INTERNATIONAL HOLDINGS II LTD alienou, nesta data, para a BRASILIANA, 01 (uma) ação de emissão da AES URUGUAIANA de sua propriedade; (li) a BRASILIANA alienou, nesta data, para a BNDESPAR, 01 (uma) ação de emissão da AES URUGUAIANA, de sua propriedade (lii) a BRASILIANA e a BNDESPAR são titulares da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES URUGUAIANA, correspondentes a 100% do total das ações ordinárias, o que lhes confere a totalidade do capital social evotante da AES URUGUAIANA;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

14

(liii) a AES URUGUAIANA INC é a única titular de direitos relativos a todas as notas emitidas pela AES URUGUAIANA, nos termos dos *Long Term Floating Rate Instrument* emitidos em 1999, cujo valor principal é de US\$ 291.752.746,00 e que será acrescido dos respectivos encargos contratuais, como parte do financiamento para construção, operação e manutenção da usina termelétrica da AES URUGUAIANA; (liv) a AES CORP transferiu, para a CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD, que, por sua vez transferiu, em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital social, seus créditos em face da AES ELPA, no valor de R\$ 80.023.095,00, acrescido dos respectivos encargos contratuais originários do empréstimo realizado pela AES CORP à ELPA, em 15.04.02, conforme registrado no Banco Central do Brasil sob o Certificado Firce número TA1/00000/74530, abrangendo a referida transferência todos os direitos, prerrogativas e garantias assegurados contratualmente, tornando-se a BRASILIANA, a partir daquela data a única e legítima titular dos direitos cedidos e, portanto, credora da AES ELPA; (lv) AES FORÇA transferiu em 22.12.03, para a BRASILIANA, em integralização de capital social, seus créditos em face da AES ELPA, no valor de R\$ 78.173.103,11, acrescido dos respectivos encargos contratuais, originários dos adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme instrumento datado de 01.06.02, abrangendo a referida transferência todos os direitos, prerrogativas e garantias assegurados contratualmente, tornando-se a BRASILIANA, a partir daquela data a única e legítima titular dos direitos cedidos e, portanto, credora da AES ELPA; (lvi) AES CORP, AES INTERNATIONAL HOLDINGS II LTD, AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS LTD, AES TRANSGAS I LTD, AES TRANSGAS II LTD, AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II LTD, AES CAYMAN I, AES CAYMAN II, AES TREASURE COVE LTD, AES CORAL REEF LLC, AES INTERNATIONAL HOLDINGS III LTD, AES BRIDGE I LTD, AES BRIDGE II LTD., , AES COMMUNICATIONS LATIN AMERICA, AES, AES BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS e AES BRAZILIAN

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

15

HOLDINGS, suas controladoras e coligadas (exceto AES BRASIL) fazem parte de um mesmo grupo econômico, sendo que todas, quando em conjunto, doravante serão denominadas como GRUPO AES; (lvii) a AES CORP é a líder do GRUPO AES, exercendo, direta ou indiretamente o controle sobre as demais sociedades que compõem o GRUPO AES; (lviii) o GRUPO AES exerce, direta ou indiretamente o controle sobre a AES BRASIL; (lix) as sociedades que compõem o GRUPO AES transferiram, na presente data, para a AES BRASIL, em integralização de capital, 300.000.001 ações ordinárias de emissão da BRASILIANA, correspondentes a totalidade da participação acionárias que possuíam na BRASILIANA; (lx) as sociedades que compõem o GRUPO AES, à exceção da AES FORÇA, transferirão para a AES BRAZILIAN HOLDINGS LTD, em integralização de capital, todas as ações de emissão da AES BRASIL que possuem; (lxi) a BNDESPAR subscreveu aumento de capital na BRASILIANA, correspondente a 300.000.000 ações ordinárias e 50.000.000 preferenciais, e integralizou o capital mediante a conversão de créditos possuídos contra a BRASILIANA no valor de R\$1.761.464.818,31; (lxii) as PARTES são titulares da totalidade do capital social da BRASILIANA, de R\$ 3.701.788.864,91, divididos em 600.000.001 ações ordinárias e 50.000.006 ações preferenciais, todas escriturais, que se distribuem entre as PARTES, como segue:

Nome Ações ordinárias ações preferenciais

AES BRASIL 300.000.001 06

BNDESPAR 300.000.000 50.000.000

Total 600.000.001 50.000.006

(lxiii) a AES BRASIL é titular, nesta data, de 300.000.001 ações ordinárias de emissão da BRASILIANA, o que lhe confere a maioria absoluta do capital votante da BRASILIANA;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

16

(Ixiv) AES GUAÍBA é titular de 261.135.000 ações ordinárias de emissão da AES SUL DISTRIBUIDORA GAÚCHA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima com sede na cidade de porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua.Dona Laura n 320, 14 andar -, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.016.440/0001-62, doravante denominada simplesmente, AES SUL, correspondentes a 94,28% do capital votante da AES SUL; (I xv) AES GUAÍBA é titular de 257.770.000 ações preferenciais de emissão da AES SUL, correspondentes a 99,06% das ações preferenciais da AES SUL; (I xvi) o total de ações de titularidade da AES GUAÍBA correspondem a 96,59% do capital do total da AES SUL; (I xvii) a AES GUAÍBA e a BRASILIANA celebraram em 22.12.03, Contrato de Opção de Compra das Ações da AES SUL (Contrato de Opção de Compra das Ações da AES SUL) pelo qual foi outorgada à BRASILIANA uma opção de compra de 261.135.000 ações ordinárias e 257.770.000 ações preferenciais de emissão da AES SUL, , de sua propriedade, a ser exercida conforme estabelecido no Contrato de Opção de Compra das Ações da AES SUL, mediante o pagamento de R\$ 1,00 (um real) para a aquisição de todas as ações de emissão da AES SUL referidas neste item; (I xviii) a BRASILIANA detém, diretamente e indiretamente, o controle acionário da ELETROPAULO, da AES TIETE e da AES URUGUAIANA, as quais, doravante, quando em conjunto, serão denominadas como SOCIEDADES OPERACIONAIS; (I xix) o Estatuto Social da BRASILIANA estabelece que a mesma tem por objeto específico o controle acionário das SOCIEDADES OPERACIONAIS, mediante a participação direta ou indireta no capital das SOCIEDADES OPERACIONAIS e que a BRASILIANA não poderá assumir obrigações ou dívidas de qualquer natureza que não as debêntures conversíveis (Debêntures) em ações ordinárias da BRASILIANA, objeto da 1ª Emissão de Debêntures da BRASILIANA, realizada em 22 de dezembro de 2003 e a Confissão de Dívida (Confissão de Dívida) celebrada junto à BNDESPAR, em 22 de dezembro de 2003;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

17

(lxx) a escritura de emissão das Debêntures apresenta como garantia o penhor dos seguintes títulos e direitos: (a) 12.373.448.365 ações ordinárias de emissão da AES ELPA, de propriedade da BRASILIANA; (b) 847.347.242 ações ordinárias de emissão da AES TRANSGAS, de propriedade da BRASILIANA; (c) 12.956.450.381 ações ordinárias de emissão da ELETROPAULO, de propriedade da AES ELPA;; (d) 15.820.231.746 ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO, de propriedade da AES TRANSGAS; (e) 1.858.601.208 as ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO, de propriedade da BRASILIANA; (f) 41.224.100 ações ordinárias de emissão da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, de propriedade da BRASILIANA; (g) 1.000 ações de emissão da AES URUGUAIANA INC, de propriedade da BRASILIANA; (h) 1.934.593 ações ordinárias de emissão da AES URUGUAIANA, de propriedade da AES URUGUAIANA INC; (i) direitos creditórios relativos às notas emitidas pela AES URUGUAIANA, nos termos dos *Long Term Floating Rate Instrument* emitidos em 1999, cujo valor principal é de US\$ 291.752.746,00 e que será acrescido dos respectivos encargos contratuais, de titularidade da AES URUGUAIANA INC;; e (j) todos os direitos patrimoniais recebidos pelos titulares das ações empenhadas, elencadas nos itens "a" a "h"; (lxxi) a BRASILIANA detém, diretamente ou indiretamente, o controle acionário das SOCIEDADES OPERACIONAIS, da AES ELPA, da AES TRANSGAS, da AES TIETE HOLDINGS LTD, da AES TIETE HOLDINGS II LTD, da AES URUGUAIANA INC, da IHB, da AES TIETE EMPREENDIMENTOS, da AES TIETE PARTICIPAÇÕES, da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO, da METROPOLITANA OVERSEAS, da ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES, da ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA, e da AES MINAS; (lxxii) as PARTES desejam regular as relações entre elas como acionistas da BRASILIANA e, indiretamente das SOCIEDADES OPERACIONAIS, da AES ELPA, da AES TRANSGAS, da AES TIETE HOLDINGS LTD, da AES TIETE HOLDINGS II LTD, da AES URUGUAIANA INC, da IHB, da AES

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

18

TIETE EMPREENDIMENTOS, da AES TIETE PARTICIPAÇÕES, da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO, da METROPOLITANA OVERSEAS, da ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES, da ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA, da AES MINAS, e de outras sociedades que sejam ou venham a ser controladas, direta ou indiretamente pela BRASILIANA (doravante designadas as SOCIEDADES OPERACIONAIS, AES ELPA, AES TRANSGAS, AES TIETE HOLDINGS LTD, AES URUGUAIANA INC, IHB, AES TIETE EMPREENDIMENTOS, AES TIETE PARTICIPAÇÕES, ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO e as outras sociedades que sejam ou venham a ser controladas, direta ou indiretamente, pela BRASILIANA, quando, em conjunto, como SOCIEDADES CONTROLADAS), no que se refere ao exercício, em especial: (a) do direito de voto pelas PARTES nas assembléias gerais de acionistas da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS; (b) dos poderes de administração dos membros dos conselhos de administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS; (c) do poder de controle sobre a BRASILIANA e sobre as SOCIEDADES CONTROLADAS; e (d) dos direitos de cada PARTE nas alienações de ações de emissão da BRASILIANA de que a outra PARTE seja titular; (lxxiii) as SOCIEDADES CONTROLADAS não possuem Regimento Interno para o Conselho de Administração e somente a ELETROPAULO e a AES TIETE têm Regimento Interno para o Conselho Fiscal, cujo prazo expirará em 30.04.03; (lxxiv) a AES CORP declara e garante que nenhum contrato firmado pelas SOCIEDADES CONTROLADAS poderá ter as suas condições tornadas mais onerosas em função dos termos e condições previstas neste instrumento, em especial dos direitos conferidos à BNDESPAR; (lxxv) as integrantes do GRUPO AES declaram e garantem que as SOCIEDADES CONTROLADAS não possuem quaisquer obrigações, atuais ou contingentes, perante as integrantes do GRUPO AES ou empresas sob o seu controle, e que as SOCIEDADES CONTROLADAS não prestaram nenhuma garantia, inclusive

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

19

aval ou fiança, sobre obrigações das integrantes do GRUPO AES ou empresas sob o seu controle; RESOLVEM as PARTES, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar o presente instrumento, doravante denominado Acordo de Acionistas, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente Acordo de Acionistas tem por objeto a definição de regras específicas sobre: (i) direito de preferência na aquisição de ações da BRASILIANA e outros direitos relacionados à transferência de ações; (ii) exercício de direito de voto na BRASILIANA e nas SOCIEDADES CONTROLADAS; e (iii) as relações entre as PARTES, regulando o controle da BRASILIANA, e, bem assim, o exercício do controle sobre as SOCIEDADES CONTROLADAS.

1.1.1 As PARTES reconhecem que este Acordo de Acionistas estabelece os direitos e obrigações do acionista controlador da BRASILIANA, com vistas a proteger os direitos dos acionistas minoritários da BRASILIANA.

1.2. As PARTES declaram e reconhecem que o presente Acordo de Acionistas visa a regular as suas relações na qualidade de acionistas da BRASILIANA e também o exercício de sua participação indireta, através desta, nas SOCIEDADES CONTROLADAS.

1.3. Todas as disposições deste Acordo de Acionistas aplicam-se à BRASILIANA e às SOCIEDADES CONTROLADAS. Para esse propósito, as PARTES devem adotar todas as medidas necessárias, de modo que tais disposições sejam aplicáveis às SOCIEDADES CONTROLADAS.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

20

1.4. As PARTES e a BRASILIANA adotarão, em até 30 dias contados da data de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL da transferência do controle acionário das SOCIEDADES CONTROLADAS para a BRASILIANA, todas as medidas cabíveis para que sejam adaptados os regimentos dos órgãos de administração, estruturas organizacionais e os estatutos sociais das SOCIEDADES CONTROLADAS e da BRASILIANA, de sorte a estabelecer mecanismos adequados para implementação do pactuado neste Acordo de Acionistas. O Anexo 1.4 ao presente Acordo de Acionistas contém a descrição das reformas a serem implementadas nos estatutos sociais das SOCIEDADES CONTROLADAS.

1.4.1. Os estatutos sociais da AES TRANSGÁS, AES URUGUAIANA INC, AES TIETE HOLDINGS LTD, TIETE HOLDINGS II LTD, AES TIETE EMPREENDIMENTOS, TIETE PARTICIPAÇÕES, e da ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES, estabelecerão que as mesmas têm por objeto específico a participação direta ou indireta no capital das SOCIEDADES OPERACIONAIS e que não poderão assumir obrigações ou dívidas de qualquer natureza, exceto se aprovadas nas Reuniões Prévias, conforme estabelecido neste Acordo de Acionistas no item 3.1 e seguintes.

1.5. As PARTES concordam que os seguintes princípios deverão orientar as decisões e os votos por elas adotadas ou proferidos na BRASILIANA e que deverão prover que a eles se conformem as SOCIEDADES CONTROLADAS:

(i) a administração das SOCIEDADES CONTROLADAS deverá buscar sempre elevados níveis de eficiência, produtividade, competitividade e qualidade na prestação de serviços;

(ii) atendimento das obrigações relacionadas à concessões, permissões ou autorizações outorgadas às SOCIEDADES CONTROLADAS;

(iii) maximização da rentabilidade do capital, por meio do pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio pela BRASILIANA e pelas SOCIEDADES CONTROLADAS;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

21

(iv) a BRASILIANA e as SOCIEDADES CONTROLADAS devem ser administradas atendendo aos mais altos padrões de governança corporativa;

(v) a BRASILIANA deverá se tornar uma companhia aberta em até 180 dias contados da data de aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL da transferência do controle acionário das SOCIEDADES CONTROLADAS para BRASILIANA;

(vi) as SOCIEDADES OPERACIONAIS deverão prestar os serviços a que se destinam, em atendimento aos padrões exigidos pelo órgão regulador.

1.5.1. O prazo de 180 dias previsto no item 1.5(v) acima poderá ser prorrogado caso fique comprovado que o deferimento do registro da BRASILIANA como companhia aberta não foi obtido em razão de fato fora do controle da BRASILIANA.

CLÁUSULA SEGUNDA - AÇÕES VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTA

2.1 Estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da BRASILIANA, de propriedade das PARTES na data da sua celebração, bem como aquelas ações ordinárias e preferenciais que venham a ser adquiridas por elas, a qualquer título, inclusive aquelas resultantes de desdobramentos ou bonificações das ações, pelo que ficam as ações sujeitas a todas as estipulações constantes do presente instrumento (doravante designadas Ações Vinculadas).

2.1.1. Ficarão também vinculadas ao presente Acordo de Acionistas as ações que a BRASILIANA detém ou venha a deter, direta ou indiretamente, nas SOCIEDADES CONTROLADAS, assim como 01 (uma) ação ordinária que a BNDESPAR detém em cada uma das SOCIEDADES CONTROLADAS.

2.1.2. Ficam excluídas do presente Acordo de Acionistas as 251.222.200 ações preferenciais de emissão da ELETROPAULO possuídas pela BNDESPAR, assim como

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

22

outras de qualquer classe ou espécie que a BNDESPAR venha a adquirir nas SOCIEDADES CONTROLADAS.

2.1.3. As ações preferenciais de emissão da BRASILIANA não têm e não adquirirão, qualquer que seja a circunstância, o direito de voto. Referidas ações preferenciais terão: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) farão jus a dividendos em igualdade de condição com as ordinárias; e (iii) direito de exigir que sejam adquiridas nas mesmas bases e condições de alienação das ações ordinárias, na forma do item 5.4 abaixo.

2.2. As PARTES obrigam-se a não transferir, ceder, onerar, gravar, ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, a totalidade ou parte de suas Ações Vinculadas ou dos direitos de subscrição correspondentes a tais ações, exceto nos termos previstos neste Acordo de Acionistas. Ficam ressalvadas das obrigações previstas neste item: (i) as ações das SOCIEDADES CONTROLADAS que estiverem caucionadas para garantir o pagamento das Debêntures; (ii) as ações de emissão da AES TIETE, AES TIETE EMPREENDIMENTOS, AES TIETE PARTICIPAÇÕES e a TIETE HOLDINGS LTD, no que se refere à dívida IHB, conforme instrumento firmado em 15.05.2001, até o momento em que houver a liberação dos gravames atuais, quando então passarão a constituir garantias para o pagamento das Debêntures e (iii) a transferência de uma ação da BRASILIANA e de cada uma das SOCIEDADES CONTROLADAS aos membros dos seus respectivos Conselhos de Administração indicados pelas PARTES, ações estas que continuarão vinculadas a este Acordo de Acionistas.

2.2.1 Os integrantes do GRUPO AES que possuam direta ou indiretamente ações da AES BRASIL estarão sujeitos às obrigações previstas no item 2.2 acima.

2.3. A transferência, cessão, oneração, gravame ou alienação das Ações Vinculadas com infração ao disposto nesta Cláusula, será nula de pleno direito, obrigando-se a BRASILIANA, as PARTES e as SOCIEDADES CONTROLADAS a não praticar qualquer ato ou efetuar qualquer registro que infrinja as normas aqui estabelecidas.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

23

2.4. À BNDESPAR é facultado o direito de desvincular deste Acordo de Acionistas Ações Vinculadas de sua propriedade, observado o disposto no item 5.8.1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

3.1. A deliberação, no âmbito de assembléia geral ou do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, acerca dos assuntos abaixo relacionados será determinada em reunião prévia (Reunião Prévia) realizada com observância do disposto no item 3.3 e seus subitens abaixo, e a aprovação das matérias deverá contar, obrigatoriamente, com o voto afirmativo da AES BRASIL e da BNDESPAR (ou seus respectivos sucessores e cessionários), sem o que tal deliberação será considerada como tendo sido rejeitada: a. (i) aprovação, no início de cada exercício, do Plano de Negócios Anual da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS (doravante designado simplesmente Plano de Negócios Anual aquele que tenha sido aprovado), os quais deverão compreender entre outros: (A) o orçamento anual e plurianual, (B) todos os planos de investimentos de capital, (C) os planos estratégicos; (D) os programas de manutenção de suas instalações; bem como as modificações do Plano de Negócios Anual, observando-se que a não aprovação do Plano de Negócios Anual, a partir do exercício de 2005 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do impasse, da previsão de orçamento anual e planos de investimentos, operação, manutenção e demais atividades estabelecidos para aquele exercício (cujo Plano de Negócios Anual não tenha sido aprovado) contidos no Plano de Negócios Quinquenal que tenha sido aprovado no exercício anterior pelas PARTES cujos valores serão corrigidos, para esse

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

24

efeito, pela variação do IGPM/FGV; (ii) aprovação, do Plano de Negócios Quinquenal da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS (designado simplesmente Plano de Negócios Quinquenal aquele que tenha sido aprovado) e suas revisões que deverão ocorrer no início de cada exercício social; e (iii) a aprovação do Plano de Negócios Anual do exercício de 2004 e do Plano Quinquenal relativo ao período 2004-2008; b. qualquer alteração nas diretrizes com relação à distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela BRASILIANA e pelas SOCIEDADES CONTROLADAS; diretrizes essas que têm por escopo a maximização do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pela BRASILIANA e pelas SOCIEDADES CONTROLADAS, consistentes com suas necessidades de liquidez, conforme refletido no Plano de Negócios Anual, bem como com relação à operação da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, em especial em atendimento aos padrões exigidos pelo órgão regulador em relação às SOCIEDADES OPERACIONAIS; c. a celebração de qualquer contrato, acordo ou instrumento que importe em disposição de bens ou direitos ou a assunção de obrigações de qualquer natureza pela BRASILIANA, a menos que especificado no seu Plano de Negócios Anual. d. (i) a venda, a locação, cessão, transferência ou outra disposição em qualquer ano fiscal, de qualquer ativo ou participação acionária das SOCIEDADES CONTROLADAS, sendo que em relação às SOCIEDADES OPERACIONAIS por um preço que exceda, conjunta ou separadamente, a: R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em relação à ELETROPAULO e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para AES TIETÊ e AES URUGUAIANA,

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

25

individualmente consideradas, ou (ii) a celebração de qualquer contrato que disponha sobre pagamentos ou recebimentos acima de: R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em relação à ELETROPAULO e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para AES TIETÊ e AES URUGUAIANA, individualmente consideradas, conjunta ou separadamente, exceto em qualquer hipótese deste item "d" (A) os especificados no Plano de Negócios Anual, (B) os contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros não relacionados às PARTES e (C) a alienação das ações de emissão da AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO, desde que: (C1) não realizada com partes relacionadas; e (C2) os recursos auferidos na alienação sejam integralmente distribuídos à BRASILIANA para posterior pagamento das Debêntures; e. a emissão de quaisquer documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários pela BRASILIANA ou pelas SOCIEDADES CONTROLADAS, pública ou particularmente, bem como a celebração de acordos ou emissão pela BRASILIANA ou pelas SOCIEDADES CONTROLADAS de quaisquer documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, ou de emissão da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS; f. quaisquer reduções de capital ou aumentos de capital da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS e as condições e critérios para subscrição de ações e prazos de integralização em quaisquer aumentos de capital, renúncia

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

26

ao direito de subscrição de aumentos de capital, ainda que indiretamente, das SOCIEDADES CONTROLADAS, que possam implicar perda de controle, bem como a criação de reservas/provisões ou disposições (tais como mudanças de critérios contábeis) que possam reduzir a importância de dividendos/juros sobre o capital próprio/lucros pagáveis aos acionistas; g. a celebração, pela BRASILIANA, de quaisquer acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza e a celebração de quaisquer contratos (e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos) com qualquer das PARTES ou qualquer controladora, controlada ou coligada de uma das PARTES e a resolução dos mesmos pela BRASILIANA, exceto: (i) quando acordado pelas PARTES e (ii) especificado no Plano de Negócios Anual; h. a celebração pelas SOCIEDADES CONTROLADAS de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza (e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos), com qualquer PARTE (ou partes relacionadas), bem como a celebração de acordos, transações, contratos de assistência técnica ou prestação de serviços com sociedades estrangeiras, exceto os: (i) acordados pelas PARTES; e (ii) especificados no Plano de Negócios Anual; i. a celebração pelas SOCIEDADES CONTROLADAS de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, instrumentos e/ou investimentos de capital, empréstimos, mútuos, outorga de garantias de qualquer natureza e a assunção de obrigações em nome de terceiros, sendo que em relação às SOCIEDADES OPERACIONAIS em um valor total anual superior, conjunta ou separadamente, a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em relação à ELETROPAULO e R\$

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

27

20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para AES TIETÊ e AES URUGUAIANA, individualmente consideradas, exceto os: (i) especificados no Plano de Negócios Anual; (ii) financiamentos e refinanciamentos das dívidas da ELETROPAULO e da TIETE existentes nesta data, referidos no Anexo 3.1.i, desde que sejam celebrados em até 45 dias contados da data de eficácia deste Acordo de Acionistas (conforme item 7.4) e (iii) contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros não relacionados às PARTES; j. a celebração pela BRASILIANA de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, instrumentos e/ou investimentos de capital, empréstimos, mútuos, outorga de garantias de quaisquer naturezas e a assunção de obrigações em nome de terceiros, exceto se tais atos forem parte ou de outro modo especificados pelo Plano de Negócios Anual que já tenha sido aprovado pelas PARTES; k. a liquidação, venda, transferência, alienação, hipoteca, oneração ou criação de qualquer gravame sobre qualquer ativo permanente da BRASILIANA não especificada pelo Plano de Negócios Anual; l. a liquidação, venda, transferência, alienação, hipoteca, oneração ou criação de qualquer gravame sobre qualquer ativo permanente das SOCIEDADES CONTROLADAS, não especificadas no Plano de Negócios Anual, sendo que em relação às SOCIEDADES OPERACIONAIS em um valor total anual superior a, conjunta ou separadamente, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em relação à ELETROPAULO e R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para AES TIETÊ e AES URUGUAIANA, individualmente consideradas;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

28

m. a aprovação de quaisquer modificações dos Estatutos Sociais da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS; na amortização, o resgate ou a compra de ações da BRASILIANA ou de suas SOCIEDADES CONTROLADAS para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como a posterior alienação das ações porventura mantidas em tesouraria; o. o requerimento para a instauração de processo administrativo ou o ajuizamento de ação pela BRASILIANA, independentemente do objeto dos mesmos; p. a aprovação das demonstrações financeiras anuais da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, as quais serão analisadas considerando o prazo legal, da contratação dos auditores independentes, da mudança de critérios contábeis, do relatório anual da administração e da destinação do resultado do exercício; q. qualquer destinação de recursos financeiros da BRASILIANA que não seja o pagamento de dividendos e/ou a liquidação/resgate de debêntures ou a realização de transações de hedge ou de swap cursadas na BM&F, e que não esteja prevista no Plano de Negócios Anual, exceto as despesas gerais e administrativas necessárias à manutenção e operação da BRASILIANA; r. a fusão, cisão ou incorporação, inclusive de ações, envolvendo a BRASILIANA e/ou suas SOCIEDADES CONTROLADAS, bem como a transformação destas em qualquer outro tipo societário;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

29

s. a associação da BRASILIANA, sob quaisquer formas, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio; t. o início de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência, concordata ou lei similar, a dissolução e a liquidação da BRASILIANA ou SOCIEDADES CONTROLADAS bem como a nomeação de um liquidante ou síndico; u. a prática de quaisquer atividades ou negócios fora dos objetos sociais da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, conforme definidos em seus respectivos Estatutos; v. a alteração da localização geográfica das sedes da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS; w. a fixação da remuneração global dos administradores da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, inclusive a aprovação e/ou outorga de planos de opções de compra de ações, participação nos lucros, bonificação, exceto se tais remunerações forem compatíveis com a média praticada pelo mercado; x. a aprovação e modificação dos regimentos internos dos Conselhos de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, assim como dos respectivos Conselhos Fiscais; y. a cessão dos direitos creditórios possuídos pela AES URUGUAIANA INC em relação à AES URUGUAIANA, nos termos dos *Long Terms Floating Rate Notes Instruments* emitidos em 1999;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

30

z. a revogação, alteração ou a não renovação do mandato outorgado: (i) pela BRASILIANA aos representantes indicados pela BNDESPAR e pela AES BRASIL, para representação junto à AES TIETE HOLDINGS LTD, na forma do item 3.4; (ii) pela AES TIETE HOLDINGS LTD aos representantes indicados pela BNDESPAR e pela AES BRASIL junto à AES TIETE EMPREENDIMENTOS e à AES TIETE PARTICIPAÇÕES, na forma do item 3.5, 3.1.1. As importâncias determinadas em Reais no item 3.1 acima serão ajustadas ao final de cada ano, de acordo com a variação do IGP-M/FGV. 3.2. As PARTES apenas votarão as matérias referidas no item 3.1 acima em assembléia geral da BRASILIANA se elas houverem sido aprovadas prévia e expressamente pela BNDESPAR e AES BRASIL em Reunião Prévia.

3.2.1. As deliberações dos Conselhos de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS sobre as matérias elencadas no item 3.1 acima serão precedidas, necessária e obrigatoriamente, de Reunião Prévia realizada na forma e para os fins estabelecidos no item 3.3. A aprovação das referidas matérias pelos Conselhos de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS dependerá do voto favorável da BNDESPAR e da AES BRASIL, manifestado expressamente na Reunião Prévia, sem o que tal deliberação será considerada como tendo sido rejeitada.

3.2.2. Os representantes da BRASILIANA nas assembléias gerais e reuniões dos conselhos de administração das SOCIEDADES CONTROLADAS, apenas aprovarão as matérias referidas no item 3.1 acima se elas houverem sido aprovadas, prévia e expressamente, pela BNDESPAR e pela AES BRASIL em Reunião Prévia.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

31

3.3. Qualquer das PARTES poderá solicitar, quando julgar conveniente, a realização de Reunião Prévia, antes de qualquer assembléia geral ou de qualquer reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, para debater e decidir aqueles assuntos que exijam sua manifestação conforme o item 3.1 acima, e estabelecer o voto comum em assembléia geral ou na reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS. As Reuniões Prévias somente serão realizadas para deliberar em relação às matérias expressamente previstas no item 3.1 acima. A Reunião Prévia também poderá ser convocada para determinar a convocação de reunião do Conselho de Administração ou assembléia geral da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS que tenham como ordem do dia as matérias expressamente previstas no item 3.1 acima, ou ainda a eleição de membros do conselho de administração e fiscal da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, em observância ao disposto neste Acordo de Acionistas.

3.3.1. Nas Reuniões Prévias, a aprovação das matérias elencadas no item 3.1. acima dependerá dos votos afirmativos da AES BRASIL e da BNDESPAR, manifestados expressamente, sem o que tal deliberação será considerada como tendo sido rejeitada.

3.3.2. As deliberações tomadas no âmbito da Reunião Prévia em relação às matérias elencadas no item 3.1 acima vincularão: (i) as PARTES em Assembléias Gerais da BRASILIANA; (ii) os membros do Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS nas respectivas reuniões de Conselho de Administração; (iii) o voto da BRASILIANA em Assembléias Gerais das SOCIEDADES CONTROLADAS e o destas em outras SOCIEDADES CONTROLADAS, em especial das SOCIEDADES OPERACIONAIS, em cujo capital participarem.

3.3.3. Havendo a aprovação de deliberação em Reunião Prévia quanto ao teor da matéria relativa ao item 3.1 acima a ser deliberada na respectiva assembléia geral ou na reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, as PARTES e a BRASILIANA, conforme o caso, votarão, ou orientarão seus representantes na assembléia ou no Conselho de Administração da BRASILIANA ou das

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

32

SOCIEDADES CONTROLADAS para votarem em estrita conformidade com a decisão tomada pelas PARTES na Reunião Prévia.

3.3.4. Caso não se tenha aprovado na Reunião Prévia a matéria referida no item 3.1 submetida às PARTES, estas e a BRASILIANA, conforme o caso, votarão, ou orientarão seus representantes na assembléia ou no Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS para votarem, no sentido de desaprovar a proposta apresentada.

3.3.5. O eventual exercício, por qualquer das PARTES, do direito de voto nas Assembléias Gerais da BRASILIANA, ou a deliberação dos seus representantes no Conselho de Administração, em desacordo com as disposições aqui estabelecidas, importará em invalidade da deliberação que for assim tomada, sem prejuízo do direito da outra PARTE de promover a execução específica da obrigação descumprida.

3.3.6. Caberá ao Presidente da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração da BRASILIANA zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelas PARTES neste instrumento, referentes ao exercício do direito de voto, não computando o voto proferido com infração ao presente Acordo de Acionistas ou permitindo que a PARTE prejudicada ou o conselheiro por ela eleito possa exercer o direito de voto do acionista ou conselheiro ausente ou omissor, podendo ainda qualquer PARTE pedir a sua execução específica mediante suprimimento do voto das ações da outra PARTE, ou sua anulação, caso este acordo seja descumprido.

3.3.7. Incumbe ao Presidente do Conselho de Administração da BRASILIANA tomar as medidas cabíveis para que os representantes da BRASILIANA votem de acordo com as decisões tomadas em obediência aos itens 3.1, 3.2 e 3.3, e seus respectivos subitens, aplicando-se também o aqui disposto caso qualquer assunto estabelecido na cláusula 4.6, venha a ser submetido à assembléia geral de acionistas, em obediência à cláusula 4 abaixo.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

33

3.3.8. A convocação da Reunião Prévia será efetuada por qualquer das PARTES, por escrito, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

3.3.9. A Reunião Prévia será realizada na sede da BRASILIANA e dela será lavrada ata sob a forma de sumário.

3.3.10. As PARTES se obrigam a fazer com que os Presidentes dos Conselhos de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS remetam, e estes têm o dever de efetuar essa remessa, sob pena de destituição, para as PARTES, com antecedência mínima de 4 (quatro) dias úteis da realização da Reunião Prévia, a pauta e/ou edital de convocação, acompanhados de todo o material necessário para a análise, discussão e deliberação dos assuntos que serão tratados na reunião do Conselho de Administração ou na assembléia geral da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS.

3.3.11. A Reunião Prévia será instalada com a presença da BNDESPAR e da AES BRASIL. . Se não houver aprovação em razão da ausência de qualquer das PARTES, as PARTES e a BRASILIANA, conforme o caso, votarão, ou orientarão seus representantes na assembléia ou no Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS para votarem no sentido de suspender os trabalhos da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS.

3.3.12. Independentemente das formalidades exigidas nos subitens acima, será considerada regular a Reunião Prévia a que comparecerem as PARTES.

3.3.13. A Reunião Prévia poderá ser realizada sem as formalidades dos itens acima, e poderá realizar-se inclusive por telefone, vídeo-conferência, ou qualquer outro meio, desde que, necessariamente, (i) haja o consenso entre as PARTES quanto aos procedimentos a serem adotados para a realização da Reunião Prévia, e (ii) a ata da Reunião Prévia seja transmitida por fac-símile (ou por meio eletrônico, se assegurada a autenticidade da

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

34

transmissão) a todas as PARTES, e por elas rubricadas, assinadas e retransmitida às PARTES e à BRASILIANA, por fac-símile.

3.3.14. Será lavrada ata em cada Reunião Prévia, assinada por todos os presentes, consubstanciando o resumo das deliberações tomadas e fixando a orientação prevalecente, a qual será transmitida: (i) às PARTES e por estas ao(s) seu(s) respectivo(s) representante(s) na assembléia geral e/ou aos membros do Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS por elas indicados e (ii) aos representantes da BRASILIANA na assembléia geral e/ou aos membros do Conselho de Administração nas SOCIEDADES CONTROLADAS, para que todos a observem.

3.3.15. As PARTES se obrigam, em relação às matérias elencadas no item 3.1 acima, a votar em bloco nas assembléias gerais e a prover no sentido de que os representantes na assembléia geral e os membros do Conselho de Administração por elas indicados na BRASILIANA e nas SOCIEDADES CONTROLADAS votem, nas assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, estritamente de acordo com as deliberações adotadas na Reunião Prévia.

3.3.16. Na hipótese de não ter sido realizada a Reunião Prévia antes da Assembléia Geral ou de Reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, deverão as PARTES e seus respectivos representantes na assembléia geral ou no Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS exercer seus votos com o objetivo de suspender os trabalhos da assembléia geral ou de reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, até que a matéria seja deliberada em Reunião Prévia.

3.3.17. Caso não consigam suspender os trabalhos da assembléia geral ou da reunião do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, as PARTES e a BRASILIANA obrigam-se, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a votar contra a aprovação da referida proposta ou de qualquer outra sobre a mesma matéria

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

35

que implique em alteração da situação então vigente, ou a orientar seus representantes na assembléia geral ou no Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS a votar contra a aprovação da matéria, conforme o caso.

3.3.18. O membro do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS que desatender determinação adotada em Reunião Prévia será destituído imediatamente, devendo o acionista que o indicou designar o substituto.

3.4. A BRASILIANA outorgará mandato, pelo prazo do presente Acordo de Acionistas, a duas pessoas, sendo uma indicada pela BNDESPAR e outra pela AES BRASIL, para que estas, em conjunto, representem a BRASILIANA, na condição de acionista da AES TIETE HOLDINGS LTD em quaisquer deliberações relacionadas às matérias elencadas no item 3.1, sempre em cumprimento às determinações da Reunião Prévia.

3.5. A AES TIETE HOLDINGS LTD outorgará mandato, pelo prazo do presente Acordo de Acionistas, a duas pessoas, sendo uma indicada pela BNDESPAR e outra pela AES BRASIL, para que estas, em conjunto, representem a AES TIETE HOLDINGS LTD, na condição de acionista da AES TIETE EMPREENDIMENTOS e da AES TIETE PARTICIPAÇÕES em quaisquer deliberações relacionadas às matérias elencadas no item 3.1., sempre em cumprimento às determinações da Reunião Prévia.

3.6. As assembléias gerais e reuniões do conselho de administração da AES TIETE HOLDINGS LTD, da AES URUGUAIANA INC e da IHB serão realizadas na sede da BRASILIANA.

3.7. A determinação quanto ao exercício, pela BRASILIANA, dos direitos que lhe foram outorgados no Contrato de Opção de Compra das Ações da AES SUL, caberá exclusivamente à BNDESPAR. A BRASILIANA somente exercerá os direitos outorgados no Contrato de Opção de Compra das Ações da AES SUL se houver manifestação expressa da BNDESPAR neste sentido. A AES BRASIL e a BRASILIANA se obrigam a adotar

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

36

todas medidas necessárias para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da manifestação da BNDESPAR, exercer a referida opção, mediante o envio da notificação exigida para tanto, e efetivar a aquisição e a transferência das ações da AES SUL, nos termos e prazo do Contrato de Opção de Compra da AES SUL.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADMINISTRAÇÃO DA BRASILIANA E DAS SOCIEDADES CONTROLADAS

4.1. A BRASILIANA será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

4.2. O Conselho de Administração da BRASILIANA será composto por 5 membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 membros efetivos e respectivos suplentes indicados pela BNDESPAR e 3 membros efetivos e respectivos suplentes indicados pela AES BRASIL. Caberá à AES BRASIL indicar o presidente do Conselho de Administração e os 2 únicos Diretores da BRASILIANA.

4.3. As convocações das reuniões do Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS deverão ser efetuadas por escrito e enviadas a todos os Conselheiros, com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias úteis da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 03 (três) dias úteis para a segunda convocação, de forma a permitir a convocação de Reunião Prévia. O quorum para as reuniões do Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS será a maioria de seus membros.

4.4. As convocações das assembleias gerais da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS deverão ser efetuadas por escrito e enviadas às PARTES, até 15 (quinze) dias antes da data fixada para a assembleia, em primeira convocação e até 08 (oito) dias em segunda convocação, de forma a permitir a convocação de Reunião Prévia. Será observado o quorum legal para a instalação da assembleia de acionistas da BRASILIANA.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

37

4.5. A BRASILIANA deverá exercer seus votos nas SOCIEDADES CONTROLADAS de forma a eleger o maior número de membros do Conselho de Administração possível de acordo com a lei aplicável. A AES BRASIL, enquanto possuir a maioria das Ações Vinculadas ordinárias de emissão da BRASILIANA, designará o número de membros do Conselho de Administração das SOCIEDADES CONTROLADAS que represente, de forma independente, o quorum necessário para a deliberação de todas as matérias de competência do referido Conselho de Administração.

4.5.1. A BNDESPAR terá o direito de indicar pelo menos 1 (um) membro no Conselho de Administração de cada uma das SOCIEDADES CONTROLADAS.

4.5.2. Na hipótese de exercício do direito previsto no item 4.5.1 acima pela BNDESPAR e não ser possível o seu atendimento, as PARTES e a BRASILIANA se obrigam, no prazo de 20 dias contados da realização da Reunião Prévia para esta finalidade, a aumentar o número de membros do Conselho de Administração das SOCIEDADES CONTROLADAS (inclusive, se necessário, alterando o respectivo estatuto social para esta finalidade), de forma a garantir à BNDESPAR o direito de indicar o maior número possível de membros do Conselho de Administração das SOCIEDADES CONTROLADAS, sem prejuízo dos direitos da AES BRASIL previstos no item 4.5.

4.5.3. O não exercício pela BNDESPAR do direito a que se referem os subitens 4.5.1 e 4.5.2 acima não implicará renúncia do mesmo, o qual poderá ser exercido a qualquer tempo. Nessa hipótese, a BNDESPAR deverá requerer a convocação de Reunião Prévia para tratar da matéria, sendo que a AES BRASIL e a BRASILIANA, e seus representantes nas SOCIEDADES CONTROLADAS ficarão obrigadas a, imediatamente, adotar o procedimento necessário ao exercício pela BNDESPAR do direito a que se refere o subitem anterior.

4.5.4. Desde que seja possível o funcionamento do Conselho de Administração da AES TIETE EMPREENDIMENTOS e da AES TIETE PARTICIPAÇÕES, em vista do

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

38

cancelamento das restrições impostas pelo contrato firmado pela AES TIETE HOLDINGS, as PARTES e a BRASILIANA se obrigam a eleger um membro para o Conselho de Administração AES TIETE EMPREENDIMENTOS e da AES TIETE PARTICIPAÇÕES indicado pela BNDESPAR, criando, para este fim, este órgão mediante as reformas estatutárias necessárias.

4.6. As PARTES instruirão seus indicados nos Conselhos de Administração das SOCIEDADES CONTROLADAS a votar em consonância com os itens 3.2 e 3.3 e com a letra e o espírito deste Acordo de Acionistas e afastarão e substituirão quaisquer destes indicados que atuarem de forma discrepante das instruções recebidas. Os substitutos deverão providenciar, quando possível, a reversão da decisão adotada em desconformidade com as instruções das PARTES mas estes não serão responsabilizados pelas consequências dela.

4.7. As deliberações dos Conselhos de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS sobre os assuntos elencados no item 3.1 acima deverão contar com a manifestação favorável da AES BRASIL e da BNDESPAR tomada em Reunião Prévia, sem o que a deliberação será considerada rejeitada.

4.7.1. Os conselheiros da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS eleitos por indicação das PARTES buscarão fazer com que os conselhos de administração de que sejam membros deliberem em bloco sobre as matérias referidas no item 3.1 acima, de acordo com o decidido na Reunião Prévia respectiva e deverão prover no sentido de que o disposto neste item se aplique, conforme o caso, à BRASILIANA e às SOCIEDADES CONTROLADAS.

4.8. A PARTE que houver indicado um membro do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS poderá também pleitear, a qualquer tempo, a destituição e substituição do mesmo, hipótese em que a outra PARTE deverá votar no mesmo sentido que a PARTE que apresentou a solicitação. Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

39

SOCIEDADES CONTROLADAS, suas funções serão exercidas por outro conselheiro designado pela PARTE que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que na primeira assembléia geral a se realizar após o evento, esta PARTE terá o direito de indicar o membro substituto, devendo a outra PARTE votar no mesmo sentido que aquela PARTE prejudicada pela vacância.

4.9. Na hipótese de qualquer dos membros do Conselho de Administração da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS, indicados pelas PARTES, atuarem em contrariedade com as deliberações da Reunião Prévia, na forma prevista no item 4.7 acima, as PARTES e a BRASILIANA obrigam-se a adotar providências e votar no sentido de: (i) destituir os membros do Conselho Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS que descumprirem a orientação adotada em Reunião Prévia; (ii) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa acima mencionada, novos membros para o Conselho de Administração da BRASILIANA e das SOCIEDADES CONTROLADAS, de forma a restabelecer a composição do conselho de administração; (iii) instruir seus representantes e os novos representantes, eleitos em substituição, na forma dos itens (i) e (ii) acima, no sentido de que atuem de maneira a, tanto quanto possível, desfazerem-se os atos praticados em razão dos votos proferidos pelo representante substituído.

4.10. Caso seja requerida a adoção de voto múltiplo na assembléia da BRASILIANA ou das SOCIEDADES CONTROLADAS para a eleição dos membros do Conselho de Administração, as PARTES se obrigam a realizar Reunião Prévia especificamente para ajustar as indicações dos membros do Conselho de Administração ao disposto nos itens 4.5 e 4.5.1 .

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

40

4.11. A BNDESPAR terá o direito de indicar a maioria absoluta dos membros do Conselho Fiscal da BRASILIANA. A BNDESPAR designará todos os membros do Conselho Fiscal das SOCIEDADES CONTROLADAS a serem indicados pela BRASILIANA, direta ou indiretamente, na qualidade de acionista controladora das SOCIEDADES CONTROLADAS e, para tanto, poderá, a qualquer tempo, exigir que a BRASILIANA ou as SOCIEDADES CONTROLADAS, detentoras do controle das SOCIEDADES CONTROLADAS cujos conselhos se pretenda instalar, adotem as medidas necessárias para este fim.

4.12. A BRASILIANA e as SOCIEDADES OPERACIONAIS possuirão um Comitê de Gestão da Política de Investimentos e Operacional (Comitê de Gestão) atuando junto aos seus respectivos conselhos de administração e diretorias, o qual terá como função o assessoramento ao Conselho de Administração.

4.12.1. O Comitê de Gestão terá como atribuições, dentre outras: (i) analisar as propostas de Planos de Negócios Anual; (ii) analisar as propostas de planos de investimentos na expansão, reposição e melhorias das instalações, programação e orçamento de operação e manutenção das SOCIEDADES OPERACIONAIS; (iii) acompanhar a evolução dos índices de desempenho das SOCIEDADES OPERACIONAIS; (iv) aferir a adequada prestação de serviços pelas SOCIEDADES OPERACIONAIS, em atendimento aos padrões exigidos pelo órgão regulador.

4.12.2. O Comitê de Gestão terá funcionamento permanente e será formado por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pela BNDESPAR e 03 (três) pela AES BRASIL. 4.12.3 As atribuições do Comitê de Gestão incluirão o acompanhamento da execução do Plano de Negócios Anual, assim como a análise de todas as questões que envolvam aspectos estratégicos e relevantes de natureza técnico-operacional, jurídica, administrativa, econômico-financeira, ambiental e social.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

41

4.12.4. A Diretoria da BRASILIANA e das SOCIEDADES OPERACIONAIS deverão disponibilizar todas as informações solicitadas pelo Comitê de Gestão.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

5.1. As PARTES não poderão alienar ações de emissão da BRASILIANA, salvo de conformidade com este Acordo de Acionistas e qualquer alienação de ações de forma diversa das aqui previstas será nula e sem efeito, não podendo ser registrada nos registros da BRASILIANA.

5.1.1. A alienação a que se refere o item 5.1 acima abrange qualquer venda, transferência ou qualquer outra forma de alienação de uma participação acionária ou do interesse econômico de tal participação, incluindo, sem limitação (i) qualquer transferência direta de ações da BRASILIANA ou de participação societária de uma sociedade que indiretamente possua ações da BRASILIANA ("Sociedade Controladora"), caso essa transferência implique alienação indireta de controle da BRASILIANA ("Alienação Indireta de Controle da BRASILIANA") ou (ii) a celebração de qualquer acordo, ou a prática de qualquer ato, ou a omissão da prática de qualquer ato, de que resulte que qualquer outra pessoa, que não a pessoa em cujo nome a participação acionária esteja registrada, tenha direito de exercer ou de determinar o exercício do direito de voto ou de outros direitos a ele atrelados, ou de adquirir o benefício econômico direto ou indireto decorrente de tal participação acionária.

5.1.2 A BNDESPAR poderá, em qualquer hipótese, realizar a alienação de ações de emissão da BRASILIANA por meio de leilão público (Leilão Público), observados os procedimentos legais, assegurado à AES BRASIL o direito previsto no item 5.3.

5.2. Os integrantes do GRUPO AES não poderão alienar indiretamente suas ações de emissão da BRASILIANA, inclusive os direitos patrimoniais ou econômicos a elas inerentes, sem prévia e expressa autorização da BNDESPAR, exceto se observadas as disposições desta Cláusula Quinta.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

42

5.2.1. Nenhuma das restrições previstas nesta Cláusula Quinta será aplicável às transferências e alienações diretas ou indiretas das ações de emissão da BRASILIANA efetuadas por qualquer PARTE ou Afiliada para qualquer Afiliada, assim entendida como qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, a qualquer tempo, controle ou seja controlada pela PARTE. No caso de a transferência ser feita para uma Afiliada, a PARTE em questão deverá (a) antes da transferência das ações de emissão da BRASILIANA, comprometer-se por escrito a não transferir, compartilhar ou alienar o controle dessa sua Afiliada, por qualquer forma, sem antes fazer retornar as referidas ações para a PARTE cedente; (b) fazer com que essa Afiliada integre este Acordo de Acionistas; (c) garantir solidariamente todas as obrigações dessa Afiliada relacionadas a este Acordo de Acionistas; (d) assinar instrumento que contenha declarações e garantias de que a Afiliada é uma sociedade controlada, fornecendo informações detalhadas sobre a forma de participação nesta sociedade, assim como concordar em que as declarações e garantias devem manter-se sempre verdadeiras e exatas; e (e) garantir que, se a qualquer momento, a Afiliada deixar de ser uma sociedade Afiliada, as ações da BRASILIANA serão transferidas de volta à PARTE ou a uma Afiliada desta.

5.3. Qualquer das PARTES (PARTE OFERTANTE) poderá alienar ações de emissão da BRASILIANA (Ações Ofertadas) a terceiros de boa fé, em dinheiro, desde que primeiramente ofereça as Ações Ofertadas à outra PARTE (PARTE OFERTADA) de acordo com os seguintes dispositivos (Direito de Preferência):

5.3.1. A PARTE OFERTANTE deverá notificar à PARTE OFERTADA por escrito (Oferta), especificando na notificação para o exercício do Direito de Preferência: (i) o nome e a qualificação do adquirente e, no caso deste ser uma sociedade, a notificação deverá identificar também os respectivos acionistas ou sócios que detenham o controle do adquirente; (ii) preço e condições de pagamento; (iii) lote de ações a serem adquiridas;

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

43

(iv) outras condições e termos relevantes de proposta; e (v) cópia da manifestação da adquirente quanto à aceitação da proposta ou declaração da BNDESPAR quanto ao resultado do Leilão Público.

5.3.2. A PARTE OFERTADA que desejar exercer a preferência deverá, nos 30 (trinta) dias subseqüentes ao recebimento da Oferta, comunicar sua decisão, por escrito, à PARTE OFERTANTE, esclarecendo se deseja ou não adquirir todas (e não menos que todas) as Ações Ofertadas. Caso a BNDESPAR opte por realizar a alienação das Ações Ofertadas por meio de Leilão Público, o prazo a que refere este item será contado da data da realização do mesmo.

5.3.3. Reputar-se-á não haver exercido a preferência a PARTE OFERTADA que deixar transcorrer o prazo de 30 (trinta) dias, mencionado em 5.3.2., sem comunicar por escrito o exercício da preferência.

5.3.4. A PARTE OFERTANTE terá 90 (noventa) dias a partir da manifestação da PARTE OFERTADA ou do decurso do prazo previsto em 5.3.2. para proceder à alienação das Ações Ofertadas ao terceiro ofertante, desde que tal alienação seja efetuada em termos e condições que não sejam distintos daqueles especificados na Oferta e o ofertante concorde em se submeter aos termos deste Acordo de Acionistas.

5.3.5. Uma vez decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto em 5.3.4 sem que tenha se efetuado a alienação das Ações Ofertadas, a PARTE OFERTANTE deverá conceder novamente à PARTE OFERTADA o Direito de Preferência, nos termos deste item 5.3.

5.4. Se AES BRASIL quiser alienar suas ações de emissão da BRASILIANA e a BNDESPAR não tiver exercido o Direito de Preferência, poderá a BNDESPAR no mesmo prazo previsto no item 5.3.2 exigir, por escrito, que todas as suas ações ordinárias e preferenciais de emissão da BRASILIANA sejam adquiridas nas mesmas bases e condições (Tag Along) em que forem alienadas as ações de propriedade da AES BRASIL. Nenhuma transferência de ações da BRASILIANA de propriedade da AES BRASIL será válida, a

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

44

não ser que a BNDESPAR tenha a oportunidade de alienar suas ações de emissão da BRASILIANA (ou parte delas, se for o caso) nos mesmos termos e condições.

5.4.1. Reputar-se-á não exercido o direito de alienação conjunta se a BNDESPAR deixar de manifestar esse exercício no prazo aqui previsto.

5.5. Observado o disposto no item 5.5.1, na hipótese de decidir alienar todas as suas ações de emissão da BRASILIANA, desde que represente pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do capital votante da BRASILIANA, a BNDESPAR poderá exercer o direito de obrigar a AES BRASIL a também alienar todas as ações de emissão da BRASILIANA de sua propriedade (Drag Along), sem prejuízo do direito da AES BRASIL de exercer o Direito de Preferência. Em caso de exercício do direito de obrigar a alienação (Drag Along) pela BNDESPAR, a alienação de todas as ações de emissão da BRASILIANA de propriedade da AES BRASIL ocorrerá, pelo mesmo preço por ação, independente de classe ou espécie, e nos mesmos termos e condições especificados na oferta do terceiro apresentada pelo BNDESPAR à AES BRASIL conforme o item 5.3.1 acima.

5.5.1. O direito de Drag Along a que se refere o item 5.5 acima somente poderá ser exercido pela BNDESPAR desde que já tenha ocorrido qualquer dos seguintes eventos: (i) o inadimplemento de qualquer pagamento das Debêntures emitidas pela BRASILIANA; ou (ii) o pagamento da última série das Debêntures.

5.5.2. Na hipótese de a BNDESPAR desejar exercer o direito de obrigar a venda (Drag Along) em relação às ações da BRASILIANA de propriedade da AES BRASIL, ainda que por meio de Leilão Público, deverá, inicialmente, enviar notificação à AES BRASIL, por escrito, especificando que exercerá o direito de obrigar a venda (Drag Along).

5.5.3. O valor mínimo de venda das ações de emissão da BRASILIANA será definido por pessoas jurídicas especializadas, domiciliados ou sediados no Brasil (Avaliadores), que tenham realizado, no mínimo, 02 (duas) avaliações de empresas do setor elétrico nos

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

45

últimos 5 anos. A AES BRASIL poderá escolher 01 (um) dos Avaliadores, observado o disposto no item 5.5.4..

5.5.4. A AES BRASIL terá 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação a que se refere o subitem 5.5.2 acima para informar à BNDESPAR, por escrito, o nome profissional ou pessoa jurídica especializada. Caso a AES BRASIL não exerça esta faculdade, caberá à BNDESPAR indicar ambos os Avaliadores.

5.5.5. Os Avaliadores deverão entregar seus laudos de avaliação das ações da BRASILIANA às PARTES no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da notificação a que se refere o subitem 5.5.2 acima. Cada PARTE será responsável pelos custos de contratação do profissional ou pessoa jurídica especializada que indicar. Caso a AES BRASIL não exerça a faculdade prevista no subitem 5.5.4 acima, deverá arcar com 50% dos honorários de ambos os Avaliadores indicados pela BNDESPAR.

5.5.6 Os Avaliadores deverão realizar a avaliação das ações de emissão da BRASILIANA tomando como base o valor econômico da BRASILIANA, apurado de acordo o seu fluxo de caixa e adotando o custo médio ponderado do capital das SOCIEDADES OPERACIONAIS.

5.5.7. Na hipótese em que a diferença entre os valores apresentados pelos Avaliadores for inferior a 10% (dez por cento), o preço mínimo adotado como referência para a alienação, inclusive para a hipótese de Leilão Público, será a média ponderada entre os valores apurados.

5.5.8. Caso se verifique uma divergência entre os valores apresentados pelos Avaliadores incumbidos da avaliação das ações da BRASILIANA superior a 10% (dez por cento), os mesmos indicarão em comum acordo uma pessoa jurídica especializada, domiciliada ou sediada no Brasil, que tenha realizado, no mínimo, 02 (duas) avaliações de empresas do setor elétrico nos últimos 5 anos, a qual será responsável pela nova avaliação. Caso os Avaliadores não cheguem a um consenso quanto à indicação desta pessoa jurídica no prazo

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

46

de 15 dias contados da entrega dos laudos de avaliação às PARTES, a BNDESPAR indicará, o nome da pessoa jurídica responsável pela nova avaliação. . Na hipótese deste item, o preço mínimo adotado como referência para a alienação, inclusive para a hipótese de Leilão Público, será a média ponderada entre os valores apurados pelos 03 (três) Avaliadores.

5.5.9. A AES BRASIL, a BRASILIANA e as SOCIEDADES CONTROLADAS se obrigam a disponibilizar todas as informações julgadas necessárias pelos Avaliadores para a elaboração dos laudos de avaliação.

5.5.10. Caso a AES BRASIL, a BRASILIANA e as SOCIEDADES CONTROLADAS não disponibilizem, de forma adequada à critério dos Avaliadores, todas as informações julgadas necessárias pelos Avaliadores para a elaboração dos seus trabalhos, a avaliação terá como base informações disponíveis ao público, adotando parâmetros conservadores, sendo que o preço mínimo adotado como referência para a alienação, inclusive para a hipótese de Leilão Público, tomará como base 80% (oitenta por cento) da média ponderada entre os valores apurados pelos 03 (três) Avaliadores.

5.5.11. Recebida a oferta do terceiro, inclusive na hipótese de Leilão Público, a BNDESPAR notificará a AES BRASIL para o exercício do Direito de Preferência, o qual deverá ser exercido nos termos do disposto no item 5.3 e seus subitens.

5.5.12. Não exercido o Direito de Preferência pela AES BRASIL, a BNDESPAR realizará a alienação das ações de emissão da BRASILIANA, de titularidade da AES BRASIL, à qual por meio do presente instrumento outorga, em caráter irrevogável e irretratável, mandato à BNDESPAR para que esta realize a referida alienação, podendo a BNDESPAR assinar livros sociais ou quaisquer documentos, requerimentos, solicitar certidões, enfim, praticar todos e quaisquer atos necessários ao bom e fiel cumprimento do mandato ora outorgado, servindo o presente Acordo de Acionistas de procuração para todos os fins legais. O mandato ora outorgado será vigente pelo prazo de vigência do presente Acordo de Acionistas.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

47

5.5.13. O pagamento relativo à alienação das ações de emissão da BRASILIANA, de propriedade da AES BRASIL deverá ser objeto de depósito em instituição financeira, em favor da AES BRASIL.

5.6. A BNDESPAR poderá alienar, integral ou parcialmente, suas ações de emissão da BRASILIANA, enquanto que a AES BRASIL somente poderá alienar a totalidade de suas ações de emissão da BRASILIANA.

5.7. Todos (e não menos do que todos) os direitos assegurados no presente Acordo de Acionistas à BNDESPAR serão transmissíveis a terceiros, a qualquer tempo, caso esta decida alienar parcela superior a 25% (vinte e cinco por cento) das ações ordinárias de emissão da BRASILIANA a qualquer terceiro ou grupo de terceiros, observado, entretanto, que nesse caso o direito de exigir a venda (Drag Along) da BNDESPAR, previsto no item 5.5 acima, não poderá ser transferido a esse terceiro e deixará de produzir qualquer efeito. AES BRASIL

5.8. As PARTES obrigam-se a não firmar nenhum outro acordo de acionistas ou qualquer outro instrumento com qualquer terceiro em relação a quaisquer direitos assegurados nos termos deste Acordo de Acionistas. e/ou que entre em conflito com o presente Acordo de Acionistas. Na hipótese de o terem firmado ou vierem a firmá-lo, tais acordos serão ineficazes em relação à BRASILIANA e à outra PARTE do presente Acordo de Acionistas. As PARTES obrigam-se a não firmar, a partir desta data, qualquer outro acordo, seja de que natureza for com outros acionistas da BRASILIANA, que possa de alguma forma colidir com as obrigações assumidas neste Acordo de Acionistas.

5.8.1. A BNDESPAR, para fins de alienação, poderá desvincular ações de emissão da BRASILIANA de sua propriedade. Para tanto, deverá notificar a AES BRASIL e a BRASILIANA quanto ao exercício desta faculdade, especificando a quantidade de ações a serem desvinculadas. Em qualquer hipótese, estabelecida neste item será concedido o exercício do Direito de Preferência.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

48

5.8.2. A partir da efetiva transferência das ações pela BNDESPAR que a mesma tenha informado que deseja desvincular, os dispositivos deste Acordo de Acionistas deixarão de ser aplicáveis às ações transferidas (Ações Desvinculadas). Os detentores das Ações Desvinculadas não gozarão dos direitos e nem ficarão submetidos ao cumprimento das obrigações previstos no presente Acordo de Acionistas.

5.9. Não obstante o acima exposto, uma alienação somente será permitida se: (i) a alienação não violar lei ou determinação do poder concedente das concessões das SOCIEDADES CONTROLADAS; (ii) o comprador formal e expressamente concordar em, incondicionalmente, submeter-se aos termos deste Acordo de Acionistas, exceto no caso da alienação parcial prevista no item 5.8.1 acima. (iii) no caso de alienação a uma Afiliada, a PARTE permanecer solidariamente responsável com a Afiliada pelo cumprimento das obrigações previstas neste Acordo de Acionistas.

5.10. Conforme previsto nos itens 5.1 e 5.1.1, no caso de alienação indireta, por qualquer das PARTES, de ações da BRASILIANA que impliquem Alienação Indireta do Controle da BRASILIANA, serão também aplicáveis, *mutatis mutandis*, os procedimentos de Direitos de Preferência e de Venda Conjunta (Tag Along) estabelecidos neste instrumento nos itens 5.3 e 5.4, , sem o que essa alienação não será considerada válida ou eficaz.

5.10.1. Sempre que ocorrer uma Alienação Indireta de Controle da BRASILIANA, as ações de emissão da BRASILIANA possuídas pela PARTE cujo controle tenha sido transferido ("Alienante Indireta") reputam-se oferecidas à outra PARTE, de forma que o Direito de Preferência possa ser exercido em relação às ações da BRASILIANA de propriedade da Alienante Indireta , observando-se, ainda, quanto ao preço, tanto para o exercício do Direito de Preferência quanto para o exercício do Direito de Tag Along, as seguintes regras: (i) a Alienante Indireta deverá comprovar, com detalhes suficientes, como o preço de oferta da Alienação Indireta de Ações foi formado, fornecendo todas as informações pertinentes à verificação da equivalência entre o valor

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

49

ofertado pelas ações de emissão da Sociedade Controladora ou da Alienante Indireta, conforme o caso, e as ações de emissão da BRASILIANA detidas pela Alienante Indireta considerando a cadeia de participações societárias; (ii) o preço unitário de oferta das ações de emissão da BRASILIANA será igual ao quociente da divisão das seguintes variáveis: (a) (1) preço unitário ofertado para cada ação de emissão da Sociedade Controladora ou da Alienante Indireta, conforme o caso, multiplicado pelo número total de ações de sua emissão, adicionado ao (2) valor das exigibilidades líquidas da Sociedade Controladora ou da Alienante Indireta, conforme o caso, deduzido o resultado do (3) valor dos ativos da Sociedade Controladora da Alienante Indireta, conforme o caso, não relacionados à participação em BRASILIANA; e (b) número de ações de emissão da BRASILIANA detidas indiretamente pela Sociedade Controladora ou pela Alienante Indireta, conforme o caso.

CLÁUSULA SEXTA – ÔNUS SOBRE AÇÕES DE EMISSÃO DA BRASILIANA

6.1. As PARTES e o GRUPO AES não poderão constituir penhor, caução ou qualquer outra forma de ônus ou garantia, de forma direta ou indireta, sobre suas ações de emissão da BRASILIANA ou benefícios econômicos ou direitos patrimoniais a elas relacionadas, exceto se observadas, cumulativamente, as seguintes condições: (i) houver a expressa autorização pela outra PARTE; (ii) a garantia em não violar lei ou determinação do poder concedente das concessões, permissões ou autorizações das SOCIEDADES

CONTROLADAS; e (iii) os credores garantidos, expressa e formalmente, concederem à outra PARTE o direito de preferência para adquirir, de acordo com os termos deste Acordo de Acionistas, as ações caucionadas no caso de a dívida garantida ser

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

50

executada, devendo o direito de preferência ser exercido até 15 (quinze) dias a contar da data da venda (judicial ou de outra forma) das ações caucionadas.

6.1.1. Os integrantes do GRUPO AES não poderão dar em caução suas próprias ações, de forma a onerar indiretamente as da BRASILIANA, exceto se observado o disposto no item anterior.

6.2. As PARTES não poderão dar em usufruto suas ações da BRASILIANA.

6.3. Em caso de penhora de qualquer das ações da BRASILIANA, se a PARTE não substituir imediatamente a penhora das ações por outra garantia, terá de oferecer suas ações da BRASILIANA à outra PARTE. A PARTE que exercer o direito de preferência para comprar as ações da BRASILIANA penhoradas deverá substituir, imediatamente, a penhora por depósito em dinheiro ou outra garantia aceitável.

6.3.1. Caso o montante do depósito efetuado a fim de liberar as ações da BRASILIANA (menos custas e honorários de advogado) for superior ao valor avaliado de mercado das ações da BRASILIANA, então a PARTE cujas ações da BRASILIANA tenham sido penhoradas deverá imediatamente efetuar o pagamento da diferença à outra PARTE que adquiriu as ações. O referido valor de mercado das ações da BRASILIANA penhoradas, será definido por dois profissionais ou pessoas jurídicas especializadas, domiciliados ou sediados no Brasil (Avaliadores), sendo que a AES BRASIL poderá escolher 01 (um) dos Avaliadores. O disposto nos subitens 5.5.3, 5.5.4, 5.5.5, 5.5.6, 5.5.7, 5.5.8, 5.5.9, 5.5.10, 5.5.11 e 5.5.12 acima aplicar-se-á *mutatis mutandis* ao processo de apuração do valor das ações da BRASILIANA, para fins do disposto neste item.

6.3.2. Se o valor do depósito efetuado a fim de liberar as ações da BRASILIANA (menos custas e honorários de advogado) for inferior ao valor avaliado de mercado das ações da BRASILIANA, a PARTE que adquiriu as ações deverá imediatamente efetuar o pagamento da diferença à outra PARTE cujas ações da BRASILIANA tenham sido penhoradas.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

51

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DESTE ACORDO

7.1. Sujeito ao disposto no item 7.3 abaixo, o presente Acordo de Acionistas vigorará até 31 de dezembro de 2033, ou pelo prazo em que as concessões, autorizações e permissões de serviço das SOCIEDADES CONTROLADAS permanecerem em vigor, o prazo que for maior.

7.2. Caso a BNDESPAR, direta ou indiretamente, passe a deter a maioria das ações ordinárias de emissão da BRASILIANA (inclusive em decorrência da conversão das Debêntures): (i) a AES BRASIL terá, enquanto detiver participação acionária superior a 25% do capital votante da BRASILIANA, apenas os direitos outorgados à BNDESPAR nos termos dos itens 4.5.1, 4.5.3, 4.13, 5.3, 5.4 e o direito de eleger dois membros no Conselho de Administração da BRASILIANA, assegurado, em qualquer caso, a maioria do Conselho de Administração da BRASILIANA à BNDESPAR; (ii) a Cláusula Terceira deixará de produzir quaisquer efeitos; (iii) a AES BRASIL continuará a observar todas as suas obrigações estabelecidas neste instrumento.

7.2.1. Na hipótese do item 7.2, a alienação das ações de emissão da BRASILIANA de propriedade da BNDESPAR que representem a maioria das ações ordinárias de emissão da BRASILIANA, desde que observados os direitos previstos nos itens 5.3 e 5.4, implicará, automaticamente, a perda de eficácia do presente Acordo de Acionistas, o qual deixará de produzir quaisquer efeitos entre as PARTES.

7.3. Se a BNDESPAR, direta ou indiretamente, ou o terceiro para quem forem transmitidos seus direitos assegurados no presente Acordo de Acionistas, nos termos do item 5.7, detiver menos de 25% das ações ordinárias de emissão da BRASILIANA o presente Acordo de Acionistas terminará e deixará de produzir quaisquer efeitos.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

52

7.3.1. As ações vendidas publicamente, de forma pulverizada, ficarão automaticamente desvinculadas deste Acordo de Acionistas.

7.4. A eficácia do presente Acordo de Acionistas sujeita-se à implementação das condições suspensivas estabelecidas nas Assembléias Gerais Extraordinárias da BRASILIANA realizadas nesta data, constantes do Anexo 7.4, as quais se reputam aqui transcritas. A implementação das condições terá efeito retro-operante.

CLÁUSULA OITAVA – DA ARBITRAGEM

8.1. As PARTES enviarão os melhores esforços para resolver amigavelmente quaisquer litígios decorrentes deste Acordo de Acionistas.

8.2. Na forma da Lei nº 9.307/96, as PARTES se comprometem a submeter à arbitragem todos e quaisquer litígios e controvérsias que possam advir da interpretação e execução do presente Acordo de Acionistas e que não possam ser solucionados amigavelmente ou por meio de execução específica, conforme disposto no item 10.7 abaixo.

8.3. Fica convencionado que a arbitragem se processará no âmbito da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

8.4. A arbitragem se processará na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, e será conduzida, em idioma português.

8.5. O tribunal arbitral será composto de três árbitros, sendo que cada PARTE terá o direito de indicar um árbitro, enquanto que o terceiro árbitro, que presidirá o tribunal, será indicado pelos outros dois árbitros indicados pelas PARTES.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

53

8.6. As PARTES acordam, no que se refere às regras a serem aplicadas no procedimento arbitral, que: (i) serão aplicadas as regras comerciais e de direito vigentes no País; (ii) a PARTE que desejar a instauração de procedimento arbitral notificará por escrito a outra PARTE do início da arbitragem (Notificação de Arbitragem) e deverá descrever a matéria objeto da controvérsia que o levou a instituir tal procedimento; (iii) a decisão final proferida pelos árbitros será definitiva e obrigará as PARTES, sendo vedado às PARTES, com exceção do disposto no item 8.8 abaixo quaisquer recursos ao Poder Judiciário. A PARTE vencida pagará à PARTE vencedora do procedimento arbitral todas os custos e despesas

incorridos pela PARTE vencedora em relação à arbitragem, incluindo honorários advocatícios, limitados a 10% (dez por cento) do valor em discussão, e os honorários dos árbitros. O processo de arbitragem deverá ser concluído, no máximo, em 6 (seis) meses a contar da indicação dos árbitros.

8.7. As PARTES em divergência poderão, de comum acordo, promover a conciliação antes da instalação da arbitragem, hipótese em que o conciliador será indicado de comum acordo entre as PARTES.

8.8. Independentemente do disposto nesta Cláusula, fica garantido a qualquer das PARTES o direito de socorrer-se do Poder Judiciário para obter medida cautelar, em caso de perigo iminente que possa lhe causar prejuízo antes de proferida a decisão final pelos árbitros, ficando para esse efeito eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DA REGISTRO DESTE ACORDO

9.1. Nos termos do artigo 118 da Lei 6404/76, este Acordo de Acionistas será registrado nos competentes livros da BRASILIANA e informado ao agente emissor dos certificados

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

54

de ações, quando aplicável, para que este faça os devidos assentamentos. A BRASILIANA se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a observar rigorosamente todos os termos e condições deste Acordo de Acionistas, razão pela qual também o assina na qualidade de INTERVENIENTE.

9.2. As obrigações decorrentes deste Acordo de Acionistas serão averbadas nos livros próprios da BRASILIANA ou de instituição financeira encarregada, constituindo tais averbações impedimento à realização de quaisquer atos e negócios jurídicos em desacordo com o que foi pactuado neste instrumento, estando a BRASILIANA assim legitimamente autorizada a recusar, nessa hipótese, o registro de tais atos e negócios e por conseguinte recusar a transferência da propriedade ou da titularidade de quaisquer direitos sobre as ações compreendidas nesta avença, ou o exercício do direito de voto decorrente de tais atos e negócios jurídicos.

9.3. Cópia deste Acordo de Acionistas será arquivada na sede das SOCIEDADES CONTROLADAS para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Além das declarações e garantias contidas em outras cláusulas deste Acordo de Acionistas, cada PARTE afirma e garante à outra PARTE que: (i) tem plenos poderes e autoridade para assinar este acordo e cumprir as obrigações nele previstas; (ii) as obrigações decorrentes deste Acordo de Acionistas sujeitam-se, à execução específica; (iii) nem a celebração, nem o cumprimento deste Acordo de Acionistas por tal PARTE resultará na violação de: (i) quaisquer dos termos dos atos constitutivos ou Estatuto Social de tal PARTE; (ii) qualquer contrato relevante do qual tal PARTE seja parte; ou (iii) qualquer ordem, mandado,

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

55

lei, regulamento, decreto, medida cautelar, resolução ou norma de qualquer órgão governamental, em qualquer jurisdição à qual tal PARTE esteja sujeita; e (iv) inexistência de qualquer outro acordo ou convenção de voto anterior ao presente Acordo de Acionistas, ou qualquer fato que ocasione impedimento a estas obrigações.

10.2. A omissão de qualquer PARTE em exercer qualquer direito previsto no presente Acordo de Acionistas não afetará tal direito, que poderá ser exercido a qualquer tempo.

10.2.1. O não exercício imediato, por qualquer das PARTES, de qualquer direito ou faculdade assegurado neste Acordo de Acionistas, ou tolerância de atraso no cumprimento de obrigações, não importa em novação ou renúncia à aplicação desse direito ou faculdade, que poderão ser invocados ou exercidos a qualquer momento, observada a legislação em vigor.

10.2.2 A tolerância de qualquer das PARTES quanto à eventual mora pela outra PARTE no cumprimento das obrigações aqui assumidas não implicará em novação de nenhum dos ajustes contidos neste Acordo de Acionistas, ou em renúncia de nenhum dos direitos que por força dele são atribuídos.

10.3. Qualquer PARTE poderá pedir que o Presidente da Assembléia Geral ou o Conselho de Administração declare nulos e sem efeito os votos que violem qualquer dispositivo deste Acordo de Acionistas. Qualquer PARTE poderá também pedir que os administradores da BRASILIANA, independentemente de quaisquer processos judiciais, cancelem qualquer registro, inclusive registros de transferências de ações, lançados nos livros da BRASILIANA que contrariem o disposto neste Acordo de Acionistas.

10.4 Caso qualquer das SOCIEDADES CONTROLADAS tenha necessidade de um aporte adicional de recursos, tal empresa deverá buscar os recursos no mercado, com a assistência da BRASILIANA e das PARTES. Se os recursos não puderem ser obtidos no

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasiliana Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

56

mercado, as PARTES concordam em considerar investimentos em tal empresa operacional, com base nos méritos do investimento que está sendo proposto como políticas e práticas internas de decisão de investimento em cada uma das PARTES.

10.5. Este Acordo de Acionistas é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a SOCIEDADE e as PARTES por si e seus sucessores e cessionários a qualquer título.

10.6. Se qualquer cláusula ou dispositivo deste Acordo de Acionista for considerado inválido ou ineficaz, o restante do Acordo de Acionistas permanecerá em vigor e as PARTES negociarão de boa fé a substituição da cláusula ou do dispositivo inválidos ou ineficazes de forma a, tanto quanto possível, atingir os objetivos da cláusula ou do dispositivo inválidos ou ineficazes.

10.7. O não cumprimento pelas PARTES, seus herdeiros e sucessores, de quaisquer das obrigações estipuladas neste Acordo de Acionistas, acarretará a execução judicial das obrigações de fazer e de prestar declaração de vontade previstas no Código de Processo Civil. A PARTE prejudicada terá o direito à execução específica das obrigações contidas neste Acordo de Acionistas na forma dos artigos 461, 632 e 639 do Código de Processo Civil e demais dispositivos legais aplicáveis.

10.7.1. Não serão submetidas à arbitragem as obrigações de que trata o item 10.7 acima.

10.8. Além de sujeitar-se à execução específica a que se refere o item anterior, a PARTE que não cumprir quaisquer das obrigações estipuladas neste instrumento ficará sujeita, cumulativamente, ao pagamento de perdas e danos à outra PARTE.

10.9. Todos os avisos e comunicações entre as PARTES e INTERVENIENTES relacionados a este Acordo de Acionistas serão considerados como recebidos se: (i) forem entregues pessoalmente contra recibo; (ii) forem enviados por carta registrada com aviso de recepção; (iii) carta protocolada; (iv) forem transmitidos por telefax se, em tal caso, o

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

57

recebimento for confirmado por escrito; ou (v) qualquer outro meio que assegure que o destinatário tenha recebido a notificação ou a comunicação.

10.10. Os avisos e notificações serão enviados aos representantes das PARTES ou INTERVENIENTES, nos endereços e números de telefax, a serem informados por escrito à BRASILIANA, conforme abaixo indicado, até a data da eficácia deste Acordo de Acionistas. A BRASILIANA ficará incumbida de no prazo de 5 dias contados data de eficácia do presente Acordo de Acionistas, comunicar às PARTES e INTERVENIENTES as referidas informações. As PARTES ou INTERVENIENTES com sede no exterior deverão manter procurador no Brasil com poderes bastante para receber citação. As PARTES ou INTERVENIENTES poderão indicar outras pessoas e endereços, a qualquer tempo, bastando, para tanto, informar à BRASILIANA e às PARTES e INTERVENIENTES. BRASILIANA Praça Professor José Lannes, nº 40, 14º andar, São Paulo – SP A/C – Diretor Presidente C/C BNDESPAR, Avenida República do Chile nº 100, 20º andar Rio de Janeiro – RJ A/C Diretor Financeiro C/C Souza, Cescon, Avedissian, Barrieu e Flesch advogados Rua Funchal, 263 – 11 andar São Paulo – SP Fax- (11) 3089-6565

10.11. As sociedades que integram o GRUPO AES constituem-se mútua e reciprocamente, em caráter irrevogável e irretratável, procuradoras umas das outras para receberem as notificações e comunicações previstas acima, além de citações e intimações judiciais em decorrência de procedimentos instaurados com base neste Acordo de Acionistas.

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

58

10.12. Os INTERVENIENTES assinam o presente Acordo de Acionistas para declarar que concordam com os seus termos e condições. O disposto na Cláusula Sexta obriga os INTERVENIENTES integrantes do GRUPO AES.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEI APLICÁVEL E FORO

11.1. Este Acordo de Acionistas é regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

11.2. As PARTES elegem o foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne, para os fins do disposto nos itens 8.8 e 10.7 deste Acordo de Acionistas, para as medidas judiciais estabelecidas na Lei nº 9.307/96, e ainda para a execução das decisões arbitrais. E, por estarem justos e acordados, firmam este instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito, juntamente com as testemunhas abaixo. Todas as páginas deste instrumento são rubricadas pelo advogado do BNDES Luiz Henrique de Oliveira Castro Bevilaqua por autorização de seus representantes legais que o assinam. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2003

AES HOLDINGS BRASIL LTDA.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa Roberto Timotheo da Costa
Presidente Diretor

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

59

THE AES CORPORATION

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES INTERNATIONAL HOLDINGS II, LTD.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES SOUTH AMERICAN HOLDINGS, LTD.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TRANSGAS I, LTD.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TRANSGAS II, LTD.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES CEMIG EMPREENDIMENTOS II, LTD.

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES CAYMAN I

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES CAYMAN II

Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

60

AES TREASURE COVE, LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES CORAL REEF, LLC
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES INTERNATIONAL HOLDINGS III LTD
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES BRIDGE I, LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES BRIDGE II, LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES URUGUAIANA, INC.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES COMMUNICATIONS LATIN AMERICA INC
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TIETE HOLDINGS, LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

61

AES TIETE HOLDINGS II, LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES IHB CAYMAN LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES BRAZILIAN HOLDINGS LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES BANDEIRANTES EMPREENDIMENTOS LTDA,
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES GUAÍBA II EMPREENDIMENTOS LTDA
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TIETE PARTICIPAÇÕES S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TIETE EMPREENDIMENTOS S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

ENERGIA PAULISTA PARTICIPAÇÕES S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

62

AES ELPA S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TRANSGAS EMPREENDIMENTOS S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES FORÇA EMPREENDIMENTOS LTDA
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES COMMUNICATIONS RIO DE JANEIRO S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

LOGESTIC.COM S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

ELETROPAULO COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

Esta folha é parte integrante do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22.12.03

01417-6 ELETROPAULO METROPOLITANA EL.S.PAULO S.A 61.695.227/0001-93

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

63

AES MINAS PCH LTDA.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES AMERICAS PARTICIPAÇÕES LTDA
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES TIETE S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

AES URUGUAIANA EMPREENDIMENTOS S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Procuradores

BRASILIANA ENERGIA S.A.
Eduardo José Bernini Antonio Luiz Barros de Salles
Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente
Testemunhas:

Nome: Raphael Santos Teixeira
RG: 11.605.247-3 IFP-RJ
CPF/MF: 081.172.497-23

Nome: Alfred Habib Sioufi Filho
RG: 22.140.740-6 SSP/SP
CPF/MF: 291.893.639-33

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Em setembro de 1998 a Eletropaulo Metropolitana criou a Gerência do Meio Ambiente, com o objetivo de representar a empresa nas atividades relacionadas ao meio ambiente, proporcionar alternativas ambientalmente corretas na condução de seus projetos e discorrer sobre o plano de ações e investimentos.

Em dezembro de 2000, com a estruturação da empresa em unidades de negócios, a Gerência de Meio Ambiente foi extinta e as questões ambientais passaram a ser discutidas por um grupo maior de pessoas composto por 2 representantes por unidade de negócio. Com uma forma de trabalho mais abrangente e participativa, o grupo obteve um ótimo resultado na conscientização ambiental, no diagnóstico das atividades potencialmente impactantes e na implantação de diretrizes para minimização destes impactos ambientais.

Em maio de 2003 foi novamente formada uma área centralizada, para trabalhar com foco específico nas atividades ambientais e fornecer diretrizes para unidades de negócios.

Principais atividades ambientais da AES Eletropaulo:

- Licenciamentos e autorizações para implementação e manutenção dos empreendimentos;
- Representação da empresa junto aos órgãos públicos e entidades civis relacionáveis com as questões ambientais;
- Projetos em parceria com órgãos públicos;
- Desenvolvimento de estudos de avaliação preliminar – impacto ambiental e análise de risco dos empreendimentos;
- Diagnóstico, prevenção e minimização de impactos ambientais;
- Auditorias Ambientais;
- Gerenciamento de resíduos gerados pela Empresa;
- Promoção de parcerias para soluções paisagísticas em faixas de linhas de subtransmissão;
- Acompanhamento e definição de diretrizes para garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis;
- Viabilização de autorizações, normalização e capacitações para execução de podas de árvores;
- Acompanhamento das questões relacionadas à regularização de ligações em áreas de mananciais;
- Conscientização ambiental dos funcionários, parceiros e contratados;
- Manutenção e expansão do Sistema de Gestão Ambiental da Eletropaulo;
- Colaboração direta com as estratégias de promoção da imagem da empresa.

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Com o objetivo de gerenciar e minimizar os possíveis impactos ambientais causados pelas atividades da empresa, otimizar processos de trabalho e conscientizar seus colaboradores e consumidores da importância das questões ambientais, a AES Eletropaulo desenvolveu e implantou, em 1999, seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), baseado na Norma ISO 14.001:1996. Foi definida a Política Ambiental, para o desenvolvimento de nossas práticas ambientais:

MELHORIA CONTÍNUA - Manter e aprimorar continuamente um sistema de gestão ambiental, minimizando os impactos ambientais adversos.

COMPROMISSO COM A LEGISLAÇÃO - Respeitar a legislação ambiental e regulamentos aplicáveis, buscando superar os padrões estabelecidos.

SERVIÇO COM QUALIDADE AMBIENTAL - Atuar em parceria com nossos contratados, orientando-os e estabelecendo critérios para uma melhor qualidade ambiental na prestação de seus serviços.

COMUNICAÇÃO - Estabelecer uma comunicação aberta e permanente, divulgando publicamente nosso desempenho e práticas ambientais.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS - Promover alternativas para prevenir a poluição e reduzir, reaproveitar, reciclar e destinar corretamente os resíduos gerados.

RECURSOS NATURAIS - Administrar o uso dos recursos naturais necessários, utilizando-os de forma racional.

CONSCIENTIZAÇÃO - Treinar e motivar nossos colaboradores a assumirem uma postura de respeito ao meio ambiente, assegurando práticas ambientais adequadas na execução de suas atividades.

Todo o processo de implantação do Sistema contou com grande número de auditorias internas e externas. Em Novembro de 2000, a Eletropaulo recebeu a Certificação ISO 14001 em cinco sites – Central de Operações da Eletropaulo, Sede, Agência Mauá e ETD's Granja Julieta, Ponta Porã e Canaã, representantes do conjunto de atividades da empresa. Na primeira auditoria de manutenção, após uma reestruturação da empresa e do Sistema, com alteração do escopo, a Sede da Unidade Borda do Campo, em Santo André – SP, também foi certificada.

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

O Sistema de Gestão Ambiental está num processo constante de melhoria contínua, com o desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão ambiental, sempre cumprindo com a Política estabelecida. Para que o Sistema tenha uma linguagem adequada e que seus procedimentos sejam de fácil entendimento e aplicação, está em andamento sua reestruturação e ampliação com foco na subtransmissão.



Além das auditorias ISO 14001, foi iniciado em 2001 processo de auditorias ambientais AES, com a criação de forças tarefa em todas as empresas AES na América Latina e, mais especificamente em São Paulo, com a Força Tarefa São Paulo, composta por representantes da AES Eletropaulo e AES Tietê. As auditorias se iniciaram pela AES Tietê, em suas dez plantas, em Novembro de 2001. Na AES Eletropaulo, a primeira auditoria realizou-se em dezembro de 2001, onde aproximadamente 260 sites foram auditados, incluindo escritórios, subestações, linhas e bases operacionais. Os resultados desta primeira auditoria foram apresentados no 1º Encontro AES São Paulo para Auditorias Ambientais, onde foi estabelecido um Plano de Ação para toda a empresa, com o objetivo de realizar ações no curto, médio e longo prazos para resolução das não-conformidades encontradas. A partir daí, novas auditorias ambientais foram realizadas e, atualmente, os Planos de Ação das Unidades de Negócio são acompanhados mensalmente.

Em 2003 foram iniciadas auditorias ambientais nas empresas AES no Brasil, coordenadas por um Comitê de auditorias ambientais. Os impactos ambientais existentes são gerenciados de forma adequada, em conjunto com os órgãos ambientais, não tendo a AES Eletropaulo recebido nenhuma penalidade que implicasse em multa significativa ou impedimento de suas atividades.

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Segue alguns projetos desenvolvidos pela empresa:

Projeto Pomar

O Projeto Pomar é um projeto de recuperação ambiental e revegetação das margens do Rio Pinheiros realizado pela Secretaria de Estado do Meio ambiente em parceria com setores da iniciativa privada, dentre as quais inclui-se a Eletropaulo.

A AES Eletropaulo é considerada participante especial do projeto, pelo investimento de mais de R\$315.000 no plantio de 25.000 mudas e pela concessão de autorização, durante 5 anos, para a utilização de uma área de 208.000m² para a implantação do projeto, o que corresponde a 70% da área total do projeto Pomar. Atualmente a empresa é responsável pela manutenção paisagística de 73.000m². A participação no projeto, além de contribuir para imagem institucional da Companhia através da associação da marca Eletropaulo a projetos para a melhoria da qualidade de vida de seus consumidores e do meio ambiente, viabilizou a redução no custo de manutenção e conservação sob as linhas de Subtransmissão.

Projeto Reciclagem de Lâmpadas

Visando destinar corretamente todas as lâmpadas com mercúrio utilizadas pela empresa, o projeto determinou diretrizes de manuseio, acondicionamento e armazenamento dos resíduos e envio para reciclagem de lâmpadas e casquilhos.

Projeto Reciclando

A AES Eletropaulo mantém seu programa de coleta seletiva de papel, plástico, alumínio, baterias, cartuchos de impressoras e toners. Todo dinheiro arrecadado com a venda destes materiais é destinado a entidades sociais.

01417-6

../-

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

PROCESSOS AMBIENTAIS

Somos réus em três processos judiciais relacionados a questões ambientais visando ao impedimento de algumas de nossas linhas de transmissão e subtransmissão e projetos de construção de instalações, instaurados por certas associações de moradores e outras instituições. Os processos se baseiam no argumento de que os projetos de construção aumentariam as emissões de campos eletromagnéticos e, portanto, seriam prejudiciais à saúde humana. Como consequência, duas de nossas construções estão atualmente em suspenso. Ingressamos com um recurso, que ainda aguarda julgamento. Apesar do resultado de qualquer desses processos judiciais, nossa administração acredita que não haverá nenhum efeito prejudicial relevante aos nossos negócios ou à nossa situação financeira como resultado desses processos.

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	3,82	999,99	SIM	86.456	0
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	54,61	999,99	SIM	1.130.192	0
03	OUTRAS	14,83	999,99	SIM	393.682	0

01417-6

../-

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

CNPJ/MF N.º 61.695.227/0001-93

NIRE: 35300050274

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1º A Companhia é denominada **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A**, e é regida por este Estatuto Social, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2º A Companhia tem por objeto: I) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; II) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; III) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; IV) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; V) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; VI) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e VII) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Artigo 3º A Companhia tem sede e domicílio na Cidade e Estado de São Paulo, e mediante resolução da Diretoria Executiva, poderá, a Companhia, abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do país, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e a manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverá ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES

Artigo 4º Todas as ações da sociedade serão nominativas escriturais (“escriturais”), permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o artigo 35 da mencionada Lei.

Artigo 5º O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.057.629.316,47 (um bilhão, cinquenta e sete milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), dividido em 41.835.971.676 (quarenta e um bilhões, oitocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 16.651.204.352 (dezesseis bilhões, seiscentos e cinquenta e um milhões, duzentos e quatro mil, trezentos e cinquenta e duas) ações ordinárias e 25.184.767.324 (vinte e cinco bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e vinte e quatro) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais escriturais terão direito a voto restrito exclusivamente, nas seguintes matérias:

- (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Parágrafo Único do Artigo 25 deste Estatuto, diretamente ou através de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;
- (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (iv) escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nas hipóteses dos artigos 31 e 33 deste Estatuto; e

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(v) alteração ou revogação de dispositivos deste Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo.

Parágrafo Terceiro - As ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, com voto restrito, irredimíveis e não conversíveis em ordinárias, terão as seguintes características:

(i) prioridade no reembolso do capital, com base do capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;

(ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;

(iii) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

(iv) direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do valor pago aos acionistas titulares de ações ordinárias, na hipótese de alienação do controle da Companhia, nos termos do Capítulo X deste Estatuto Social.

Parágrafo Quarto - As ações preferenciais adquirirão, entretanto, direito de voto para quaisquer deliberações se a Companhia deixar de pagar, por 03 (três) exercícios consecutivos, os dividendos a que fizerem jus.

Artigo 6º O capital social autorizado é de R\$3.248.680.000,00 (três bilhões, duzentos e quarenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil reais) sendo R\$1.082.900.000,00 (um bilhão, oitenta e dois milhões, novecentos mil reais) em ações ordinárias e R\$2.165.780.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e cinco milhões, setecentos e oitenta mil reais) em ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Dentro do limite previsto no caput deste artigo, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais.

Parágrafo Segundo - Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 7º A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro - Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas respectivas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores aludido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Nível 2.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza e as verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

CAPÍTULO IV - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, no mínimo 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, todos acionistas da Companhia e residentes ou não no País, observada a legislação vigente, com mandato unificado de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Artigo 9º Caberá à Assembléia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente do Conselho de Administração será escolhido dentre os conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro - Os titulares das ações preferenciais e os empregados, estes organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger, cada um, um membro efetivo, e seu respectivo suplente, do Conselho de Administração.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - O único representante dos empregados da sociedade e seu respectivo suplente, será eleito na forma da legislação societária.

Parágrafo Terceiro - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, por outro Conselheiro por ele indicado e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Quarto - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro efetivo ou suplente do Conselho de Administração, deverá ser realizada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento, Assembléia Geral para eleger seu substituto, sendo que o membro suplente do Conselho de Administração deverá substituir o respectivo conselheiro efetivo que deixou o seu cargo até que seja eleito novo membro para ocupar o cargo.

Parágrafo Quinto - No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, o substituto será nomeado pelos demais membros do Conselho de Administração, cumprindo, o substituto, o prazo de gestão pelo prazo restante.

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado na primeira reunião de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, podendo dita convocação ser solicitada, de forma justificada, por qualquer membro do Conselho. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, em primeira convocação, e de 03 (três) dias úteis, em segunda convocação, e com apresentação da data, horário e local da reunião, bem como da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Segundo - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião, observadas, quando aplicáveis, as condições estabelecidas para o exercício do voto dos Conselheiros previstas no art. 118 § 8º e § 9º da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22 de dezembro de 2003 e arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participaram da reunião por meio de conferência telefônica deverão assinar a respectiva ata e enviá-la à

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Companhia via fac-símile, comprometendo-se a assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 05 (cinco) dias contados da realização da reunião.

Artigo 11 Além daqueles previstos em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) convocar a Assembléia Geral;
- (iii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor Vice-Presidente que cumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;
- (iv) manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria Executiva e dos balanços consolidados que deverão ser submetidos à sua apreciação, preferencialmente dentro de 02 (dois) meses contados do término do exercício social;
- (v) vetar a execução de decisões da Diretoria Executiva eventualmente adotadas contra as disposições deste Estatuto;
- (vi) estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela Assembléia Geral;
- (vii) observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar (i) no curso do exercício social e até a Assembléia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (a) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (b) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (ii) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (viii) a aprovação, no início de cada exercício, dos Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreenderão os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, bem como suas revisões;
- (ix) a celebração de quaisquer acordos, contratos, documentos, títulos, instrumentos ou investimentos de capital, financiamentos, empréstimos, mútuos, outorga de garantias de qualquer natureza e a assunção de obrigações em nome de terceiros em um valor total anual

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

superior, conjunta ou separadamente, a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto nos seguintes casos: (i) os contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros que não sejam controladores diretos ou indiretos da Companhia e suas afiliadas ou (ii) se estiverem especificados no Plano de Negócios Anual;

(x) a venda, a locação, cessão, transferência, alienação, liquidação ou outra disposição, de qualquer ativo ou participação acionária da Companhia por um preço que exceda, conjunta ou separadamente, R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), exceto nos seguintes casos: (i) se estiverem especificados no Plano de Negócios Anual ou (ii) os contratos de compra e venda de energia celebrados com terceiros que não sejam controladores diretos ou indiretos da Companhia e suas afiliadas;

(xi) a liquidação, venda, transferência ou alienação de bens integrantes do ativo permanente da companhia de valor total anual superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), bem como a constituição de hipoteca, oneração ou qualquer gravame sobre esses bens desde que não especificados no Plano de Negócios Anual da Companhia;

(xii) a aquisição de quaisquer bens cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

(xiii) a celebração de quaisquer contratos, acordos, transações ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza, bem como suas alterações, com as sociedades controladoras diretas ou indiretas, controladas ou coligadas dessas;

(xiv) a celebração de acordos, transações ou contratos de assistência técnica ou prestação de serviços com sociedades estrangeiras;

(xv) deliberar a respeito da constituição de empresas controladas pela Companhia e/ou da alienação direta ou indireta da participação da Companhia e das suas empresas controladas;

(xvi) a celebração de qualquer contrato com qualquer acionista da Companhia;

(xvii) a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;

(xviii) a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(xix) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações e bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital autorizado;

(xx) deliberar sobre a emissão de Notas Promissórias Comerciais (“Commercial Papers”);

(xxi) indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste Artigo;

(xxii) aprovar os regimentos internos dos Conselhos de Administração e Fiscal;

(xxiii) a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários; e

(xxiv) aprovar a emissão de quaisquer documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou particular, bem como a celebração de acordos pela Companhia ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de sua própria emissão.

Parágrafo Primeiro - A Companhia complementará a previdência social a seus empregados na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Compete ao Conselho de Administração definir e apresentar à Assembléia Geral lista tríplice para a escolha de empresa especializada para a determinação do valor econômico da Companhia, para efeitos da oferta pública de aquisição de ações da Companhia na hipótese de cancelamento do seu registro de companhia aberta perante a CVM, na forma do Capítulo XI deste Estatuto, ou de descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa, na forma do Capítulo XII deste Estatuto.

CAPÍTULO V - COMITÊ DE GESTÃO

Artigo 12 - O Comitê de Gestão da Política de Investimentos e Operacional, que atuará junto ao Conselho de Administração e à Diretoria da Companhia, terá como função o assessoramento ao Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - O Comitê de Gestão terá funcionamento permanente e será composto por 06 (seis) membros, indicados na forma do Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22 de dezembro de 2003 e arquivado na sede da companhia.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo - Compete ao Comitê de Gestão: (i) analisar as propostas do Plano de Negócios Anual; (ii) analisar as propostas de planos de investimentos na expansão, reposição e melhorias das instalações, programação e orçamento de operação e manutenção da Companhia; (iii) acompanhar a evolução dos índices de desempenho da Companhia; (iv) aferir a adequada prestação de serviços da Companhia, em atendimento aos padrões exigidos pelo órgão regulador; e (v) acompanhar a execução do Plano de Negócios Anual, assim como a análise de todas as questões que envolvam aspectos estratégicos e relevantes de natureza técnico-operacional, jurídica, administrativa, econômico-financeira, ambiental e social.

CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 13 A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta de, no máximo, 25 (vinte e cinco) Diretores Vice-Presidentes, sendo 01 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores Vice-Presidentes, todos residentes no País, acionistas ou não, cujo mandato terá a duração de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - Durante o período do impedimento temporário de qualquer Diretor Vice-Presidente, as funções a ele atribuídas serão desempenhadas temporariamente por um Diretor Vice-Presidente especial a ser designado pelo Conselho de Administração.

Artigo 14 Os membros da Diretoria Executiva desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembléias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Artigo 15 À Diretoria Executiva compete administrar e representar a sociedade, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 11 deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - A Diretoria Executiva deverá disponibilizar todas as informações solicitadas pelos membros do Comitê de Gestão e do Conselho de Administração.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 16 A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada por iniciativa do Diretor Presidente ou a pedido de qualquer dos demais membros da Diretoria Executiva. Parágrafo Único - As decisões da Diretoria Executiva deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões, lavradas no livro próprio.

Artigo 17 Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, serão necessárias, para vincular a Companhia:

- (i) a assinatura do Diretor-Presidente; ou
- (ii) a assinatura de qualquer 01 (um) dos Diretores Vice-Presidentes;
- (iii) a assinatura de 01 (um) Procurador, agindo em conformidade com os limites especificamente estabelecidos na respectiva procuração que será outorgada na forma deste Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os Diretores Vice-Presidentes deverão apresentar, ao Diretor Presidente, relatórios mensais de sua gestão, cabendo ao Diretor Presidente a representação da Diretoria perante o Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Companhia.

Artigo 18 Os instrumentos de mandato da Companhia deverão sempre ser assinados pelo Diretor Presidente, ou por qualquer Diretor Vice-Presidente, sendo que excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, administrativos ou similares, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo, todas as procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

Artigo 19 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembléia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Segundo – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição de Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal aludido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Nível 2.

CAPÍTULO VIII – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 20 As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão, ordinariamente, um vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nos termos da legislação pertinente e, extraordinariamente, sempre que necessário, seja em função dos interesses sociais, ou de disposição deste Estatuto Social, ou quando a legislação aplicável assim o exigir.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do referido órgão consubstanciar o aludido ato.

Artigo 21 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência por 01 (um) membro da Diretoria Executiva por ele indicado. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa.

Parágrafo Primeiro - Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação da Assembleia Geral seguirão aqueles previstos na legislação aplicável em vigor.

Parágrafo Segundo - A fim de comparecer à Assembleia Geral, o acionista deverá depositar na Companhia, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, contadas da data da realização da respectiva assembleia: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6404/76; e (ii) instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos hábeis de sua identidade.

Artigo 22 As deliberações da Assembleia Geral serão tornadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas. Não obstante, o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais sujeitar-se-á, quando for o caso, às condições estabelecidas no Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22 de dezembro de 2003 e arquivado na sede da companhia

CAPÍTULO IX - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 23 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24 Ao final de cada exercício social, serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários e/ou intercalares, inclusive como antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro - Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembléia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo - Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Terceiro - Poderá ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei 9.249/95, alterado pelo artigo 78 da Lei 9.430/96, e na respectiva regulamentação, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto - Caberá ao Conselho de Administração, observada a Legislação referida no parágrafo anterior, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto - A Assembléia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia durante o exercício, montante que para tal fim será considerado pelo seu valor líquido do Imposto de Renda retido na fonte.

Parágrafo Sexto - Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

CAPÍTULO X – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE DA COMPANHIA

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 25 A Alienação de Controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a concretizar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da aquisição dessas ações, uma oferta pública de aquisição das ações de todos os demais acionistas da Companhia, de forma a assegurar que: (i) os acionistas detentores de ações ordinárias recebam tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante; e (ii) os acionistas detentores de ações preferenciais com voto restrito recebam um valor por ação correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do valor pago aos detentores de ações ordinárias.

Parágrafo Único – Para os fins deste Estatuto Social os termos Alienação de Controle, Poder de Controle, Acionista Controlador, Acionista Controlador Alienante e Comprador, terão o sentido que lhes é atribuído pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Nível 2.

Artigo 26 A oferta pública de aquisição de ações, referida no artigo 25 deste Estatuto, também será exigida: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações emitidos pela Companhia, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; (ii) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia.

Parágrafo Único - Também estará obrigado a concretizar a oferta pública nos termos do artigo 25 deste Estatuto o acionista que possuir ações da Companhia e que vier a adquirir o seu Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações. Nessa hipótese o acionista adquirente deverá ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição das ações que lhe asseguraram o Poder de Controle da Companhia, devendo pagar-lhes a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador e o valor pago em bolsa pelas ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Artigo 27 Em qualquer hipótese do art. 25 ou 26, o Acionista Controlador Alienante e o Comprador deverão entregar imediatamente à Bolsa de Valores de São Paulo, declaração contendo o preço e demais condições da operação de Alienação de Controle da Companhia.

Parágrafo Único – Na hipótese do item (ii) do “caput” do art. 26, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Artigo 28 Havendo divergência quanto à caracterização de Alienação de Controle da Companhia, quanto à obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações ou relativa às condições da mesma, será dirimida por meio de arbitragem, na forma do artigo 37 deste Estatuto.

Artigo 29 Não se poderá considerar transferida a propriedade das ações do Acionista Controlador Alienante enquanto o Comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Nível 2.

Parágrafo Único – A Companhia também não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador enquanto este não subscrever o referido Termo de Anuência dos Controladores, devendo o mesmo ser encaminhado à BOVESPA imediatamente.

Artigo 30 As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente.

CAPÍTULO XI – CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 31 Sem prejuízo das disposições legais regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações e deverá ter como preço mínimo, obrigatoriamente, o valor econômico da Companhia, determinado em laudo de avaliação, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Primeiro – Compete à Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo Segundo – O laudo de avaliação deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores ou do Acionista Controlador, bem como satisfazer os demais requisitos do §1º do artigo 8 da Lei 6.404 de 1976, conforme alterada. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo Acionista Controlador.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Terceiro – Para fins da oferta pública de que trata o Capítulo XI do presente Estatuto Social, compete à Assembléia Geral escolher a empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia a partir de apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada pela maioria absoluta de votos dos titulares das Ações em Circulação de emissão da Companhia, não se computando os votos em branco, cabendo a cada ação, independente da espécie ou classe, o direito a um voto nessa deliberação. Para os fins do presente Estatuto, o termo Ações em Circulação de emissão da Companhia terá o sentido que lhe é atribuído pelo Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – Nível 2.

Artigo 32 Caso o laudo de avaliação a que se refere o artigo 31 não esteja pronto até a Assembléia Geral Extraordinária convocada para deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta, o Acionista Controlador deverá informar nessa assembléia o valor por ação pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro – A oferta pública ficará condicionada a que o valor econômico, conforme apurado no laudo de avaliação a que se refere o artigo 31, não seja superior ao valor divulgado pelo Acionista Controlador na assembléia referida no “caput” deste artigo.

Parágrafo Segundo – Caso o valor econômico determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Acionista Controlador, a deliberação referida no “caput” deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Acionista Controlador concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico, conforme apurado no referido laudo de avaliação.

CAPÍTULO XII – DESCONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Artigo 33 A Companhia integra o Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“Nível 2”), e somente poderá deixar de integrar o Nível 2, mediante (i) aprovação prévia em Assembléia Geral, por acionistas que representem no mínimo mais da metade do capital social votante da Companhia, (ii) realização pelo Acionista Controlador de oferta pública para a aquisição das ações dos demais acionistas, no prazo de 90 (noventa) dias, aplicando-se a esta oferta as mesmas condições previstas no Capítulo XI deste Estatuto Social, para a oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM, especialmente com relação à apuração do valor econômico da Companhia, que deverá ser o preço mínimo ofertado.

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Parágrafo Primeiro - Caso a Companhia deixe de integrar o Nível 2 em razão de reorganização societária em que a companhia resultante não seja classificada como detentora desse mesmo Nível de Governança Corporativa, a oferta pública a que se refere o "caput" deste artigo deverá realizar-se no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data em que tiver sido realizada a Assembléia Geral da Companhia que houver aprovado a reorganização societária.

Parágrafo Segundo - O acionista controlador da Companhia estará dispensado de proceder à oferta pública prevista neste artigo na hipótese da saída da Companhia do Nível 2 ocorrer em função da listagem de suas ações para negociação no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, no prazo previsto para realização da oferta pública.

Artigo 34 Caso ocorra alienação do controle da Companhia até 12 (doze) meses após a data em que a Companhia tiver deixado de integrar o Nível 2, o Acionista Controlador Alienante e o Comprador, conjunta e solidariamente, estarão obrigados realizar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras constantes do Capítulo X deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Se o preço obtido pelo Acionista Controlador na alienação de suas próprias ações for superior ao valor das ofertas públicas realizadas de acordo com as demais disposições do Capítulo XI deste Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante e o Comprador ficarão, conjunta e solidariamente, obrigados a pagar a diferença de valor apurada aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no "caput" deste artigo 34.

Parágrafo Segundo - A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador alienante, conforme previsto no Artigo 34 e Parágrafo Primeiro acima.

CAPÍTULO XIII - LIQUIDAÇÃO

Artigo 35 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, caso em que a Assembléia Geral determinará a forma de Liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que funcionará durante todo período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários.

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO XIV - ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 36 A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo os Presidentes das Assembléias Gerais e das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia absterem-se de computar votos contrários aos seus termos. Encontra-se arquivado na sede da Companhia o Acordo de Acionistas da Brasileira Energia S.A. celebrado em 22 de dezembro de 2003.

CAPÍTULO XV – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 37 As disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social, às disposições da legislação aplicável às Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos regulamentos da Bolsa de Valores de São Paulo e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Regulamento de Arbitragem”), instituída pela Bolsa de Valores de São Paulo.

CAPÍTULO XVI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 38 A Companhia adotará as recomendações da Comissão de Valores Mobiliários e as práticas da Bolsa de Valores de São Paulo relativas à Governança Corporativa, objetivando otimizar o seu desempenho e proteger os investidores mediante ações que garantam transparência, equidade de tratamento aos acionistas e prestações de contas.

Mesa

01417-6

../-

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Andrea Cristina Ruschmann
Presidente

Fernando Teixeira Mendes Filho
Secretário

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	59.471	61.423	59.798
1.01	Ativo Circulante	12.207	12.823	7.883
1.01.01	Disponibilidades	6.987	6.816	3.674
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	5.220	6.007	4.209
1.01.04.01	Clientes a Receber	7.715	8.111	3.632
1.01.04.02	PDD	(3.322)	(2.838)	0
1.01.04.03	Adiantamento a Fornecedores	0	0	4
1.01.04.04	Adiantamento a Funcionários	1	0	5
1.01.04.05	Impostos a Recuperar	741	665	522
1.01.04.06	Depósitos Restituíveis e Valores Vincul.	9	0	0
1.01.04.07	Desp. Recolhidas Antecipadamente	76	69	46
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	356	1.424	2.015
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	356	1.424	2.015
1.02.03.01	Impostos a Recuperar - ICMS	356	1.424	2.015
1.03	Ativo Permanente	46.908	47.176	49.900
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	44.960	44.884	47.238
1.03.03	Diferido	1.948	2.292	2.662

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	59.471	61.423	59.798
2.01	Passivo Circulante	19.009	31.271	24.202
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	7.074	11.195	6.326
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	1.662	4.016	16.616
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	3.043	7.609	295
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	5.988	6.600	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	1.242	1.851	965
2.01.08.01	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	1.177	1.781	541
2.01.08.02	Adiantamento de Clientes	65	70	424
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	4.905	6.422	10.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	220	5.622	2.232
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	4.685	800	7.955
2.02.05.01	Eletropaulo Metropolitana Eletr. SP S/A	0	0	7.090
2.02.05.02	Adiantamento de Clientes	734	800	865
2.02.05.03	Impostos e Contribuições Sobre Receita	3.951	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	35.557	23.730	25.409
2.05.01	Capital Social Realizado	39.610	39.610	32.520
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ ./-
---------------------------	------------------------	-----------------

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
--

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(4.053)	(15.880)	(7.111)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	47.276	34.897	21.089
3.02	Deduções da Receita Bruta	(5.388)	(4.554)	(2.626)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	41.888	30.343	18.463
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(23.689)	(24.954)	(18.032)
3.05	Resultado Bruto	18.199	5.389	431
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(4.626)	(2.390)	(1.952)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(4.626)	(2.390)	(1.952)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	832	1.110	1.684
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.458)	(3.500)	(3.636)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	13.573	2.999	(1.521)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	13.573	2.999	(1.521)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(2.861)	(440)	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	10.712	2.559	(1.521)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	99.996	99.996	99.996
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,10712	0,02559	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,01521)

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	1.593.884	1.842.268	2.157.700
1.01	Ativo Circulante	54.332	166.532	108.386
1.01.01	Disponibilidades	52.184	161.143	76.586
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	2.148	5.389	31.800
1.01.04.01	Contas a Receber	0	0	31.800
1.01.04.02	Títulos e Valores Mobiliários	2.148	5.389	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.539.552	1.675.736	2.049.314
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.539.552	1.675.736	2.049.314
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	0	0	0
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	0	0	0

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	1.593.884	1.842.268	2.157.700
2.01	Passivo Circulante	168.111	544.769	749.929
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	452.964	635.994
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	168.111	91.805	113.935
2.01.08.01	Intercompany Loan	39.816	86.676	106.000
2.01.08.02	Encargos de Dívidas	2.869	5.129	7.935
2.01.08.03	Confissão de Dívida	125.426	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	79.632	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	79.632	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.346.141	1.297.499	1.407.771
2.05.01	Capital Social Realizado	893.909	972.982	1.189.892
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	452.232	324.517	217.879

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.

19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	177.048	192.710	235.671
3.02	Deduções da Receita Bruta	0	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	177.048	192.710	235.671
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(7)	(706)	(14.491)
3.05	Resultado Bruto	177.041	192.004	221.180
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(22.954)	(45.648)	(114.926)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0
3.06.03	Financeiras	(22.954)	(45.648)	(114.926)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	637	1.728	227
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(23.591)	(47.376)	(115.153)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	154.087	146.356	106.254
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	154.087	146.356	106.254
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	0
3.11	IR Diferido	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	154.087	146.356	106.254
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	3	3	3
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	51.362,33333	48.785,33333	35.418,00000
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.

19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	27	20	11
1.01	Ativo Circulante	0	0	1
1.01.01	Disponibilidades	0	0	0
1.01.02	Créditos	0	0	0
1.01.03	Estoques	0	0	0
1.01.04	Outros	0	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	0	0
1.02.01	Créditos Diversos	0	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	0	0	0
1.03	Ativo Permanente	27	20	10
1.03.01	Investimentos	0	0	0
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	0	0
1.03.02	Imobilizado	0	0	0
1.03.03	Diferido	27	20	10

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01417-6		./-

CONTROLADA/COLIGADA

DENOMINAÇÃO SOCIAL
ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.

19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	27	20	11
2.01	Passivo Circulante	0	0	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	0	0	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	0	0	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0	0
2.01.06	Provisões	0	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	0	0	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	27	20	11
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	0	0	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	27	20	11
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	0	0	0
2.05.01	Capital Social Realizado	0	0	0
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01417-6

../-

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Atualização composição acionária – Brasileira Energia S.A.
Emissão de Debêntures

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ ./-
---------------------------	------------------------	-----------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02.01	02	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO FISCAL	6
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	7
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	24
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	25
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	26
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	40
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	41
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	42
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	42
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	43
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	44
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	44
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	45
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	45
07	03	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	46
08	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	47
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	48
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	58
09	03	PERÍODOS DE SAZONALIDADE NOS NEGÓCIOS	80
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	81
10	02	MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES	82
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	83
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	97
13	01	PROPRIEDADES	98
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA	100
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	253
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	258
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	259
18	01	ESTATUTO SOCIAL	260
		ELETROPAULO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	

Reapresentação Espontânea

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01417-6	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ ./-
---------------------------	------------------------	-----------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	278
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	279
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	281
		ELETR. METROPOLITANA OVERSEAS II LTD.	
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	282
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	283
19	07	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	284
		ELETR. COMERCIAL EXPORTADORA LTDA.	
19	06.01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	285
19	06.02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	286
21	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	287